

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

José Luiz Silva Preiss

**América do Sul e Oriente Médio sob influências internacionais
através de um estudo de caso:
as relações Brasil-Iraque (1964-1991)**

Porto Alegre, 2006

José Luiz Silva Preiss

**América do Sul e Oriente Médio sob influências internacionais
através de um estudo de caso:
as relações Brasil-Iraque (1964-1991)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH/UFRGS).
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Heloísa Conceição Machado da Silva

Porto Alegre, 2006

Catálogo na Publicação

P924a Preiss, José Luiz Silva

América do Sul e Oriente Médio sob influências internacionais através de um estudo de caso: as relações Brasil-Iraque (1964-1991) / José Luiz Silva Preiss; orientação de Heloísa Conceição Machado da Silva – 2006.

225 f.

Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2006.

1. Brasil. 2. Iraque. 3. EUA. 4. Interferência Externa. 5. Relações Internacionais. I. Silva, Heloísa Conceição Machado da II. Título.

José Luiz Silva Preiss

**América do Sul e Oriente Médio sob influências internacionais
através de um estudo de caso:
as relações Brasil-Iraque (1964-1991)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dissertação apresentada para apreciação e parecer da banca examinadora

Membros da Comissão Examinadora

Dr. Álvaro Luiz Heidrich
PPGRI/UFRGS

Dr. Carlos Schmidt Arturi PPGRI/UFRGS

Dr^a. Carla Brandalise PPGHIST/UFRGS

Dr^a. Heloísa Conceição Machado da Silva PPGRI/UFRGS
Orientadora

Porto Alegre, setembro de 2006.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho começou a ser idealizado a partir do ingresso no Mestrado de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, que hoje, graças à ajuda e à colaboração de várias pessoas torna-se uma dissertação de Mestrado.

Sou extremamente grato aos meus pais, José Antônio e Lourdes, por todo o auxílio que me ofereceram, trazendo, por diversas vezes, um apoio importantíssimo, seja com palavras de incentivo, seja com preces silenciosas, além da compreensão nos momentos de dúvida e de cansaço ou nos momentos de dor pelas perdas que, infelizmente, surgiram durante a conclusão deste trabalho;

Agradeço à Maria Isabel Silva Preiss e a Luiz Fernando Marques da Rocha Filho pelo apoio e compreensão pelos momentos de ausência constantes durante a realização dos créditos obrigatórios e o período de preparação deste trabalho; e, especialmente, à Luísa Preiss Marques da Rocha, minha sobrinha, pelo carinho e pelo doce sorriso, que, por várias vezes, fez com que as dificuldades, o cansaço e as dúvidas fossem esquecidos durante o período em que brincava ao meu lado;

Sou muito grato à Prof^a. Dr^a. Heloísa Conceição Machado da Silva, professora do Mestrado de Relações Internacionais, cuja compreensão, amizade e palavras de incentivo foram extremamente importantes para a conclusão deste trabalho. A Professora Heloísa mostrou de forma digna e honrada o verdadeiro trabalho de orientação aceitando os desafios juntamente com o seu orientando, atuando decisivamente na solução de problemas, que surgiram durante o curso;

Agradeço à Prof. Lísia Helena Lenz, das Faculdades Porto-Alegrenses (FAPA) pelo carinho e paciência durante o processo de seleção para o Mestrado, pelo apoio e dedicação durante o período do curso e pela compreensão no momento em que iniciei a redação deste trabalho.

O meu agradecimento ao Cel. Cav. Valério STUMP Trindade, cujo auxílio na procura de fontes e contatos, em Brasília, foi extremamente importante e ao Dr. André Stump Trindade, que buscou prontamente me colocar em contato com seu irmão para iniciar a verificação e disponibilidade das fontes na Capital Federal;

Agradeço ao Cap. Cav. Fabiano Corrêa LOURENÇO de Lima pelos conselhos e apoio irrestrito na busca de informações, assim como sugestões sobre bibliografia militar, além da amizade sincera de mais de duas décadas;

Minha gratidão à Cap. QOEM-BM NAJARA Santos da Silva pela amizade e pela permissão para pesquisar nas dependências do Museu da Brigada Militar, quando esta atividade esteve suspensa naquela OPM. Consentindo, inclusive, que eu fizesse cópias de textos de revistas especializadas dos acervos das bibliotecas Cel. Hélio Moro Mariante e Cel. Arthur Moreira Filho;

Agradeço a Inayá Mary Nehme Passos pelas palavras de incentivo e amizade, que, por tantas vezes, trouxeram a paz e tranquilidade necessárias para que este trabalho pudesse ser concluído, além de aconselhamentos em questões particulares surgidas durante o período de redação desta dissertação, que sempre foram transmitidos com carinho e atenção;

Meu agradecimento à *mualima* Sílvia Regina Feraboli, que se dedica pacientemente a me ensinar árabe e que, por diversas vezes, ouviu atentamente minhas idéias e exposições sobre este trabalho; debatendo e sugerindo alternativas para a abordagem histórica e teórica sobre o Oriente Médio, além da amizade e carinho dedicados ao *talib*;

Meus agradecimentos ao amigo Amarildo Silveira, colega do curso de História da FAPA, que me ajudou a coletar as primeiras fontes sobre o Iraque, além de discutir diversos temas, que auxiliaram neste trabalho, e ouvir pacientemente questões de ordem pessoal, que foram surgindo no desenrolar da pesquisa, no período do curso e na redação deste trabalho;

Sou grato a Tiago Oliveira Dias, atendente da Livraria Cultura, de Porto Alegre, pela atenção e respeito. O trabalho desenvolvido por este amigo, por várias vezes, foi decisivo na rápida importação de livros, que foram essenciais para esta dissertação, inclusive, informando corretamente sobre as edições disponíveis e preços mais adequados;

Agradeço aos meus professores e colegas do Mestrado em Relações Internacionais, assim como à Coordenação pelos ensinamentos, debates, amizade e condições oferecidas para

a realização desta dissertação. Meu especial agradecimento à secretária Beatriz Acorsi pela atenção e carinho ao desempenhar as suas tarefas, que garantiam a nossa tranquilidade durante o curso.

*“Cumprindo no espaço a missão dos condores,
Valente e audaz não vacila um instante,
Nas asas de prata, ao roncar dos motores,
Vai sentinela da Pátria distante.*

*Chegando o momento descendo dos céus,
Num salto gigante, surgindo do anil,
Vai ele planando no Templo de Deus.”*

(ETERNO HÉROI)

(Canção do Pára-Quedista)

A Breno Zanoni

(Sd. PQDT e Cb. BM)

1941-2006

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar que a criação do Oriente Médio foi estabelecida pelos europeus para a exploração do petróleo, que passou a ser explorado intensamente desde o início do século. A penetração estadunidense na região ocorre no mesmo período, enquanto busca afirmar a sua influência na América Latina, que ainda mantinha fortes ligações com a Europa. As duas guerras mundiais intensificam a presença estadunidense no Oriente Médio e na América do Sul interferindo decisivamente nas relações internacionais de ambas regiões. Com a Guerra Fria, os EUA passaram a atuar decisivamente nas políticas externas de nações importantes estrategicamente como Brasil e Iraque, que passaram a colaborar com os interesses estadunidenses nas duas regiões, no combate à penetração soviética e à Revolução Islâmica, apesar de desenvolverem estratégias próprias para alcançar este objetivo e outros que lhes favoreciam diretamente. A presença brasileira no Oriente Médio foi permitida ainda que tardiamente, sendo que a relação privilegiada com o Iraque gerou uma cooperação extremamente benéfica para ambos, favorecendo também os planos dos EUA para o Oriente Médio, enquanto o Brasil auxiliava o governo estadunidense a conter movimentos de guerrilha na América Central. Com a queda do Império Soviético, determinando o final da Guerra Fria, não era mais do interesse da potência hegemônica que houvesse uma relação ativa na área nuclear e militar como aquela entre Brasil e Iraque. Na América do Sul, as novas diretrizes estadunidenses foram determinadas pelo Consenso de Washington, prontamente acatadas pelos governos democraticamente eleitos, enquanto o Iraque exaurido economicamente era invadido por uma coalizão internacional forçado a acatar o novo *status quo* que se estabelecia a partir da década de 1990. Por outro lado, o novo presidente brasileiro, Fernando Collor de Mello, que rompe definitivamente com o Iraque, colocando-se incondicionalmente ao lado dos EUA, não chegou ao final do mandato, enquanto o Iraque enfrentou o seu destino sem aceitar o manifesto dos EUA.

Palavras-chave: Brasil. Iraque. EUA. Interferência Externa. Relações Internacionais.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyse the creation of the Middle East as an European plan, as well as the intensive oil exploitation in the region, that has begun since the beginning of the XX th century. After the First World War, the USA oil companies have participated of oil exploitation, while the country was acting in the South America to establish her influence once the South American countries were still under the European one. After the Second World War, the political and military presence of the USA in the Middle East and in the South America has increased, interfering decisively in the international relations of both regions. During the Cold War, the USA acted intensively in the foreign policy of strategic nations, such as Brazil and Iraq that helped the USA in both regions against the Soviet presence and the Islamic Revolution. These countries have developed their own strategies to reach their goals, as well as the USA ones. The Brazilian presence in the Middle East took place according to the USA plans, but the relations between Brazil and Iraq created an outstanding cooperation in the military and nuclear areas, that was important to both countries, while Brazil also helped the USA military advisors in the Central America against guerrilla groups. After the downfall of the Soviet Empire, according to the USA strategy, it was not necessary the continuation of the military and nuclear cooperation between Brazil and Iraq. In the South America, the USA plans were established by the Washington Consensus, that were accepted unconditionally by the newly elected civilian presidents, while Iraq was invaded by the USA troops and an international coalition being obliged to accept the new *status quo* imposed by the world hegemonic power, in the beginning of the 90's. On the other hand, the new Brazilian President, Fernando Color de Mello, broke off the diplomatic relations between Brazil and Iraq to accept unconditionally the USA imposition, but he did not finish his term, while Iraq faced its fate without accepting the USA manifesto.

Keywords: Brazil. Iraq. USA. Foreign Interference. Internacional Relations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A DESAGREGAÇÃO DO IMPÉRIO OTOMANO, O FINAL DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A NOVA GEOGRAFIA DO ORIENTE MÉDIO (1854-1939).....	15
2.1 “O Homem Doente”.....	15
2.2 A Primeira Guerra: a derrota turca e a ocupação franco-britânica do Oriente Médio.....	28
2.3 Mesopotâmia-Iraque.....	44
3 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A GUERRA FRIA: AS AMÉRICAS E O ORIENTE MÉDIO (1939-1964).....	68
3.1 A Segunda Guerra Mundial.....	68
3.2 A Bipolaridade: os nacioanalismos e as novas alianças para o Oriente Médio (1955-1964)	102
4 A RELAÇÃO <i>DE FACTO</i> ENTRE BRASIL E IRAQUE (1964-1991).....	126
4.1 A Década de 70 e o Estabelecimento da Embaixada Brasileira em Bagdá.....	139
4.2 A Primeira Guerra do Golfo e a Intensificação da Cooperação Militar Brasileira com o Iraque (1980-1988)	167
5 CONCLUSÃO.....	210
REFERÊNCIAS.....	214

1 INTRODUÇÃO

O constante aparecimento de notícias sobre o Oriente Médio na mídia brasileira denota a importância geopolítica desta região para todos os atores internacionais, que participaram de sua criação e que estabeleceram laços comerciais ou militares com os países que foram criados a partir da derrota e desaparecimento do Império Otomano no final da Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, a penetração europeia na região obedeceu à lógica imposta pelos vencedores do conflito mundial, isto é, Grã-Bretanha, França e Estados Unidos da América (EUA) explorariam a riqueza natural abundante na região e conhecida dos ocidentais desde o início do século XX: o petróleo.

Os países derrotados na Primeira Guerra Mundial, assim como a Rússia Bolchevique, que defendia o fim do imperialismo, foram afastados da região, uma vez que ainda havia riscos de atritos e de novos conflitos com os territórios recém liberados do domínio turco. Várias facções passaram a disputar o poder nas áreas liberadas, sempre tuteladas pelos interesses franco-britânicos. As demais nações que contribuíram para a causa aliada foram afastadas da região, porém foram importantes na criação da Liga das Nações para manter a liderança aliada no pós-Primeira Guerra Mundial.

Após o final das lutas pelo poder, monarquias árabes aliadas ao ocidente foram estabelecidas para manter os seus inimigos fora do Oriente Médio, o qual passava a ser o maior fornecedor da matéria-prima, que impulsionava o progresso nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. Por outro lado, movimentos nacionalistas árabes eram organizados para enfrentar a constante imigração judaica que afluía no Oriente Médio. Em contra partida, a imigração das populações da região para outros países, como Brasil, passou a ser uma alternativa na busca de novas oportunidades.

A região novamente foi alvo da cobiça ocidental no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, porém, a América Latina atraía europeus e estadunidenses em função de seus recursos naturais. As áreas de fixação de europeus, principalmente na América do Sul, passaram, no período pré-Segunda Guerra Mundial, a servir de base para o avanço de informantes nazi-fascistas, assim como órgãos culturais e diplomáticos alemães e italianos no Oriente Médio, em função do petróleo.

A Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, a Guerra Fria proporcionaram à França, à Grã-Bretanha e aos EUA que usassem todos os meios na área econômica e militar para manter os seus aliados na região, porém, soviéticos e chineses da China Popular, passavam a ajudar as lideranças árabes, que buscavam aliados contra o Estado de Israel, aliado ao Ocidente. A perda do território pelos palestinos passa a gerar uma série de conflitos na região, que eram acompanhados pelas lutas dos curdos contra os governos iraquianos.

A procura por novos modelos políticos e por novos fornecedores de material bélico aproximou a URSS do Oriente Médio, porém a capacidade do Brasil de produzir e vender pragmaticamente os seus produtos levou-o a ser um importante aliado do governo iraquiano, que se aproximava da URSS e do Brasil para afrontar o imperialismo ocidental que ainda sobrevivia no Oriente Médio. As disputas locais eram uma forma das indústrias bélicas de outros países desenvolverem equipamentos, porém a corrida nuclear fez com que o Brasil se mantivesse ao lado do Iraque, inclusive, regulando o estoque de petróleo brasileiro em períodos de crise.

As crises políticas no Oriente Médio aproximaram vários países da região, através do envio de tropas sob a égide da Organização das Nações Unidas. O Brasil tomou parte das operações aproximando-se da realidade da região. Na década de 1960, estabeleceu laços comerciais com o Iraque que evoluíram permitindo a este trabalho analisar as interferências internacionais, na América Latina e no Oriente Médio, através das relações entre estes dois países. Tais interferências obedeciam à lógica dos conflitos mundiais e da Guerra Fria, assim como das potências que os desenhavam.

A participação brasileira no Oriente Médio, principalmente no Iraque, apesar da tensão do Governo Geisel com o governo estadunidense, não impediu que houvesse cooperação entre

ambos, principalmente na luta contra o comunismo, fosse no Brasil ou na América Latina, o qual ficou mais evidente na década de 80. Por outro lado, no final daquela década, o Brasil voltava a ser uma democracia, após vinte e um anos de ditadura militar, e buscava um realinhamento automático com EUA, nas áreas econômica e estratégica, mesmo que fosse necessário sacrificar a sua indústria bélica e, posteriormente, o seu projeto nuclear.

Assim como na América Latina, os EUA influenciaram no Oriente Médio, estabelecendo alianças para combater o comunismo e assegurar o fornecimento de petróleo. Por outro lado, o governo estadunidense precisou fazer escolhas para salvaguardar os seus interesses na região, mesmo após a derrota do modelo soviético. A hegemonia estadunidense não permitia a permanência de países do Sul auxiliando os líderes do Oriente Médio. Desta forma, os novos presidentes eleitos na América do Sul abdicavam das conquistas dos mercados árabes para obter benesses do *hegemon* do Pós-Guerra-Fria.

Se, durante o período que o Brasil manteve uma relação privilegiada com o Iraque, o Realismo foi o paradigma adotado pelos governos militares brasileiros, a fim de alcançar os seus objetivos, os EUA fizeram uso do mesmo modelo para ordenar o encerramento de quaisquer ligações entre os países da América do Sul e Iraque, que pudessem por em risco a sua condição de potência dominante na região. Assim, o Realismo Clássico foi escolhido como referencial teórico deste trabalho, uma vez que houve a aceitação iraquiana na entrada de empresas brasileiras no país. Isso ocorreu porque o Estado Iraquiano assim permitiu e foi porque o Estado Brasileiro estabeleceu metas para buscar, naquele país do Oriente Médio, um parceiro comercial e estratégico, com um regime que pudesse assegurar a continuidade dos benefícios esses acordos para o Brasil.

Por outro lado, a penetração brasileira no Oriente Médio seguiu uma lógica estadunidense de permitir que os seus aliados tomassem posições importantes em regiões de suma importância à estratégia estadunidense, defendendo, de uma forma ou de outra, os interesses dos EUA. O final da Guerra Fria fez com que os próprios EUA desenvolvessem seus planos para a região, descartando seus aliados latino-americanos da área, ao mesmo tempo, enfraquecia suas estratégias nucleares e capacidade de defesa convencional.

Após a posse do Presidente Fernando Collor de Melo, as relações com o Iraque sofrem um revés. O Presidente Brasileiro deixou claro na abertura de XLVI Assembléia das Nações Unidas, que através de reformas internas o Brasil passaria a atrair capitais internos, enquanto enviava a mensagem aos organismos multilaterais (FMI e Banco Mundial), que cumpriria as metas estabelecidas pelos mesmos. A invasão do Kuwait, pelo Iraque, não beneficiou apenas a indústria bélica nacional. Empresas como a Petrobrás, Volkswagen, Sadia, Mendes Júnior receberam milhões de dólares em contratos com aquele país do Oriente Médio. Por outro lado, o Brasil se beneficiava com o petróleo iraquiano que chegava ao país graças à exclusividade dada à Brasília devido aos excelentes laços entre os dois países, que foram reforçados pela atuante participação brasileira no programa nuclear iraquiano. Mostrar-se-á o quanto a política externa brasileira dos anos 1960 foi importante para a fundamentação da construção dos laços com países do Terceiro Mundo, que permitiram que o Brasil chegasse à condição de parceiro privilegiado do Iraque. A Política Externa Independente (PEI) será vista de forma tênue no planejamento da política externa dos governos militares, que do Gen. Médici, passando pelo Governo Geisel e, por fim, com o Gen. Figueiredo galgaram importantes estágios nas relações com o Iraque, permitindo que fossem renovados os contratos que rendiam milhões de dólares.

As mudanças na política brasileira, já nos últimos anos da Guerra Fria, começam a mudar os rumos das relações Brasília-Bagdá, levando à falência as indústrias de armamento brasileiras. Tais mudanças fizeram com que a democracia retornasse à política brasileira, finalizando o período dos governos militares.

No mesmo ano em que o Presidente Collor assumia a Presidência, eclodia a Segunda Guerra do Golfo, o que levou o Brasil a apoiar a ONU com embargos de todos os itens comercializados anteriormente com o Iraque. Analisarão-se-á os prejuízos que as empresas brasileiras terão com o curto confronto, assim como os prejuízos da escolha do novo presidente ao alinhamento automático a Washington, e a aceitação dos ditames do consenso homônimo à capital estadunidense, além das conseqüências para o Brasil e para essas empresas do período “collorido” na Presidência da República.

2 A DESAGREGAÇÃO DO IMPÉRIO OTOMANO, O FINAL DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A NOVA GEOGRAFIA DO ORIENTE MÉDIO (1854-1939)

“Temos um doente em nossas mãos, um homem gravemente doente. Será uma grande infelicidade se, um destes dias, ele escapar de nossas mãos, especialmente antes de serem feitos os arranjos necessários.”

(Czar Nicolau I-1853)

3.2 “O Homem Doente”

A historiografia ocidental costuma chamar de “questão do oriente”¹ aquela que trata da desestruturação do Império Otomano, que desde o século XVIII, vinha apresentando sinais de decadência, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo. O primeiro caso deve-se aos nacionalismos, que emergiam em todas as partes do Império, enquanto o fator externo era representado pelas grandes potências que *“quaeres quem devoret”*². O dilema imposto ao Império Otomano residia exatamente na ação das grandes potências. Elas buscavam novos aliados nas áreas que tentavam se desvencilhar do jugo otomano ou adquirir territórios para inserir nas suas áreas de influência. Por outro lado, se fosse necessário manter a integridade do que restava do Império, era imprescindível que fossem aceitas as condições impostas pelas grandes potências.

A investida dos franceses e britânicos contra o Império Otomano iniciou a partir da rivalidade entre aqueles e a Rússia. Esta última buscava a secessão de parte do Império que a

¹ “A Questão do Oriente” teve início no século XVIII e foi encerrada com desmembramento do Império Otomano entre 1923 e 1924.

² “Quaeres quem devoret”: Procurando a quem devorar. Advertência de São Pedro aos crentes sobre o demônio, que tal como o leão esfomeado está à procura de novas presas. (Primeira Epístola, V. 8).

interessava. Em 1854, a França e a Grã-Bretanha ofereceram ao sultão Abdul Aziz uma aliança exatamente no início da Guerra da Criméia (1854-56), que tinha o intuito de “[. . .] *contener las veleidades expansionistas de Rusia*”, segundo Jean Carpentier e François Lebrun (1994, p. 408). Oficialmente, contra a Rússia, os aliados alegavam que essa oferta visava manter “[. . .] o respeito pelo princípio de integridade do Império Otomano.” (KITSIS, [1990?], p. 130).

As ações nacionalistas dentro do Império também foram usadas pelos aliados não apenas para manobrar seus interesses junto ao sultão, mas para responsabilizar os russos pelas crises que Istambul vinha enfrentando dentro de seus domínios.

Apesar do final da Guerra da Criméia, a Rússia estava envolvida em outro conflito com o Império Otomano, que seria encerrado com a assinatura do Tratado de Santo Estefano (1878). Esse tratado, além de estabelecer a paz entre a Rússia e o Império Otomano, declarava que o sultão Abdul Hamid II manteria os Estreitos de Bósforo e Dardanelos abertos à navegação em tempos de paz. Seria concedida a independência à Romênia e à Sérvia e Montenegro e, ainda, seria outorgada a autonomia à Bulgária, porém, mantendo-a entre seus domínios, com uma força de ocupação russa que lá permaneceria por dois anos após a retirada imediata das tropas otomanas. As grandes potências não aceitaram o crescimento da influência russa na Bulgária.

Em 1878, como ato final do Congresso de Berlim, o Tratado de Berlim foi imposto ao Império Otomano pelos aliados como uma revisão do Tratado de Santo Estefano, com a condição de que o Império Otomano reconhecesse os pontos já estabelecidos e a Rússia aceitasse uma divisão da Bulgária.

Se a extensão do Império Otomano assustava os europeus no seu continente, os domínios otomanos a leste também eram motivo de cobiça entre as potências européias. Alguns territórios já haviam sido investigados por franceses e ingleses, inclusive mediante o estabelecimento de relações e tratados de defesa com líderes locais, como a Somalilândia. Esse território foi contatado por britânicos em 1884, mesmo com a presença otomana em pontos litorâneos do território. As investidas britânicas também ocorreram nos Emirados na

costa de Omã (1892) e com o Kuwait (1899). Esse avanço britânico visava ao afastamento dos russos da região.

Como o Canal de Suez já havia sido construído, auxiliando a navegação européia a alcançar, em menos tempo, territórios asiáticos, seria muito prudente manter a segurança para os navios ocidentais nas duas margens do Canal. Dessa forma, embora a margem oriental fosse parte integrante do Império Otomano, os britânicos buscaram se infiltrar no Hedjaz, enquanto os franceses se estabeleciam mais ativamente às margens do Mar Mediterrâneo ainda sob o governo otomano.

Uma parcela do norte da África e os territórios a leste de Istambul, estendendo-se até o Paquistão, enfrentavam uma crescente penetração de negociantes, missionários e tropas ocidentais, procurando estabelecer potentados ou protetorados que ajudassem a manter a presença européia na região. De acordo com Dilip Hiro (1998), os primeiros geógrafos dividiram o Oriente em Oriente Próximo, Oriente Médio e Extremo Oriente, sendo que o primeiro estendia-se do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico e o segundo cobria uma área que englobava os territórios que iam do Golfo Pérsico ao Sudeste Asiático. Assim, o último cobria as regiões próximas ao Oceano Pacífico. Durante a Segunda Guerra Mundial, a denominação Oriente Médio passou a ser aplicada pelo comando militar britânico para o Egito. Passaram-se a chamar de Oriente Médio também os territórios do Oriente Próximo.

O Oriente Médio³ era uma área bastante cobiçada pelos estrategistas das potências européias e pelos Estados Unidos da América (EUA), devido à grande importância estratégica de seu território. Uma vez que foi estabelecida a delimitação geográfica e geopolítica para a região, deve-se lembrar que alguns territórios inseridos nesta definição de Oriente Médio estão no continente africano. Este foi alvo da partilha organizada pelas potências européias na

³ Adotar-se-á aquela definição de Oriente Médio criada pelo Professor Alexandre Roche, porque esta será extremamente importante para o andamento do presente trabalho: “Utilizaremos, então, uma imagem cotidiana para melhor definir o Oriente Médio geográfico e geopolítico – uma casa: a) um teto (Turquia, Cáspio, Irã, Afeganistão e Paquistão); b) um corpo da construção da casa indo da Líbia ao Paquistão e compreendendo a Líbia, o Egito, Israel, o Líbano, a Síria, a Jordânia, o Iraque, o Irã, o Kuwait, os Emirados e os Principados do Golfo Pérsico, a Arábia Saudita, Omã e Iêmen; c) um pátio, em parte terrestre, desde o Sudão até a África do Sul, acentuando-se sobre o “chifre” Africano (Eritréia, Djibuti e Somália) e em parte marítimo-o Golfo Pérsico, ele próprio, o Oceano Índico, o Mar Vermelho, o Canal de Suez e o Mediterrâneo Oriental.” (ROCHE, 1992, p. 175)

Conferência de Berlim (1884-1885), que foi ratificada pela Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha, Bélgica, pelo Império Otomano, Império Austro-Húngaro, pela Dinamarca, Holanda, Rússia, Espanha, Suécia-Noruega, por Portugal e pelos EUA. De acordo com J. B. Duroselle (1992, p. 45), a região que seria dividida entre eles era considerada “[. . .] *res nullius*”, composta por territórios tribais na África Negra e por regimes semifeudais na África do Norte. Havia chegado a hora, dentro da lógica expansionista europeia, de ocupar o *hinterland* do continente, onde os Estados europeus já haviam estabelecido entrepostos comerciais em 21.000 quilômetros quadrados, de acordo com Therezinha de Castro (1981).

Na realidade, o intuito europeu era apoderar-se das matérias-primas abundantes nessas regiões sem dono, segundo a Europa. As metrópoles europeias visam à industrialização do seu continente e vislumbrava nas Américas, já independentes, um mercado para o crescente número de produtos que as indústrias europeias passassem a produzir. A África passava a se constituir para a Europa em uma solução para a perda das Américas, pois, com a abundância de matérias-primas, poderia acumular novas fontes ainda inexploradas de café, óleo de palma, algodão, borracha e cacau, que, nesse contexto, ainda eram comprados das Américas. Por outro lado, como ocorreu nas Américas, os europeus chegam aos novos territórios africanos ávidos por riquezas minerais como: ouro, diamante, manganês, cobre, carvão e cromo.

Pelos ditames dessa conferência, o Egito permaneceria como possessão britânica, enquanto o Sudão estava convulsionado por revoltas internas, que exigiam uma demanda de tropas anglo-egípcias na região, em função de uma defesa preventiva da área do Canal. A questão sudanesa quase levou à guerra a Grã-Bretanha e a França, até então aliadas contra o expansionismo germânico devido ao incidente de Fachoda (1898). A solução do contencioso anglo-francês no Sudão proporcionou à Grã-Bretanha a manutenção da sua hegemonia no Vale do Nilo e a preservação da França como aliada fiel.

Como conseqüência do desembarque italiano na Baía de Assab, em 1882, a Somália, próxima às margens do Canal de Suez, constituía-se, desde 1889, em uma possessão sob a égide italiana e, em 1890, a Itália invadiu a Eritréia, vindo, posteriormente, a tornar-se a primeira potência colonial europeia a ser derrotada militarmente e expulsa de uma colônia africana por insurgentes locais em 1896. Essa derrota impediu que os italianos anexassem a Abissínia, atualmente a Etiópia. A derrota italiana gerou o aumento no número de tropas

britânicas no Sudão, que ainda não havia sido completamente tomado pela Grã-Bretanha, causou a divisão da então Somalilândia em possessões francesas, italianas e britânicas, além de provocar o surgimento do expansionismo etíope, que aproveitou o enfraquecimento italiano na região, fazendo com que a Etiópia ocupe a área do Deserto de Ogaden.

A França já havia se fixado na Tunísia desde 1881, enquanto na África subsaariana, exploradores belgas partiram para anexar à região do Congo em nome do Rei dos Belgas, Leopoldo II. J. B. Duroselle (1992, p. 44) chamou a investida européia na África de “[. . .] corrida para o campanário”, numa alusão à busca pelas terras no interior africano, uma vez que o litoral do continente já havia sido ocupado por europeus. O mesmo autor declarou que a ocupação de fato já se fazia necessária, pois a “[. . .] anexação pelo pincel” já havia sido concluída (1992, p. 44).

A busca por territórios na África reavivou algumas rivalidades européias. A França, após a conquista da Tunísia, foi hostilizada pela Itália, que buscou aliar-se com a Alemanha, para manter a França sob vigilância desde 1870. Essas rivalidades faziam com que algumas áreas ficassem à espera de dois senhores, como a Pérsia, que barganhava concessões em função da rivalidade anglo-russa.

A Europa e o próprio Império Otomano, durante o seu auge expansionista, buscavam novas áreas das quais fosse possível a obtenção de produtos primários ou procuravam vantagens geopolíticas dentro da lógica imperialista.⁴

A cobiça européia pelo Império Otomano fez com que fossem oferecidos por Alemanha, França, Grã-Bretanha, Império Austro-Húngaro, Itália e Rússia contratos comerciais ao sultão Abdul Hamid II. As potências européias firmaram um acordo com o grupo dirigente do Império Otomano através do Tratado de Paris (1856), no qual prometiam,

⁴ Estabelecer-se-á como noção de imperialismo aquela mostrada por Edílson Adão C. Silva, que apresenta “[...] a investida ocidental levada adiante pelo desenvolvimento da reprodução do capital, submetendo povos e lugares ao interesse das principais potências européias e, mais tardiamente, dos Estados Unidos. Ela não se quer única; ao contrário, reconhecemos outras formas de Imperialismo em diversos estágios da história quando um povo, submetia outro ao seu jugo. O próprio domínio muçulmano, estabeleceu uma relação imperialista. “Não obstante, o imperialismo europeu no contexto da expansão capitalista, em nosso entendimento, foi decisivo para os desdobramentos históricos na região que é objeto de nosso estudo.” (SILVA, 2003, p. 170).

segundo Albert Hourani (1992), o afastamento dos signatários europeus dos assuntos internos do Império.

Tais contratos eram firmados de maneira a oferecer lucro apenas aos europeus. O Império Otomano acumulou uma dívida de 150.000.000 libras esterlinas, que pela cotação da época alcançava a quantia de 750 milhões de dólares, segundo Fisher⁵ (1952) citado por Edilson Adão C. Silva (2003).

A maneira encontrada pelo sultão de amortizar essa dívida foi oferecer aos credores contratos de exploração dos recursos minerais do Império Otomano. Se a economia do Império não estava satisfatória, a política interna demonstrava sinais de fraqueza, visto que várias províncias rebeldes já estavam prontas a cortar os laços da dominação otomana.

A realidade da situação do Império não escapava aos olhos da Europa, que via nos espólios do “*homem doente*”⁶ a cura para os seus próprios problemas. Dessa forma, foram construídas estradas de ferro por companhias ocidentais, para que, aos poucos, os territórios do vasto império fossem sendo absorvidos lentamente pelas potências ocidentais ávidas pelas riquezas deste gigante ainda agonizante. A inserção de inovações tecnológicas, educacionais e culturais foi para Edilson Adão C. Silva (2003) a forma estratégica encontrada pelos ocidentais de estabelecer sólidas posições dentro dos territórios do Império Otomano. Isso não era totalmente novo para os otomanos, que assistiram, em 1869, à inauguração pela França do seu Canal de Suez, uma vez que Napoleão III, em seu discurso mencionou “*a França e o canal dela*”.

A este “*homem doente*” não restavam forças nem mesmo para manter o controle dos Bálcãs, que iam escapando-lhe das mãos ora por investidas do Império Austro-Húngaro ora por ações do nacionalismo sérvio apoiado pelos russos, que nunca esconderam suas intenções de ter os Bálcãs dentro de sua área de influência. Se, no campo geopolítico, a situação era desfavorável, a área econômica continuava a apresentar sinais de mais completa

⁵ FISHER, W. B. **El Oriente Médio**. Barcelona: Omega, 1952. Apud SILVA, 2003, p. 81.

⁶ A expressão o “Homem Doente da Europa” foi proferida pelo czar Nicolau I, em uma reunião com o embaixador britânico, e passou a designar o Império Otomano agonizante: “[. . .] temos um homem doente em nossas mãos, um homem gravemente doente. Será uma grande infelicidade se, um destes dias, ele escapar de nossas mãos, especialmente antes de serem feitos os arranjos necessários.” (LEWIS, 1996, p. 293).

desestruturação através da entrada de um número cada vez maior de instituições financeira e bancária européias, que destinavam novos empréstimos ao sultão. Este, por sua vez, oferecia novas compensações como forma de pagamento, colocando o Império Otomano próximo à capitulação aos seus credores principais, como Grã-Bretanha, França e Alemanha.

O Império Otomano também marcou o acirramento das tensões entre as potências da Europa, pois, enquanto o Kaiser Guilherme II declarava ao sultão a “*imorredoura amizade da Alemanha*”, França e Grã-Bretanha negavam recursos a Berlim para impulsionar a obra. Essa atitude, que foi tomada, em conjunto, por britânicos e franceses, fez com que a Alemanha e o Império Otomano estreitassem os laços militares. Se, por um lado, França e Grã-Bretanha se aliavam contra a Alemanha, de outro, a rivalidade entre esses aliados deixava Paris em desvantagem, pois ela ainda se restabelecia da derrota para a Alemanha em 1870, o que culminou com a unificação alemã. Essa derrota sofrida pela França a obrigou a vender as ações do Canal de Suez aos britânicos e assistir à confirmação da ocupação do Egito pela Grã-Bretanha.⁷

A França entrava na região por portos no Mediterrâneo Oriental, *o Levante*, estabelecendo-se na Síria e no Líbano, enquanto fortalecia as posições de suas possessões no *Magreb*. Apesar de a Alemanha se fazer presente com frequência entre as tropas do sultão, era a França que dispunha de boas relações com o Império Otomano. Este permitia a penetração de modernizações em várias áreas. A Síria e o Líbano representavam um terreno fértil para os negócios franceses, que prosperavam graças à ajuda de penetração cultural francesa, através de missões religiosas cristãs, além da atuação de banqueiros e comerciantes.

As missões religiosas cristãs, que foram aliadas do governo francês na propagação da influência cultural na região, passaram a ser o motivo principal da intervenção militar francesa no *Levante*, na segunda metade do século XIX. Com o intuito de proteger os católicos na região, o governo francês enviou tropas para o sul da Síria, que contava com um grande número de cristãos, e pressionou o sultão a criar a província do Líbano, que seria administrada diretamente pelo governo francês.

⁷ A França perde o Canal, mas mantém, na região, a área, que, atualmente, é o Djibuti, conquistado em 1862, quando contingentes militares franceses tentavam equilibrar a penetração britânica no Chifre da África através dos contatos de oficiais britânicos com lideranças locais. Por outro lado, a França foi afastada, pelo expansionismo britânico, do Vale do Nilo, que permaneceria sob a dominação britânica.

A Grã-Bretanha já havia, desde o século XIX, estabelecido contato com chefes clânicos no Chifre da África e, do outro lado do Mar Vermelho, já havia garantido uma futura entrada da frota britânica pela foz dos rios Tigre e Eufrates em direção à baixa Mesopotâmia, por meio de acordos com emires locais. Por outro lado, a principal conquista britânica na região foi a compra das ações do quadiva do Egito referentes ao Canal de Suez. A administração financeira do Egito estava à beira da ruína, desta forma o governo britânico prontamente ofereceu ao governante egípcio a quantia correspondente em libras esterlinas, correspondendo a 176.000 ações do Canal.

O acúmulo de dívidas pelos governantes da região impulsionava os governos europeus a novas conquistas. A França já havia sido afastada da administração financeira do Canal de Suez, restava apenas o afastamento do Egito, que, não conseguindo saldar os juros de sua dívida com a Grã-Bretanha, foi obrigado a abrir mão dos 44% do capital que detinha na Companhia do Canal de Suez. A Grã-Bretanha comprou as ações por um valor, que não chegou a £ 4.000.000. O quadiva Ismael sentenciou: *“Essa foi a melhor transação financeira e política jamais efetuada, mesmo por um governo britânico: mas péssima para nós.”* (KIRK, 1967, p. 143). Após a aquisição definitiva do Canal pelos britânicos, o Egito declarou bancarrota, obrigando-se a receber fiscais franceses e britânicos, que supervisionariam estradas de ferro e o porto de Alexandria. De acordo com George E. Kirk (1967), os beaguins⁸ haviam chegado para colocar a vida pública egípcia sob a égide de Paris e de Londres.

A rápida investida britânica para obter a posse do Canal visava à manutenção da rota segura para a Índia. A Grã-Bretanha encontrava-se em uma privilegiada posição geopolítica na margem africana do Canal de Suez, assim como na margem oposta, pois havia instalado uma rede de portos e fortificações, que percorriam o Hedjaz, indo do Golfo de Áden à costa da Índia, inclusive com a captura do sultanato de Omã, o que deixou a França em desvantagem em ambas margens do Canal de Suez. Portugal também havia sido alijado de sua possessão na região, a Grã-Bretanha expulsava os lusitanos da região do Estreito de Ormuz.

⁸ Conforme o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa: beaguim s.m. agente da polícia (BUENO, 1985, p. 176).

Em 1890, a Alemanha iniciava a sua tentativa de implementar a *Weltpolitik*, que seria a busca de conquistar a supremacia global, política, estratégica e econômica, além de obter o seu reconhecimento como potência mundial e gerar a “liberdade política mundial”, conforme a designação de Berlim. Em 1897, a Alemanha desafiava a Grã-Bretanha exatamente onde esta não encontrava concorrente: nos oceanos. A tática alemã visava exaurir os britânicos, porém ocorreu o que a Alemanha não esperava: a Grã-Bretanha se fortaleceu, colocando-se em alerta contra o expansionismo alemão.

Essa foi mais uma das formas que garantiram ao Kaiser Guilherme II novos acordos com o sultão do Império Otomano. Assim, Berlim passava à construção da ferrovia Bagdá-Anatólia, que havia sido autorizada em 1902. O sultão Adbul Hamid II autorizou a criação da Companhia de Ferrovias da Anatólia, que estava a cargo do Deutsche Bank. A Alemanha unificada acelerava o crescimento industrial, dessa forma financiaria a agressiva investida aos bens do *homem doente*. Por outro lado, era necessário que fosse investida uma grande soma de capital estrangeiro para o andamento da construção da estrada de ferro. Isso fez com que a Grã-Bretanha conquistasse mais uma posição na disputa geopolítica do Império Otomano. O governo de Lorde Balfour levantou as possibilidades de investimento, mas os investidores britânicos já previam uma guerra no Oriente Médio e se sacrificavam para sustentar a campanha contra os bôeres na Guerra Sul-Africana.

Desde 1893, a Alemanha fornecia equipamentos militares e instrução às tropas do sultão. A aproximação do Império Otomano e da Alemanha foi decorrente da derrota francesa em 1870. Isso fez com que os oficiais turcos aceitassem o auxílio alemão, que, de outro lado, ia se aproximando do território russo pelo Sul. Apesar de assessorado militarmente pela Alemanha, não havia ilusões entre o alto oficialato turco sobre a condição de extrema fragilidade do Império ao qual serviam.

O fortalecimento do Exército Otomano estava amparado pelo temor do avanço britânico na região, principalmente na Península Arábica, onde oficiais britânicos mantinham alianças com lideranças árabes jovens. O cerco britânico se fechava ao redor do agonizante *homem doente*, que ainda assistia ao fortalecimento militar da Grã-Bretanha, através do enfraquecimento de rivais como Rússia, derrotada pelo Japão, em 1905, e a França, enfraquecida pela campanha de 1870. A Rússia fora repelida pelo Império Otomano em 1877,

com o auxílio da Grã-Bretanha, quando os russos buscavam conquistar a posse dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos.

Com a modernização dos meios de transporte e do maquinário, a busca pelo combustível aguçou as potências europeias e os Estados Unidos da América (E.U.A.) a procurarem fontes capazes de abastecê-los, pois, em 1905, o automóvel com propulsão à gasolina havia derrotado, de forma definitiva, os seus concorrentes movidos à eletricidade e a vapor. A necessidade de combustível aumentava à medida que as concessões para veículos cresciam, fazendo com que apenas nos EUA chegassem a 8.000 em 1900. O crescimento da indústria automobilística fez com que o automóvel deixasse de ser uma novidade e passasse a ser uma utilidade, assim, a década passou a basear-se inteiramente no petróleo e nas formas e fontes para sua obtenção.

Os olhos da Europa e dos EUA voltaram-se para a então Pérsia, onde sinais de petróleo já haviam sido detectados por europeus. Na década de 1890, um geólogo francês publicou vários relatórios sobre a capacidade da Pérsia de deter um potencial considerável de petróleo. O general persa Antoine Kitabgi, em 1901, procurou o milionário investidor australiano, baseado em Londres, William Knox D'Arcy, prometendo-lhe “[. . .] a presença de uma fonte de riquezas incalculáveis em termos de extensão”. (YERGIN, 1992, p. 127). De acordo com Daniel Yergin (1992, p. 128), a coroa persa estava nas mãos “[. . .] de uma criança de idade adulta”, o Xá Muzzafar al-Din, e “[. . .] a monarquia persa era uma velha propriedade rural, há muito tempo mal gerida, pronta a ser logo arrebatada pela potência externa que desse o maior lance ou ameaçasse mais ferozmente seus dirigentes degenerados e indefesos.”

As monarquias persa e otomana apresentavam os sinais de desgaste do tempo, sendo a má administração e o atraso tecnológico os principais fatores, colocando-as à mercê de potências europeias ávidas por recursos naturais, matérias-primas e territórios, que detinham poder de barganha, além da força militar para conquistá-los. Um exemplo disso foi a instalação do primeiro telégrafo na Pérsia, que ocorreu somente em 1864, uma vez que havia interesse britânico direto nas comunicações entre Teerã e Londres.

Em função da presença britânica na Índia e nos campos de batalha do Afeganistão, a Grã-Bretanha apresentava-se como a potência capaz de colocar a Pérsia sob a sua influência direta. Por outro lado, a Rússia também se posicionava para, se necessário, disputar a Pérsia em um conflito com a Grã-Bretanha, que já se avizinhou, em 1885, em plena assinatura da Conferência de Berlim, devido às pretensões britânicas em curso no território afegão.

De acordo com Charles Zorgbibe (1991, p. 39): “No dia 26 de maio de 1908, um jorro anegado no céu azul de Masjid-I-Suleiman (sobre a margem iraniana, aos pés do Monte Zagros), abre a era do petróleo no Golfo. Em 1927, a segunda descoberta importante é realizada em Kirkuk, no nordeste do Iraque.”⁹ Desta forma, William Knox D’Arcy converteu-se no fundador da indústria petrolífera no Oriente Médio, um súdito britânico amplia significativamente a área de influência da Coroa, que passou a apoiar de forma irrestrita os investimentos de William K. D’Arcy, que se tornara milionário explorando ouro na Austrália, apesar da parte setentrional da então Pérsia, estar sob influência russa.

As explorações de D’Arcy necessitavam da aprovação do Xá reinante, que recebeu uma compensação de £ 20.000, a mesma quantia em ações e 16% dos lucros líquidos anuais. Isto gerou para o milionário australiano uma concessão da exploração de petróleo válida por sessenta anos, atingindo três quartos do país. Por sua vez, o empreendedor britânico buscou não agir nas áreas que estavam sob influência russa.

Enquanto os britânicos procuravam não ir de encontro aos interesses russos na Pérsia, o governo russo buscava de todas as formas manter sua presença ativa na capital persa. O Exército russo já tinha, inclusive, atuado em uma revolta, que opunha dois pretendentes ao trono. Como o aliado russo, Mohammed Ali, foi derrotado, o governo do Czar preparou a sua volta através de uma nova revolta que foi sufocada por tropas leais ao Xá Muzzafar al-Din.

Mesmo conhecendo os interesses alemães na Pérsia, os russos passam a apoiá-los através do reconhecimento da obra da Estrada de Ferro de Bagdá e, dessa forma, esperavam que os alemães reconhecessem a região norte da Pérsia como área de influência russa. Essa

⁹ Originalmente: “Le 26 mai 1908, un jet noirâtre dans le ciel bleu de Masjid-I-Suleiman (sur la rive iranienne, au pied de monts Zagros) ouvre l’ère du pétrole dans le Golfe. Em 1927, la deuxième découverte important est réalisée à Kirkouk, dans le nord-est de l’Irak.” (ZORGBIBE, 1991, p. 39)

era uma forma de enfraquecer a posição britânica junto ao Xá. Outra maneira foi desacreditar o conselheiro econômico estadunidense na Pérsia, que tentava sanear as dívidas persas.

A rivalidade entre Rússia e Grã-Bretanha, apesar das intenções de D'Arcy, permanecia ativa, proporcionando um contra-ataque russo às ações britânicas na região. Os russos planejavam a construção de um oleoduto de Baku ao Golfo Pérsico, do golfo às praias do Oceano Índico. Essa pretensão russa foi imediatamente criticada pelo Governo Britânico, através de Sir Arthur Hardinge, então embaixador britânico em Teerã. O diplomata taxou-a de absurda, declarando: “[. . .] forneceria um pretexto para cobrir o sul da Pérsia de agrimensores, engenheiros e destacamentos de cossacos para proteção, preparando uma ocupação militar velada.” (ZORGBIBE, 1991, p. 129). A manifestação britânica surtiu efeito e o oleoduto não foi construído.

Apesar da desconfiança mútua entre russos e britânicos, a Pérsia deveria ser um local para que fosse firmada uma aliança militar entre eles, com a adesão da França. A debilidade do governo do Xá expunha a área central do país às investidas de outros concorrentes. Como já ocorrera no Império Otomano, a presença militar e empresarial alemã que buscava novas áreas para a sua *Weltpolitik* colocava os ingleses e os franceses em alerta, sendo assim, em 1904, a *Entente Cordiale* era criada para manter sob vigilância a vigorosa e talentosa concorrente: a Alemanha.

A Convenção Anglo-Russa, em 1907, colocava a região norte da Pérsia sob o controle da Rússia, e a região sul, sob a tutela britânica, além de trazer a Rússia para a *Tríplice Entente*. Por outro lado, temores britânicos em relação à Rússia diziam respeito à situação interna, em função da Revolução de 1905, e no enfraquecimento militar russo com a derrota face ao Japão na Guerra Russo-Japonesa no mesmo ano. Com a Rússia na aliança, a Grã-Bretanha afastava do Afeganistão a ameaça de interferência russa. Por outro lado, Império Austro-Húngaro, Itália e Alemanha organizavam-se para a formação Tríplice Aliança.

O Império Otomano mostrava sinais de convulsão interna, O Comitê de União e Progresso, em 1908, patrocinara a revolução dos Jovens Turcos, que buscava destituir o sultão Abdul Hamid II. A escolha do novo governo turco seria nos moldes dos modelos liberais e constitucionais, como França e Grã-Bretanha em detrimento à Alemanha. A tentativa de

remodelar o Império desaparece, quando as tropas otomanas massacraram os armênios, em 1909, sob protestos da imprensa francesa e britânica, enquanto a imprensa alemã silenciava. O Império Otomano também enfrentava graves problemas internos, a política externa britânica conquistava um marco importante na região, pois havia solucionado a questão persa. A Grã-Bretanha fundou, em 1909, a *Anglo-Iranian Oil Company*, com a função de explorar a descoberta petrolífera do ano anterior.

Apesar das diferenças no campo geopolítico, Grã-Bretanha, Alemanha e Império Otomano, após seis anos de negociações, entre 1907 e 1913, iniciaram a construção da Estrada de Ferro de Bagdá, porém, nas negociações, a Coroa Britânica que impôs as seguintes condições:

- a) Baçora seria o término da ferrovia. Confirmava-se o status vigente do Kuwait. Nenhuma estação ferroviária, nem porto seriam construídos no Golfo Pérsico, e a Alemanha não daria seu apoio ao esforço de qualquer outra potência, para este fim;
- b) a Grã-Bretanha teria dois diretores no conselho de administração da Baghdad Railway Company;
- c) seriam formadas, por iniciativa britânica, a Ottoman River Navigation Co. com direitos exclusivos nos rios do Iraque e a Ottoman Ports Co. para construir e administrar os portos e terminais de Bagdá e Bâcora, sendo entregue uma generosa participação, como acionistas, ao governo turco e à Baghdad Railway Co.;
- d) os alemães reconheceram o direito exclusivo da Anglo-Iranian Oil. Co. à prospecção e extração de petróleo no sul da Pérsia e no *vilaiete* de Bâcora. A exploração petrolífera dos vilaites de Bagdá e Mosul seria confiada exclusivamente a Turkish Petroleum Company, na qual os interesses britânicos reteriam três quartos e os interesses alemães um quarto das ações. (KIRK, 1967, p. 125-126).

Apesar de impor condições aos alemães, a Grã-Bretanha não solucionou o ponto vulnerável na Pérsia: a área central. Os esforços alemães para conquistar os persas baseiam-se na repulsa dos persas ao Pacto Anglo-Russo e na instalação de estabelecimentos de ensino alemães no país. A província de Fars também forneceu vários simpatizantes à Alemanha,

assim como os oficiais da Gendarmeria persa e seus instrutores suecos. A preocupação com a Rússia foi debelada pelos britânicos, mas as ações e táticas de infiltração alemãs foram subestimadas por britânicos, que sofreram com a espionagem germânica, dentro de sua área de influência e pelos próprios russos.

A Alemanha, valendo-se da crença religiosa majoritária do Império Otomano, conseguiu os direitos de construção da Estrada de Ferro do Hedjaz, que seria utilizada para transportar fiéis muçulmanos para os locais sagrados do Islã, além de transportar tropas turcas para a região, não sendo necessária à utilização do Canal de Suez completamente protegido pelos britânicos. No Egito, assim como na Pérsia, os agentes alemães buscavam arregimentar simpatizantes, sendo que entre os egípcios foram contatados os membros do nascente Partido Nacionalista. A Grã-Bretanha percebeu que o *Drang nach Osten*¹⁰ da Alemanha havia se convertido em um fator de suma importância para o Oriente Médio, dessa forma, a proteção do Canal era vital.

2.2 A Primeira Guerra: a derrota turca e a ocupação franco-britânica do Oriente Médio

Enquanto, em 1913, entrava em vigor o acordo entre otomanos, britânicos e alemães para a construção da Estrada de Ferro de Bagdá; o Império Otomano enfrentava a Guerra ítalo-turca, na Líbia, desde 1911. A Itália, que havia perdido a Tunísia para a França, lançava-se à conquista da Líbia, cujo litoral guarnecido por tropas otomanas caiu logo após a invasão. Trípoli e Bengazzi foram anexadas como territórios italianos, enquanto a guarnição otomana lutava no interior. Incapaz de vencer a guerra, a Itália bombardeia Dardanelos, o que estende o conflito para o Egeu, ocupando Rodas e Dodecaneso em 1912.

De acordo com Charles Zorgbibe (1997a, p. 223), “[. . .] *las dificultades de Turquía incito a los Estados balcânicos, decididos a coligarse contra Estambul.*” O autor menciona a tentativa russa de oferecer ajuda ao Império Otomano, mas a Rússia apoiou a coligação balcânica que uniu Sérvia e Bulgária, contra um terceiro inimigo, que poderia ser o Império Austro-húngaro ou o Otomano. Em 1912, havia uma coalizão regional contra o Império Otomano, colocando Bulgária, Grécia e Sérvia e Montenegro contra Istambul, porém essa

¹⁰ “Impulso para o Oriente.”

aliança só foi possível por causa da intervenção russa, que dava o apoio diplomático ao grupo. Começava, em 1912, a Primeira Guerra Balcânica, que visava à tomada de territórios turcos na região dos Bálcãs. No mesmo ano, o Império Otomano, que mostrava sinais de esgotamento, lutando em várias frentes e com vários inimigos, declarava que abandonaria a Líbia, alcançando a paz com os italianos.

A manobra otomana seria retirar as tropas do norte da África, transferindo-as para a Macedônia, onde os combates estavam sendo vencidos pela aliança balcânica. A instabilidade do Império Otomano fazia com que fosse redobrada a vigilância nas fronteiras com Rússia e com as províncias árabes. Em 1913, na Conferência de Londres, o Império Otomano aceita se retirar das suas possessões na Europa, na Ilha de Creta e nas ilhas do mar Egeu. Começava a Segunda Guerra Balcânica, então pelos despojos territoriais otomanos.

A Segunda Guerra Balcânica chamou a atenção da França, da Rússia e do Império Austro-Húngaro. A França buscava estreitar seus laços com a Rússia, enquanto o Império Austro-Húngaro, com auxílio da Alemanha e da Itália, impediu o acesso da Sérvia ao mar Adriático. Apesar de adversários, na Primeira Guerra Balcânica, Bulgária e Império Otomano passam a formar a nova liga balcânica, que seria construída pelo Império Austro-Húngaro.

A Primeira Guerra Mundial marcou a derrota dos impérios germânico, austro-húngaro e otomano. A França e a Grã-Bretanha buscavam alijar a Alemanha, que era um forte oponente na busca de novos territórios e alianças econômicas e militares, no processo de expansão em direção ao Oriente, principalmente daquela parcela pertencente ao Império Otomano, que já mostrava sinais de fraqueza na administração de uma vastíssima região, referentes ao norte da África às fronteiras russas.

Em 1914, os britânicos, que já estavam estabelecidos e ambientados no território, buscam manter protegida a descoberta de D'Arcy. Nesse mesmo ano, nascia a *Anglo-Persian Oil Company*, que aliava a participação do magnata australiano, do Almirantado Britânico e do Tesouro da Grã-Bretanha, sendo a Coroa Britânica a sócia majoritária.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial coloca frente a frente no campo de batalha os antagonistas da corrida pelo espólio do *homem doente*. As alianças são formadas, não

destoando dos arranjos estabelecidos antes do conflito. A Alemanha, Império Austro-Húngaro, Itália e Turquia formam a *Tríplice Aliança*, enquanto a *Tríplice Entente* é composta por França, Grã-Bretanha e Rússia, com a Itália lutando a favor dos aliados próximo ao final da guerra.

Em 1915, a Pérsia enfrentava a ocupação russa, ao norte, e a ocupação turca na sua porção ocidental. A Rússia valeu-se do estado de guerra para anexar territórios ao norte da Pérsia, alegando que bandos armados pró-Alemanha estavam atuando em território persa, devendo assim salvaguardar suas fronteiras. Neste mesmo ano, os aliados tinham prometido à Rússia os Estreitos e a região norte da Pérsia, enquanto a Rússia cumpriria o Acordo de 1907 e deixaria a Grã-Bretanha com os territórios da zona sul e neutra da Pérsia, segundo George E. Kirk (1967).

Em 1917, os EUA entram no conflito ao lado da Tríplice Entente, que havia perdido a Rússia, a qual enfrentava a sua revolução interna. Antes do término da guerra, já nas mãos dos socialistas, a então Rússia Soviética buscará a paz em separado com a Alemanha.

Enquanto os aliados recebem a adesão de tropas dos EUA, no teatro de operações europeu, assistem a saída das tropas russas do conflito, em função da vitória dos bolcheviques. O Tratado de Brest-Litovsk (1918) permitia a condução de operações militares alemãs em território russo, enquanto os alemães desviavam o petróleo do Cáucaso para seus arsenais. Essa ação bolchevique fez com que soldados britânicos ocupassem Bacu e o noroeste da Pérsia. Os aliados passaram a apoiar unidades antibolcheviques na guerra civil russa.

A Pérsia, que tinha a presença de grupos pró-Alemanha e Turquia no seu governo, assistiu a ascensão de grupos pró-bolcheviques, o que exigiu uma consulta a Grã-Bretanha para que essa mantivesse a integridade persa, uma vez que o Acordo de 1907 não existia mais.

As Américas se fazem representar no teatro de operações pelos EUA e pelo Brasil, sendo o único país sul-americano a enviar unidades militares, uma vez que a Argentina manteve-se neutra até o final do conflito, que mais tarde assinaria a carta da Liga das Nações. O Brasil deixa a condição de país neutro e passa à condição de beligerante com a Alemanha

em 1917. A justificativa brasileira baseia-se no torpedeamento de navios mercantes brasileiros, o “*Acaré*” e o “*Guaíba*” na costa européia.

Por outro lado, existia o apoio aos EUA, segundo Eugênio V. Garcia (2000a, p. 27) na “[. . .] política tradicional de amizade para com os Estados Unidos” e “[. . .] à solidariedade continental em um momento crítico na história do mundo.” A participação brasileira seria eminentemente naval, porém uma epidemia de febre espanhola afetou a esquadra brasileira afastando-a dos combates. A esquadra brasileira aportou em Dacar (Senegal) com destino à Europa, porém a gripe espanhola matou 59 membros das tripulações e do corpo de saúde, além de deixar 11 enfermos (GARAMBONE, 2003).

Os EUA lutavam na Europa, demonstrando que sua economia podia suportar a luta que os europeus já não podiam mais manter, por envolvimento em questões coloniais e, principalmente, em disputas internas na Europa, que datavam do século XIX, muitas das quais haviam se prolongado nos campos de batalha, custando muito em termos financeiros e em vidas.

A Conferência de Paris determinou a captura e distribuição da frota naval dos países derrotados entre os países vencedores do conflito. O Brasil sofreu o primeiro constrangimento, vendo-se obrigado a ceder os navios que havia capturado à Alemanha em portos brasileiros, isso significaria um aumento considerável na frota naval brasileira. Por outro lado, como teve perdas navais mínimas no conflito, o País teve que entregar aos europeus esses navios, visto que as perdas das marinhas européias aliadas foram elevadas. O Brasil repassou à França 30 dos 46 navios que por direito lhe caberia. O País havia perdido o total de 25.000 toneladas, enquanto havia capturado 216.000, desta forma deveria repassá-los à França que perdeu 930.000 toneladas, tendo capturado somente 50.000.

O País acatava prontamente as decisões tomadas pelos EUA e pelas potências, que formavam o Conselho da Liga das Nações, assim, quando ficou estabelecido que a França e a Grã-Bretanha receberiam mandatos sobre o Oriente Médio, o País imediatamente se colocou ao lado dos EUA, que via com ressalvas os mandatos, uma vez que o petróleo do Oriente Médio estaria sob controle franco-britânico. Por outro lado, não se indisporia com seus aliados que lutaram durante o conflito pela expulsão dos turcos dos territórios no Oriente

Médio nos quais os europeus já tinham, de certa forma, se estabelecido, mesmo sob o governo otomano.¹¹

Os EUA, embora tivessem acordado com os mandatos franceses e britânicos para Síria/Líbano e Mesopotâmia, respectivamente, criaram através da Secção Americana da Comissão Internacional sobre Mandatos, em 1919, a Comissão King-Crane¹², que tinha como objetivo observar algumas áreas do antigo Império Otomano, principalmente, a Palestina, a Mesopotâmia, a Síria e o Líbano.

O relatório da Comissão deixava claro que “[. . .] os EUA não tinham ambições políticas na Europa e no Oriente Médio e , se fosse possível, pretendiam ficar afastados de quaisquer problemas na Europa, Ásia e África.”¹³ Esta também era a afirmação do 12º ponto de Woodrow Wilson, quando publicou os “Quatorze Pontos”, que regulariam o mundo pós-Primeira Guerra Mundial:

Às parcelas turcas do atual Império Otomano deve ser assegurada soberania garantida, mas às demais nacionalidades ora sob domínio turco assegura-se [. . .] oportunidade absolutamente tranqüila de desenvolvimento independente, e os Dardanelos devem estar permanentemente abertos como livre passagem aos navios e ao comércio de todas as nações sob garantias internacionais. (HENIG, 1991, p. 76).

Por outro lado, é interessante notar que as aspirações estadunidenses para a Mesopotâmia contradizem a citação acima.

1 Mesopotamia should be completely independent, including Diarbekir, Deir- ez-Zor, Mosul, Bagdad and Muhammerah; 1 The government should be a constitutional civil kingdom; 2 The king should be a son of King of the Hedjaz, either Abdullah or Zeid; 3 Article 22 of the Covenant of the League of nations is protested against; 4 No outside government should interfere in

¹¹ Apesar de ser aliado de decisões importantes referentes ao Oriente Médio no pós-guerra, o Brasil recebera uma considerável onda migratória oriunda da região entre os anos de 1910 e 1914. Somente, em 1914, o Brasil recebeu 10.866 sírios-libaneses, que se somaram aos outros 22.354 que chegaram ao País nos quatro anos anteriores. Os anos de 1915 a 1919 mostraram que houve uma diminuição na migração do Oriente Médio para o Brasil, mostrando a chegada de apenas 1972 pessoas. Entre 1920 a 1929, o número de imigrantes chegou a 20.209 (AB’SABER, 2000).

¹² A Comissão tem o sobrenome dos dois membros Henry Churchill King e Charles R. Crane.

¹³ A cópia completa do Relatório King-Crane (2006, *online*) encontra-se disponível na Internet.

the country; 5 After the recognition of independence technical and economical assistance is to be asked from America. (HENIG, 1991, p. 76).

Em 1919, o Oriente Médio começava a ser redesenhado pela Conferência de Paris, que dava a independência a vários povos e criava novos países em áreas antes pertencentes aos impérios Austro-Húngaro, Alemão e Otomano. A Rússia, que havia sido transformada em uma federação socialista, é excluída da partilha dos *butins* de guerra, assim como da recém-criada Liga das Nações. À Alemanha é imputado o Tratado de Versalhes, que retira a força militar alemã e estabelece a ocupação do seu território.

A Liga ou Sociedade das Nações foi a primeira resolução a tomar forma efetivamente no pós-guerra. Conforme Eugênio Vargas Garcia (2000b, p. 7), a Liga era uma proposta que se contrapunha ao sistema europeu, pós-Conferência de Viena, buscava acomodar os interesses e fomentar o equilíbrio de poder, que era gerado através da proteção de potências médias e pequenas, resultando em uma balança de poder que “[. . .] *tolia a voracidade das grandes potências.*”

A Liga das Nações privilegiava aqueles que estavam na direção do Conselho da organização, a distribuição de mandatos para governar as regiões pretendidas e previamente ocupadas contemplaram França e Grã-Bretanha, que disputavam entre si áreas no Oriente Médio, que eram ricas em petróleo. De acordo com George E. Kirk (1967, p. 168):

[. . .] o sistema de mandatos pouco mais era do que uma ficção política criada para satisfazer o Presidente Wilson e os idealistas que tinham inaugurado a Liga das Nações. A França e a Grã-Bretanha chamaram a si os mandatos sobre o Oriente Médio pelo Tratado de San Remo, em abril, de 1920, e a Liga sancionou-os, obedientemente, respeitando a vontade das duas potências.

Os mandatos, para Edílson Adão C. Silva (2003), constituíram-se em um novo conceito do vocabulário imperialista, gerando uma sucessão de incertezas e reuniões, uma vez que domínios e pseudo-Estados esperavam tão somente a Liga das Nações ratificar a troca de mandatários, sem levar em consideração os critérios estabelecidos pelo presidente dos EUA, Woodron Wilson, sobre a autodeterminação dos povos, que havia apresentado, durante o

Tratado de Versalhes, um documento com quatorze pontos que deveriam ser implementados nos territórios europeus, que deixavam de ser austro-húngaros e alemães, e passavam a ser independentes.

O Brasil, que deveria superar o episódio da partilha dos navios, enquanto via sua entrada na Liga das Nações por determinação dos EUA, que havia solucionado para o País problemas de suma importância. Demonstrava-se uma parceria assimétrica instrumental em defesa dos interesses dos EUA tão somente, o Brasil limitava-se somente a fazer protestos previamente decididos pelos estadunidenses. A Liga das Nações possuía um Conselho que era composto pelas potências vencedoras do conflito mundial: EUA, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão.¹⁴ As discussões na Liga em torno da condição de potência fizeram com que o País tomasse uma posição realista, ou seja, negou o princípio de igualdade entre os Estados, acatando que permaneceriam na Liga de forma *ad eternum* apenas as grandes potências, em suma, as que estavam no Conselho.

Como a Grã-Bretanha e a França foram as responsáveis, juntamente com unidades locais, pela derrota das tropas turcas no Levante e no Hedjaz, região litorânea da atual Arábia Saudita, a Sociedade das Nações concedeu mandatos¹⁵ para que ambas tutelassem esses territórios. Essa ação da Sociedade das Nações faz com que os EUA instaurassem uma discussão com base na política de “portas abertas”, segundo Charles Zorgibibe (1997). Tal política deveria dar aos outros países o mesmo direito de exploração, que aquele concedido ao detentor do mandato, devendo o monopólio ser proibido. Entende-se esse comportamento estadunidense, uma vez que os EUA participaram da campanha na Europa durante o conflito de 1914 a 1918 e buscavam uma compensação de guerra entre o espólio alemão e turco do território “libertado”. A derrota da Alemanha fez com que o Deutsch Bank perdesse a sua parcela na sociedade, sendo esta concedida pela Grã-Bretanha à França, em virtude do

¹⁴ São membros originários da Liga das Nações e signatários do Tratado de Paz: EUA, Bélgica, Bolívia, Brasil, Império Britânico (Canadá, Austrália, África do Sul e Índia), China, Cuba, Equador, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Hedjaz, Honduras, Itália, Japão, Libéria, Nicarágua, Panamá, Peru, Polônia, Portugal, Romênia, Estado servo-croata-esloveno, Sião, Tchecoslováquia e Uruguai. Foram ainda convidados a aderir ao Pacto: Argentina, Chile, Colômbia, Holanda, Pérsia, El Salvador, Dinamarca, Espanha, Noruega, Paraguai, Suécia, Suíça e Venezuela (GARCIA, 2000b).

¹⁵ Havia três tipos de mandatos, de acordo com a Liga das Nações. O Mandato ‘A’ era aquele no qual se enquadravam os antigos territórios otomanos. “An ‘A’ Mandate: This was a territory which “[. . .] had reached a stage of development where their existence as independent nations can be provisionally recognized, subject to the rendering of administrative advice and assistance by a ‘Mandatory’ until such time as they are able to stand alone. The wishes of these communities must be a principal consideration in the selection of the Mandatory.” (THESE were Mainly Parts of the Old Otoman Empire, 2006, *online*).

Tratado de San Remo (1920). A Companhia Francesa de Petróleo assumia a parcela alemã do petróleo iraquiano.

Durante o conflito mundial fora estabelecido um compromisso entre França, Grã-Bretanha e Rússia, que repartiria os territórios do Império Otomano ao leste: o Acordo de Sykes-Picot (1916). O final da Primeira Guerra Mundial apresentou, especificamente para o Oriente Médio, dois tratados: Tratado de San Remo (1920) e o Tratado de Sèvres (1920). Por outro lado, o Tratado de Lausane (1923) desenhou as fronteiras da Turquia atual e lançou a sorte para os territórios a sudeste de Istambul.

O Acordo de Sykes-Picot fora estabelecido antes mesmo do final das operações militares da Primeira Guerra Mundial. O representante britânico, Sir Mark Sykes, e o representante francês, Georges Picot, traçaram o plano que dividiria entre seus países as áreas pertencentes ao Império Otomano. A questão religiosa da *Terra Santa* também estava presente no acordo gerando divergências entre as potências. A França encontrou na proteção aos maronitas o seu direito de guardar os lugares sagrados do cristianismo, enquanto que a Rússia evocou para si a responsabilidade de manter a guarda dos lugares religiosos dos ortodoxos. É interessante notar que a Grã-Bretanha estava sendo excluída dessa disputa, a qual voltou em 1917, com o pretexto de instalar na região o “lar judeu”.

Couberam à Rússia, algumas áreas próximas ao seu território, além da tão cobiçada saída para as águas quentes do Mar Negro e a posse definitiva dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos. Essencialmente, o Acordo de Sykes-Picot privilegiava os seguintes itens:

1- À Rússia caberá as províncias de Erzerum, Irbizond, Van e Blilits, assim como o território na parte sudeste de Curdistão através da linha Mush-Sairt-ibn Umar Amaria até a fronteira persa. O limite das aquisições na costa do Mar Negro serão determinadas mais tarde em um ponto oeste de Trbizord; 2- A França obtém uma faixa litorânea ao longo da costa da Síria. A vila de Adama e o território fronteiriço ao sul pela linha Aitab-Mardin até a futura fronteira da Rússia e, ao norte, pela linha Ak Dargh-Jidiz-Aaagh-Zara-Egin Hharput; 3- Grã-Bretanha obtém a parte sudeste da Mesopotâmia com Bagdá e estipula para si própria na Síria os pontos de Haifa e Acre; 4- Por acordo entre França e Inglaterra a zona entre a França e os territórios britânicos formam a Confederação dos Estados

Árabes ou um Estado Árabe Independente, aos quais as zonas de influência são determinadas ao mesmo tempo; 5- Alexandreta é proclamada como ponto livre. (MONROE¹⁶, 1955, apud SILVA, 2003, p. 24).

Ficava estabelecida pelas cláusulas do acordo a criação de um Estado árabe, porém com uma extensão muito menor que aquela pretendida por Hussein, o xerife de Meca¹⁷ era membro da casa Hashemita, que lutou ao lado dos britânicos e dos franceses durante o conflito. Essa titulação colocava Hussein como descendente do profeta Maomé, através de Fátima, o que fazia com que fosse escolhido pelo sultão do Império Otomano como o seu representante em Meca e com autoridade sobre o Hedjaz. A extensão do reino árabe pretendida por Hussein era:

[. . .] ao norte, através da linha Mercine-Adana, no paralelo 37°N, e de lá através da linha Birejik-Urfa-Midint-Jaziret-Ibn Umar Amaria até a fronteira da pérsica abaixo do Golfo Pérsico ao sul pelo Oceano Índico (com a exclusão de Áden cuja situação indefinida continua até hoje) ao oeste pelo Mar Vermelho e Mar Mediterrâneo até Mercin. (MONROE, 1955, apud SILVA, 2003, p. 111).¹⁸

Os exércitos árabes foram comandados por Hussein e seu filho o príncipe Faissal, que contava com a assessoria militar do tenente T. E. Lawrence enviado para a região, a fim de garantir a concretização dos interesses britânicos naquela área. Durante a campanha contra o Império Otomano estava clara a legitimidade que Hussein alcançara entre os árabes, principalmente entre aqueles do Hedjaz e entre os nacionalistas dos territórios que atualmente correspondem à Síria, ao Líbano e ao Iraque. O simbolismo da entrada triunfal de Hussein em Damasco mostrava não apenas a derrota do Império Otomano a sudeste de Istambul, mas a completa aceitação da legitimidade real do líder hashemita pelos árabes, que o aclamavam como “Rei dos Árabes”.

¹⁶ MONROE, Elizabeth. **The Middle East: a political and Economic Survey**. Londres: The Royal Institute of International Affairs, Oxford University, 1955. Apud SILVA, 2003, p. 24.

¹⁷ Xerife corresponde à atividade que une as funções de administrador e juiz, cabendo-lhe as tarefas de guardião dos locais sagrados do Islã.

¹⁸ A autora transcreveu as palavras que Hussein usou nas correspondências trocadas com o alto comissário Mac-Mahon.

A liderança de Hussein começava a ser abalada pelo fortalecimento de um outro clã, que habitava a região do Nadj, área central da atual Arábia Saudita, os Saud¹⁹. Esse clã de beduínos, cujo comando era de ibn Saud, combateu ferozmente os turcos na região, proibindo que o Exército Otomano conquistasse a hegemonia no Nadj.

A Rússia enfrentava, em 1917, uma série de conflitos internos que culminariam na tomada do poder pelos bolcheviques, transformando a Rússia em uma república socialista. Com a vitória bolchevique, a Rússia denunciou o Acordo de Sykes-Picot.

A Rússia encaminhou ao Mustafá Kemal a denúncia do acordo, que prontamente comunicou a Hussein os planos anglo-franceses para a região. Temendo uma tentativa da Turquia de desestabilizar a aliança entre britânicos, franceses e árabes na região, Hussein procurou o Alto Comissariado Britânico e descobriu que na verdade o que ocorreu foi a utilização de suas unidades como aliados momentâneos dos exércitos britânicos e franceses. Ficava cada vez mais distante o estabelecimento de um Estado árabe, fosse nas pretensões de Hussein, fosse na hipotética oferta do Acordo de Sykes-Picot.

No mesmo ano da vitória da Revolução Russa, a Declaração Balfour²⁰ já prometia trazer um novo conflito para a região. O então Ministro dos Negócios Estrangeiros britânicos, Arthur James Balfour, havia prometido aos judeus a criação de um Estado judaico na Palestina, o que gerou a imediata reação contrária dos habitantes muçulmanos da região. Estes, que já haviam assistido à chegada de colonos judeus antes da Primeira Guerra, temiam a crescente resistência judia aos árabes e o fortalecimento dos grupos de defesa judaicos na Palestina. Um oficial da inteligência estadunidense declarou neste mesmo ano: “[. . .] os palestinos estão muito amargurados com a declaração de Balfour.” (MACMILLAN, 2004, p. 469).

¹⁹ Os Saud queriam instaurar no Nedj o princípio de um Estado teocrático, baseado nos preceitos do waabismo, que buscava o retorno ao purismo do Islã, através de interpretação ortodoxa dos ensinamentos do Profeta.

²⁰ Conhece-se por Declaração Balfour o documento publicado em 2 de novembro de 1917 pelo Governo Britânico, em que o então ministro do Exterior exprimia, em nome de Sua Majestade, numa carta a Lorde Rothschild, simpatia pela causa sionista, particularmente no concernente à aspiração de estabelecer um lar nacional judeu na Palestina: para a realização desse desejo, prometia o apoio e a intervenção de seu governo. (HOUAISS, 1998, p. 982)

Por outro lado, o documento elaborado por Lorde Balfour prometia proteção para as comunidades não judaicas da Palestina. É interessante notar, que os palestinos muçulmanos e alguns cristãos somavam 560.000 pessoas de uma população total de 700.000 habitantes, isto é, 80 % da população total, conforme os cálculos de A. Luckau (1971, apud MACMILLAN, 2004).²¹ Os britânicos apresentavam sinais de desconforto na palestina, uma vez que já se achavam encurralados entre judeus e palestinos. Segundo Margaret MacMillan (2004), a comissão sionista, que chegara à Palestina, em 1918, passou a desfraldar a bandeira azul e branca do Movimento Sionista pelo território, além de estabelecer, durante uma reunião em Jaffa, a mudança imediata do nome da Palestina para *Eretz Israel* (Terra de Israel).

Enquanto na Palestina, os britânicos estavam enfrentando problemas com as lideranças judaicas e árabes, na orla do Golfo Pérsico surgiam pretensas monarquias locais, que com auxílio britânico, estabeleciam proto-estados, que ofereciam ao governo e a Marinha de Guerra Britânicos importantes enclaves comerciais e estratégicos, que contornavam toda a Península Arábica.

Líderes sionistas, enfim, haviam conseguido que a Grã-Bretanha assegurasse a volta dos judeus à *Terra Prometida*, abandonada após a Diáspora. Houve um grande número de tentativas de realocar os judeus em várias áreas, em vários continentes, mas o movimento sionista internacional aceitava apenas a Palestina como solução final para o impasse, como foi declarado por Chaim Weizmann: “[. . .] a Palestina deveria ser tão judaica quanto a Inglaterra era inglesa.” (MACMILLAN, 2004, p. 467). A criação do lar judeu propagada pelo manifesto de Theodor Herzl, em 1896, começa a ser posto em prática.

A liderança de Hussein no mundo árabe fez com que houvesse uma troca de correspondências entre o emir do Hedjaz, Faisal Hussein, e o Presidente da Organização Sionista Internacional, Chaim Weizmann. Um acordo foi firmado entre ambos em 1919 (MIDDLE EAST INFO. ORG, 2003, *online*), pelo qual se comprometiam em buscar o entendimento e cooperação entre o Reino do Hedjaz e a Palestina, além da cooperação econômica entre eles. Deveria se debater sobre o estabelecimento das fronteiras entre o Estado árabe, pretendido por Faisal, e a Palestina. É interessante notar que o emir acreditava

²¹LUCKAU, A. **The German Delegation at Paris Peace Conference**. Nova Iorque: [s.n.], 1971. Apud MACMILLAN, 2004, p. 469.

que a imigração judaica para a Palestina deveria ser incentivada e que devesse ocorrer em larga escala. Outros pontos do acordo previam que os locais sagrados do Islã ficassem sob a guarda dos muçulmanos e que se houvesse algum tipo de disputa, deveria ser solucionada por meio de arbitragem britânica, tendo como fórum a cidade de Londres. A benevolência de Faisal em manter o acordo com a Organização Sionista Mundial estava amparada na orientação britânica e na promessa do governo britânico da construção do reino árabe.

Apesar do acordo firmado pelas lideranças árabe e sionista, os judeus, que se instalaram na Palestina, passaram a hostilizar os britânicos e os habitantes de língua árabe. A hostilidade dos judeus para com os árabes evocou aquele mesmo sentimento, que os otomanos, franceses e britânicos já haviam conhecido no Egito, principalmente quando os últimos se apoderaram do Canal de Suez: o nacionalismo árabe. Edílson Adão C. Silva (2003) acredita que a habilidade política dos líderes da Organização Sionista Mundial, e o não cumprimento da palavra britânica aos árabes foram aliadas à inexperiência árabe e sectarismo de ambas partes, responsáveis pela violência que tomou conta da Terra Santa no período posterior à Primeira Guerra Mundial (SILVA, 2003).

De acordo com Dilip Hiro (1998), a relativa liberdade existente na cidade do Cairo permitiu que os árabes começassem a manifestar um sentimento nacionalista e pan-arabista. A chegada dos britânicos havia provocado uma tentativa de libertação liderada pelo então coronel Ahmed Arabi Pash (1882), que foi derrotada pelas tropas britânicas de ocupação. No Levante, as instituições educacionais dirigidas por missionários franceses e estadunidenses serviram de abrigo para o renascimento político árabe, ainda em 1860, os principais expoentes do nacionalismo árabe no Levante foram Nassif Yazigi e Butros Bustanim, porém ainda eram moderados. Duas associações foram formadas: Al Ahd e a Al Fatah, as quais foram desbaratadas pelos otomanos.

A resposta ao sionismo já existia entre os árabes, quando Negib Azury criou, em Paris, a “Liga da Pátria Árabe” (1904) com a publicação do manifesto “*O Despertar da Nação Árabe na Ásia Turca*” como uma resposta ao manifesto sionista publicado em 1896. Conforme Charles Zorgbibe (1997a, p. 138-139), Negib Azury reclama a constituição de um império árabe que “[. . .] se extendia desde el Tigris y el Eufrates hasta el Mediterrâneo, el

golfo Pérsico y el Sinaí y cuyo corazón estaría en la Siria histórica que engloba Palestina, excluyendo sin embargo a Egipto, porque sus habitantes non son de raza árabe.”

Dilip Hiro (1998) cita que nenhuma ação nacionalista árabe foi desenvolvida após a Revolta Árabe de 1916, que colaborou com os europeus na derrota dos otomanos no Oriente Médio.

A posição dos estadistas aliados, em relação à Palestina, demonstrava desconhecimento dos problemas e da formação da região. Os árabes foram julgados como “[. . .] simples beduínos, que seriam tão dignos de consideração quanto foram os nativos americanos, os bantos ou qualquer raça de nativos politicamente desorganizada e inarticulada, cujo destino era dar lugar à colonização por povos mais progressivos.”²² (KIRK, 1967, p. 330). Tais declarações colocaram em risco a segurança da palestina, que assistiu a eclosão de duas revoltas particularmente violentas ocorridas em Jerusalém, 1920 e Jafa, em 1921.

As revoltas em 1920 e 1921 fizeram com que a Grã-Bretanha publicasse, em 1922, o *Livro Branco*, a cargo de Winston Churchill, então Ministro das Colônias, que declarava às populações árabes que a imigração judaica não causaria perigo à Palestina. Até o final de 1921, segundo Malatios Khouri (1948), vários terrenos foram adquiridos por judeus, causando a retirada de árabes das suas terras. A década de 20 demonstrou aos britânicos que na verdade a Palestina foi uma espécie de vitória de Pirro, pois se acreditava que com a Rússia abrindo mão das suas pretensões na *Terra Santa* e com a França satisfeita com a Síria e o Líbano, a Palestina deixaria de ser uma área sob a administração internacional e passaria a ser uma região inteiramente sob o domínio britânico.

O término do conflito mundial levava vencedores e vencidos à mesa de negociações. A Conferência de Paris imporia aos vencidos cláusulas bastante severas, principalmente no que diz respeito à perda de territórios como compensação de guerra para os vencedores. A Alemanha foi obrigada a negociar com os seus inimigos por meio do Tratado de Versalhes, que não conseguiu contentar os aliados árabes, França e Grã-Bretanha a sudeste de Istambul,

²² De acordo com George E. Kirk essas definições são frutos de declarações de Lloyd George, Ian Smuts, Lorde Balfou e do Presidente Wilson.

cujos apelos para a criação de um Estado árabe se perdiam pelos corredores dos palácios franceses, onde era debatido o futuro da Turquia, da Síria, do Líbano, da Palestina, da Mesopotâmia e de outros territórios. Na realidade, esse debate era realizado a fim de que fosse esquadrihado, no Oriente Médio, o novo formato daquelas áreas que já estavam sob a influência dos dois principais vencedores europeus do conflito mundial.

Em 1920, os vencedores do conflito mundial levam os países derrotados novamente à mesa de negociações. O Tratado de San Remo discutiria as novas fronteiras do Curdistão, porém os próprios curdos preferiram ficar sob a tutela turca a procurar um outro protetor. Se não havia certeza sobre o futuro do povo curdo, também não havia uma delimitação geográfica para o novo país. Visto que havia comunidades curdas dentro da Turquia, do Irã e da Mesopotâmia, não havia como se estabelecer um Estado curdo. Dessa forma, a Grã-Bretanha passou a buscar, novamente no Oriente Médio, a concretização dos seus próprios interesses, isto é, ao invés de delegar uma parcela do território da Mesopotâmia aos curdos para a criação de um Estado, o governo britânico assegurou sob a sua tutela as terras de sua preferência para o estabelecimento do novo Estado da Mesopotâmia.

.Na região do Hejaz, ibn Saud anexa o território que antes era guardado por Hussein. Usando a pregação wahabita, ibn Saud trouxe para suas fileiras as tribos da fronteira do Hejaz. A derrota de Hussein deveu-se principalmente ao seu rompimento com os britânicos, a decisão de Hussein foi decorrente da Declaração Balfour e pelo mandato na Palestina, outorgado pela Liga das Nações à Grã-Bretanha. A conquista de todo o território por ibn Saud fez que promettesse aos britânicos manter a paz com os territórios limítrofes que se beneficiavam dos acordos com a Grã-Bretanha. Além disso, seria permitido aos britânicos delimitar as suas fronteiras, enquanto o novo rei do território aceitava Faissal e Abdula, filhos de Hussein, como monarcas da Mesopotâmia e da Transjordânia, respectivamente.

A Transjordânia é reconhecida pela Grã-Bretanha, em 1923, como detentora de um governo independente, sob a regência de Abdula, também hashemita, como o governante do Iraque. O novo reino independente estava livre, de acordo com a autoridade britânica, atestada pelo mandato de 1922, das obrigações referentes ao estabelecimento de judeus na área. Estava afastada a possibilidade de imigração de judeus para o território do recém-independente reino hashemita.

A Grã Bretanha ofereceu a possibilidade aos curdos da Turquia, que quando dispusessem de autonomia, viessem a se estabelecer com os curdos do Iraque. Novamente, o governo britânico deixa na região uma oferta, que como aquela feita a Hussein, não poderia ser cumprida.

O Tratado de Moscou selou a paz entre a Rússia soviética e a Turquia, que recebeu de volta as províncias de Kars e Ardahan. Por outro lado, a Turquia buscava desfazer os que fora estabelecido pelo Tratado de Sèvres, que instituía o Estado da Armênia, com 42.000 quilômetros quadrados de território turco. Mustafá Kemal, o Attaturk (o Pai dos Turcos) passou a atacar os armênios que foram cedendo até a completa derrota militar.

Enquanto a Rússia soviética firmava seu tratado de paz com a Turquia, os bolcheviques derrotavam remanescentes das unidades de orientação czarista no norte persa ainda a serviço do Xá. A Brigada Cossaca persa foi derrotada, porém não foi dizimada, voltando a Teerã sob novo comando. Reza Khan deteve todo o ministério e denunciou o novo acordo de defesa com a Grã-Bretanha em 1921. A Pérsia firmou um novo acordo com os bolcheviques que anularam as dívidas persas com o sistema financeiro da Rússia czarista.

A Rússia se comprometia a reconhecer a integridade territorial e soberania persa, e seria permitido que tropas russas ingressassem na Pérsia para combater qualquer invasão de uma terceira potência ao território russo oriundo da Pérsia. A Rússia conseguira a paz com a Turquia nacionalista e com a Pérsia, também conquistou uma importante vitória política trazendo para sua esfera de influência o Afeganistão, que estava sob o reinado do monarca nacionalista Amanullah, que tinha se afastado da Grã-Bretanha.

Em 1921, os aliados já tinham começado rasgar as promessas feitas pelo Tratado de Sèvres; a primeira foi esquecer o Curdistão e os curdos. A segunda foi abandonar os gregos, que lutavam por áreas de fronteira com Attaturk. Desta vez, eram França e Itália que clamavam pela revisão do tratado, uma vez que a França já havia perdido 500 homens nos primeiros dois meses de combate e tinha gasto 500 milhões de francos por ano na tentativa de proteger a Grécia.

O término do conflito mostrou a eficácia da penetração cultural e econômica da Grã-Bretanha e da França no *Crescente Fértil* no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. O domínio direto da região cristalizava-se no pós-guerra, de acordo com os mandatos ofertados pela Liga das Nações. Palestina, Transjordânia, Síria, Líbano e Mesopotâmia estavam divididos e guardados por tropas e governantes estrangeiros.

A Turquia ainda inspirava cuidados à Grã-Bretanha, a qual buscava solucionar na Liga das Nações a questão referente a Mossul, pois temia uma ação de Mustafá Kemal para assegurar-se do território.

Mustafá Kemal aceitou negociar com a França a retirada das tropas, em troca oferecia compensações econômicas a Paris, porém, o ganho maior do dirigente turco não foi eliminar da região um dos aliados dos gregos, mas ser reconhecido como potência de primeira linha. A retirada francesa colocou Smirna nas mãos dos turcos, enquanto soldados e marinheiros britânicos, franceses e italianos assistiam, de seus navios, a cidade ser saqueada por tropas turcas, que eliminaram os bairros grego e armênio da cidade. O Tratado de Sèvres desaparecia.

A França deveria também manter as suas áreas em função de Sykes-Picot, mas a perda de Mossul deixou a aliada dos britânicos apenas com a Síria e o Líbano, cujo território foi expandido com a inclusão de cidades de predominância árabe, como Beirute, Trípoli e Sidon, anexando à área fértil de Bica. A maioria da população libanesa era muçulmana, que desprezava a minoria cristã maronita, que contava com apoio francês para poder governar. A França adotava o método do *dividir para governar*, isto é, incentivava as rivalidades existentes apoiando um dos grupos, normalmente o menor, porém com relativa capacidade de se manter no poder.

Na Síria, adotando essa mesma estratégia, a França dividiu o território em dois, dando a autonomia para Damasco e Aleppo, para explorar em seu favor a rivalidade existente entre ambas. Em 1924, as duas cidades voltam a se unir. A Síria foi palco de uma revolta que ensinou aos franceses que a lei marcial não seria a forma de governar indefinidamente. Os custos para sufocar a rebelião foram mais elevados que aqueles despendidos pelos britânicos

no Iraque. Entre 1925 e 1926, as áreas sírias em conflito recebem altos Comissários civis franceses para administrá-las estabelecendo-se um período de paz.

O Tratado de Lausane estabeleceu a paz em definitivo entre os Aliados e a Turquia. Os países da Europa Ocidental, os quais haviam vencido a Primeira Guerra Mundial, demonstravam sinais de enfraquecimento militar, conforme a declaração de Lorde Curzon: *“Até aqui, sempre tínhamos ditado nossos tratados de paz. Desta vez, negociamos com um inimigo que tem um exército, ao passo que nós não temos, uma posição sem precedentes.”* (MACMILLAN, 2004, p. 506). A Turquia manteria a partir de então todos os territórios de fala turca, da Trácia Oriental à Síria, detendo a posse dos estreitos, porém haveria um acordo internacional para regular navegação nos Estreitos de Bósforo e Dardanelos. A Turquia, segundo Edílson Adão C. Silva (2003, p. 125), *“[. . .] surgia oficialmente como o primeiro estado moderno do Oriente Médio.”* Deve-se perceber, que no cenário do Oriente médio, a Turquia era o único Estado independente da região.

2.3 Mesopotâmia-Iraque

“A independência completa jamais é dada; é conquistada.”

(Jafar al-Askari, Ministro da Defesa iraquiano)

Após o final da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações concedera à Grã-Bretanha um mandato de categoria “A” para administrar a Palestina (1919) e a Mesopotâmia (1920). Esse mandato deveria elevar os territórios a condição de Estados-Nação independentes e autogovernados, porém sob a tutela de um dos aliados vencedores do conflito mundial .

A primeira controvérsia dos britânicos com seus aliados árabes foi a proibição da presença destes na Conferência de Paris em 1919. A recusa britânica gerou a criação da Guarda pela Independência (Haras al-Istqal), que se tornou uma sociedade secreta, de maioria xiita. A organização era chefiada pelo *mujtahid* xiita, o aiatola Hassan al-Sadr al Kazimyya, que pregava a união das três províncias otomanas na região: Bagdá, Basra e Mosul, formando assim um Estado independente.

A criação do Estado na Mesopotâmia ocorreu no período de 1920-21, sendo centralizado em Bagdá. No mesmo ano em que os britânicos começaram a governar a Mesopotâmia, iniciou a revolta idealizada pelo al-‘Ahd al-‘Iraq²³ após o congresso de Damasco, que declarou a independência da Mesopotâmia. O governo deveria ser assumido pelo emir ‘Abdallah, filho de Hussein, e irmão de Faisal. O próprio escolhido para o cargo não demonstrou ambição pelo cargo e o congresso foi reconhecido por poucos. Por outro lado, a rebelião mostrou um retraimento nas ações do al-‘Ahd na região, que se refugiou na Síria, sendo expulso logo depois, quando a França assume o seu mandato na Síria e no Líbano.

Por outro lado, os iraquianos não sabiam do destino dos impostos pagos, que serviam para sustentar as despesas britânicas. A situação tornara-se insustentável, pois as montanhas persas também apresentavam casos com insurgentes, o que obrigou o Exército Britânico a lutar em duas frentes: as montanhas persas e a rebelião que eclodiu na Mesopotâmia.

A revolta foi levada adiante por Jamil al-Midfa’i, que se dirigiu a Mossul, sendo contido por tropas britânicas após a queda dos focos de rebelião: as cidades de Najaf e Karbala. A partir desse momento não foram mais detectados focos de revolta.

A rebelião concentrada na região do médio Eufrates custou aos cofres britânicos vinte milhões de libras esterlinas e danos causados às estradas de ferro, além de 400 soldados britânicos e indianos mortos, enquanto os insurgentes perderam 5.000 homens. A Grã-Bretanha implantou na Mesopotâmia a mesma política que tinha desenvolvido no Egito, isto é, “*mãos iraquianas e cabeças britânicas*”, repatriando oficiais iraquianos, os quais estavam na Síria desde a expulsão de Hussein pelos franceses. Havia a suspeita de que os nacionalistas apenas estavam em trégua, recebendo auxílio da Turquia republicana e nacionalista e/ou da Rússia bolchevique. Houve redução dos efetivos militares britânicos em função dos custos.

A situação na Mesopotâmia estava bastante delicada, pois havia o risco da Turquia oferecer algum tipo de ajuda e fazer com que pendesse a seu favor o equilíbrio da região.

²³ Organização política que abrigava quase que exclusivamente oficiais militares e funcionários sunitas árabes, enquanto o al-‘Ahd alinhava mais civis que militares e tinha a composição social mais diversificada e trazia nas suas fileiras membros da Haras al-Istqal (TRIPP, 2003).

Em 1920, foi realizada a Conferência do Cairo, na qual os britânicos tomaram a decisão de entronizar o hashemita Faisal, sendo visto no Oriente Médio como uma personalidade que detinha o respeito dos árabes. Nessa mesma conferência, o Exército Iraquiano começou a ser estruturado, sendo que, de acordo com o Mandato, os britânicos agiriam como inspetores, fornecendo equipamentos e treinamento. As operações ocorreriam, de acordo com o Alto-Comissariado Britânico no Iraque, sob o comando da Grã-Bretanha, assim como o planejamento das mesmas. Conforme as determinações da Liga das Nações, os homens se apresentariam como voluntários para compor a nova força militar, uma vez que o alistamento obrigatório era vedado pela organização, que tinha apoio britânico. O Exército Iraquiano deveria contar com um total de 15.000 homens, sendo que grande parte dos oficiais era composta de iraquianos que já tinham servido ao Exército Otomano. Um outro grupo era composto por homens os quais haviam integrado o grupo que lutou contra os otomanos ao lado de Hussein. Essa divisão, segundo Peter Abbott (1992), gerou atritos dentro do exército recém-constituído.

Dessa forma, em 1921, Faissal era colocado como forte candidato ao trono, com uma vitória de 96% foi entronizado como rei do Iraque. Por outro lado, a eleição marcou um favorecimento britânico a Faissal, gerando suspeitas sobre a sua eleição. De acordo com George E. Kirk (1967), em Kirkuk a população turcomana votou contra ele, assim como os xiitas, os quais são maioria em todo o país até os dias de hoje. Em 80% dos votos, se pediu o fim do controle estrangeiro no Iraque.

Faisal ascende ao trono de um reino, que segundo Daniel Yergin (1992), não era uma nação bem definida, com uma grande disparidade de grupos étnicos mesclando árabes xiitas e sunitas, judeus, curdos e yazidis. Sendo que os judeus formavam a parcela da população mais numerosa em Bagdá, seguida por árabes e turcos, enquanto em todo o Iraque os xiitas eram muito mais numerosos.

Os nacionalistas viam o rei como uma forma de independência, mas o governo de Faisal foi tutelado pelos britânicos, que por várias vezes recorreram às armas para sublevar algumas tentativas de rebelião. O rei pendeu em favor dos nacionalistas, mas foi obrigado a manter-se fiel aos interesses britânicos. Essa tentativa hashemita, no Iraque, de apoiar os

nacionalistas foi, para Dilip Hiro, a amostra de nacionalismo árabe vista no país até o final dos anos 20 e 30 (1998).

A Mesopotâmia passou a se chamar Iraque²⁴ a partir de 1922. Nesse mesmo ano, os britânicos resolveram organizar as suas relações com o Iraque através de um tratado, o que dava a aparência de uma relação entre dois Estados. A realidade era a prova que o mandato estava em vigor, pois a ocupação militar ainda perdurara e a tutela ao monarca era percebida.

A Grã-Bretanha, em 1923, usou a RAF (Royal Air Force) para bombardear alvos curdos. O sheikh Mahmud, de acordo com as suspeitas britânicas, estaria organizando os curdos para formar o Curdistão independente, com o auxílio da Turquia, se fosse preciso. Tropas britânicas e iraquianas foram deslocadas para Sulaimanyya, ocupando a cidade sem capturar o sheikh. Por outro lado, o rei continuou governando dentro dos limites que os britânicos queriam, prorrogando ou dissolvendo o parlamento, escolhendo o primeiro-ministro e nomeando ministros.

Por outro lado, a Grã-Bretanha ainda mantinha um embate com a Turquia relativo à região de Mosul, pois se temia uma ação de Mustafá Kemal para assegurar-se do território e sofria, ainda, a pressão estadunidense para a independência da Mesopotâmia através do relatório da Comissão King-Crane. A região de Mossul estava, conforme o Acordo de Sykes-Picot, na área de influência francesa, mas como retomada por britânicos aos turcos, em 1919, foi anexada ao Iraque, por ser uma região petrolífera. Os franceses exigiram compensações, recebendo, assim, a transferência das ações alemãs da Turkish Petroleum Co.

O monarca sabia que a perda de Mossul aumentaria a força dos protestos da esmagadora maioria xiita, que se contrapunha à elite reinante sunita. Outro ponto de discordância entre xiitas e sunitas era o tratado com os britânicos. Em 1925, a Sociedade das Nações entrega Mosul ao Iraque, porém com a imposição de duas cláusulas ao país:

²⁴ O termo al-*iraq* é usado, em árabe, desde o século VIII, aproximadamente por geógrafos árabes para designar a grande planície aluvial dos rios Tigre e Eufrates, que a Europa chamou de Mesopotâmia. A palavra significa “[. . .] margem de um grande rio a todo o seu comprimento”, assim como “[. . .] a terra de pastagem que o cerca.” (HIRO, 1998, p. 31). Há também, outra explicação para a origem do nome, conforme Bernard Lewis (1996, p. 34): “[. . .] o nome Iraque no uso árabe medieval referia-se a uma província, que consistia da metade sul do atual do mesmo nome, de Takrit na direção sul até o mar. Às vezes era chamada também de Iraq Arabi, a fim de distingui-la de Iraq Ajami, a área limítrofe no sudoeste do Irã.”

- a) o Iraque deveria permanecer sob mandato por 25 anos;
- b) o Estado Iraquiano deveria reconhecer as áreas curdas, permitindo a autonomia administrativa e o desenvolvimento cultural dos curdos, por meio de suas próprias instituições.

A Sociedade das Nações fez com que a Grã-Bretanha assinasse um novo tratado com o Iraque, esse Tratado Anglo-Iraquiano teria a duração de 25 anos, sendo rompido salvo se o país fosse admitido na Sociedade das Nações como Estado completamente independente.

Em 1925, o parlamento iraquiano ratificou as concessões petrolíferas acordadas entre o governo do Iraque e a Companhia de Petróleo Turca (TPC) em inglês. A companhia sofre no pós-guerra o confisco de suas ações que estavam com alemães e otomanos.

Um grupo de geólogos, que representavam todas as companhias, que compraram as ações otomanas e germânicas, chegou ao Iraque, em 1925, para determinar se seria encontrado petróleo no Iraque. De acordo com Daniel Yergin (1992, p. 196), um dos estadunidenses da expedição teria reportado ao seu escritório em Nova Iorque: “[. . .] *não sabia de nenhuma outra região no mundo onde a promessa de perfuração fosse maior.*”

Os EUA, que já demonstravam interesse na região desde 1919, foram contemplados pela partilha das ações, que tiveram a seguinte repartição: Anglo-Persian Oil Company (23.75%), Royal Dutch Shell (23.75%), pela Mobil & Standard Oil, dos EUA, que conjuntamente, compraram 23.75 % e por Calouste Gulbenkian (5%).

As companhias estadunidenses recebiam apoio do governo dos EUA, que evocava o princípio da “Porta Aberta” (1920), no qual o capital e negócios estadunidenses teriam o mesmo acesso que aqueles da Europa. Essa manobra do governo estadunidense visava à obstrução da tentativa britânica de manter a maior parte das ações da IPC. O intuito dos EUA não alcançou o seu objetivo, e os interesses britânicos prevaleciam na companhia, enquanto o enfraquecido Estado iraquiano deixava à mercê dos britânicos a exploração petrolífera no país.

Em 1926, a Liga das Nações delega à Grã-Bretanha que tomasse posse de Mossul, apesar da discordância turca, que embora tivesse aceitado o Tratado de Lausane como forma arbitral de disputas entre si e os aliados.

Em Kirkuk, segundo a descrição de Charles Zorgbibe (1997a), seria encontrada a segunda maior área de extração conhecida até aquele momento no Oriente Médio, em 1927, um poço forneceu por oito dias e meio, a quantidade de 95 mil barris dia. A briga entre as companhias e os países pelo petróleo iraquiano deveria se intensificar. Um novo acordo foi feito um ano depois, no qual dizia que a Royal-Dutch-Shell, a Anglo-Persian e os franceses receberiam 23.75%, enquanto a Near East Development Company, criada para defender os interesses estadunidenses também ficaria com o mesmo percentual das demais e Calouste Gulbenkian receberia 5% de participação. O governo britânico deveria enfrentar o nacionalismo árabe no Iraque e também os homens do petróleo, os quais clamavam por concessões no Iraque. A Grã-Bretanha era extremamente favorável ao desenvolvimento do petróleo, esperando que os dividendos oriundos dessa exploração pudessem financiar o governo iraquiano, reduzindo, desta forma, os encargos britânicos.

Franceses e britânicos marcaram, como tinham feito há onze anos, com o acordo secreto de Sykes-Picot, o mapa do Oriente Médio, após a descoberta de petróleo no Iraque, com aquilo que denominaram de “O Acordo da Linha Vermelha”, isto é, contornaram o Oriente Médio com tinta vermelha e estabeleceram os limites da exploração de petróleo. Nessa área, traçada por franceses e britânicos foram descobertos os maiores poços de petróleo do Oriente Médio, além daqueles da Pérsia e do Kuwait.

Em 1929, o mundo assistiu a crise econômica que abalou os EUA e a Europa, a Bolsa de Nova Iorque havia quebrado, elevando o desemprego nos EUA para 27% e na Alemanha para 40%. Desde 1928, os EUA estavam preocupados com a especulação do mercado financeiro, o que gerava uma política de restrição de crédito e a esterelização do ouro, que apresentou como conseqüências a instabilidade econômica e a política monetária devastadora. A Grande Depressão, que segundo Eric Hobsbawm, durou de 1927 a 1933, fez com cessasse o fluxo de empréstimos internacionais em 90% (HOBSBAWN, 1995, p. 93).

A causa dessa depressão estava na proteção das economias nacionais por parte dos Estados. Por exemplo, os EUA passaram a ser quase que auto-suficientes, salvo pela importação de algumas poucas matérias-primas, não dependendo na totalidade do comércio externo. Essa posição era notada em países que sempre tinham dependido do comércio internacional em larga escala como Grã-Bretanha e os países escandinavos. Havia a tendência de se proteger de ameaças externas, enquanto isso a economia mundial era deixada à deriva.

A baixa enfrentada pela economia mundial, segundo os homens de negócios da época, era uma conseqüência da guerra, mas logo haveria uma recuperação aos moldes do período pré-1914. Outros motivos, que mostravam o otimismo dos trabalhadores, eram as conquistas obtidas, como o aumento de salário, a diminuição das horas de trabalho e o fortalecimento dos sindicatos. Na realidade, o que ocorreu foi uma queda de preços e de desenvolvimento gerando maciças ondas de desemprego em vários países europeus, como na Grã-Bretanha, que alcançou 10%, e nos EUA.

A classe operária viu o poder dos sindicatos cair bastante, fazendo com que os patrões voltassem a recuperar a força, embora a prosperidade não atingia nem empregados nem patrões. Os países anglo-saxônicos, os países neutros durante a Primeira Guerra Mundial e o Japão estavam obrigados a deflacionar, assim passaram a ordenar as suas economias conforme os padrões de moedas estáveis garantidas através de finanças sólidas e do padrão ouro, que havia sido eliminado no pós-guerra. Rússia e Alemanha estavam em um colapso profundo de suas economias.

Na Alemanha, em 1923, o marco havia alcançado um milionésimo de milhão do valor que tinha em 1913 (HOBBSAWN, 1995). O país havia tomado quase a metade das exportações de investimentos internacionais em 1928, chegando a somar entre 20 e 30 trilhões de marcos em empréstimos, sendo que metade da quantia deveria ser saldada em curto prazo. A economia alemã estava novamente fraquíssima, especialmente quando a moeda estadunidense foi retirada de circulação em 1929. Restava ainda à Alemanha pagar as reparações de guerra que alcançavam a soma de 132 milhões de marco/ouro ou 33 bilhões de dólares, de acordo com o câmbio da época. Esse era um dos compromissos exigidos pela França, que visava ao enfraquecimento da Alemanha, evitando assim, uma nova ameaça de guerra. Por outro lado, Grã-Bretanha e França não tinham como honrar suas dívidas com os

EUA, contraídas durante a guerra. Como cessaram os empréstimos em moeda estadunidense, as reparações pararam de ser pagas em 1929.

Na Polônia, Hungria e na Áustria pouca quantidade de dinheiro foi salva, o que não impediu a classe média e baixa desses países de experimentar os efeitos traumáticos da economia. A Europa Central, segundo o historiador egípcio, estava pronta para apoiar o fascismo, pois o desemprego não baixara aos níveis pré-1914, permanecendo entre 10 e 12 % na Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia, além de não diminuir de 17 a 18% na Dinamarca e Noruega. Os EUA conseguiram manter a sua taxa de desemprego em 4%, porém, os fazendeiros estadunidenses ainda não tinham se recuperado dos danos causados pela depressão.

Se as condições econômicas nas metrópoles não eram boas, as mesmas não poderiam despender para as possessões grandes somas para atender as necessidades sociais locais. Dessa forma, para os movimentos nacionalistas nas colônias europeias, o repúdio à situação econômica deveria ser dirigido tão somente à administração local. O Egito assistiu a criação da Irmandade Muçulmana, de cunho nacionalista, em 1928.

Em 1929, o Partido Trabalhista inglês elegeu o Primeiro-Ministro em meio a Grande Depressão. Isso ocasionou a mudança do Alto-Comissário do Iraque, assumindo Gilbert Clayton, que era um simpatizante do Iraque. A crise econômica fazia com que a manutenção de possessões ficasse cada vez mais difícil, assim, nesse mesmo ano, o Governo Britânico anunciava que o Iraque seria proposto à Liga das Nações em 1932. Isso seria uma forma de a Grã-Bretanha subtrair os seus encargos com o país do Oriente Médio, principalmente o mais oneroso de todos: a defesa do território iraquiano, que exigia a manutenção de tropas britânicas no Iraque, pois ainda existia o foco rebelde comandado pelo sheikh Mahmud.

A perspectiva da independência fez com que lideranças curdas se manifestassem pedindo também a independência do Curdistão, requerendo o aumento de incentivos financeiros do governo para as áreas curdas. Por outro lado, em Bagdá, a voz das ruas começava a pedir liberdade e a saída dos estrangeiros da administração do país. Tais mensagens não confortavam ao rei, nem à elite e muito menos aos britânicos. O Parlamento

Iraquiano ratificou, em 1929, as concessões petrolíferas acordadas, em 1925, entre a TPC e o Governo Iraquiano, assim a TPC passou a se chamar Iraqi Petroleum Company (IPC).

As manifestações apresentaram expoentes como Ahmad al-Safi al Najafi, Ma'ruf al Rusafi e Muhammad Mahdi al-Jawahiri, os quais escreviam poesias com uma versão romantizada do Iraque, mas que começavam a dar um sentimento de nacionalidade aos seus protestos, dentro daquelas normas estabelecidas pelos britânicos. A construção de uma identidade iraquiana visava minimizar as diferenças seculares entre xiitas e sunitas, mas implicava em excluir os curdos e a população turcomana dessa nova realidade. Essa diferenciação era notada na recém-incorporada província de Mossul, cuja população era majoritariamente curda e turcomana.

As críticas ponderadas às diferenças sociais, na sociedade iraquiana, começaram a aparecer em manifestações organizadas, que se tornaram as primeiras no Iraque. Nuri al-Sa'id assumiu como Primeiro-Ministro chefiando a facção nacionalista da corte de elite, agradando imensamente ao monarca e aos britânicos, os quais estavam dispostos a aceitar um novo tratado e, assim, se libertarem de alguns encargos iraquianos. O Tratado Anglo-Iraquiano foi assinado em 1930, com a duração de 25 anos, a partir da data da entrada do Iraque na Liga das Nações. Haveria a possibilidade de renegociá-lo após os vinte e cinco anos.²⁵

Esse documento demarcou as bases da relação entre o Iraque e a Grã-Bretanha para a pós-independência. De acordo com Charles Tripp (2003), teoricamente o país ficaria a cargo da segurança interna e pela defesa contra ameaças externas. Em contrapartida, o Iraque, em caso de guerra, permitiria o uso de suas instalações militares pela Grã-Bretanha e autorizaria os britânicos a deslocarem tropas pelo território iraquiano. Os equipamentos e treinamento recebidos pelo Exército seriam britânicos, haveria duas bases da RAF (Royal Air Force) no Iraque: sendo que uma localizava-se em Habbaniyya, próximo a Bagdá, e outra em Shu'aiba,

²⁵ De acordo com George E. Kirk (1967), o Tratado Anglo-Iraquiano previa: a) a Grã-Bretanha teria bases aéreas em Habbaniya, no deserto ao oeste de Bagdá, e em Shuiaba, perto de Bâcora, bem como o direito a movimentar tropas e abastecimento no território do Iraque, por quaisquer meios adequados; b) no caso de guerra ou ameaça de guerra, o Iraque forneceria à Grã-Bretanha todas as facilidades e assistência, colocando à disposição todos os meios de comunicações; c) o representante diplomático da Grã-Bretanha teria procedência sobre todas as potências estrangeiras; d) a Grã-Bretanha continuaria prestando assistência militar ao Iraque, enviando para o país uma missão militar. O pessoal iraquiano dos serviços iria, de preferência, receber treino na Grã-Bretanha e, quando pretendesse contratar especialistas estrangeiros, o Iraque daria preferência a súditos ingleses; e) a Grã-Bretanha patrocinaria a admissão do Iraque na Liga das Nações.

perto de Basra (TRIPP, 2003). Essas eram as exigências que todas as potências estrangeiras faziam às lideranças dos territórios que ocupavam em troca da cedência de autonomia política, por menor que essa fosse.

Os iraquianos não receberam bem o tratado, sendo que o ponto mais criticado era a permanência de militares britânicos no país, mas as condições acabaram sendo aceitas, uma vez que não havia uma resistência armada organizada para reverter os termos do tratado. A promessa de independência era o que auxiliava de forma eficaz na manutenção da paz.

Em 1930, ainda foram organizadas eleições, que levaram para o Parlamento aliados de Nuri al-Sa'id, os quais garantiram a aprovação do tratado com uma vantajosa margem de votos para o governo. A manobra do Primeiro-Ministro não agradou os curdos, que não foram chamados para negociar com os britânicos os termos do tratado. As promessas governamentais de instituir medidas educacionais, administrativas e culturais para os curdos não eram bem vistas pelas suas lideranças.

Em 1931, o sheikh Mahmud apareceu ao lado de líderes curdos urbanos, apelando para a criação do Curdistão independente, como um protetorado britânico. A tentativa anglo-iraquiana de mostrar à Liga das Nações que o mandato poderia ser encerrado, 19 anos antes do prazo estabelecido pela organização, falhava à medida que os curdos protestavam contra a política segregacionista iraquiana.

Novamente, tribos curdas aliaram-se ao sheikh e exigiram uma ação efetiva do Exército Iraquiano, que mostrava sinais de incapacidade no cumprimento da sua função. Repetia-se no seio do estado iraquiano a incapacidade de britânicos e iraquianos em lidar com a questão curda. Nesse mesmo ano, o governo iraquiano pede à Grã-Bretanha o envio de tropas da RAF para auxiliá-lo a fim de derrotar a rebelião. A vitória do governo iraquiano e dos “conselheiros” britânicos foi conquistada com a captura do sheikh.

O governo iraquiano promulgou a Lei das Línguas Locais, que visava mostrar aos curdos e à Liga das Nações o quanto o governo levava a sério a proteção dos interesses dos cidadãos distintos dentro da sociedade iraquiana. A negação de acesso ao trabalho em órgãos governamentais aos curdos, e a não adoção oficial do curdo como um dos idiomas do Iraque

fez com que várias petições fossem enviadas à Liga das Nações, ao governo iraquiano e ao governo britânico. Essas petições não alcançaram o objetivo, além de não preocupar o governo iraquiano que via nos curdos um problema de segurança nacional, sendo que seria responsabilidade do Exército resolvê-lo. Por outro lado, nenhum partido político ou grupo curdo era organizado o suficiente para pressionar o governo em buscar uma solução para a questão curda.

A Grande Depressão também foi sentida no Iraque, as finanças governamentais estavam em situação gravíssima, uma vez que a queda no comércio mundial atingiu a principal atividade da economia iraquiana: a agricultura, a qual tinha na tâmara e nos cereais o seu maior lucro, assim, a exportação desses produtos tinha sido drasticamente reduzida. O algodão foi introduzido no Iraque, nos anos 20, mas não foi bem recebido pelos plantadores e pelos agricultores, que no final da década assistiram à baixa acentuada que os preços mundiais alcançaram.

As emergentes manufaturas que surgiam no país eram, na realidade, pequenas oficinas com tecnologia local, as quais visavam atender ao público doméstico. Alguns grupos buscavam no governo o auxílio para a utilização de maquinário e métodos de produção modernos, o Estado respondia com o favorecimento à indústria têxtil e ao setor da construção. A construção foi impulsionada através das obras públicas e proliferação de departamentos governamentais. As despesas públicas afetaram ambos setores, forçando-os a reduzir gastos e demitir pessoal. Setores industriais sob a direção do governo, como as estradas de ferro, foram gradativamente mostrando sinais de deterioração, em função das péssimas condições das finanças do Iraque.

A Grã-Bretanha enviou, em 1930, Hilton Young para estudar os problemas iraquianos e apresentar soluções para a crise econômica. A salinidade da terra irrigada por bombas d'água, carência de trabalho e queda na produtividade agrícola foram as causas encontradas pelo agente britânico, porém, para solucionar esses problemas deveriam entrar em choque com os interesses da elite iraquiana, a qual detinha a posse das áreas onde os problemas se agravavam. A posse da terra no Iraque desempenhava um papel importante na relação com o poder. O monarca, o primeiro-ministro, os políticos influentes e os membros do parlamento compravam cada vez mais extensões maiores de terra, assim aumentando os rendimentos

extraídos dos seus latifúndios. O aumento dos lucros era proporcional à extensão de terra possuída, sem relação com a quantidade de capital investido.

A importância da manutenção de laços de amizade entre a Grã-Bretanha e essa elite dirigente do Iraque não justificava a utilização de uma doutrina fiscal ortodoxa. Dessa forma, foi usado um paliativo, quando foram instaladas bombas hidráulicas nas propriedades afetadas, fazendo com que investidores urbanos também passassem a atuar no campo, gerando a gratidão de camponeses, os quais não percebiam que os problemas da produtividade permaneciam, visto que a salinidade da terra não tinha sido controlada.

A queda da produtividade e a queda dos preços agrícolas afetavam os rendimentos do Estado iraquiano, assim como a isenção fiscal aos grandes latifundiários, que burlavam as tentativas do Estado em cobrar os impostos. As relações entre a elite iraquiana promoviam trocas de favores que muitas vezes eram representados pelo não pagamento de taxas, em troca de apoio político e votações aliadas à vontade do governo no parlamento. Em 1931, o Iraque independente foi “aconselhado” por Hilton Young a promover cortes nas despesas e aumentar os impostos em outros setores, não era aconselhável a um representante do governo britânico alterar o *status quo* dos latifundiários iraquianos. Os grandes proprietários evitavam que os impostos fossem cobrados sobre a terra no Iraque independente. Conforme Charles Tripp (2003, p. 92), em 1921 os rendimentos do governo, oriundos de impostos sobre a terra representavam 25%, enquanto às vésperas da independência, eram apenas 10%.

O petróleo surgia como uma alternativa para o Iraque, uma vez que a grande quantidade de produto descoberta em Kirkuk impelia o governo iraquiano a querer rever os termos do acordo de 1925, a fim de renegociá-los. O Iraque queria a exploração exclusiva da região norte do país, sendo que a IPC manteria os direitos futuros de exploração, os quais foram conquistados um ano antes da independência, ficando a IPC com os direitos exclusivos de exploração no nordeste iraquiano. A Companhia de Petróleo Iraquiana também queria a isenção de impostos, porém, se comprometia a pagar em ouro até que o petróleo extraído pudesse ser exportado. Apesar de ter um rendimento pequeno 20%, o governo iraquiano foi salvo do déficit orçamentário, pois, anteriormente o Iraque não podia contar com esse lucro.

O ano que antecedeu a independência mostrou que o poder exercido por Nuri al-Sa'id junto ao parlamento levou à ratificação desse novo acordo, mas foi o ano no qual apresentou uma nova coalizão política. O Hizb al-Ikha al-Watani (Partido da Irmandade Patriótica) havia fundado o Al-Sha'b, de cunho popular, com o Partido Watani, que estavam sob as direções de Yasin al-Hashimi e Ja'far Abul al Timman respectivamente. O novo partido aliou dois segmentos diferentes da sociedade iraquiana. A nova agremiação política buscava adesões de sunitas e de líderes tribais xiitas do Médio Eufrates, além de trazer para suas fileiras membros da Sociedade dos Artesãos (Jam'iyya Ashab al-San'a), que era um sindicato iraquiano nascido como resposta à recessão de 1929 para combater as novas propostas de impostos.

A campanha contra o governo foi deflagrada nas ruas de Bagdá e nas províncias, os alvos da campanha eram as concessões feitas aos britânicos e às companhias petrolíferas estrangeiras e à repressão desencadeada pelo governo iraquiano contra seus opositores. Os líderes tribais queriam que o governo reduzisse seus impostos, enquanto os xiitas criticavam os governantes por não estarem de acordo com os preceitos da ética xiita. Para a maioria dos iraquianos, o governo era responsável pela degradação econômica, e a população considerava suspeita a ligação existente entre o governo e a Grã-Bretanha. O povo passou a ser receptivo a declarações do Partido Ikha.

A mobilização no Iraque promoveu uma greve geral em 1931, durante uma visita do monarca à Europa, que começou em Bagdá e se alastrou por outras cidades atingindo Basra. Houve a intervenção das forças do governo que reprimiram atos de violência, como os ocorridos no Médio Eufrates, os quais levaram a RAF (Royal Air Force) a intervir, mediante o apelo do governo iraquiano. As unidades de segurança, através de demonstrações de força, conseguiram frustrar a participação popular na manifestação que seria a segunda greve geral do Iraque, gerando a retomada do controle político pelo primeiro-ministro. A guerrilha do sheikh Ahmad desestabilizava o Exército Iraquiano, obrigando o primeiro-ministro a pedir novamente a intervenção da RAF, que somente no final do ano expulsou-o para a Turquia, onde ficou detido.

A Comissão de Mandatos da Liga das Nações concordou com as condições para a admissão do Iraque, aprovando-o como Estado independente e soberano, enquanto pedia ao governo do país que atendesse as reivindicações das minorias curdas e yazidis. A Grã-

Bretanha, segundo Charles Tripp (2003), foi a responsável pela criação das condições fictícias que agradaram a Liga das Nações e a levaram a aceitar a independência do Iraque.

Em 1932, era feita a declaração formal da independência do Iraque, transformando o país no primeiro Mandato a alcançar a independência, porém, a atuação britânica era vista como se ainda estivesse em vigor o Tratado de 1930.

Teoricamente, a monarquia hashemita no Iraque estava no poder, mas não detinha a aceitação total da população. Um ano após a independência formal, grupos assírios, que como os curdos foram excluídos dos programas do governo, se sublevassem. A reação iraquiana foi rápida, o que fez com que a revolta fosse eficazmente derrotada. Essa ação do governo, de acordo com Peter Abbott (1992), trouxe respeitabilidade ao Exército.

Em 1933, o rei Faisal era substituído pelo seu filho, o monarca que recebera dos britânicos a independência falecia na Suíça. O herdeiro do trono, príncipe Ghazi, não escondia sua preferências a uma política pan-árabe, refletindo o pensamento da maioria dos iraquianos, isto é, o ressentimento com a presença e influência britânica no Iraque. O rei Ghazi, em função da sua opção política, aproximou-se do Partido Ikha, mas sua inexperiência em lidar com as questões internas provocou o acirramento das críticas xiitas ao governo, principalmente quando, no final de 1933, os fundos, que seriam direcionados à construção da barragem de Gharraf, foram desviados para o Exército.

Os nacionalistas, membros da elite sunita e outros defensores do Estado centralizado, que se ressentiam da interferência britânica no Exército Iraquiano, conquistaram uma vitória importante, em 1934, quando foi aprovada a Lei da Conscrição, o que fez a força militar iraquiana expandir-se rapidamente. Essa lei estava inserida na Lei de Defesa Nacional, que foi levada ao Parlamento pelo novo Primeiro-Ministro, Jamil al-Midfa'i, o qual provocou novos protestos de curdos e xiitas. A política iraquiana mostrava sinais de instabilidade, o que acarretou na mudança do Primeiro-Ministro, levando ao poder 'Ali Jawdat, que persuadiu o rei a dissolver o Parlamento. As novas eleições foram manipuladas pelo novo Primeiro-Ministro, que formou uma nova base parlamentar, reduzindo o poder do Partido Ikha, que manteve apenas 12 cadeiras, além de excluir importantes lideranças tribais xiitas da região do

Médio Eufrates. Essa manobra gerou uma aliança entre aqueles que perderam as posições no parlamento, e essa instabilidade política preparou o caminho para a revolta.

Em 1935, a região do Médio Eufrates estava envolta pela agitação política causada pela apresentação da Mithaq al-Sha'b (A Carta do Povo), que não contemplava os direitos dos xiitas e mantinha privilégios no tocante à posse da terra pela elite sunita. A rebelião recebia a adesão de comandantes militares, os quais se recusavam a atacar os insurgentes; as manobras políticas levaram à queda do Primeiro-Ministro, que foi substituído por Yasin al-Hashimi, que segundo Charles Tripp (2003), foi o mentor da revolta e dos acordos com os militares para evitar a ação do Exército Iraquiano.

A revolta xiita era debelada logo após a ascensão do novo Primeiro-Ministro, porém alguns líderes tribais xiitas entraram em Bagdá depredando a capital e, dessa forma, auxiliaram involuntariamente a propaganda governamental, dizendo que o “novo Iraque” deveria banir os representantes do “velho Iraque” do caminho. Novamente, os xiitas se levantaram contra o governo gerando a instabilidade nas regiões do Baixo e Médio Eufrates, o Exército conseguia facilmente derrotar a nova revolta, o que fortaleceu a posição do governo, que mostrava que os xiitas não eram mais uma ameaça para o poder central.

Deve-se mencionar, segundo Charles Tripp (2003), que as revoltas xiitas não representavam a vontade de todo o grupo, vários líderes xiitas de outras regiões apoiaram o governo ou se mantiveram neutras, enquanto o Exército Iraquiano derrotava as tribos do Baixo e Médio Eufrates. Outra manobra xiita consistia em acompanhar o desenrolar da rebelião, decidindo pegar em armas apenas se detectasse derrotas do Exército e o fortalecimento dos rebeldes.

A crise no Iraque não fora debelada completamente, pois novas ondas de insatisfação foram vistas em Bagdá. A criação, em 1935, da Primeira Comissão Central do Partido Comunista Iraquiano fez com que o governo fechasse o jornal Al-Ahli e prendesse os membros do novo partido. Para o governo, a ação dos comunistas gerava uma ameaça gravíssima à instabilidade política do Iraque e do Islã, fosse de orientação xiita ou sunita. Os grupos nacionalistas passaram a excluir o jornal Al-Ahli de suas alianças e toma o Clube de Bagdá.

No mesmo ano, o Exército Iraquiano passou a enfrentar uma revolta curda, no norte do país, e outra rebelião yazidi, que combatia a conscrição dos membros da etnia. Ambas foram derrotadas somente em 1936. O autoritarismo de Yasin al-Hashimi fez com que várias outras rebeliões ocorressem no Iraque, tendo como palco as regiões de Garraf, Rumaita e Diwaniyya, a doutrina mostrada pelo Exército Iraquiano para sufocar as revoltas era fazê-lo com brutalidade e crueldade. Tais rebeliões eram fomentadas por vários motivos, que mudavam de região para região.

A ação nacionalista iraquiana levou às escolas o treinamento militar obrigatório, modelo que já era adotado em países europeus e no Oriente Médio. Na Europa, a Itália e a Alemanha, que já elegera Adolf Hitler como Chanceler, em 1933, eram os defensores desse padrão de inserção de disciplina entre as crianças e os jovens. O Primeiro-Ministro, Yasin al-Hashimi, colocava-se como um ditador, sufocando a oposição nas províncias e nas redações dos jornais, enquanto manipulava as informações ao próprio rei.

Em 1936, um golpe de Estado liderado pelo Exército destituiu o Primeiro-Ministro e instaura o governo militar no Iraque. Charles Tripp (2003) menciona a aceitação real ao golpe, quando teria aconselhado os comandantes de guarnição a não reagir à marcha de unidades sublevadas comandadas por Bakr Sidqi, que formou a “Força da Reforma Nacional”. O rei chamou Hikmat Suleiman para substituir o Primeiro-Ministro deposto. O Ministro da Defesa, do gabinete de al-Hashimi, Jafar al-Askari, era assassinado, pois tinha sido responsável pela ampliação do quadro de oficiais no Exército leais a al-Hashimi.

O novo governo foi formado com um grande número de ministros xiitas, enquanto o novo chefe do Estado-Maior do Exército Iraquiano, Bakr Sidqi, buscava consolidar a sua liderança entre os oficiais. Nas questões internacionais, o novo Primeiro-Ministro pretendia estabelecer laços de amizade com o Irã e Turquia, uma vez que Suleiman tinha profunda simpatia por tudo que fosse oriundo da Turquia. O rei percebeu que a política externa podia projetá-lo, dessa forma, a buscar relações com a Transjordânia, Síria, Líbano e Palestina. Uma vez que o Iraque era o primeiro mandato a receber a independência, esse podia se constituir em um modelo a ser seguido pelos demais territórios árabes. O monarca via a possibilidade de apoiar as lutas de independência de seus vizinhos e estabelecer a liderança iraquiana no Crescente Fértil.

As tentativas iraquianas de política externa independente passavam pelo rígido controle da Grã-Bretanha. Por outro lado, como Estado independente, o Iraque buscava levar adiante seus interesses, como a vigilância e observação das fronteiras. O acesso iraquiano ao mar era apenas aquele de Shatt al-‘Arab, que era a fronteira entre o Irã e o Iraque. A questão curda influenciava nas relações com a Turquia e com o próprio Irã, pois poderia gerar instabilidade e ameaçaria os poços de petróleo na região. A área estava em litígio entre o Irã e Iraque, levando à Liga das Nações a reconhecer a região como iraquiana, em 1937.

A defesa contra a penetração soviética na região fomentou o Pacto de Saadbad, unindo Iraque, Irã, Turquia e Afeganistão. Em realidade, o Iraque não temia a penetração soviética em seu território, mas aceitou o pacto para garantir relações estáveis com os países limítrofes, principalmente com a Turquia, que não havia aceitado a perda de Mossul. Em 1937, o rei Ghazi mostrava bastante crítico às posições britânicas no Oriente Médio, fossem na Palestina ou no Golfo Pérsio, levando-o a reivindicar, pela primeira vez, a soberania iraquiana sobre o Kuwait.

A oposição iraquiana reprovou o pacto, dizendo que o Iraque abandonou os árabes do Arabistão e Cuzistão, a crítica oposicionista alegava que o Iraque traía as relações com o mundo árabe, sendo isso uma orientação da elite sunita Iraquiana. Por outro lado, o governo iraquiano inaugurava uma política externa chamada “Iraque em Primeiro Lugar” posta em prática nas relações com Irã e com a Turquia. Essa política estava associada à tentativa de estabelecer a identidade nacional iraquiana, afastando a hegemonia nacionalista, que julgava o Iraque como um infiel dentro do mundo árabe, particularmente, no que dizia respeito à situação na Palestina. Havia um grande apoio a essa política vindo do embrionário Partido Comunista e das associações de trabalhadores.

Em 1937, as eleições gerais reformularam o parlamento dando o domínio a Bakr Sidqi, através de uma coligação de conservadores, nacionalistas e sheikhs tribais, os quais não aceitavam a Associação Popular para a Reforma, por acreditarem ser uma organização comunista. A reforma agrária radical, planejada por Sulaiman, foi derrotada no parlamento por uma grande margem de votos. No mesmo ano, algumas vezes entre os sheikhs se levantaram, no Médio Eufrates, para reclamar sobre os critérios adotados pelo governo para a distribuição de terras. O governo, por sua vez, começou a negociar com os líderes tribais,

enquanto deslocava tropas para a região a fim de derrotar a rebelião que se desenhou. A ação do Exército desencadeou a revolta, uma vez que a prisão arbitrária de alguns líderes foi o estopim da rebelião.

Durante todo o verão, o exército combateu os revoltosos de forma eficaz, enquanto o Primeiro-Ministro tentava obter vitórias no parlamento e atrair os sheikhs para a sua esfera de influência. As ações do governo provocavam críticas de ministros que renunciaram aos cargos, deixando o Primeiro-Ministro à vontade para efetuar trocas no ministério que agradassem Bakr Sidiq e os militares. As mudanças ministeriais afastaram os reformistas do governo, enviando para o exílio membros influentes da Associação Popular para a Reforma, que foram expurgados pela direção autoritária e conservadora que tomava conta do Iraque.

O corpo de oficiais estava preocupado com os rumos que a política iraquiana vinha tomando, principalmente, no que os militares julgavam como abandono do pan-arabismo e da traição dos ideais que os nacionalistas árabes pregavam. No final do ano, os militares assassinaram Bakr Sidqi, dessa forma enfraqueceram a lealdade dos demais membros do Exército ao governo. O comandante da guarnição de Mossul, onde ocorreu o assassinato, decidiu não apoiar ao governo, assim como o comandante de uma das bases perto de Bagdá. O país estava às portas da guerra civil, Sulaiman viu-se isolado após a morte de seu principal aliado entre os militares, isso o forçou a abandonar o governo.

A nova era da política iraquiana iniciava-se pelas mãos do grupo que planejou o assassinato de Bakr Sidiq. Husain Fawzi, Amin al 'Umari, Salah al-Din al-Sabbagh, Mahmud Salman, Kamil Shabib, 'Aziz Yamulki e Fahmi Sa'id. Nesse período, os civis apenas detinham cargos políticos se houvesse interesse do grupo de militares acima. O principal projeto desta aliança era fomentar o pan-arabismo²⁶, que era como uma forma de preservar a

²⁶ De acordo com Dilip Hiro (1998), o pan-arabismo é uma doutrina que tende a unir os árabes em uma comunidade (*umma*), independente do local onde vivam. A primeira manifestação do pan-arabismo ocorreu, em 1876-78, com a promulgação da Constituição do Império Otomano, a qual permitia a livre expressão. Em 1908, a ascensão do Movimento dos Jovens Turcos manifestou a superioridade turca, gerando uma resposta árabe, que se concretizou em 1916, quando o hashemita Hussein al-Hedjaz tornou-se o líder do pan-arabismo e declarou o desejo de ver todos os territórios árabes formando um só reino. Após a concretização da separação dos territórios árabes, conforme estabelecido pelo acordo Sykes-Picot (1916), os reinos hashemitas do Iraque e da Transjordânia mantiveram-se como herdeiros do pan-arabismo.

identidade iraquiana, que para eles deveria ser a preocupação de qualquer governo. Para o grupo, o pan-arabismo também respondia pela política externa do Iraque.

Todos os oficiais do grupo eram sunitas, partilhavam a visão pan-árabe do destino do Iraque e de sua identidade, porém deixava em aberto a possibilidade de novas revoltas, uma vez que excluía aos curdos, os xiitas e os outros grupos étnicos os quais compunham a população iraquiana. Houve uma preparação para substituir os professores palestinos e sírios por educadores iraquianos, para estabelecer um ensino nacionalista de cunho militarista.

A população iraquiana, por sua vez, estava ciente do poder desse grupo, isso a transformava em um ator que compactuava com as ações do grupo, sem força e organização para derrotá-lo e, assim, desfazer o *status quo* da política iraquiana no final da década de 30.

Após a saída de Hikmat Sulaiman do cargo de Primeiro-Ministro, o rei chamou Al-Midfa'i para assumir o posto, porém o grupo de oficiais comunicou ao monarca que estava sendo arquitetado um golpe de estado para destituir o novo primeiro-ministro. Em 1938, os oficiais enviaram ao rei os nomes de Nuri al-Sa'id e Taha al-Hashimi para que fosse escolhido o novo primeiro-ministro.

O escolhido, Nuri al-Sa'id, estava inserido na lógica pan-arabista do “Círculo dos Sete”, uma vez que tinha sido voluntário para mediar a situação na Palestina, em 1936, quando ocorreu a greve geral. O novo Primeiro-Ministro esforçou-se, sem êxito, para mediar os encontros entre a Comissão Superior Árabe e a Agência Judaica e, depois, entre os árabes e as autoridades britânicas.

A intenção era projetar o Iraque e fomentar o crescimento de uma federação árabe atuante na região do Crescente Fértil, sob a direção da dinastia hashemita. A posição pan-arabista do Primeiro-Ministro era bem vista pelos sete militares, nos quais confiaram a condição de chefe da delegação iraquiana na Conferência de Mesa Redonda, em Londres, em janeiro de 1939, que visava ao acordo entre britânicos e palestinos. A reunião fracassou, mas o empenho de Nuri al-Sa'id foi reconhecido pelo “Círculo dos Sete” e pelas Forças Armadas Iraquianas.

O ano de 1939 seria marcado pelo falecimento do rei Ghazi e pelo início da Segunda Guerra Mundial. O monarca iraquiano morrera em um acidente automobilístico, deixando como herdeiro do trono hashemita do Iraque, seu filho, o rei Faisal II, de três anos de idade. Obviamente, sem poder assumir o trono, era substituído por ‘Abd al-Ilah, filho do ex-rei ‘Ali al-Hedjaz e irmão da rainha ‘Aliyya, mãe de Faisal II.

O novo monarca era mais tolerante com a presença britânica no Iraque, o que o diferenciava do cunhado. Para Faisal II era esta presença britânica no Iraque que garantia a continuidade da dinastia hashemita no poder. Esse comportamento o afastava dos oficiais nacionalistas das Forças Armadas Iraquianas. Os oficiais nacionalistas, que se ofendiam com as exigências britânicas, estavam influenciados pelos ideais nacionais–socialistas que foram levados para o Iraque através do Embaixador alemão, Fritz Grobba. Para muitos oficiais iraquianos, as potências do Eixo venceriam o conflito que já era iminente. Os políticos iraquianos e o próprio monarca estavam entre duas forças opostas que se apresentavam no cenário político iraquiano. As eleições no Iraque foram guiadas por Nuri al-Sa’id, de forma que continuasse no poder e mantivesse as suas relações com o “Quadrado Dourado”, o grupo mais influente dentro do “Círculo dos Sete”, que efetivamente governava o Iraque.²⁷

O prenúncio da Segunda Guerra Mundial encontrava o Oriente Médio com um cenário de instabilidade e violência. Na Síria, uma série de protestos, que começaram em 1925, fez a França reconhecer a independência síria em 1935, instalando um gabinete franco-árabe, que foi desfeito na iminência do conflito mundial. Por lado, a França formulou um acordo semelhante àquele que Grã-Bretanha imputou ao Iraque em 1930, assim o governo francês ainda utilizaria as bases navais na Síria e outras instalações militares no Líbano, enquanto fosse do interesse francês. O acordo era sustentado pela elite maronita no Líbano e por nacionalistas na Síria, que esperavam a ratificação da França do tratado, que nunca aconteceu, pois foi impedida, segundo Albert Hourani (1992), por lobbies em Paris, que não estavam dispostos a dar autonomia aos territórios franceses no *Levante*.

Na Palestina, os árabes, desde o início da perseguição nazista aos judeus, na Europa, em meados da década de 30, observavam um aumento significativo na imigração judaica, que

²⁷ “O Quadrado Dourado” era formado por quatro coronéis: Salah al-Din al-Sabbagh, Fahmi Sa’id, Mahmud Salman e Kamil Shabib (TRIPP, 2003, p. 121).

contava com o apoio britânico. A população árabe tornou-se violenta e começou a atacar os judeus, iniciando uma rebelião, chamada por Dilip Hiro (1998) de a Revolta Árabe (1936-39), provocando uma onda de solidariedade árabe contra a causa sionista. Temendo uma vaga de violência incontrolável as autoridades britânicas adotam o *Livro Branco*²⁸, (1939) que fez aumentar a ira judaica contra a Grã-Bretanha. Durante a Revolta Árabe, os colonos judeus se lançaram à contra-ofensiva com os grupos paramilitares chamados *Irgun, Haganah e Stern*²⁹, que perpetraram vários atentados contra britânicos e árabes, como o atentado à bomba ao Hotel King David e os ataques às propriedades árabes, no intuito de expulsar os moradores autóctones da região para a posterior ocupação dessas áreas por colonos judeus, oriundos de novas levas migratórias.

Em 1934, a Líbia, como passou a ser chamada a área, que englobava a Tripolitânia e Cirenaica, ainda estava sob ocupação italiana, desde 1911, enfrentava no interior e na região da Cirenaica a resistência armada de insurgentes ao domínio italiano, que foi iniciada no pós-Primeira Guerra Mundial sob a liderança do pretendente ao trono Idris I. A manutenção de tropas italianas na Líbia desagradava aos britânicos, que em 1936, assistem a tomada da Abissínia (Etiópia) por unidades italianas, que naquele momento representavam o fortalecimento da política fascista de Benito Mussolini. No “Chifre da África” também era mantida a ocupação italiana de uma porção da Somalilândia.

O Egito mostrava a existência de um partido nacionalista, de uma influente classe de proprietários rurais e uma burguesia em ascensão, que não estavam pensando em uma transição violenta para a independência. Em 1936, encerrava-se a ocupação militar britânica no país, porém a Grã-Bretanha manteria suas tropas aquarteladas na área do Canal de Suez. O Egito ingressava na Liga das Nações em 1937. De acordo com Ismail Majzoub, o Egito, em 1924, já se colocava como “soberano”, apesar da presença militar britânica, e, dessa forma, estabelecia relações diplomáticas com o Brasil, devido ao mérito brasileiro da industrialização

²⁸ Segundo Edilson Adão C. Silva (2003), o Livro Branco era uma série de medidas restritivas à imigração judaica na Palestina.

²⁹ As três organizações surgiram no final de década de 20, Haganah, *defesa* em hebraico, foi uma organização que segundo Dilip Hiro (1998), foi organizada e armada pelos britânicos. Irgun Zvai Leumi, significa *Organização Militar Nacional*, desmembrou-se da Haganah e passou a fazer ataques preventivos aos árabes. Após a publicação do Livro branco, em 1939, passou a atacar alvos britânicos. Stern passou a combater os revisionistas sionistas, que não aceitavam os ataques aos britânicos, e decidiu atacá-los, juntamente com seus aliados da Haganah, como forma de pressionar a Grã-Bretanha de cumprir suas promessas aos judeus.

florescente e ao mérito egípcio de ter uma presença importante no cenário árabe e internacional (MAJAZOUB, 2000).³⁰

A Pérsia fora rebatizada como Irã, em 1935, por Reza Khan, o oficial da Brigada Cossaca, que se tornou Reza Pahlevi. O líder iraniano impôs forte resistência à presença estrangeira no país, tornando sem validade todos os acordos que julgasse depreciativos para o Irã. O governo nacionalista confiscou os poços petrolíferos dos britânicos. Reza Pahlevi era um admirador de Attaturk, como o líder turco, o nacionalista iraniano destituiu um monarca xiita substituindo-o pelo movimento oriundo do Exército. O país era governado com mão de ferro, enquanto levava o Irã à ocidentalização, com certa prosperidade durante os anos 20 e 30.

Na Arábia, depois da disputa entre Ibn Saud e Hussein, a vitória ficou com a dinastia do primeiro, que durante os anos 30 aceitou a delimitação do seu território pela Grã-Bretanha, que impediu Ibn Saud de tomar os protetorados britânicos no Golfo Pérsico e de Áden, assim como o Iêmen. A Arábia Saudita, desde a sua criação, em 1932, foi cercada pelo poder britânico, uma vez que os territórios limítrofes ou estavam sob orientação britânica ou eram protetorados da Grã-Bretanha. Havia entre os Saud e os hashemitas, do Iraque e da Transjordânia, um sentimento de desconfiança e ódio mútuos, em função da guerra que culminou com a derrota de Hussein, em 1924, quando perdeu Meca para os Saud e, posteriormente, o Hedjaz, em 1927, o que gerou o nascimento da Arábia Saudita. O Kuwait, que temia a agressão otomana, buscou a proteção britânica, em 1899, tornando-se um protetorado, sob a regência da família As-Sabah.

A Liga das Nações, fundada após a Conferência de Paris (1919), mostrava sinais de desgaste na tarefa para a qual foi criada. A própria concessão dos mandatos, conforme tinha sido desejado por França e Grã-Bretanha, mostrava que os vencedores da Primeira Guerra Mundial não estavam de acordo com o princípio idealizado por Woodron Wilson de autodeterminação dos povos, que teoricamente deveria ter sido acatado pela organização.

³⁰ Na realidade, o Brasil já vinha recebendo crescentes ondas de imigrantes árabes desde 1871, majoritariamente sírios e libaneses. De 1871 a 1880, oficialmente entraram apenas 1946 imigrantes, enquanto entre 1880 a 1888 entraram, no Brasil, somente 176 imigrantes oriundos daquela região, mas no último ano, entraram no País 978 imigrantes. Por outro lado, por várias razões, apenas em 1889, o Brasil recebeu 1823 imigrantes. Na década seguinte, entraram no Brasil 15.321 sírios-libaneses (1890-1899), conforme Aziz Nacib Ab'Saber (2000, p. 27).

Vários países são admitidos na Liga das Nações nas décadas de 20 e 30, por outro lado alguns se retiram da organização, como por exemplo, o Brasil, em 1926, que exigia uma recompensa pelos serviços prestados à organização. O País pleiteava uma vaga no Conselho Permanente da Liga, por outro lado enfrentava resistência de vários países, inclusive dos países da América latina, que solicitavam um rodízio entre os países da região como membros rotativos da Liga, uma vez que o Brasil não abandonava o posto.

Em 1927, a Alemanha é admitida na Liga das Nações, o que um ano antes era combatido pelo Brasil. As tratativas de admissão da Alemanha na organização obedeciam aquilo que fora estabelecido pelo Tratado de Locarno (1925), que segundo Eugênio Vargas Garcia (2000b) encerrava de fato a Primeira Guerra Mundial.³¹

O cenário internacional mostrava que o trabalho da Liga das Nações em mediar conflitos não tinha alcançado o êxito pretendido, pois vários antagonismos já haviam sido reavivados, antecipando as áreas de conflito da Segunda Guerra Mundial. Uma sucessão de expurgos e abandonos ocorre na Liga das Nações, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que tinha sido admitida em 1934, era expulsa da organização por invadir a Finlândia em 1939. A Bélgica e a França invadiram o distrito industrial do Ruhr na Alemanha, por sua vez a Alemanha desenvolve um programa de rearmamento, assim como o Japão, que invadiu a Manchúria. A Itália, uma das fundadoras da Liga das Nações e um dos signatários do Tratado de Paz, invadiu a Abissínia (Etiópia) e, juntamente com forças militares da Alemanha rearmada, lutava na Guerra Civil Espanhola ao lado do General Franco, que retira a Espanha da Liga em 1939.

Os tratados de paz assinados após a Primeira Guerra Mundial, assim como o de Locarno passam aos poucos a ser esquecidos ou abandonados em função dos interesses de cada país. A paz constituída no final do primeiro conflito mundial mostrava no final da década de 30 o quão frágil era. Tinha sido construída em pilares que seriam corroídos pelas

³¹ O Acordo de Locarno reuniu Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Tchecoslováquia e Polônia, que segundo Eugênio V. Garcia aprovaram vários tratados que “[. . .] representavam o triunfo da distensão política na Europa por meio de um acordo regional de segurança, aceitável por todas as partes. Entre as medidas importantes estavam o reconhecimento mútuo da fronteira franco-belga-alemã, sob a garantia da Grã-Bretanha e a Itália, e o compromisso de resolver pacificamente suas disputas, para o qual foram adotadas convenções bilaterais de arbitragem.” (2000b, p. 94-95).

lideranças beligerantes e segregacionistas com discursos nacionalistas na Europa e no Japão. A Segunda Guerra Mundial ameaçava todos os continentes, sendo que na África, no Oriente Médio e na Ásia os discursos nacionalistas começavam a ser ouvidos como uma alternativa para a busca da independência para as colônias e protetorados da França e da Grã-Bretanha. No Oriente Médio, esses discursos eram ouvidos também como forma de combater os judeus que se estabeleceram na Palestina com o aval britânico. A tentativa de se estabelecer uma organização mundial de orientação kantiana para salvaguardar a paz mundial havia falhado e, dessa forma, o mundo assistia o rearmamento e a volta da Alemanha para recuperar as reparações de guerra em novos campos de batalha.

3 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A GUERRA FRIA: AS AMÉRICAS E O ORIENTE MÉDIO (1939-1964)

3.1 A Segunda Guerra Mundial

A política externa alemã, desde 1930, de acordo com Ruth Henig (1991), vinha tentando derrubar o que fora estabelecido pelo Tratado de Versalhes. Os aliados eram vistos como aqueles que impuseram à Alemanha o inaceitável *diktat*, que acabou por preparar a ocupação do Ruhr. O governo alemão começava a se preparar para reaver as parcelas territoriais perdidas a leste, enquanto via nos Estados criados no pós-I Guerra, entidades *Saisonsstaaten*, que não teriam uma existência permanente como a Alemanha, França e Grã-Bretanha³².

Desde 1933, a Europa estava dividida entre Estados com regimes democráticos e outros com governos totalitários como Itália, Alemanha e Espanha. Em 1936, a Guerra Civil Espanhola já apresentava indícios que um novo conflito estava prestes a ser iniciado no continente europeu. Tropas ítalo-germânicas entraram no conflito espanhol oferecendo apoio incondicional a Francisco Franco, que assistiu ao batismo de fogo das novas armas desenvolvidas pela Alemanha, mesmo sob a proibição vigente do Tratado de Versalhes.

A Alemanha procurou na União Soviética novas tecnologias, táticas e estratégias para reforçar as suas forças armadas, principalmente através de novos conhecimentos para seus oficiais em cursos de formação em escolas militares soviéticas e, acima de tudo, com a criação de tropas pára-quedistas. No Extremo Oriente, a diplomacia alemã buscava contactos

³² Polônia, Romênia e Tchecoslováquia eram países considerados, pela política externa alemã, como Estados sazonais, que teriam pouco tempo de existência, o que já mostrava a tendência do governo alemão em invadi-los no conflito já iminente.

com o governo militarista nipônico e, em 1936, estabelecia o Pacto Anti-Komitern. A Itália se aliaria a esse pacto no ano seguinte.

A própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) havia enviado apoio para os insurgentes espanhóis, que combatiam Francisco Franco. Outros países permitiram que seus cidadãos combatessem na Espanha, por exemplo, os EUA formaram a Brigada Lincoln. Brasileiros também tomaram parte da luta contra a facção franquista. A vitória desse segmento fez com que a Alemanha e a Itália contassem com mais um aliado europeu, que como Salazar, em Portugal, se colocou ao lado dos governos totalitários da Europa. No Extremo Oriente, o Japão, desde 1932, já havia iniciado a sua campanha de ocupação da China. A criação do Eixo Berlim-Roma-Tóquio começava a preocupar aos europeus e os EUA.

Em 1938, a Alemanha iniciava a sua campanha de anexação da Áustria e, em seguida, dos territórios dos Sudetos, na Tchecoslováquia. É interessante notar que na Conferência de Berlim, no mesmo ano, Alemanha, Itália, França e Grã-Bretanha concordam com a ocupação dos territórios tchecos por tropas alemãs. Os governos da França e da Grã-Bretanha esperavam que essa concessão cessasse o ímpeto expansionismo do III Reich, porém estavam cientes de sua condição de debilidade militar e econômica, uma vez que enfrentavam constantes insatisfações nacionalistas em suas colônias. A estratégia dos aliados se mostrou equivocada, quando a Alemanha ocupa o restante do território tcheco.

Em 1939, a Lituânia tem seu território invadido, enquanto a Itália ocupava a Albânia. O Pacto de Aço assinado entre Adolf Hitler e Benito Mussolini era posto em prática, enquanto a Grã-Bretanha tentava proteger os seus aliados, como Grécia e Polônia. A URSS assinava com a Alemanha um pacto de não-agressão, o que assegurou às tropas alemãs a livre entrada no território polonês no mesmo ano. Posteriormente, a Polônia também foi invadida por tropas soviéticas. A agressão alemã à Polônia levou França e Grã-Bretanha a declararem guerra à Alemanha em setembro daquele ano.³³

³³ O pacto de não-agressão firmado entre a URSS e a Alemanha passou a ser conhecido como Pacto Molotov-Ribbentrop, em uma alusão aos nomes dos chanceleres dos dois países. O referido tratado foi assinado em 24 de agosto de 1939 (ZORGBIBE, 1997a).

Posteriormente, a França e os países do norte da Europa, como Dinamarca e Noruega, foram invadidos. O cenário europeu já mostrava a abrangência que o conflito alcançaria, uma vez que a Finlândia e a URSS combatiam por regiões na fronteira, acarretando no envio de armas e conselheiros alemães para assessorar o governo de Helsinque. A década de 1940 mostrou o avanço das tropas do Pacto de Aço em direção da África do Norte e do Oriente Médio, que ainda eram possessões ou área de influência da França e da Grã-Bretanha.

A Segunda Guerra Mundial levou para o campo de batalha todas as pendências, que ficaram mal solucionadas por tratados que foram ditados pelos aliados vencedores da Primeira Guerra Mundial. A Alemanha não aceitava as humilhações impostas pelas reparações de guerra, o que acabou gerando a ascensão legítima de Adolf Hitler ao poder com o Partido Nacional-Socialista, pregando o ódio e a segregação racial, direcionando-se, principalmente, contra judeus e ciganos na Europa. Por outro lado, o desenrolar do conflito fez com que um grande número de voluntários estrangeiros tomasse parte das fileiras das Forças Armadas Alemãs, inclusive cidadãos de países que estavam sob ocupação alemã, mas que demonstravam admiração pelo líder alemão, especialmente aqueles do grupo de línguas germânicas, como noruegueses, luxemburgueses, suecos, suíços, liechtensteinienses, belgas e holandeses, que formaram algumas unidades (legiões) da SS.³⁴

Entretanto, havia voluntários de outras procedências, como georgianos, estonianos, letões, lituanos e russos brancos, que estavam descontentes com a vitória bolchevique de 1917.³⁵ Todos esses voluntários uniram-se às tropas alemãs para combater Josef Stalin, que havia anexado os países bálticos, tradicionais aliados germânicos, alijando-os da curta independência que tiveram. Por outro lado, havia a legião indiana, *Freies Indien* (Índia Livre), que combatia ao lado dos alemães como uma forma de buscar se desvencilhar da ocupação britânica. Por outro lado, não eram apenas os indianos que buscavam a ajuda dos alemães para derrotar a Grã-Bretanha, os árabes também viam em Adolf Hitler um aliado que os auxiliaria na derrota de britânicos e franceses livres no norte da África e no Oriente Médio.

No Iraque, em 1941, houve uma revolta de tropas iraquianas, que contou com apoio alemão, fazendo com que a Grã-Bretanha despendesse um grande número de tropas para

³⁴ Abreviatura de Schutzstaffel, isto é, literalmente “força de proteção” ou “grupo de combate de defesa”.

³⁵ A designação ‘russos brancos’ era dada aos militares leais ao Czar que combateram os bolcheviques, durante a Revolução de 1917, que eram conhecidos como vermelhos.

conter a revolta, enquanto invadia o Irã, juntamente com a URSS, para intimidar o governo iraniano, que se mostrava favorável aos ideais do Pacto de Aço. A invasão do território iraniano visava à manutenção das reservas petrolíferas do país sob controle aliado. Naquele país do Oriente Médio localizava-se a área, onde havia começado a corrida pela matéria-prima que estava colocando o mundo em movimento desde o início do século XX.

A rebelião no Iraque preocupava os britânicos, uma vez que havia sido naquele país que fora feita a segunda maior descoberta de petróleo no Oriente Médio, até o período da Segunda Guerra Mundial. No Iraque, Rashid Ali al-Gaylani, político de tendências pró-Pacto de Aço, tomava o poder, porém contava somente com o apoio da Síria sob o governo de Vichy, aliada de Adolf Hitler. As tropas ítalo-germânicas não tinham condições de socorrer os revoltosos iraquianos, os quais com ajuda síria receberam um comitê em Damasco, mais tarde sendo o embrião do Partido Baa'th, que governaria a Síria e o Iraque. Conforme Bernard Lewis (1996), Ibn Saud, na Arábia Saudita, Nahas Paxá, no Egito, e Nuri al-Said tentaram estabelecer contatos com o III Reich, mas não alcançaram sucesso, pois, segundo o autor britânico, os alemães teriam recebido desses líderes oferta de ajuda em uma extensão que não era vista como conveniente pelo governo alemão.

Outro fator que aproximou os árabes dos alemães foi a perspectiva de encontrar um aliado para enfrentar a crescente imigração judaica na Palestina. Os ideais nacional-socialistas levaram à criação de partidos políticos no Oriente Médio, de tendências semelhantes àquelas vistas na Alemanha e Itália. No Líbano, no início da década de 30, mesmo sob a ocupação francesa, foi criado por Antun Sa'ada, um imigrante libanês que veio para o Brasil, o Partido Nacional Socialista Sírio (PNSS), que advogava o retorno da grande Síria, influenciado pelos escritos nacional-socialistas alemães. Outro objetivo do partido era a união do Líbano, da Síria, de Chipre, da Palestina, da Jordânia, do Iraque e do Kuwait como uma só entidade estatal. A aliança entre árabes e nacional-socialistas alemães pôde ser verificada no encontro entre o *mufti* de Jerusalém e Adolf Hitler, quando o líder alemão se comprometeu em destruir os movimentos judeus e comunistas da Europa e, consequentemente, do Oriente Médio.

O encontro entre o líder religioso muçulmano e o governante do III Reich apresentou, em 1941, um documento que mostrava, segundo o *mufti*, os alemães como aliados naturais

dos árabes. A aliança entre palestinos, representados pelo líder religioso exilado em Berlim e alemães visava à expulsão de britânicos e de judeus da Palestina, além de impedir a criação de partidos comunistas na região. De acordo com o documento intitulado *Minutes of the Meeting with Hitler and Husseini*, Haj Amin al-Husseini clamava que voluntários árabes e prisioneiros argelinos, marroquinos e tunisianos se aliassem à luta contra os inimigos comuns de árabes e alemães. A tentativa alemã de estabelecer uma frente de batalha, no Iraque, e enfraquecer a posição britânica não surtiu efeito, a rebelião iraquiana, com patrocínio alemão, era derrotada no mesmo ano em que começara (MINUTES of the Meeting with Hitler and Husseini, 1964, *online*).

No Iraque, o Primeiro-Ministro, Rashid ‘Ali al-Kailani, e o monarca, Faisal II, eram nitidamente pró-britânicos, enquanto o “Quadrado Dourado”, assim como os nacionalistas árabes, acreditavam que as potências do Eixo sairiam vencedoras do conflito, dessa forma buscavam manter contato com o *mufti*. Por outro lado, o Primeiro-Ministro não descartava a possibilidade das tropas inglesas no país reagirem a qualquer troca de governo, assim manteve uma neutralidade estudada, ao mesmo tempo em que se aproximava do “Quarteto Dourado”. Conforme Charles Tripp (2003), o Primeiro-Ministro negou a ruptura das relações ítalo-iraquianas em 1940, enquanto permitia, após um debate exaustivo, o avanço de tropas britânicas pelo território do país.

As incertezas começavam a transparecer no governo iraquiano, o monarca força o Primeiro-Ministro a resignar, este acreditando no apoio dos demais ministros rejeita a ordem real, mas perde o apoio do gabinete. Buscando ajuda de personagens influentes e simpatizantes do Eixo, Rashid ‘Ali buscou o apoio de Al-Sabbagh, que já havia ameaçado o rei com uma ação militar direta. O Primeiro Ministro havia pedido ao monarca que dissolvesse o parlamento, por sua vez o rei Faissal II, negou o pedido e retira-se de Bagdá, indo para Diwaniyya a fim de reorganizar o seu gabinete.

O regente recorreu a Taha al-Hashimi para compor o governo, essa atitude foi bem aceita pelos membros do “Quadrado Dourado”, que o julgavam como um nacionalista árabe. Por outro lado, al-Hashimi tentou desarticular esse grupo político dentro das forças armadas, o que gerou a reação do grupo, obrigando-o a resignar e direcionando várias críticas ao monarca. O rei, Faisal II, buscou asilo na Transjordânia, antes de Bagdá ser tomada por tropas

pró-Eixo. Rashid ‘Ali se preocupava em demonstrar aos britânicos que não havia ocorrido uma grande mudança no país, garantindo à Grã-Bretanha que o Iraque respeitaria todos os acordos estabelecidos anteriormente. O governo britânico, por sua vez, desejava desembarcar mais soldados no Iraque, enquanto o “Quadrado Dourado” manobrava com o Primeiro-Ministro para evitar o reforço às guarnições britânicas. Os comandantes britânicos desembarcam um contingente em Basra, originando um protesto oficial do governo iraquiano.

O golpe de estado perpetrado em 1º de abril de 1941, não visava apenas à substituição do Primeiro-Ministro, como os anteriores, mas à deposição do monarca e a conseqüente troca da posição iraquiana em relação à Grã-Bretanha. Os iraquianos ameaçavam abater os aviões da RAF, que levantassem vôo das bases no Iraque. O ultimato foi ignorado pelos britânicos e, em maio, os confrontos entre tropas britânicas e iraquianas acontecem.

As tropas iraquianas não conseguiam superar as forças britânicas, que estavam prestes a receber reforços oriundos da Índia e da Transjordânia. A ameaça da chegada de novos soldados britânicos fez com que os iraquianos buscassem o apoio do Eixo, via Turquia. A Alemanha e a Itália, juntamente com a França de Vichy, louvavam a atitude iraquiana para minar o poder britânico no Oriente Médio, mas seus governos sabiam que não podiam fazer grandes esforços para ajudarem os seus aliados iraquianos. Algumas armas leves e alguns aviões foram enviados a Mossul, mas os iraquianos viram essa pequena ajuda como uma negligência do Eixo aos seus esforços. Era praticamente impossível reverter a condição militar dos golpistas iraquianos diante das forças armadas britânicas no Iraque.

As forças britânicas, mesmo numericamente inferiores, derrotaram as unidades iraquianas, tomando os bastiões das tropas revoltosas, desagregando o “Quadrado Dourado” e desmoralizando o governo de Rashid ‘Ali. A divisão de etnias e segmentos religiosos no Iraque também se agudizou no conflito, com curdos e tribos xiitas apoiando os britânicos, enquanto alguns clérigos clamavam pela *jihad* contra as forças armadas britânicas. A vitória britânica e o colapso que tomou conta do país geraram a *farhud*, que acabou custando a vida

de 200 judeus iraquianos.³⁶ Após o restabelecimento da ordem, o monarca voltou ao trono e Nuri al-Sa'id assumiu o cargo de Primeiro-Ministro.

Devido à Segunda Guerra Mundial e às disputas internas no Iraque, fossem de origem políticas ou ideológicas, a Grã-Bretanha não poderia abrir mão de manter tropas estacionadas no país. O Governo Britânico também não podia, por esses motivos, desmobilizar as Forças Armadas Iraquianas, que apareciam como fiel da balança no cenário iraquiano. A existência das Forças Armadas do Iraque, assim como a definição sobre que grupo ou clã as comandariam, decidia a quem deveria caber a direção do Estado. A opção, qualquer que fosse, acabaria gerando a permanência das desigualdades, através da coerção, entre os vários grupos étnicos e religiosos, que compunham a população iraquiana. A formação da casta do oficialato iraquiano, que se originou nos anos 30, e o retorno do monarca mantiveram o Iraque em uma certa atmosfera de civilidade, porém as mesmas regras e lógica pela disputa do poder ainda permaneciam.

Os britânicos temiam enfraquecer o Iraque, devido à presença soviética no Irã, desde agosto de 1941. A desconfiança do governo britânico residia no tratado de amizade assinado entre a Alemanha e URSS, que fora firmado por Ribbentrop e Molotov, recebendo, segundo George E. Kirk (1967), o cínico nome de Tratado de Amizade e Não Agressão. A URSS aproveitando-se desse período de paz com a Alemanha assinava um tratado comercial com o Irã, permitindo que os produtos iranianos fossem exportados para o território germânico, através de solo soviético sem pagamento de impostos. A Turquia buscou o mesmo tratamento dispensado ao Irã, mas foi ignorada por Molotov. A imprensa turca passou a hostilizar a URSS, quando esta invadiu a Finlândia, por outro lado, após a captura de documentos franceses por tropas alemãs em Paris, a URSS acusou a Turquia de não se comportar de acordo com a neutralidade que declarava. Tais documentos alegavam que autoridades turcas não tomavam atitudes contra França e Grã-Bretanha, que bombardeavam os campos petrolíferos do Cáucaso e o oleoduto de Batum, que abasteciam tropas alemãs (KIRK, 1967).

A Grã-Bretanha e URSS, em agosto de 1941, invadiam o Irã, dividindo-o em áreas de administração militar, enquanto um conselheiro financeiro estadunidense, A. C. Millspaugh,

³⁶ Farhud, termo árabe, que designa perseguição implacável e desapropriação violenta de bens. A reação violenta a população judaica do Iraque por parte de nacionalista e anti-sionistas destruiu várias lojas, sendo um reflexo daqueles distúrbios ocorridos contra este mesmo segmento na década de 30 (TRIPP, 2003).

respondia pela administração do país. Segundo o governo estadunidense, a intenção soviética era transformar o Irã em um Estado fantoche. A influência soviética no país leva a criação do *Tudeh* ou Partido dos Trabalhadores, com um programa socialista moderado. O partido foi responsável pela criação de sindicatos nas principais cidades industriais, como Teerã e Tabriz. Em 1943, o partido tornou-se nitidamente pró-soviético. No ano seguinte, o governo iraniano rejeitaria os pedidos de companhias petrolíferas britânicas e estadunidenses para explorar o solo do país, alegando que não negociaria com aqueles que ocupavam o seu território (KIRK, 1967).

Os líderes soviéticos tentaram adotar uma outra tática para angariar o apoio turco oferecendo territórios capturados à Bulgária, à Grécia e à Síria. Por outro lado, na Turquia, a opinião pública não lamentava a ocupação da URSS pelas tropas alemãs, a atuação germânica afastava da Turquia a ameaça de invasão que a URSS representava. Por outro lado, a Alemanha também não contava com a confiança turca, conforme o slogan que surgira no país; “[. . .] os alemães no hospital e os russos na sepultura.” (KIRK, 1967, p. 320).

Na Síria e no Líbano, as tropas francesas aliadas a Hitler lutam contra os Franceses Livres apoiados pela Grã-Bretanha. Como esses países haviam recebido a independência da França, em 1941, o *mufti* não via naquele país um inimigo dos árabes, segundo a fonte já citada.

Bernard Lewis (1996) classificou como decepcionante a ajuda que os Aliados e os partidários do Pacto de Aço ofereceram aos seus respectivos seguidores no Oriente Médio. Por outro lado, o autor britânico afirma que os habitantes da região que apoiavam ambas causas também não ofereceram ajuda significativa, sendo a única exceção a Legião Árabe da Transjordânia, que desempenhou um importante papel na derrota do líder rebelde iraquiano em 1941. A Brigada Judaica organizada para combater no Norte da África e na Itália não teve uma importância militar significativa no conflito, conforme o autor mencionado. Por sua vez, os alemães contaram com alguns reforços oriundos do Norte da África e alguns nativos recrutados entre os prisioneiros britânicos, que não agregaram nenhuma ação relevante ao esforço de guerra ítalo-germânico.

A maior contribuição do Oriente Médio aos Aliados foi a utilização de seu território, recursos e instalações militares, que pela limitada presença de tropas alemãs na região, permaneceram intocadas e foram guardadas por tropas alocadas em função dos mandatos. O Irã, por causa de seus recursos naturais, foi invadido, sendo que a Turquia foi, de fato, o único país limítrofe ao teatro de operações a manter-se neutro. Nos últimos momentos do conflito, a Turquia declarou guerra ao Eixo, em uma clara tentativa de assegurar um lugar entre os vencedores, ao contrário daquilo que ocorreu no final da Primeira Guerra Mundial. Isso é corroborado por Bernard Lewis (1996, p. 309), que transcreve a declaração de um estadista turco: “*Queríamos estar na lista dos convidados, não no menu.*”

Como os interesses alemães se voltavam para a Europa, os árabes percebiam que a ajuda germânica repousava apenas em uma retórica ambígua, que conforme aos Aliados iam conquistando vitórias no Norte da África e no Oriente Médio, ia decepcionando ainda mais os líderes árabes que imaginaram a independência com auxílio alemão. As promessas de apoio dos árabes aos alemães foram praticamente ignoradas por estes últimos, porém, não foram esquecidas pelos britânicos e franceses, que com as constantes derrotas alemãs, foram reforçando suas posições no Norte da África e no Oriente Médio, surpreendendo os próprios judeus, que viam nesse fortalecimento um empecilho para a criação efetiva do lar judeu na Palestina, além de admitirem, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, que os britânicos impediam a chegada de novos judeus vindos da Europa.

Enquanto os alemães procuravam seguidores no Oriente Médio, os Aliados procuravam governantes democráticos, que se dispusessem a auxiliar no esforço de guerra contra o Eixo. A fabricação de equipamentos necessitava de uma quantidade muito grande de matéria-prima, assim como era enorme o esforço para alimentar as tropas em operações em praticamente todos os continentes. As Américas foram contatadas pelos EUA, que passaram a ser o modelo a ser seguido pelos países da região. A América do Sul mostrava a rivalidade entre Argentina e Brasil, que viviam um permanente estado de enfrentamento, que nunca se manifestava na forma de combates na fronteira, sendo que esses foram vistos, pela última vez, no século XIX.

O governo do Brasil estava nas mãos de simpatizantes de governos totalitários europeus, sendo que vários membros do governo Vargas eram simpatizantes do nazi-

fascismo. De acordo com Leandro Narloch (2006), grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre abrigavam manifestações de apoio a Adolf Hitler, além de abrigarem sedes do Partido Nazista Brasileiro, que em 1924, já aparecia nos registros alemães como *Landesgruppe Brasilien* (o Grupo do Brasil). Segundo Ana Maria Dietrich, o Partido Nazista Brasileiro foi oficializado pela matriz alemã em 1928, chegando a contar com 2.900 integrantes, sendo o maior a atuar fora da Alemanha. Na própria Europa, o segundo maior partido nazista era o holandês, que totalizava 1.600 componentes.

A direção do Partido Nazista Brasileiro estava a cargo de Hans Henning Von Cossel e do tesoureiro Otto Braun, os quais receberam suas orientações e treinamento em Munique. A ideologia nazista inspirou o jornalista Plínio Salgado e os advogados Miguel Reale e Gustavo Barroso a criar a Ação Integralista Brasileira, compartilhando com o Partido Nazista as suas sedes. A Ação Integralista Brasileira chegou a contabilizar entre 600 mil a 1 milhão de membros, sendo que alguns membros do partido foram eleitos para as prefeituras de oito municípios de Santa Catarina. O próprio líder da agremiação, Plínio Salgado, era favorito nas eleições para Presidente da República, que ocorreriam em 1938, conforme Leandro Narloch (2006).³⁷

O Brasil, por sua vez, desde o início da década de 30 estava sob o governo de Getúlio Dorneles Vargas, que, em 1937, instaurou o Estado Novo, iniciando um governo ditatorial e uma Constituição profundamente autoritária. A ditadura de Vargas frustrou a tentativa de Plínio Salgado de se eleger Presidente da República. O líder da Ação Integralista Brasileira organizou a tomada do Palácio do Catete, sede do governo brasileiro, porém foi capturado e exilado, enquanto outros membros do grupo foram fuzilados.

O seu governo mantinha um matiz populista, mas extremamente anticomunista. O presidente brasileiro montou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), encarregado de monitorar a imprensa e organizar as aparições grandiosas do presidente em público. É interessante notar que o DIP mostrava uma estrutura semelhante àquela do *Reichsministerium*

³⁷ Leandro Narloch e Ana Maria Dietrich, professora da Universidade de São Paulo (USP), estudaram os arquivos que estavam no DEOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), que foram abertos em 1997. De acordo com a professora da USP, havia 785 membros do Partido Nazista em São Paulo, 528 em Santa Catarina, 447 no Rio de Janeiro, além de ‘agentes de divulgação’ na Bahia e em Pernambuco (NARLOCH, 2006, p. 29-35).

für Volksaufklärung und Propaganda, que tinham entre outras funções vigiar a atuação das oposições, arregimentar artistas que levassem a mensagem do governo à população e, acima de tudo, organizavam eventos grandiosos, nos quais os líderes nacionais comunicavam suas obras e, através de discursos planejados, davam demonstrações populistas, enaltecendo a importância do trabalho para a pátria.

As representações diplomáticas alemãs na América do Sul também desempenhavam um papel importantíssimo na cooptação de novos simpatizantes à ideologia do Reich e na organização dos descendentes de alemães na América do Sul, especialmente no Brasil e na Argentina, além de ajudar a estabelecer acordos comerciais entre os países sul-americanos e a Alemanha, que trocavam produtos por produtos, sem a intermediação de moedas fortes como o dólar e a libra, escassas no país europeu e na América meridional, segundo Gérson Moura (1991). A assinatura do Ajuste (comercial) de Compensação, entre Brasil e Alemanha, visava colocar produtos brasileiros no mercado alemão, como café, cítricos, tabaco, couros e carnes, por sua vez a Alemanha sofria restrições brasileiras à entrada de seus produtos em território nacional. Os EUA já tinham conhecimento desse tipo de comércio entre os dois países, pois fora comunicado pelo governo brasileiro.

As diferenças no total do comércio entre Brasil e Alemanha, em importações e exportações, seriam convertidas em depósito de moeda não conversível, alemã ou brasileira, porém as exportações brasileiras de café e algodão aumentavam, gerando um acúmulo de marcos alemães, que seriam depositados na conta brasileira. Esse favorecimento às mercadorias brasileiras fez com que a Alemanha oferecesse material bélico ao Brasil, ao invés do depósito em marcos (BARRETO, 2001). Os EUA passaram a intensificar atuação comercial junto ao Governo Vargas, uma vez que não era do interesse estadunidense a presença de conselheiros militares alemães em um país com uma grande e influente colônia germânica e muito próximo a outro simpatizante do modelo fascista: a Argentina.

Tais representações desempenharam o mesmo papel no Oriente Médio, fosse nos primeiros momentos da Primeira ou da Segunda Guerras Mundiais, contatando lideranças insatisfeitas no Oriente Médio com a presença de franceses, britânicos ou russos, posteriormente, soviéticos, fosse nas áreas árabes ou no Irã.

Ao mesmo tempo em que buscavam ampliar o comércio com a Alemanha, os países latino-americanos eram os principais fornecedores de matéria-prima para os EUA e o maior consumidor de seus produtos manufaturados. Com o começo da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha estabeleceu o bloqueio naval no Oceano Atlântico, em 1940, fazendo com que o comércio alemão com a América do Sul caísse bastante. Por outro lado, as vitórias conquistadas pelas forças alemãs, nos primeiros momentos do conflito, aumentavam o número de simpatizantes dentro e fora dos governos de cunho ditatorial na América meridional.

O governo dos EUA buscou afastar qualquer influência do Eixo no governo de Getúlio Vargas, levando o governante brasileiro a estabelecer uma política de barganhas, a partir de 1941, quando o governo estadunidense aumentou as exigências de alinhamento ao Brasil. A estratégia de Getúlio Vargas visava à obtenção de novas tecnologias nas áreas tecnológica e militar, além de receber maiores incentivos na área econômica. Conforme Gérson Moura (1991, p. 9), o Brasil galgou a posição de “[. . .] aliado especial” dos EUA, porém tal condição não evitou atritos.

Oswaldo Aranha havia assumido a pasta das Relações Exteriores e demonstrava um alinhamento aos ideais estadunidenses, que foi assumido nas diversas reuniões entre ministros latino-americanos, quando objetivou transformar em *pan-americana* a insatisfação das Américas à agressão do Eixo à Europa e aos EUA.

Enquanto o Governo brasileiro buscava uma posição privilegiada junto ao governo estadunidense, a Argentina e o Chile, inspirados nos governos do Eixo, votavam contra os interesses dos EUA nas conferências latino-americanas. Isso fazia com que os países latino-americanos emitissem apenas *uma recomendação de rompimento de relações com o Eixo*. Esta foi aceita pelo Governo dos EUA, a fim de não comprometer a unidade nas Américas.

O Brasil e os EUA firmaram uma importante cooperação militar com a chegada da missão naval e militar ao Brasil, porém o Governo Vargas, antes de iniciar qualquer negociação, pleiteava junto ao Governo de Washington a concessão de 180 milhões de dólares em equipamentos militares para a defesa do território nacional. Os EUA perceberam o quanto era importante o fornecimento de armas para os países da América do Sul. Por outro

lado, esses armamentos responderiam também pela vigilância dos países limítrofes, no caso brasileiro, a Argentina.

O Departamento de Guerra dos EUA não tinha certeza do envolvimento do Brasil no teatro de operações, em função da simpatia que muitos oficiais brasileiros de alta patente tinham pelo Eixo. Mesmo assim foram enviados 200 milhões de dólares em armamentos, que seriam pagos em cinco anos (1943-1948), com o Governo Brasileiro pagando 35% desse valor. Esse também era o preço aceito pelos estadunidenses para poderem se estabelecer no Nordeste brasileiro, considerado o ponto de apoio ao Norte da África em caso de derrota britânica.

Em 1942, cinco navios brasileiros são afundados por submarinos alemães, relembrando a mesma manobra da Primeira Guerra Mundial, levando o Brasil a declarar guerra à Alemanha e à Itália. O Brasil colocava-se em completo alinhamento com os Aliados fornecendo acesso às bases aéreas e navais, matérias-primas estratégicas e apoio político. A lista de minerais estratégicos foi ampliada nesse mesmo ano, aumentando o fornecimento brasileiro aos EUA. Por sua vez, em 1943, o governo brasileiro começa a estudar a criação da FEB (Força Expedicionária Brasileira). Todavia, por vários motivos, o destacamento não entrou em combate. Os EUA temiam pela falta de experiência dos brasileiros em combate, dessa forma planejavam enviá-los para a África do Norte.

O atraso do envio dessa unidade ao exterior aumentava a quantidade de problemas enfrentados tanto no âmbito interno quanto externo. O cancelamento da missão da FEB seria uma perda fatal de capital político conquistado pelo Governo Brasileiro. A situação política da Argentina passou a preocupar os EUA, que assistem à ascensão do Coronel Juan Domingo Perón ao poder, no comando de uma facção de oficiais nacionalistas favoráveis a um regime autoritário. A Argentina tentou comprar armas da Alemanha, enquanto buscava influenciar as Forças Armadas da Bolívia, Uruguai e Paraguai.³⁸ Os EUA viam a Argentina da mesma

³⁸ Desde a derrota francesa para a Alemanha, em 1870, as missões militares francesas na América do Sul foram substituídas por missões alemãs, que traziam equipamentos melhores que aqueles comprados ao governo francês. Os exércitos do Brasil, do Chile, da Colômbia, do Equador e da Bolívia exibiam uniformes e capacetes de gala copiados dos uniformes prussianos. A cooperação entre estes países e a Alemanha aumentou durante a Guerra do Chaco (1932-1935), quando a Bolívia e o Paraguai disputavam o território do Chaco. O Exército Boliviano empregou voluntários e assessores militares alemães e chilenos. Desta forma, os receios estadunidenses de infiltração alemã nos governos e forças armadas sul-americanas foram comprovados (THOMPSON, 1985, p. 111).

forma que o Brasil: um governo recém-deposto que pretendia comprar tanto armas alemãs quanto armas estadunidenses, ao mesmo tempo, ora planejava declarar guerra ao Eixo ora recuava.

Em 1943, um golpe militar na Argentina colocava em evidência o Coronel Juan Domingo Perón. O Coronel Juan Domingos Perón, coronel do Exército Argentino, estudara em escolas militares italianas, demonstrando profunda admiração por Benito Mussolini. A situação interna na Argentina era instável, uma vez que vários golpes militares alternavam no poder mandatários civis e militares, que eram colocados no poder ou execrados pela vontade destes últimos. Os acontecimentos no país vizinho fizeram com que os EUA liberassem rapidamente os armamentos pedidos pelo Brasil, isto era uma resposta à coalizão boliviano-argentina. Segundo, Gérson Moura (1991, p. 35), a resposta estadunidense visava “[. . .] *dar ao Brasil força efetiva na fronteira argentina.*”

O pós-guerra já começava a preocupar o governo estadunidense, pois estava ciente do papel que desempenharia na construção da “nova ordem internacional”, e a aproximação com o Brasil garantiria o acesso às bases no norte e nordeste brasileiros, além de oferecer aos EUA uma plataforma geográfica e política para estender o seu poder por toda a América do Sul.

Em 1944, a FEB (Força Expedicionária Brasileira) seguiu para lutar na Itália, em troca o Governo Brasileiro pediu ao Governo dos EUA que reconhecesse o País como “*potência associada*”, o que foi polidamente recusado pelos estadunidenses, que não tinham a intenção de dividir a hegemonia regional com qualquer país que fosse. Dessa forma, o transporte da FEB para a Itália foi a última conquista do Brasil, que se considerava o “aliado especial dos EUA”. No mesmo ano, o Brasil alinhava-se automaticamente à política externa dos EUA. Na Reunião de Bretton Woods não existiu a vontade brasileira e, em Dumbarton Oaks, o país acatou a determinação estadunidense de decidir sobre os princípios de assistência recíproca e de defesa às agressões externas e internas no âmbito das Américas. O término da Segunda Guerra Mundial mostrou a total aceitação dos ditames estadunidenses pelo Brasil. Em 1945, na Conferência do México, na Decisão dos Três Grandes, o governo brasileiro acatava a

decisão dos EUA de manter uma organização regional dos Estados americanos vinculados à Organização das Nações Unidas.

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe para o Oriente Médio uma certa independência. Em 1945, os países árabes soberanos reuniram-se para a criação da Liga dos Estados Árabes, que primeiramente foi organizada por britânicos, mas que aos poucos passou a representar os anseios e as posições, ainda que conflitantes, de seus membros. A presença estadunidense tornou-se constante no Oriente Médio e no norte da África, influenciando as possessões da França e da Grã-Bretanha, que somente as libertaram das tropas do Eixo com efetivo e maciço auxílio em armas e em soldados enviados pelos EUA.

A Segunda Guerra Mundial não encerrou apenas o período marcado pela luta das democracias contra os Estados do Eixo, também marcou o início do enfraquecimento das posições franco-britânicas no Oriente Médio e em outras regiões, inclusive com levantes armados. Outros fatores novos para o Oriente Médio são: a criação do Estado de Israel (1948) e a aliança estabelecida pelo seu governo com os EUA; a crescente presença soviética na região, transformando-a em palco de constantes conflitos e tensões capitaneados por EUA e URSS, sem impedir a entrada de aliados, que estivessem completamente de acordo com suas posições seja nas políticas internas quanto externas.

A URSS após o final do conflito é procurada pela Turquia, que lhe propunha um acordo para uma aliança militar. Por sua vez o governo soviético estava disposto a negociar se a Turquia devolvesse as províncias de Kars e Ardahan, onde acreditava existir petróleo. É interessante frisar que essas províncias foram cedidas à Turquia pelos bocheviques em 1921. Outro ponto imposto pelo governo soviético era um novo regime de navegação nos Estreitos.

A Turquia passou a temer que a Guerra Civil grega pudesse fazer com que grupos comunistas gregos desejassem estabelecer santuários em seu território. Dessa forma, a Turquia procurou apoio na Grã-Bretanha e nos EUA, que auxiliaram na formação da guarda civil turca para patrulhamento das áreas limítrofes à Grécia. O governo turco culpava a URSS e os seus aliados nos Bálcãs pela insegurança na região. Os EUA ofereceram ajuda financeira à Grécia e à Turquia, enfraquecendo a posição dos comunistas gregos que começavam a ser derrotados pela ajuda militar e econômica estrangeira.

A vitória estadunidense na Europa foi conquistada nos campos de batalha. Por outro lado, a campanha no Pacífico era encerrada com a derrota total do Japão, que fora o único país a experimentar o invento desenvolvido pelo Projeto Manhattan: a bomba atômica. Os artefatos foram jogados pela aviação estadunidense nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, matando milhares de pessoas no momento da explosão, vindo a matar uma grande quantidade de feridos em função das seqüelas. Vários problemas de saúde foram detectados nos japoneses de gerações posteriores aos ataques em função da contaminação causada pelas bombas.

É interessante notar que o Brasil, durante o primeiro governo Vargas, segundo Tânia Malheiros (1996), começa a desenvolver as primeiras pesquisas na área nuclear na USP (Universidade de São Paulo) na década de 30. No Rio de Janeiro, na Academia Brasileira de Ciências (ABC), os estudos começaram no mesmo período. Em 1940, o Brasil assinou com os EUA o primeiro Programa de Cooperação para Prospecção de Recursos Minerais, o qual mostrava ao governo estadunidense a real dimensão das reservas minerais do País.

O Brasil detinha reservas de areias monazíticas e urânio, que fizeram com que o governo estadunidense propusesse três acordos que foram aceitos pelo governo Vargas. Os EUA prometiam, em troca desse recurso estratégico, repassar ao Brasil experiência na área nuclear e tecnológica, além do fornecimento de trigo. No ano de 1945, logo após o lançamento das bombas atômicas no Japão, o primeiro acordo entre Brasil e EUA na área nuclear entrava em vigência, com a venda de cinco mil toneladas de areia monazítica aos EUA por um período de três anos.

A criação do Estado de Israel ocorreu no momento em que decorria a Guerra Fria antagonizando EUA e URSS, as quais capitaneavam seus respectivos blocos em um embate econômico, cultural e militar que disputavam áreas de influência em todos os continentes, especialmente naquelas áreas em que o poder das metrópoles européias já estava desgastado em função do enfraquecimento gerado por duas guerras mundiais. A crise econômica de 1929 e o choque com forças nacionalistas locais por vezes apoiadas pela URSS e pela China, que em 1949 passa a ser uma república socialista. No primeiro momento, buscou estabelecer laços de cooperação e amizade com a URSS, mas, posteriormente, passou a ser um rival bastante perigoso.

O Oriente Médio passava a enfrentar sérios problemas políticos. Em 1948, ocorreu a criação do Estado de Israel, opondo combatentes judeus e as forças militares de países árabes, os quais eram armados e treinados na maioria por britânicos, como: iraquianos, sauditas, egípcios, transjordanianos e iemenistas, além de sírios e libaneses.³⁹ Os combatentes israelenses eram judeus oriundos de vários países do leste europeu, além daqueles já estabelecidos na Palestina, agrupados nas organizações paramilitares Irgun, Haganah e Stern, comprando armamentos originários de vários países, inclusive estoques de equipamentos alemães em mãos de tchecos. O apoio estadunidense foi fundamental para a permanência do Estado de Israel, assim como foi de extrema importância o voto do chanceler Oswaldo Aranha, na Assembléia das Nações Unidas, que fez grandes esforços para a criação do Estado de Israel.

As monarquias tradicionais do Oriente Médio, Transjordânia e Iraque, empenhavam-se na luta contra o nascente Estado de Israel, enquanto passavam a combater a ameaça externa como os países da América Latina, que assim como os monarcas árabes escolheram se alinhar aos EUA. Os governantes destes países árabes estavam bastante ligados à Grã-Bretanha, mas esta ainda não havia superado os gastos com as duas guerras, como a França, que agonizava para manter o império colonial insuflado por correntes nacionalistas ou socialistas de inspiração soviética ou chinesa.

A Síria e o Líbano, que receberam a independência da França, desde 1941, optaram pela república como forma de governo, mas não aceitaram a criação do Estado israelense no Oriente Médio, passando a tomar parte ativa na luta, enviando soldados, armas e dinheiro para o apoio da causa palestina.

A própria Arábia Saudita, que havia percebido na penetração do Eixo, no Oriente Médio, a perspectiva de se libertar do jugo britânico, era recuperada como aliada pelos EUA no seu embate contra a URSS. Os presidentes sul-americanos, que também haviam usado a

³⁹ Os contingentes árabes, que atacaram Israel, contabilizavam 1.000 libaneses, 5.000 sírios, 5.000 iraquianos, 10.000 egípcios, 4.000 transjordanianos, além de um número não confirmado de iemenitas, sauditas, *fedayns* (combatentes irregulares palestinos) e outros voluntários árabes. No desenrolar das operações contra os judeus, os contingentes árabes foram aumentando, sendo que os libaneses passaram a ter 2.000 homens, os iraquianos deslocaram de 15.000 a 18.000 soldados e os transjordanianos aumentaram para 8.000 homens os efetivos no teatro de operações.

luta entre o Eixo e os Aliados, durante a Segunda Guerra, como forma de barganhar de acordo com seus interesses, foram cooptados pelo Governo dos EUA como aliados na defesa das Américas.

Na América do Sul, os EUA apoiaram alguns ajustes nas políticas internas de países que se colocavam na condição de aliados do governo estadunidense. No Brasil, a deposição de Getúlio Dornelles Vargas contou com apoio dos EUA, que aceitaram a escolha brasileira para o cargo o General Eurico Gaspar Dutra. O então Presidente Dutra esteve na campanha brasileira da Itália, servindo ao lado de militares estadunidenses e assumiu em 1946, mostrando ao País e aos EUA, que a democracia havia retornado ao cenário político nacional. Uma nova Constituição era apresentada com a restauração dos direitos civis e a suspensão da pena de morte.

A Argentina, também em 1946, “elegia” Juan Domingo Perón presidente, a apreensão estadunidense perdurava, pois a influência argentina nos demais países sul-americanos era mais eficaz que aquela pretendida pelo Brasil. Por sua vez, o governo brasileiro havia estabelecido um tratado militar com o Paraguai, em 1942, que implicava na aceitação por parte do governo paraguaio, da instalação de uma missão militar brasileira em Assunção. O Brasil passava a treinar as Forças Armadas Paraguaianas e transferia equipamento militar já obsoleto dos arsenais brasileiros para os militares paraguaios.

No âmbito interno, no pós-Segunda Guerra Mundial, a pressão estadunidense fazia com que a nova Constituição (1946) fosse esquecida em função do alinhamento do governo nacional à política externa estadunidense. O restabelecimento dos direitos individuais garantidos pela nova Carta passou a ser ameaçado porque os comunistas passaram a ser vigiados como inimigos do Estado, que seguia as orientações do governo dos EUA para punir os seguidores do modelo soviético.

A Guerra Fria fazia com que o Brasil rompesse as relações com a URSS e colocasse o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na ilegalidade. O governo do Presidente Dutra perdurou até 1950, porém, em 1948, os EUA reuniram os países das Américas no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), órgão de defesa das Américas contra o inimigo externo, isto é, o comunismo. O novo governo brasileiro atendia prontamente aos

ditames estadunidenses. O governo Dutra também herdou os tratados de cooperação nuclear com os EUA, este não acatou a denúncia do Conselho de Segurança Nacional (CSN), que aconselhava o rompimento do acordo de 1945 com o governo estadunidense, considerado por aquele órgão como de “[. . .] cunho escandalosamente prejudicial ao nosso patrimônio.” (MALHEIROS, 1996, p. 32).

O acesso dos EUA às reservas de minerais estratégicos brasileiros foi mantido pela ratificação do programa. É interessante notar que Tânia Malheiros (1996) mostra o acordo da década de 40 como meio de regulamentar a exportação de areia monazítica para os EUA, realizada até aquele momento de forma clandestina. O governo Dutra, com base nos relatórios do CSN, criou, em 1947, a Comissão de Estudos e Fiscalização dos Minérios Estratégicos, sendo que, no mesmo ano, o químico-nacionalista e almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva enviava um memorando ao Palácio do Catete pedindo uma “linha de compensação específica”, na qual o Brasil deveria receber o preço justo no pagamento do material enviado aos EUA, além do treinamento, da tecnologia e dos equipamentos prometidos pelos EUA no acordo. (MALHEIROS, 1996).

Em 1949, os EUA buscavam uniformizar os armamentos dos exércitos latino-americanos, conforme havia sido estabelecido pela resolução *Standardization of Materiel*, aprovada pelo *Inter-American Defense Board* (1945). Se após a Guerra Franco-Prussiana, (1870), os países latino-americanos trocaram as missões militares francesas por alemãs, no pós-Segunda Guerra Mundial, os EUA eram escolhidos para substituir os equipamentos europeus que estavam nos arsenais dos seus aliados continentais (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1945, *online*). Nesse mesmo ano, enquanto os militares estadunidenses planejavam padronizar os arsenais latino-americanos com seus equipamentos, físicos nacionalistas brasileiros criavam no Rio de Janeiro o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), uma entidade civil que buscava o intercâmbio cultural com instituições nacionais e internacionais para estabelecer pesquisas conjuntas.

As razões para a uniformização interessavam muito mais aos EUA que aos países latino-americanos, embora alguns vissem nesse processo uma forma de aproximação mais efetiva ao governo estadunidense e a perspectiva de uma rápida modernização de seus

arsenais.⁴⁰ A própria Colômbia já enfrentava, desde 1948, uma crescente onda de combates entre as suas forças armadas e grupos de esquerda. A padronização poderia oferecer uma reposição mais rápida de peças aos arsenais colombianos.

Alguns países, como República Dominicana e Argentina, preferiram buscar fornecedores de armamentos europeus, como Grã-Bretanha e Itália. A Argentina mantinha-se fiel aos ideais de alguns oficiais que viam no fortalecimento militar brasileiro, patrocinado pelos EUA, uma forma de favorecer o Brasil na disputa pela liderança na América do Sul desde o século XIX. Por outro lado, o governo argentino comprou algumas peças de artilharia dos EUA para manter o vínculo com o governo estadunidense.⁴¹

O Brasil e o México, os dois únicos países latino-americanos a enviar unidades expedicionárias para os teatros de operações europeu e asiático, respectivamente, receberam a maior quantidade de armamentos, além de requisitar e receber posteriormente, no caso brasileiro, treinamento para unidades pára-quedistas e equipamentos para armar grandes unidades. O Brasil não recebeu aviões a jato, pois os EUA não tinham produzido em quantidades suficientes para suprir os arsenais aliados, conforme o documento já citado. O pedido brasileiro estava baseado na rivalidade com a Argentina, uma vez que o país vizinho já havia iniciado as operações de montagem de sua indústria aeronáutica influenciada pelos projetos britânicos.

Se na América do Sul, os EUA buscavam fornecer seus equipamentos militares, no Oriente Médio a situação não era diferente, principalmente na Turquia, que tinha fronteira com a URSS e enfrentava o assédio soviético nos Estreitos. Assim, os EUA forneceram quinze navios e submarinos para a Marinha Turca (KIRK, 1967).

No mesmo ano em que a China alcançava sua condição de República Socialista, a Europa Ocidental organizava sua defesa, através da criação da Organização do Tratado do

⁴⁰ De acordo com o documento já citado, as razões que impulsionavam a padronização de armamentos eram as seguintes: a) the conceded superiority of most US materiel; b) the greater security of the source of supply; c) the prestige which World War II success has added to American arms; and d) the genuine desire of Latin American countries to be able to make an effective joint contribution to the defense of the Hemisphere.

⁴¹ O total, em armamentos e serviços de treinamento, que foram repassados para os arsenais e militares da América Latina somou US\$ 492.500 milhões, em armas, e US\$ 14.500 milhões em treinamento, sendo que a Argentina comprou US\$ 1.276.660, conforme documento já citado.

Atlântico Norte (OTAN) com o aval e participação dos EUA, que no pós-Segunda Guerra financiou a reconstrução dos países dessa parcela do continente que representassem uma propaganda forte na contenda frente à URSS⁴². Dessa forma, os Países Baixos e a porção ocidental da Alemanha passam a ser os “cartões postais” do capitalismo na Europa, contrapondo-se a aliados da organização que, localizados na área meridional do continente, enfrentavam dificuldades econômicas, políticas e de atraso tecnológico, como Portugal, Turquia, Grécia e Espanha.

O ano seguinte marcou o início da Guerra da Coreia (1950-1953) opondo os dois blocos da Guerra Fria no campo de batalha. As tropas da Coreia do Norte invadiram a Coreia do Sul, que imediatamente apelou por reforços aos EUA. O governo estadunidense enviou tropas à Península Coreana, sendo seguidos pela ONU, criada em 1945, substituta da Liga das Nações e com sede em Nova Iorque. Estava claro que esse seria o batismo de fogo das tropas da OTAN, que atendem ao pedido da Organização das Nações Unidas para enviar tropas à Coreia, juntamente com outros países de visível posição anticomunista. Dezesesseis países enviaram tropas para lutar contra a Coreia do Norte, por sua vez, apoiada por conselheiros soviéticos e um grande contingente de soldados chineses.

Unidades dos EUA, do Canadá, da Grã-Bretanha, da França, de Luxemburgo, da Grécia, da Turquia, da Bélgica, dos Países Baixos, da União Sul-Africana, da Austrália e da Nova Zelândia partiram para a Coreia. Um batalhão colombiano também foi enviado para o *front*, uma vez que a Colômbia queria colaborar com o esforço de guerra contra o comunismo, visto que continuavam os combates entre tropas colombianas e insurgentes de esquerda no país. Destacamentos da Tailândia, da Etiópia e das Filipinas uniram-se às tropas da ONU na Coreia.

Alguns países procuraram não enviar unidades combatentes, optando em ajudar no esforço de guerra da ONU através do envio de contingentes de saúde, como Dinamarca, Noruega, Suécia, Itália e Índia. É interessante notar que dez dos países europeus citados, seis assinaram o documento que criava a organização em Washington em 1949.

⁴² A OTAN foi criada para combater o “inimigo externo”, oriundo da URSS, pelo mesmo motivo que já havia ocorrido a criação da OEA (Organização dos Estados Americanos) um ano antes.

Com exceção da Índia e da Suécia, os demais países colocaram-se como ardorosos opositores do comunismo no mundo e nos seus territórios. Outros países foram convidados a enviar tropas, como por exemplo, o Brasil, que declinou do convite, pois esperava lucrar com alguma barganha com os EUA, como havia feito na Segunda Guerra Mundial, quando a participação brasileira gerou o início da construção da Usina de Volta Redonda, em 1942, com capital estadunidense. O Presidente Vargas, eleito em 1950, não quis tomar parte nas operações da Coréia, porque havia sido destituído da presidência do Brasil com o aval estadunidense.

De acordo com a CIA (Central Intelligence Agency), em 1949, o Brasil ainda usufruía as benesses de ter sido o único país sul-americano a ter enviado tropas para o teatro de operações europeu. O País recebia incentivos do governo estadunidense para investimentos na área da defesa. Os investimentos brasileiros, nas Forças Armadas, eram utilizados para combater o inimigo externo declarado pelos EUA - o comunismo - e, se necessário, o concorrente direto da América do Sul na disputa pela hegemonia local: a Argentina. Conforme a agência governamental estadunidense, o Brasil investiu, nesse mesmo ano, US\$ 151 milhões em equipamentos para o Exército, US\$ 76 milhões e US\$ 79,1 milhões para Marinha e Força Aérea respectivamente. Enquanto a Argentina havia investido US\$ 130 milhões, US\$ 56.9 milhões e US\$ 43.7 milhões para o exército, para a marinha e para a força aérea respectivamente (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1949).

Enquanto cientistas nacionalistas brasileiros buscavam, pelo menos, alcançar um tratamento de igualdade nos acordos nucleares com os EUA, a Argentina iniciava, no começo da década de 50, o seu programa nuclear, o qual ficou a cargo da atual Comisión Nacional de Energía Atômica (CNEA), sob a coordenação do físico austríaco Ronald Richter. O Governo Argentino não havia percebido que o cientista austríaco não havia desenvolvido os experimentos necessários e havia causado a falência, até aquele momento, do programa nuclear argentino, de acordo com Carlos Castro Madero e Esteban A. Takacs (1991). A lição foi apreendida pelo governo argentino, este enviou seus cientistas a outros países para

desenvolver intercâmbio cultural e, posteriormente, estabelecer o segundo estágio de seu programa nuclear.⁴³

Percebe-se que mesmo com a recusa do Presidente Vargas de enviar tropas para o teatro de operações na Coréia para combater o inimigo externo, o governo estadunidense investia na defesa do Brasil, pois era interessante ter um aliado na América Latina, que defendia veementemente a ponto de vista dos EUA, fosse na área econômica, fosse na área estratégica para a região ou para o mundo. A cruzada estabelecida por Oswaldo Aranha para arrecadar o apoio dos países latino-americanos ao esforço de guerra contra o Eixo, na Segunda Guerra Mundial, e a integração entre militares brasileiros e estadunidenses, através da presença de oficiais das três armas brasileiras nos cursos de escolas militares naquele país, fizeram com que o Governo dos EUA preferisse estreitar os laços de cooperação e amizade com o Brasil. Além disso, os militares brasileiros, já se mostraram dispostos a estabelecer um governo que fosse do agrado dos EUA, quando da deposição de Getúlio D.Vargas quatro anos antes.

A atuação do Presidente Getúlio Vargas não preocupava os EUA, apesar do cunho nacionalista e populista do Governo Vargas, este mantinha a mesma postura do regime ditatorial do seu primeiro governo. Entre as suas realizações estavam a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Eletrobrás e da Petrobrás, desencadeando a campanha “o petróleo é nosso!”, além de estabelecer que essa seria a responsável pela produção e prospecção de petróleo. Para pôr em prática a sua estratégia de governo, o Presidente Vargas buscava mobilizar a população urbana através dos sindicatos liderados por membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assim, anulando a atuação de outros partidos e, até mesmo, do próprio Congresso Nacional.

O matiz nacionalista do Presidente Vargas não afetava os acordos na área nuclear estabelecidos com os EUA na década anterior. Em 1951, o CSN fez uma nova advertência sobre o acordo de 1945, que foi ignorada pelo Presidente e pelo Vice-Presidente, Café Filho. Enquanto uma política nacional de energia atômica era implantada no País, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), tendo na presidência o Almirante Álvaro Alberto da

⁴³ Os autores dividem cronologicamente o programa nuclear argentino em quatro períodos. O primeiro desenvolveu-se de 1950 a 1958. Posteriormente, serão analisados os demais períodos (MADERO; TAKACS, 1991).

Motta e Silva, iniciando as pesquisas para obter reais informações sobre o potencial de minerais estratégicos do Brasil, o que já era do conhecimento dos EUA desde 1940.

O auge do movimento nacionalista brasileiro não impediu, em 1952, que fosse assinado um novo acordo entre EUA e Brasil, permitindo os estadunidenses receberem 2,5 mil toneladas de areia monazítica durante três anos. Nesse período o governo estadunidense compraria subprodutos do minério, como terras raras e tório. Antes do final do prazo de encerramento do acordo, o governo dos EUA decidiu adquirir, de uma só vez, toda a cota de tório, sendo prontamente atendido pelo governo brasileiro. Dessa forma, o restante do acordo não foi honrado pelos EUA, que compraram os demais produtos de outros fornecedores (MALHEIROS, 1996).

A bomba de hidrogênio fora desenvolvida por cientistas estadunidenses, porém não havia sido testada em 1952, enquanto o governo brasileiro criava, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (CEME), a qual ficaria encarregada de verificar as vendas de urânio, tório e seus compostos e minérios para o exterior. O órgão também era responsável pela aprovação e modificação dos planos para exportação de qualquer material estratégico, bem como pela concessão de vistos para as exportações. Os arsenais dos EUA e URSS mostravam avanços na área nuclear, no ano seguinte, o governo soviético declarava que também detinha a bomba de hidrogênio, levando o governo estadunidense a levar à ONU a proposta “Átomos para a Paz”. Essa preposição pregava que os países envolvidos com energia nuclear colocassem seus estoques de materiais físséis e urânio sob a égide de uma agência internacional. Enquanto propunha o diálogo, o governo estadunidense testava a sua bomba de hidrogênio, no Atol de Bikini, no Pacífico.

O segundo governo Vargas mantinha a filosofia vigente desde o governo Dutra, isto é, manter os comunistas fora do cenário político nacional. A cooptação dos trabalhadores urbanos através do PTB foi uma estratégia varguista que incluía o aumento dos salários em até 100 % no seu último ano de governo. Por outro lado, o Presidente enfrentava problemas na indústria substitutiva, uma vez que já se necessitava de estágios mais avançados para a fabricação de bens duráveis e de acessórios, assim como para as indústrias de cimento, siderurgia, metalurgia, produtos químicos, etc.

No último ano do governo Vargas, o preço do café caiu, impedindo que o crescimento da indústria fosse sustentado pela exportação do principal produto brasileiro, que havia sido estabelecido no governo Dutra, quando o cenário internacional favorecia ao acúmulo de divisas, segundo Luiz Roberto Lopez (1990). A alternativa encontrada foi a entrada de capital estrangeiro, o que geraria uma derrota política, como a perda de apoio popular e, conseqüentemente, dos sindicatos, uma vez que a política econômica varguista estava atrelada ao nacionalismo. O governo Vargas encontrou a solução do intervencionismo estatal para minimizar o impacto da entrada de capital estrangeiro.

O Plano Aranha foi criado para estabelecer o controle rígido sobre os créditos fornecidos às indústrias, assim como mantinha o monopólio do Estado na compra e venda de divisas que eventualmente fossem acumuladas com o lucro do comércio exterior. O Plano Laffer foi criado para a obtenção de um empréstimo de 1.000.000 de dólares, que seriam aplicados em áreas carentes de capital e nos setores básicos, conforme Luiz Roberto Lopez (1990). O intervencionismo do governo varguista na economia e a criação da Petrobrás com o propósito imposto pelo Presidente, desagradaram a UDN (União Democrática Nacional) e os grupos ligados ao capital internacional. Assim, os problemas econômicos do governo Vargas transformaram-se em crise política.

O País enfrentava um período de incertezas, enquanto adquiria o reator Triga da empresa estadunidense General Atomic, inaugurando, dessa forma, o Instituto de Pesquisas Radiológicas (IPR) em Minas Gerais. O último ano do governo Vargas mostrou as potências mundiais com arsenais equipados com armas nucleares, enquanto o Brasil acatava passivamente os ditames de acordos propostos pelos EUA, que não davam ao País nenhuma vantagem e nenhuma perspectiva de se colocar entre os membros do seleto grupo de detentores de armas nucleares, retirando do governo o poder de barganha para negociações futuras e a capacidade de resposta a uma possível ameaça. A Era Vargas era encerrada em 1954, com a ascensão de Café Filho ao cargo de Presidente da República, após o suicídio de Getúlio Dorneles Vargas.

Na América do Sul, os primeiros anos da década 50 mostraram o acirramento da rivalidade regional entre Brasil e Argentina, com os EUA apoiando o primeiro de forma comedida, uma vez que o País garantia ao governo estadunidense a manutenção de ricas

reservas de minerais estratégicos. No Oriente Médio, tensões locais levavam EUA e Grã-Bretanha a defender seus interesses relativos à questão do petróleo.

O final dos anos 40 apresentava um cenário que punha em risco os investimentos britânicos e estadunidenses na área petrolífera no Oriente Médio. No Irã, a URSS buscava estabelecer-se no país em função da exploração do petróleo, propondo inclusive a criação de uma companhia petrolífera iraniana-soviética, ao mesmo tempo, retirava suas tropas do norte do país. As tropas britânicas também foram retiradas, porém, a Anglo-Iranian Oil Co. continuava operando no sul do Irã, apesar da propaganda soviética contrária. A união entre o *Tudeh* e a URSS fez com que o partido organizasse uma greve política com os funcionários da companhia anglo-iraniana. Os britânicos tiveram que lidar com uma greve semelhante no Iraque, inclusive com o deslocamento de tropas da Índia para o país do Oriente Médio.

Houve uma tentativa frustrada de se estabelecer um novo acordo anglo-iraquiano em Portsmouth (1948), mas uma coalizão de extremistas de esquerda e direita iraquiana derrotou a preposição britânica. George E. Kirk (1967, p. 335) declara que essa manobra iraquiana pode ser entendida como “[. . .] *um êxito limitado da política externa soviética.*” De qualquer forma, as relações anglo-iraquianas assumiam um status de cordialidade apenas.

A URSS começava a perder terreno no Irã em função de manobras políticas, as quais passavam a favorecer EUA e Grã-Bretanha. O governo iraniano reprimia violentamente o *Tudeh*, que passou para a clandestinidade. Em 1950, os governos da Grã-Bretanha e dos EUA estavam preocupados com o Irã, o qual atravessava uma grave crise econômica, enfrentando a corrupção que prejudicava o setor primário do país. Essa crise fez com que fosse planejada uma aliança reunindo EUA, Grã-Bretanha, Turquia, Grécia e Irã, pois se temia a volta do *Tudeh*, com assessoria militar soviética. A URSS buscava apenas restabelecer o comércio com o Irã, que por estar insatisfeito com a ajuda econômica estadunidense, aceita o acordo no valor de sete milhões de libras esterlinas (KIRK, 1967, p. 331).

A condição de aliada dada à URSS pela Grã-Bretanha permitiu que o governo soviético abrisse representações diplomáticas em cidades importantes do Oriente Médio, como Cairo, Beirute, Bagdá e Damasco. A atuação soviética na Segunda Guerra Mundial fez com que aumentasse o número de filiados em partidos comunistas no Oriente Médio. A URSS

passou a criticar a Liga Árabe, a qual considerava uma criação britânica. Apesar do esforço soviético para afetar a sólida posição do Ocidente na região, os países ocidentais gozavam de um relativo prestígio entre os governos do Oriente Médio. Os aliados ocidentais acreditavam, segundo George E. Kirk (1967), que a Guerra Fria apresentava uma temperatura relativamente baixa na região, se comparada com o Bloqueio de Berlim e com a Guerra da Coreia.

Em 1951, foi proposta por França, Grã-Bretanha e EUA a criação de uma organização para a defesa do Oriente Médio. O Egito foi convidado como o primeiro país da região a se tornar membro fundador do que seria o *Middle East Command (MEC)*, que ainda contaria com a adesão da Austrália, Nova Zelândia e da África do Sul. No mesmo ano, foram contactados Líbano, Síria, Jordânia, Iraque, Iêmen e Israel para que tomassem conhecimento dos princípios estabelecidos pelo acordo. O grupo defendia a intervenção militar caso um dos países do Oriente Médio fosse atacado, além de estabelecer a cooperação entre todos os signatários.

O governo egípcio mantinha um impasse com a Grã-Bretanha e se negava a participar do pacto, alegando que não aceitaria mais a presença de tropas estrangeiras no seu território. Por outro lado, o rei Farouk era favorável à aliança com o ocidente, visto que uma atmosfera nacionalista começava a tomar conta do país, principalmente no que dizia respeito à presença de conselheiros militares britânicos, em função da condição estratégica do Egito à margem do Canal de Suez. Os demais governos árabes se mostraram receptivos aos planos ocidentais, mas recuaram diante da negativa egípcia, pois temiam não terem força política para suportar a pressão imposta pelo governo egípcio (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1952, *online*). O documento deixa claro que a aceitação israelense em participar dessa organização visava coibir a penetração da URSS na região, visto que não aceitava nem mesmo cogitar a imigração judaica oriunda de países do leste europeu.

A Grã-Bretanha preocupava-se com a recusa egípcia, pois isso implicava na retirada de suas tropas do país, perdendo, inclusive, a influência no Sudão, que também era parte dos domínios do rei Farouk. Em um segundo momento, a proposta egípcia era de existir uma organização para a defesa do Oriente Médio, conforme os planos impostos pelo Cairo, isto é, seria permitida a presença de tropas estrangeiras, contanto que essa cooperação militar fosse

benéfica para os egípcios. Por outro lado, todas as instalações militares egípcias teriam que estar sob o comando de oficiais das forças armadas do país. Os países ocidentais sabiam que a participação egípcia na organização acarretaria na entrada dos outros países da região no pacto de defesa.

A principal razão da entrada dos países do Oriente Médio nessa organização era a mesma que fez com que os países latino-americanos aceitassem a tutela estadunidense na reorganização e manutenção das forças armadas latino americanas: a perspectiva de acesso a equipamentos militares modernos e treinamento avançado, além de substancial ajuda econômica oriunda dos países ocidentais. O temor ao “inimigo externo” era outro ponto comum entre as Américas e o Oriente Médio, que levava, por exemplo, a Jordânia a manter as unidades britânicas no país.

O nacionalismo iraquiano, desde a tentativa frustrada de expulsar os britânicos do país, em 1941, estava relegado a círculos fechados, dessa forma o governo iraquiano aceitaria participar da organização. É interessante notar que o documento declara que o governo iraquiano temia uma invasão soviética à região, por outro lado, esse temor não era demonstrado pelo governo egípcio. A Síria e o Líbano acompanhavam a alternativa egípcia, que advogava a participação no pacto, porém sem o aquartelamento de tropas estrangeiras em seus territórios.

A Arábia Saudita não se opunha ao pacto, contanto que este não afetasse as relações privilegiadas que o país desfrutava, naquele momento, com os EUA. A presença estadunidense no pacto tornava o MEC aceitável para os nacionalistas árabes, uma vez que esse país teria mais poder na organização que as antigas potências coloniais, que ainda insistiam em manter tropas nas suas antigas possessões. Por outro lado, os nacionalistas árabes sabiam que o Estado de Israel exerceria uma certa pressão sobre o governo estadunidense para não fornecer aos árabes o material bélico e treinamento que tanto buscavam junto a Washington.

O Egito não aceitaria a troca da “ocupação” britânica pela estadunidense, diferentemente daquilo a que o Iraque e a Jordânia se propunham a aceitar. Isso demonstrava claramente que alguns países da região estariam prontos a receber armas e assessores militares

estadunidenses e, dessa forma, romperiam os laços militares que os ligavam às antigas metrópoles. Para esses governos árabes, os EUA seriam a garantia de manter a região protegida contra a agressão soviética. Essa aceitação por parte dos árabes agradava o governo estadunidense, que conseguiria afastar a influência de seus aliados europeus da região, de uma forma que não causasse um atrito irreversível entre eles.

Em 1952, a frágil sustentação política que mantinha o rei Farouk no poder era derrotada pela insatisfação de oficiais nacionalistas liderados pelo Coronel Gamal Abdel Nasser, que chefiava a Organização dos Oficiais Livres. Foi estabelecido o Conselho de Comando Revolucionário (CCR), que banuiu os partidos políticos, mantendo apenas a Organização para a Libertação.⁴⁴ Em 1953, o General Muhammad Naguib assumia a Presidência da República, porém o CCR baniria, no ano seguinte, a Irmandade Muçulmana sem o conhecimento do presidente. O fato gerou o atrito definitivo entre o Coronel Nasser e o presidente e dividiu o apoio dos militares em facções que se alinhavam com as correntes em disputa pelo poder no Egito. A solução encontrada para evitar o confronto interno foi a retirada do cargo de primeiro-ministro da facção presidencial. Por outro lado, essa manobra não foi suficiente para impedir que o presidente fosse deposto e colocado em prisão domiciliar em 1954. Nesse mesmo ano, os militares britânicos evacuaram a base à margem do Canal de Suez.

A nova realidade política no Egito frustrou a tentativa da Grã-Bretanha, França e EUA de criar a organização que responderia pela defesa do Oriente Médio e, assim, afastaria o perigo da invasão soviética e manteria o Ocidente na vigilância do Canal de Suez.

A Central Intelligence Agency (1954, *online*), no documento *Probable Developments in Arab States* mapeou as possíveis alternativas e cenários para os EUA na região. Os EUA já viam no petróleo uma forma de pressionar os países ocidentais, uma vez que as grandes

⁴⁴ De acordo com Dilip Hiro (1998), Gamal Abdel Nasser foi um dos expoentes do nacionalismo árabe, sendo a cidade que serviu de base para o emergente nacionalismo, que foi considerado pelo autor o mais atuante no mundo árabe. O nascimento do nacionalismo árabe no Egito ocorreu em 1941, com o Partido Wafd, delegação em árabe, que era influenciado pelas idéias oriundas do Iraque e Transjordânia, sob o reinado de monarcas hashemitas. A derrota do grupo que tentou encerrar a ocupação britânica em 1941 causou desapontamento no Wafd. No Líbano, em 1952, um grupo formado por George Habash, Hayif Hawatmeh e Ahmad Khatib criaram o Partido Pan-Árabe, como revanche ao Estado de Israel, visando confrontá-lo. Essa esperança se fortalece com a ascensão de Nasser no mesmo ano no Egito.

reservas da região e a renovação de contratos poderiam gerar para os árabes condições mais favoráveis no momento das negociações. Condições que o Brasil não soube ou quis impor no tocante aos acordos nucleares com os EUA, que retiravam, conforme a sua necessidade, minerais estratégicos de solo brasileiro.

Outro fator que auxiliava os governos árabes nas negociações era o crescente número de países da região, que passaram a estabelecer relações diplomáticas com os países do bloco soviético. Segundo o documento, os governantes não esperavam grandes dividendos oriundos desses países, mas era um trunfo excelente para barganhar com o Ocidente. Os países latino-americanos não souberam usar a mesma estratégia, rompendo ou mantendo uma relação distante do bloco soviético, assim mantendo-se à mercê do governo estadunidense.

As atividades dos comunistas na região aumentaram antes da metade da década de 50, mas a CIA não via a possibilidade de um Estado da região vir a ser governado por essa facção política. Os Estados da região buscavam avidamente alcançar a liderança regional, em uma forma de embate, que também era vista na América do Sul entre Brasil e Argentina. A cooperação militar entre os países árabes era nula naquele momento, uma vez que Iraque e Egito disputavam a liderança regional. Por outro lado, havia uma união ativa contra o Estado de Israel, que procurava manter uma defesa ativa, enquanto os árabes remanejavam tropas nas suas fronteiras.

A Síria permanecia politicamente instável em 1954, quando os civis recuperaram o poder após cinco anos de governo militar. O país encontrava-se dividido politicamente, pois, ao norte, em Aleppo, estava o reduto populista, enquanto que na região de Damasco os nacionalistas dominavam. Na política externa, a Síria foi um dos países da região que se mostrou mais receptiva à propaganda soviética, fortalecendo rapidamente os laços diplomáticos com Moscou.

O Líbano mostrava uma instabilidade política polarizada entre cristãos maronitas e

muçulmanos.⁴⁵ O país tinha problemas em ser aceito pelas lideranças árabes da região, uma vez que era governado por uma minoria cristã, ainda ligada à França; o Líbano também era dependente do comércio regional, enquanto tinha sérios problemas em responder pela sua integridade territorial, devido à debilidade de suas forças armadas. O país mantinha-se afastado de disputas pela liderança regional, como por exemplo, a disputa entre Hashemitas e Sauditas, preferindo manter relações cordiais com ambos grupos e reinos. No tocante à segurança regional, esperava pelas decisões do Egito ou Iraque para receber ajuda militar e econômica dos EUA, uma vez que as relações com a França permaneciam apenas no campo cultural, como a Síria.

A Arábia Saudita mantinha a sua estabilidade política baseada na figura do monarca, Bin Saud, que sucedeu o pai em 1953, porém não tinha o mesmo prestígio que o falecido rei. Dessa forma, procurou seguir a política interna posta em prática pelo seu pai. A influência saudita nos países da região residia na manutenção dos lugares sagrados do Islã, enquanto era menos receptivo que seu pai quando se tratava de estreitar os laços com o Ocidente, principalmente com os EUA, o que quase gerou a saída de técnicos estadunidenses do reino, especialmente aqueles da ARAMCO, uma vez que o monarca preferia atender os interesses britânicos na área petrolífera, ao invés daqueles dos estadunidenses.

O Reino Hashemita da Jordânia estava dividido entre grupos pró-Ocidente e antigas lideranças tribais jordanianas, os quais contavam com o apoio de líderes palestinos, que iam aumentando o poder dentro do governo do reino. Esse grupo buscava implantar um nacionalismo árabe extremo e afastar a Grã-Bretanha do país. Por outro lado, era o suporte britânico que ajudava a economia jordaniana e mantinha o país protegido militarmente, de acordo com a Aliança Anglo-Jordaniana, de assistência mútua, assinado em 1948.

⁴⁵ De acordo com Robert G. Rabil (2003), as relações entre Israel e a minoria maronita libanesa datam de 1949. Após o armistício de 1948, a liderança política do Estado de Israel passou a buscar novas reservas d'água, além das fronteiras estabelecidas no Tratado de 1923. Dessa forma, as novas fontes estavam no Líbano, na Bacia do Rio Jordão e no Rio Baniyas, nas Colinas de Golã. Segundo o autor, as famílias maronitas influentes acordaram em permitir o desvio de tal fonte em seu território, que vieram compor o Conduto Aquífero Nacional israelense, o que desagradou à parcela muçulmana da população, assim como os palestinos refugiados no Líbano.

A Jordânia havia recebido, após a criação do Estado de Israel, um grande número de refugiados palestinos, que agravavam o quadro político do país, fazendo com que o governo jordaniano buscasse receber ajuda econômica e técnica dos EUA.

O grupo político dominante no Iraque era composto, segundo o relatório da CIA, por grandes proprietários de terras, comerciantes bem-sucedidos, políticos profissionais e líderes tribais, que apoiavam o Primeiro-Ministro e o monarca. Por outro lado, a oposição era composta pelo Partido Istiqlal e comunistas infiltrados entre os nacionais-democratas. A coalização contrária ao governo desarticulou-se antes das eleições de 1954. O Iraque temia uma invasão soviética, buscando dessa forma se aproximar do governo estadunidense, enquanto a oligarquia dominante corria o risco de ser deposta brevemente, caso o Primeiro-Ministro Nuri Sa'id fosse afastado do poder.

Os EUA viam dificuldades na renovação do acordo que permitiam as suas forças armadas utilizar a base de Dhahran, em função da deterioração das relações entre o governo estadunidense, ARAMCO⁴⁶ e o governo saudita. Apesar disso, os EUA viam a Arábia Saudita, o Líbano e o Iraque como países pró-Occidente, porém com crescentes movimentos nacionalistas. O relatório mostrava que se o Ocidente ajudasse os países árabes na aquisição de maquinário, no repasse de tecnologia, na implantação de reformas sociais e no controle das forças armadas poderia satisfazer as aspirações imediatas das populações. Isso também seria uma forma de afastar as populações desses países dos partidos comunistas, que eram ilegais na Síria, no Líbano e no Egito. As fortes tradições religiosas, tribais e familiares também impediam que os partidos comunistas arregentassem novos membros, sendo assim, não havia um risco iminente para os aliados do Ocidente no Oriente Médio.

As relações entre os Estados Árabes, na área de segurança, ocorriam no âmbito da Liga Árabe, através do Pacto Árabe de Segurança Coletiva, que foi uma resposta ao Ocidente em dois aspectos:

⁴⁶ ARAMCO (Arabic-American Oil Company). Essa companhia era uma joint venture da Socal e Texaco. A busca da manutenção de fornecedores de petróleo no pós Segunda Guerra colocou os EUA em vantagem sobre a URSS já no início da Guerra Fria. O aumento do preço do petróleo bruto, em 1948, fez com que o Oriente Médio se tornasse o alvo da crescente influência estadunidense na região, trocando o produto por acordos de fornecimento de armas e de defesa mútua em caso de ataque do inimigo externo, uma vez que a região encontrava-se aberta à infiltração soviética e a atuação mais incisiva de partidos de esquerda locais. A Grã-Bretanha, assim como a Europa Ocidental, aliada aos EUA, precisava desse petróleo. Tal penetração fez com que a Linha Vermelha, desenhada no pós-Primeira Guerra Mundial, fosse definitivamente apagada (YERGIN, 1992).

- a) político: mostrar que a derrota para Israel, aliada do Ocidente, não afetara a “unidade” árabe, porém a referida unidade era vista apenas nos discursos dirigidos ao Ocidente, uma vez que as disputas regionais antagonizavam os líderes árabes;
- b) militar: mostrar que os próprios árabes poderiam estabelecer um pacto para a segurança da região, sem a influência ocidental como havia sido proposta pelo MEC.

Os principados do Golfo Pérsico como o Kuwait e os Protetorados Britânicos em Aden estavam isolados das disputas políticas pela liderança regional, porém eram alvos da interferência política de vizinhos com Arábia Saudita e Iêmem. A política iememenita era mantida com mão de ferro pelo Iman Ahmad, que sufocava as manifestações nacionalistas, que por sua vez eram quase que inexistentes no Kuwait.

A França e a Itália, ainda mantiveram as suas possessões da Somália, sendo que a Itália havia recebido da ONU o mandato para a região. A Grã-Bretanha manteve a sua influência no norte da África, passando a apoiar a monarquia líbia do rei Idris I, enquanto mantinha ligações com a monarquia egípcia. No Chifre da África, a Grã-Bretanha devolveu à Etiópia o Deserto de Ogaden, que era uma das regiões da *Grande Somália* reivindicada pelos movimentos de resistência anticolonial que surgiram em 1945⁴⁷.

A França enfrentava, desde 1945, a guerrilha de esquerda na Indo-China, ao mesmo tempo em que combatia na Coreia e, além disso, suas possessões no norte da África mostravam ações de movimentos de resistência, que, inclusive, exigiam que o governo francês lançasse mão de operações militares, como por exemplo, no Marrocos (1947). A França sofria no Marrocos uma seqüela do seu enfraquecimento como potência colonial, devido ao período que foi ocupada pela Alemanha. Durante essa ocupação, o Marrocos assistiu à criação do Partido Istiqlal, independência em árabe, que contava com apoio estadunidense. Esse incidente mostrou que a insurgência na região não demoraria a obrigar as Forças Armadas Francesas a lutar em uma nova frente, uma vez que na Argélia já havia sido criada, em 1945, a FLN (Frente de Libertação Nacional), em função da repressão de tropas francesas em Argel.

⁴⁷ A Grã-Bretanha devolveu o Deserto de Ogaden para a Etiópia, pois o monarca etíope, Haile Selassie, era um respeitável aliado britânico na região. A resistência etíope, lutando ao lado do Exército Britânico, enfraqueceu as posições italianas levando à derrota das tropas de Mussolini na então Abissínia, eliminando a presença do Eixo na região em 1941.

A Turquia se mantinha fiel à OTAN, enquanto o Irã havia trocado de monarca, pois o país precisava entrar no novo período alinhado aos países ocidentais, pois a sua fronteira com a URSS punha em risco o fornecimento do mineral que provocou a corrida das potências ocidentais na disputa pelos espólios do “*homem doente*”: o petróleo.

A Guerra da Coreia encerra sem um vencedor, entretanto o armistício mantinha a tensão entre os países beligerantes. As tropas norte-coreanas e chinesas recuam além do paralelo 38, conforme ficou estabelecido pela trégua acordada pelos países que tomaram parte no conflito e a ONU. Uma zona desmilitarizada foi criada entre as duas Coreias, porém essa área seria mantida sob vigilância constante de norte-coreanos e de sul-coreanos. A Coreia do Sul contava com o apoio de vários contingentes estrangeiros, mesmo depois que as hostilidades cessaram, e dos EUA, que deslocaram para a Coreia do Sul inúmeras unidades militares.⁴⁸

Enquanto os estadunidenses mantinham a liderança da OTAN, das tropas estacionadas no Japão e de um grande contingente estrangeiro baseado na Coreia do Sul, a França via o início da queda de seu império colonial. Em 1954, as tropas da Legião Estrangeira Francesa são derrotas no Vietnã, enquanto que a FLN, na Argélia, começava a desenvolver operações militares contra tropas francesas. Os novos territórios que conquistavam a liberdade passariam a buscar novos aliados ou fornecedores de armas e tecnologias, como ocorrera nas Américas. Os EUA estavam prontos a substituir os europeus, que demonstravam sinais de economias exauridas por anos de guerras e manutenção de colônias distantes, que raramente conheceram interregnos de paz e desenvolvimento.

Os EUA não estavam dispostos a perder territórios para movimentos nacionalistas, principalmente se esses fossem ricos em petróleo, como o Irã, que em 1953, foi recuperado pela CIA e devolvido à área de influência estadunidense após passar por um governo nacionalista que depôs o Xá Mohamed Reza Pahlevi. A Operação Ajax visava afastar do Irã a

⁴⁸ Vários contingentes permaneceram em território sul-coreano após o término do conflito. Retiraram-se, em 1953, França, União Sul-Africana, Turquia. Em 1954, Austrália, Nova Zelândia e Holanda. Em 1955, Bélgica, Canadá, Colômbia, Grécia, Luxemburgo e Filipinas. A Grã-Bretanha, a Etiópia e a Tailândia se retiraram em 1957, 1965 e 1972, respectivamente. Os contingentes médicos da Itália, da Noruega, da Suécia, da Dinamarca e da Índia se retiraram após o encerramento das hostilidades (UN/ALLIES in Korea War, 2006, *online*). Informações disponíveis sobre os contingentes da ONU em: Smith; Chappell (1979, p. 139); Thomas; Abbott; Chappell (1991).

volta dos soviéticos, que seria mais bem aceita em função do refortalecimento do *Tudeh*, que apoiava o nacionalista Mohammed Mossadegh. O sinal verde para o início da operação fora proferido por John Foster Dulles, então Secretário de Estados dos EUA:

[. . .] o mundo ocidental não só ficaria privado dos enormes bens representados pela produção e reserva de petróleo iraniano, como também os russos garantiriam esses bens e assim, doravante, ficariam livres de toda a preocupação a respeito de suas reservas petrolíferas. Ainda pior... caso o Irã sucumbisse aos comunistas, haveria poucas dúvidas de que em pouco tempo outras áreas do Oriente Médio, com cerca de 60% das reservas mundiais de petróleo cairiam sob o controle comunista. (YERGIN, 1992, p. 481-482).

A revolta pró-Pahlevi em Teerã, orquestrada pela CIA e pelo MI-6, devolvia o Irã aos interesses ocidentais e afastava do país o fantasma da perda dos campos petrolíferos iranianos para os soviéticos. Conforme Daniel Yerguin, a Operação Ajax foi bem sucedida, quando conseguiu encontrar sentimentos de revolta na população iraniana contra os nacionalistas e tropas fiéis ao Xá contra Mossadegh, que buscava atrair para si o poder e colocar o país nas mãos soviéticas (YERGIN, 1992, p. 485).

3.2. A Bipolaridade: os nacioanalismos e as novas alianças para o Oriente Médio (1955-1964)

Os EUA e os países da Europa Ocidental, principalmente Grã-Bretanha e França, passam a manter os países do Oriente Médio sob total vigilância contra a penetração soviética. Entretanto, outro ator começava a buscar novos parceiros comerciais na região, além de tentar obter certa influência política: a China.

O ano de 1955 foi emblemático para os países que não estavam alinhados às duas potências mundiais, a saber, EUA e URSS. Dentre esses países estavam aqueles que se alinhavam com uma ou outra potência, mas que buscavam exercer a condição de líder entre seus pares. A reunião que colocou em debate a posição desses países ocorreu em Bandung, na Indonésia, em abril desse mesmo ano. De acordo com Charles Zorgbibe (1997b), desde o início do encontro, três tendências se fizeram presentes:

- a) a tendência ocidental: representada pelas Filipinas, Japão, Vietnã do Sul, Laos, Tailândia, Turquia, Camboja, Paquistão, Líbano, Líbia, Libéria, Etiópia, Iraque e Irã;
- b) a tendência neutralista escolhida por Afeganistão, Birmânia, Egito Índia, Indonésia e Síria;
- c) a tendência comunista mantida por China e Vietnã do Norte. O Ceilão e o Paquistão, por exemplo, adotaram o discurso anticomunista, enquanto o anticolonialismo fora combatido de forma comedida por Nasser, porém foi agressivamente atacado pelo representante iraquiano. A discussão sobre o colonialismo foi pautada pela questão: essa prática era exclusivamente ocidental ou poderia ser desenvolvida por países comunistas, uma vez que a Tailândia preocupava-se com a atuação das comunidades chinesas nos países da região?

Os países do Oriente Médio, que se colocavam como alinhados à tendência ocidental-Turquia e Etiópia-, eram aqueles que haviam lutado ao lado dos EUA durante a Guerra da Coreia ou que tinham trocado a França pela ajuda econômica e militar do governo estadunidense, ou aqueles que, desde fevereiro de 1955, integravam o Pacto de Bagdá ou CENTO (Central Treaty Organization) juntamente com a Grã-Bretanha. A tendência ocidental mostrava representantes do Sudeste Asiáticos, que desde 1954, passavam a contar com a proteção proporcionada pela criação da SEATO-Organização do Tratado do Sudeste Asiático, composta por EUA, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, França, Tailândia, Grã-Bretanha e Paquistão.

Além desses pactos, os EUA firmaram acordos bilaterais de defesa com a Grécia e com o Japão, uma vez que a primeira já havia sido alvo de uma revolta comunista, apoiada por satélites soviéticos dos Bálcãs, e o último representava uma importante posição de manutenção e auxílio aos membros da nova organização do Sudeste Asiático. A defesa desenvolvida pelos EUA de suas áreas de influência havia sido finalizada, visto que o país buscava agregar em organizações regionais os países que lhe forneciam matérias-primas ou que estavam em risco de cair frente ao inimigo externo (BONIFACE, 1997).⁴⁹

⁴⁹ Compunham o Pacto de Bagdá: Grã-Bretanha, Iraque, Irã, Paquistão e Turquia.

Foi exatamente depois da Conferência de Bandung que a China começou a buscar contatos no Oriente Médio. O governo de Pequim seguiu a rota já estabelecida pelos governos chineses anteriores à revolução. De acordo com Yitzhak Shichor (1979), Mao Tse Tung, já em 1946, preconizava que as duas superpotências engajadas na Guerra Fria somente alcançariam a vitória se controlassem a vasta área, a qual englobava países do segundo e terceiro mundos. O líder chinês chamou essa área de “zona intermediária”, que segundo seu ponto de vista já havia afastado as potências coloniais européias, porém assistia à agressiva investida estadunidense na busca por petróleo, no caso do Oriente Médio, e matérias-primas, como por exemplo, nas Américas, enquanto se aproveitava da posição de retraimento da URSS. A fase de avanço dos EUA compreendeu o período entre as décadas de 40 e 50, quando estabeleceu suas alianças militares (SHICHOR, 1979).

A URSS, por sua vez, desde a morte de Josep Stalin, em 1953, demonstrou pouco interesse em investir pesadamente em uma política para o Oriente Médio, conforme Catherine Kaminsky e Simon Kruk (1988) afirmaram. Outro fator que desencorajava a presença soviética era a rejeição da maioria dos árabes ao apoio que o governo de Moscou deu à criação do Estado de Israel. A justificativa soviética para a instalação de um Estado judeu na região residia no enfraquecimento da posição britânica no Oriente Médio, que os soviéticos consideravam um mundo reacionário e feudal (KAMINSKY; KRUK, 1988). Nem mesmo a ascensão de Nasser ao poder fez com que houvesse um entusiasmo da URSS para buscar a aproximação com o mundo árabe de uma forma mais efetiva. Por outro lado, foi no ano de 1955, que a URSS mudou o seu *modus operandi* em relação ao Oriente Médio, isto é, seria buscado pela diplomacia soviética uma aproximação sem o enfoque ideológico (KAMINSKY; KRUK, 1988). Essa estratégia também seria observada em outras áreas do Terceiro Mundo como no Brasil. No mesmo ano, o governo soviético criaria o Pacto de Varsóvia reunindo os seus aliados do leste europeu visando à defesa de seus territórios.⁵⁰

Na América do Sul, o Brasil assistia à sucessão de presidentes, após a morte de Getúlio Vargas, enquanto esperava a eleição de 1955. Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito para a Presidência da República com um discurso mais desenvolvimentista e nacionalista. A meta do novo presidente era alcançar o desenvolvimento de cinquenta anos

⁵⁰Formavam o Pacto de Varsóvia a URSS, a Polônia, a Bulgária, a Hungria, a Alemanha Oriental, a Tchecoslováquia, a Romênia e a Albânia, que se retiraria anos depois.

em cinco. Por outro lado, a posse do presidente foi garantida através de um rompimento entre as Forças Armadas, uma vez que Marinha e Força Aérea eram contrárias à posse, cabendo ao Exército assegurar que o resultado da eleição fosse respeitado.

Na Argentina, a fase do populismo também era encerrada com um golpe de Estado que destituía Juan Domingos Perón. Os nacionalistas, que outrora flertaram com o inimigo da Segunda Guerra Mundial, eram substituídos na América do Sul e no Oriente Médio. Por outro lado, o governo dos EUA acreditava que deveria garantir a permanência de tais áreas sob influência estadunidense, evitando que as mesmas caíssem nas mãos do inimigo da Guerra Fria.

A celeuma na questão nuclear entre Brasil e EUA continuou no governo de Juscelino Kubitschek, como uma herança dos governos anteriores, isto é, as promessas vinham de Washington e o Brasil cedia a matéria-prima. Os acordos de 1955, que previam a cooperação sobre os usos civis de energia atômica e o Programa Conjunto de Cooperação para Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil, segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), ofereciam aos EUA a oportunidade de acesso às informações sobre as províncias uraníferas brasileiras. As exigências estadunidenses buscavam manter a política estabelecida pelo Programa “Átomos para a Paz”, criado pelo governo Eisenhower, o que desagradava aos nacionalistas, que viam a ingerência continuada da estratégia estadunidense nas suas áreas de interesse, como a matéria-prima nuclear no Brasil e o petróleo no Oriente Médio. As acusações dos nacionalistas referem-se principalmente ao interregno no poder de Café Filho, que foi acusado de modificar a política atômica brasileira, moldando-a conforme os interesses estadunidenses, segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002).

Em 1956, o governo do presidente Juscelino Kubitschek aproximou o Brasil da nova realidade em outros teatros de operações, como o Oriente Médio. Nesse ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu enviar a Força de Emergência para o Canal de Suez. A decisão de enviar um contingente brasileiro foi de grande aceitação interna.

A crise de Suez foi o final da participação da Grã-Bretanha e da França como potências coloniais na região. A operação para apoiar o avanço israelense contra o Egito foi alvo de críticas internacionais, com a iminência da participação de EUA e URSS. A

mobilização das tropas ocorreu após o fechamento do Canal de Suez, nacionalizado por Nasser, e do Golfo de Aqaba à navegação israelense, cortando o fluxo do comércio para Israel. A política do presidente egípcio passou também a encorajar ataques de guerrilheiros palestinos oriundos de bases na Faixa de Gaza a alvos civis judeus, que eram revidados por unidades israelenses.

Nesse mesmo ano, um ataque conjunto de tropas egípcias, sírias e jordanianas surpreendeu as Forças Armadas Israelenses, por outro lado esse ataque relâmpago teve como consequência um assalto de unidades aerotransportadas franco-britânicas, que ocuparam em nove dias o Canal de Suez e o Sinai, reabrindo o Golfo de Aqaba. A Assembléia Geral das Nações Unidas enfrentou o veto da Grã-Bretanha e da França para encerrar a ocupação da área, porém instituiu o cessar fogo, que previa a retirada de todas as tropas estrangeiras e o envio da UNEF (United Nations Emergency Force).⁵¹

Juscelino Kubitschek privilegiava no seu Plano de Metas, como passou a ser conhecido o seu Plano Nacional de Desenvolvimento, os setores de energia, transporte, educação, alimentação e indústria de base. A obtenção de financiamento externo era a condição *sine qua non* para desenvolvê-lo, principalmente no que se referia à construção de grandes usinas hidrelétricas e estradas. Na região do ABC paulista, buscou-se atrair o capital estrangeiro para a implantação de fábricas do setor automobilístico e de eletrodomésticos. Foi com o intuito de impulsionar o desenvolvimento regional e a interiorização econômica, territorial e demográfica, que o presidente fundou a nova capital: Brasília (1960). Se houve o crescimento econômico e a modernização no Brasil, houve também a alta da inflação e o desequilíbrio das contas públicas.

A política externa do governo de Juscelino Kubitschek buscou atrair as empresas estadunidenses e européias para o Brasil, por fim, os europeus instalam a primeira fábrica de automóveis no País. O investimento estrangeiro também impulsionou a produção ou a importação de bens de capital, segundo Raul Mendes Silva e Clóvis Brigagão (2002). Em 1957, houve a reforma da política de comércio exterior, passando favorecer a aquisição de bens intermediários e matérias-primas para a manufatura de equipamentos. A taxa de

⁵¹ A UNEF foi composta por tropas de Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia Iugoslávia, Noruega e Suécia (BORTS, 1998).

crescimento industrial entre os anos de 1955-60 foi superior a 26%. Por outro lado, esperou-se que o capital público estadunidense favorecesse o desenvolvimento brasileiro, assim como o latino-americano, sendo que a Operação Pan-Americana (OPA), em 1958, e a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) seriam os expoentes para o desenvolvimento.

Ainda no ano de 1957, os EUA acordavam mais uma aliança estratégica, a ANZUS reuniu Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia alcançando o objetivo proposto pelo governo estadunidense em todas as regiões nas quais tivesse interesse, isto é, opor-se a movimentos de insurreição árabes ou não no Oriente Médio e de cunho socialista no Sul da Ásia. A tática dos EUA visava impor à URSS:

- a) a superioridade em arsenais convencionais e nucleares;
- b) a liderança econômica mundial usando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial criados em Bretton Woods (1944), além de estabelecer o dólar como moeda mundial;
- c) o controle das fontes mundiais, principalmente o petróleo.

A OPA foi a tentativa do presidente de unir a comunidade internacional na luta contra o subdesenvolvimento, porém isso não afastava o Brasil de seus compromissos com os EUA, debatendo-se, inclusive, o desenvolvimento como um dos pilares para a segurança hemisférica, segundo Raul Mendes Silva e Clóvis Brigagão (2002). Houve a completa adesão dos países latino-americanos. A OPA previa investimentos em áreas atrasadas do continente, programas de assistência técnica, proteção de preços de produtos primários e recursos de organismos internacionais para combater o subdesenvolvimento. A América do Sul vivia o momento do nacionalismo exacerbado, do antiimperialismo e do antiamericanismo, os quais também foram acompanhados nos movimentos políticos no Oriente Médio, com a ascensão dos governos de Nasser e Qasim, no Egito e Iraque respectivamente.

Em 1959, a planificação da Operação Pan-Americana foi afetada pela vitória da Revolução Cubana, a qual fez com que os EUA comesçassem a investir mais na segurança de seus aliados nas Américas, principalmente com a preparação de unidades de guerra irregular. O maior investimento na área militar esvaziou a OPA. Apesar da vitória da Revolução Cubana, no governo do presidente Juscelino Kubitschek houve a demonstração de uma menor rigidez ideológica, que permitiu a reaproximação com a URSS. As razões que levaram o Brasil a assinar acordos comerciais com o governo soviético foram tão somente de cunho pragmático, visto que o País exportava café em troca de trigo, petróleo bruto e óleo diesel.

Essa atenuação na postura ideológica levou o Brasil a dar maior importância nos fóruns multilaterais, demonstrando que se buscariam novas prioridades para a política externa brasileira.

Em 1959, o Brasil mostrava uma balança comercial deficitária, porém no ano seguinte esse quadro foi revertido, com um montante de exportações que ultrapassavam 40 milhões de dólares, enquanto a entrada de capitais estrangeiros contabilizava 510 milhões em moeda estadunidense, sendo já descontados os 360 milhões, que se evadiram, houve um lucro de 150 milhões. A entrada desses capitais deveu-se a estabilidade política do País. Conforme Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), havia muita liberdade para o capital estrangeiro em território nacional (SILVA; BRIGAGÃO, 2002).

A participação brasileira em fóruns multilaterais sobre o desenvolvimento do eixo Sul-Sul foi vista em 1955, em Bandung, quando foi convidado na condição de observador. A consequência desse convite foi a implantação da “Operação Brasil-Ásia” (1956-60), que estabeleceu relações diplomáticas entre o Brasil e países asiáticos, como Vietnã do Sul, Tailândia, Federação da Malásia, Coreia do Sul, e Ceilão (Sri Lanka).

A baixa nas exportações causou um aumento no endividamento junto aos credores europeus e estadunidenses. O café era o principal produto de exportação nacional, mas não conseguia superar as ofertas que as concorrências africana e colombiana apresentavam, mostrando uma queda no preço internacional do produto devido a sua crescente oferta no mercado. Restou ao Brasil a posição determinante nas negociações internacionais para estabelecer cotas anuais de exportações do produto. A criação prevista da Organização Internacional do Café fez com que se desenvolvessem outras negociações relativas a outros produtos primários, como o açúcar e o cacau.

Em 1960, outra iniciativa depois da OPA, uniria a América do Sul: a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), cujos objetivos era promover a estabilidade, ampliar o intercâmbio comercial, desenvolver novas atividades, aumentar a produção e substituir as importações dos países membros. Efetivamente, a ALALC passou a atuar no ano seguinte, quando entrava em vigor a Aliança para o Progresso, criada pelo Presidente John Fitzgerald Kennedy, que era uma resposta à crise de Cuba. A intenção do

presidente estadunidense era evitar que outros países caíssem sob o domínio soviético. Esse plano nada mais era que uma cópia das idéias lançadas pela OPA.

A preocupação estadunidense dizia respeito ao Brasil, especialmente ao Nordeste, o qual apresentava menor renda, segundo Thomas Skidmore (1998), alarmou o governo dos EUA a partir da criação das Ligas Camponesas, que se alastravam na região. A ajuda estadunidense passou a chegar como transferência de tecnologia e de capital. A estratégia do presidente em proteger o seu governo de ataques da direita e da esquerda gerou resultados, à medida que ouvia Celso Furtado e permitia a implementação de planos para o socorro do Nordeste, levando para região indústrias, porém não atacando o problema da reforma agrária. Os militares poupavam o Presidente quando este atendia seus pedidos, como no caso da Marinha, que pediu um submarino e recebeu. Juscelino Kubitschek alcançou o seu objetivo quando passou a faixa presidencial ao seu sucessor eleito democraticamente (SKIDMORE, 1998).

Em 1961, Jânio Quadros assumiu a Presidência da República encontrando os cofres vazios, uma vez que a construção de Brasília tinha custado muito para o País. Por outro lado, buscou satisfazer o FMI e o governo dos EUA prometendo um combate sem trégua à inflação, ao mesmo tempo em que condecorava Che Guevara, um dos responsáveis pela vitória socialista em Cuba. Além desse fato, o envio de uma missão a Pequim, sob a chefia do Vice-Presidente João Goulart, coloca o governo estadunidense em alerta sobre o novo presidente brasileiro.

No campo da política externa, o novo presidente procurou estabelecer uma política diferente àquela do seu antecessor, buscando alcançar um universo de parceiros maior no contexto internacional, porém não se afastava do ambiente hemisférico.

Conforme Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), Jânio Quadros buscava uma condição independente na sua política externa, não aderindo a preconceitos ideológicos e procurando pragmaticamente estabelecer um caráter nacionalista, além de não descuidar das relações Norte-Sul. O momento, no qual a Política Externa Independente (PEI) foi formulada, permitia que o País se aproveitasse do contexto da Guerra Fria, buscando obter certas benesses dos EUA, uma vez que estes temiam a saída do Brasil de sua área de influência.

Na América do Sul, os países, bastante dependentes da ajuda financeira e militar dos EUA, alinharam-se a Washington, quando se fez necessário o momento de escolha. Para os EUA, o espectro da Revolução Cubana e a ascensão de um governo pró-Moscou às portas do território estadunidense faziam com que o medo do inimigo externo se espalhasse pelo continente. Assim, vai se buscar nos EUA o treinamento e o dinheiro para combatê-lo, porém o preço a ser pago foi a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Unidos da América (OEA) e o alinhamento das políticas externas dos países sul-americanos àquela de Washington.

Em 1961, o Presidente Jânio Quadros e o Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, não têm uma denominação oficial para a diplomacia brasileira, porém, segundo Paulo Vizontini, “[. . .]o governo possuía uma política externa de caráter independente.” (1995, p. 193). O termo Política Externa Independente (PEI) é cunhado por San Tiago Dantas, que substituiu Afonso Arinos no cargo de Ministro das Relações Exteriores, devendo-se ressaltar a contribuição de Araújo Castro.

A Política Externa Independente (PEI) mostrou três fases:

- a) 1ª fase: Governo Jânio Quadros, que simpatizava com De Gaulle, Nasser e Tito, manteve um neutralismo temperado, visando à colocação do Brasil em um lugar de destaque no cenário mundial;
- b) 2ª fase: Necessidade de melhorar o relacionamento com Washington, apesar de ver a concretização de idéias da primeira fase. A segunda fase dura de agosto de 1961 ao final de 1962;
- c) 3ª fase: Prolonga-se de 1963 aos primeiros três meses de 1964, com a ascensão dos militares ao poder. É influenciada por Araújo Castro, que busca os “[. . .] aspectos ligados ao desenvolvimento.” (VIZENTINI, 1995, p. 194).

Juntamente às fases já mencionadas havia um conjunto de cinco princípios:

- a) 1º - Ampliar o mercado externo, através da exportação de produtos primários brasileiros, abrindo caminho para a exportação de produtos manufaturados, buscando laços comerciais com várias nações, inclusive aquelas socialistas;
- b) 2º - Formular de maneira autônoma os planos para o desenvolvimento econômico, assim como prestar e receber a ajuda econômica internacional como demarcada nesses planos;

- c) 3º - Enfatizar a coexistência pacífica entre os Estados, mesmo que tivessem regimes diferentes, além de constante busca da manutenção da paz e do desarmamento, que seria geral e progressivo;
- d) 4º - Não intervir em assuntos internos de outros países, aceitando a autodeterminação dos povos e o Direito Internacional, como condição *sine qua non* para resolução dos conflitos e embates no cenário mundial;
- e) 5º - Apoiar a independência de territórios sob colonização ou ocupação.⁵²

Imbuído desses princípios, Jânio Quadros decretava: “Produzir tudo, porque tudo que for produzido é comerciável”.(VIZENTINI, 1995, p. 197). Dessa forma, os mercados são buscados na América Latina, na África, na Ásia e na Oceania. A busca em fortalecer os laços com esses mercados será muito importante para os governos militares, que, como se observará na seqüência, puderam exportar a produção da crescente e fortalecida indústria militar brasileira.

Dentro dos princípios da PEI, o Brasil não poderia deixar de louvar os movimentos de emancipação na Ásia e na África, essa posição levaria o país à condição de projetar-se no cenário mundial, para ascender à liderança dos países do Terceiro Mundo. A ação brasileira deixava claro que não se sujeitava ao alinhamento automático à política externa dos EUA, de certa forma isso visava um poder de barganha perante Washington, uma vez que as Forças Armadas Brasileiras eram treinadas e armadas pelos padrões estadunidenses. Não há como negar que os movimentos de descolonização, que na maioria das vezes buscavam derrotar os aliados dos EUA, poderiam, através das ligações com o Brasil, colocar o país na condição de potência intermediária.

⁵² Jânio Quadros enviou uma mensagem ao Congresso Nacional, em 15/03/1961, na qual mostrava os 15 pontos que norteariam a PEI: 1) Respeito aos compromissos e à posição do Brasil ao mundo livre; 2) Ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista; 3) Contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais; quer no plano regional, quer no plano mundial; 4) Expansão do comércio externo brasileiro; 5) Apoio decidido ao anticolonialismo; 6) Luta contra o subdesenvolvimento econômico; 7) Incremento das relações com a Europa em todos os planos; 8) Reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia; 9) Estabelecimento e estreitamento das relações com Estados africanos; 10) Fidelidade ao sistema interamericano; 11) Continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana; 12) Apoio constante ao programa de Associação de Livre Comércio Latino-Americano; 13) A mais íntima e completa cooperação com as repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos; 14) Relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas; 15) Apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica (CERVO; BUENO, 2002, p. 313).

A China foi escolhida por Jânio Quadros como um potencial parceiro financeiro e comercial do Brasil na Ásia, enquanto vários países africanos seriam contemplados com embaixadas e consulados brasileiros, porém apenas três realmente receberam representações brasileiras: Senegal, Gana e Nigéria. A África recebeu duas missões brasileiras sob o governo de Jânio Quadros. A relação da África com o Brasil também será explorada nos governos militares, pois era um mercado bastante atrativo aos produtos brasileiros, além de formados de matéria-prima, principalmente o petróleo nigeriano. Isso se relacionará à política Sul-Sul do governo brasileiro.

O Brasil continuava com diálogo Norte-Sul, enquanto acompanhava o Movimento Não-Alinhado, porém a aproximação com esse bloco de países não ultrapassava esse estágio, pois isto estava no rol dos itens a serem barganhados com Washington. As primeiras opções da PEI eram a China e os países da África subsaariana. O País não se interessou inicialmente por países do Oriente Médio, que se tornaram, como os militares descobriram nas décadas de 1970 e 1980, excelentes fornecedores de petróleo, compradores de vários produtos brasileiros, de frango congelado a automóveis e de tecnologia nuclear a armamentos convencionais. A Política Externa Independente não se direcionou a esse mercado, porque o Brasil ainda não podia ou não tinha como fornecer o material mais importante para os países da região naquele momento: armas baratas que se adequassem ao padrão militar dos países em conflito.

A renúncia de Jânio Quadros não afasta o Brasil da PEI, pois não apagou os excelentes rendimentos dos contratos estabelecidos com os países do Leste Europeu que chegaram a US\$ 22.700.000, em 1961, as importações da região somaram 5,2%, enquanto as exportações brasileiras alcançaram o percentual de 6,3% na balança comercial do País nesse mesmo ano. Apesar das relações comerciais com os países da área de influência soviética serem excelentes, o Brasil se ressentia pelo fato do relacionamento comercial com a URSS não apresentar condições favoráveis ao País.⁵³

Em 1962, na Conferência do Desarmamento, em Genebra, o Brasil se coloca ao lado dos Não-Alinhados contra as explosões atômicas, como uma forma de demonstrar

⁵³ Conforme os dados mostrados por Amado L. Cervo e Clodoaldo Bueno (2002, p. 317), o Brasil teve o maior volume de trocas com a Iugoslávia (US\$ 7,9 milhões), sucessivamente com a Polônia (US\$ 5,8 milhões), Tchecoslováquia (US\$ 4 milhões), Hungria (US\$ 3,6 milhões) e República Democrática Alemã (US\$ 1,4 milhão).

equidistância do conflito entre EUA e URSS. O documento redigido na reunião ficou conhecido como a Declaração das Oito Potências Não Alinhadas, que foi ratificado por Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, RAU e Suécia. O Brasil também se mantinha ativo na colaboração com tropas nas operações de paz da ONU. Conforme Borts (1998), desde 1960, o País vinha enviando contingentes para a ONUC (United Nations Operation in the Congo) e, em 1962-63, os militares brasileiros tomaram parte da UNSF (United Nations Security in West New Guinea-West Irian) e da UNTEA (United Nations Temporary Executive Authority).⁵⁴

O ano de 1962 representou, através de relatórios da CIA, a preocupação dos EUA com a crescente atividade soviética na América do Sul, baseada em Cuba e no Oriente Médio. A URSS transferia aos países que não eram membros do bloco comunista, à guisa de colaboração econômica e militar, entre US\$ 870 e US\$ 960 milhões e US\$ 2,5 bilhões, respectivamente. A rivalidade sino-soviética começava a atrapalhar a política de ajuda de Moscou a sua área de influência a partir do momento que esta era composta por inimigos dos chineses, como a Índia, por exemplo. De acordo com o relatório, a RAU, a Indonésia e a Índia recebiam os maiores investimentos em ajuda econômica e militar do governo de Moscou, porque tinham uma importante posição nas suas regiões (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2005, *online*).

O Brasil, segundo o documento, era vulnerável às investidas soviéticas, pois o governo soviético considerava-o de extrema importância na América Latina, em função da sua industrialização. A estratégia soviética era investir em países como a RAU, Síria, Afeganistão, Iraque, Indonésia, Guiné, Ceilão e Gana, a fim de desenvolver a industrialização.

A URSS investiu na formação de quadros técnicos dos países fora do bloco comunista, nos quais tinha interesse, oferecendo, inclusive, treinamento a técnicos egípcios na área nuclear, cujo reator havia sido fornecido pelo governo de Moscou. A ajuda militar que alcançava o montante de US\$ 2,5 bilhões, sendo que 90% desse valor foi direcionado para o Iraque, a RAU, a Indonésia e a Síria. Particularmente, no Iraque, os soviéticos escolheram dois momentos para estreitar seus laços com o governo iraquiano: a declaração da república e a tomada do poder por Qasim. Por outro lado, ficou claro para o governo soviético que não

⁵⁴ A grande maioria de países que enviaram tropas para essas missões era de Não-Alinhados.

havia possibilidade de se instalar na região um governo aos moldes daquele de Moscou. Dessa forma, a URSS preocupou-se em manter o apoio aos governos nacionalistas, o exemplo do governo iraquiano é citado no relatório, ao lado da Índia e do Egito. Os chineses, por sua vez, viam a possibilidade de penetração nessas áreas diminuir em função do fortalecimento do apoio soviético.

A posse do Vice-Presidente, João Goulart, foi negociada entre a UDN e o Alto-Comando das Forças Armadas, que somente aceitaram esse nome após uma redução dos poderes presidenciais e a adoção do parlamentarismo. Por outro lado, em função do plebiscito de 1963, o então presidente assistiu a volta do presidencialismo, lançando o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado, que já havia colaborado com Juscelino Kubitschek para a política econômica do Nordeste, ligado a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). O projeto presidencial enfrentava a desconfiança dos empresários brasileiros e dos investidores estrangeiros, além de ser visto pelo Congresso Nacional como extremamente reformista, apesar de desenvolvimentista. Sem condições de colocá-lo em prática, João Goulart, que aceitou a orientação da esquerda, convocou a população para apoiá-lo nas reformas de base, buscando reformas mais incisivas nas estruturas agrárias, bancárias, tributárias, fiscais e administrativas do Brasil.

No mesmo ano que recuperava os plenos poderes do cargo, o Presidente João Goulart assistia ao restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, uma vez que as relações comerciais foram restabelecidas por Juscelino Kubitschek. A CIA e os segmentos de direita no Brasil declaravam que a URSS tinha o intuito de dominar o mundo, e o Brasil seria o ponto vital na América Latina, em função de sua importância e prestígio (CERVO; BUENO, 2002).⁵⁵

Se a esquerda demonstrava uma forte capacidade de mobilização, os segmentos de direita também buscavam fortalecer as suas posições. O Brasil assistia a grandes manifestações patrocinadas por ambas as facções. Em março de 1964, João Goulart participou de um grande comício no Rio de Janeiro, enquanto os grupos conservadores promoveram a

⁵⁵ O relatório *Bloc Economic and Military Assistance Programs* (Nº 10-63) traz informações sobre a tentativa soviética de penetração em território brasileiro por meio de um programa de ajuda econômica, em 1962, durante o Governo João Goulart, como vinha fazendo na RAU, Índia, Indonésia e Afeganistão (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2005, *online*).

Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo. No final do mesmo mês, a manutenção do Presidente no cargo era insustentável, culminando com o golpe militar orquestrado por civis influentes e pelo Alto-Comando das Forças Armadas. A posição estadunidense na América do Sul era mantida.

A questão nuclear nos governos de Jânio Quadros e de João Goulart não apresentou nenhuma modificação. O Presidente Jânio Quadros sustentava que o Brasil deveria utilizar a energia nuclear para produzir eletricidade, porém isso deveria ser alcançado de acordo com a ótica nacionalista, isto é, como um reator baseado no modelo francês, com 80 % dos componentes nacionais. Os planos do governo não alcançaram o êxito esperado e a renúncia levou ao poder João Goulart, que manteve a linha de conduta nacionalista, enfrentando várias dificuldades, conseguindo implantar, através da Lei 4.118, de 27/08/1962, “[. . .] o monopólio da União sobre a pesquisa e lavra das jazidas de minerais nucleares e comércio desses minérios e ainda sobre a produção de materiais nucleares e sua industrialização [. . .]”, conforme Odete Maria de Oliveira (1999, p. 130-131).

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) havia alcançado, nesse governo, a autonomia administrativa e financeira, desde sua criação em 1956, chegando ao privilégio de negociar em nome do governo brasileiro com a devida permissão do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Antes do golpe militar, o presidente havia dirigido uma mensagem ao Congresso Nacional, recomendando a construção da primeira central nuclear do País, o seu desejo era que, no futuro, o Brasil não permanecesse dependente da exportação de tecnologia e material nuclear, porém buscando majoritariamente a participação da indústria, pessoal e materiais nacionais.

Outro fator mostra o afastamento Brasília – Washington é a questão nuclear. Toda a tecnologia nuclear que o Brasil fosse receber deveria vir dos EUA e para eles deveriam reverter as vantagens do acordo entre os dois países. Em 1963, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEM) procura estabelecer um lugar para abrigar a ANGRA I, a primeira usina nuclear construída no Brasil. Após 1964, os militares passam a comprar dos EUA 90% dos reatores que seriam usados na usina, com Washington dando o tratamento final ao urânio que originalmente viria da África do Sul.

Se no final da década de 50, os EUA haviam perdido Cuba para o inimigo externo, mantinham os outros países da região dentro de sua área de influência, no Oriente Médio as preocupações aumentavam com movimentos nacionalistas, que em um primeiro instante ameaçavam a posição britânico-estadunidense no Iraque e a segurança de Israel.

No Iraque, havia uma tentativa do país de buscar a liderança de uma federação de Estados árabes, apesar de não contar com o aval dos líderes da região, principalmente aqueles da Arábia Saudita e do Egito. O país havia conseguido um acordo que dava a IPC - Iraq Petroleum Company - 50% dos lucros com o petróleo, em função da procura mundial do produto ocasionada pela nacionalização ocorrida no Irã de Mossadegh. Entre 1951 e 1958, quadruplicou a produção de petróleo no Iraque (TRIPP, 2003).

A posição neutralista na Guerra Fria não impediu que o Primeiro Ministro Nuri al-Sa'id declarasse o seu apoio às potências ocidentais. Por outro lado, as potências ocidentais que armavam as Forças Armadas iraquianas eram as mesmas que davam apoio a Israel. Nos próprios serviços de segurança iraquianos, um grupo de jovens oficiais começou a ser formado. Estes militares repudiavam a vergonha da derrota árabe na Palestina, sendo que tal segmento era fortalecido e inspirado pelas informações que vinham do Egito, onde um grupo de militares de ideais semelhantes havia tomado o poder. O petróleo iraquiano chegou a apresentar apenas 30% dos rendimentos nacionais, porém, em 1954, representou 65%, isso alimentava a insatisfação dos nacionalistas, enquanto o Primeiro-Ministro buscava no apoio das potências ocidentais garantias para a segurança do país.

O alinhamento iraquiano ao tratado com os demais países da região, Grã-Bretanha e EUA, em 1955, fez com que a oposição iraquiana pan-árabe acusasse o Primeiro-Ministro de ter minado a segurança árabe, uma vez que na metade da década o país estava sob a influência militar anglo-estadunidense. Após a crise de Suez, o Iraque colocou-se ao lado do Egito, rompendo relações com a França e não aceitando a participação britânica nas reuniões do Pacto de Bagdá. O primeiro Ministro pedia ao monarca que fosse à reunião pan-árabe que ocorreria no Líbano.

Em 1956, o Iraque iniciou timidamente o seu programa civil nuclear, guiado pelo programa “Átomos da Paz”, que na verdade, foi uma iniciativa dirigida pelo governo

estadunidense para que a comunidade internacional passasse a estabelecer programas de pesquisa sobre energia nuclear, segundo o informativo Nuclear Weapons Archive (2006, *online*).

Em fevereiro de 1957, era criada a Frente Nacional Unida de Fevereiro de 1957, reunindo o Partido Istiqlal, o Partido Nacional Democrático, o Partido Comunista e o nascente Partido Baa'th (Renascimento).⁵⁶ Os partidos políticos da Frente já haviam se infiltrado nas Forças Armadas Iraquianas, porém o grupo mais influente era aquele formado por jovens oficiais livres, que eram majoritariamente de etnia árabe e sunitas. Formou-se a Comissão Suprema, integrada por oficiais gerais e superiores das Forças Armadas, com o intuito de derrubar a monarquia.

Em 1958, a formação da República Árabe Unida (RAU) mostrou a derrota do partido pró-Iraque na Síria, o que fez a liderança nasserista chegar às fronteiras iraquianas, colocando em risco a posição do Primeiro-Ministro e do monarca, Faiçal II. Nuri as Sa'id buscou na Jordânia uma aliança contra a RAU, criando, desta forma, a União Árabe, que podia no futuro ser reforçada pela presença kuwaitiana. A CIA monitorava as duas uniões no Oriente Médio, uma vez que para os EUA as duas federações representavam o fortalecimento dos inimigos de Israel.

A presença soviética também foi analisada pela CIA como sendo proveitosa para a RAU, uma vez que o governo de Moscou declararia que essa união era uma legítima aspiração árabe (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1958). A RAU teria como inimigos o Ocidente e os países árabes conservadores, sendo que a ajuda militar seria originária, assim como a econômica, dos países do Pacto de Varsóvia. A RAU desempenharia, segundo a agência de inteligência estadunidense, ações contra Israel e o Pacto de Bagdá, apoiando insurgentes na Argélia.

⁵⁶ O Partido Baa'th foi criado, na Síria, nos anos 40 e estabeleceu-se no Iraque em 1951. A tendência do partido era nacionalista árabe e secular, com uma leve inclinação socialista, criticando a posse de grandes extensões de terra no mundo árabe, além de ser anti-semita. O Partido Baa'th, segundo Marion Farouk-Sluglett e Peter Sluglett (1987, p. 89), caracterizava-se: "The party of the Arab Baa'th is a socialist party. It believes that the economic wealth of the fatherland belongs to the nation." De acordo com esses autores, o artigo 34 do regimento de criação do Partido Baa'th explicita: "Property and inheritance are two natural rights. They are protect within the limits of national interest." Ainda declaram que "[...] the Baa'thist vision os socialism is essentially non-Marxist, and in fact anti-Marxist."

No que diz respeito à União Árabe, o documento menciona que esta teria sucesso em função do apoio militar e econômico oriundo do Ocidente, principalmente dos EUA. Os países do Pacto de Bagdá eram favoráveis à União, uma vez que traria o reforço jordaniano para a aliança. Por outro lado, a liderança palestina ativa na Jordânia fazia com que a União sofresse críticas contundentes. O governo israelense não aceitava nenhuma das federações, prometendo fazer ataques simultâneos às duas entidades para manter a sua integridade, ao mesmo tempo em que buscava desgastar as defesas dos dois grupos de países árabes.

Conforme a previsão da CIA, a URSS manteve a União Árabe como uma entidade pró-Ocidente. Os EUA, por sua vez, não buscariam o enfrentamento com a RAU, uma vez que poderia ocasionar uma série de distúrbios antiocidentais em países como o Líbano e nos próprios Iraque e Jordânia.

A crise que se alastrava pelo Oriente Médio havia trazido a presença dos Fuzileiros Navais estadunidenses para o Líbano nesse ano. O Primeiro-Ministro iraquiano quis enviar tropas para a fronteira com a Jordânia, a fim de ajudar o seu aliado, temendo ação nasserista. As tropas não chegaram ao destino, pois foram deslocadas para Bagdá, onde impetraram o golpe de Estado derrubando a monarquia.

As operações militares no Oriente Médio, em 1958, foram realizadas em conjunto por Grã-Bretanha e EUA. Apesar de serem realizadas separadamente, as atividades foram coordenadas militar e politicamente pelos governos britânico e estadunidense. Quando os *Marines* intervieram no Líbano, os EUA contaram com apoio político-britânico. No momento que os pára-quedistas do Exército Britânico foram enviados à Jordânia, o governo britânico tinha apoio político e militar irrestrito do governo dos EUA. Dessa forma, se revitalizava o caráter especial das relações Londres-Washington, que havia sido arranhado em 1956, com a questão de Suez.

A atuação estadunidense no Líbano era uma resposta da Doutrina Eisenhower, que havia sido aprovada pelo Congresso dos EUA, em 1957, como uma forma de conter o avanço da URSS e de seus aliados no Oriente Médio. Dessa forma, os EUA deslocaram suas tropas para Beirute. Washington acreditava que Nasser incitaria os muçulmanos contra o governo maronita do Líbano, enviando armas e conselheiros pela fronteira com a Síria. Para os EUA, o

nacionalismo árabe e o comunismo eram dois inimigos que deveriam ser combatidos severamente no Oriente Médio, uma vez que ambos ameaçavam os interesses de Londres e Washington na região.

A situação no Oriente Médio se agravava, pois o Presidente Camille Chamoun manifestava o interesse em permanecer no cargo mesmo após o término do mandato, o que resultou na rebelião conduzida por muçulmanos. Isso fez com que o governo dos EUA enviasse seus Fuzileiros Navais para Beirute. A Grã-Bretanha havia aceitado a união entre o Iraque e a Jordânia, em fevereiro de 1958, formando a Federação Árabe, uma vez que o Iraque era o pilar do Pacto de Bagdá, e essa união poderia trazer o governo de Amman para reforçar a aliança. Por outro lado, em julho, um golpe militar derruba a monarquia hachemita do Iraque. O rei Hussein da Jordânia, temendo que seu país também fosse palco de um golpe militar republicano, solicitou ao governo britânico o envio de tropas.

No final do ano, a situação havia se normalizado, sendo que, em novembro, os governos britânico e estadunidense já tinham retirado suas tropas da Jordânia e do Líbano respectivamente. Por outro lado, o Líbano compôs um novo governo com a inclusão de muçulmanos, sendo que o novo presidente, o General Fuad Chehab, assumiu o cargo com o apoio dos líderes da rebelião. O Irã apenas protestou contra a intervenção militar na região, e a URSS apenas manteve suas tropas em manobras na fronteira com a Turquia, que passou a abrigar um contingente maior de pilotos estadunidenses e um número maior de unidades da USAF.⁵⁷ A ameaça da RAU ao Iraque e à Jordânia desvaneceu-se, enquanto a rebelião iraquiana restringiu-se ao âmbito da política interna, conforme Francis Toase (1984).

A nova república do Oriente Médio tinha como Primeiro-Ministro o General ‘Abd al-Karim Qasim, porém um outro líder revolucionário disputava o poder com o Primeiro-Ministro, o Coronel ‘Abd al-Salam ‘Arif. A rivalidade aproximava o Coronel de Nasser, que pedia a adesão do Iraque à RAU, uma vez que ‘Arif via na “unidade árabe” uma forma de projetá-lo no Iraque e fora dele. O Primeiro-Ministro afastou ‘Arif de seus cargos, exilando-o e, assim, implantou a política “Primeiro o Iraque”. Membros do Partido Baa’th, em 1959, tentaram assassinar o General Qasim, tendo tomado parte na fracassada o jovem Saddam Hussein. Um grande expurgo de membros do Partido foi visto no país. A nova política externa

⁵⁷ United States Air Force.

iraquiana aproximou Qasim da URSS, na busca de ajuda econômica e fornecimento de material bélico, uma vez que o Iraque havia se retirado do Pacto de Bagdá no ano seguinte à derrota da monarquia.

A atuação de Qasim no governo iraquiano fez com a China se propusesse a assinar um acordo de comércio com o Iraque. A aproximação chinesa ocorreu devido ao estreitamento das relações do Egito com a URSS, o que não agradava o governo iraquiano, que prontamente aceitou a oferta de Beijing. Por outro lado, a China não exerceu nenhuma influência política no PC iraquiano, pois, segundo Ytzhak Shichor (1979), havia sérias dificuldades de transporte para honrar os compromissos comerciais estabelecidos entre Beijing e Bagdá, não existindo possibilidades de ocorrer alguma remessa clandestina de armas ou assessoria para o Iraque (SHICHOR, 1979).

Em 1959, Qasim promove uma reviravolta no cenário político iraquiano quando caçou os membros do Partido Comunista do Iraque, esse comportamento do líder iraquiano foi o início do afastamento chinês que, em seguida, perdeu o interesse no país. Esse ano mostrou também o final da disputa sino-soviética pelo Oriente Médio, porque o governo chinês percebeu a sua desvantagem para enfrentar a aceitação que a presença soviética desfrutava entre os governantes do Egito e da Síria. As críticas conjuntas dos governos de Moscou e Beijing, entretanto, não deixavam de ser direcionadas aos EUA, cuja Doutrina Eisenhower era vista por esses governos como uma ofensiva estadunidense na região. Por sua vez, a URSS, conforme Ytzhak Shichor, reconhecia a região como um cenário onde não se estabeleceria nenhum Estado nos padrões ditados por Moscou e, desta forma, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não ofereceria maiores privilégios (SHICHOR, 1979).

A saída do país do Pacto encorajou a URSS a aceitar a aproximação iraquiana, uma vez que estava afastada qualquer possibilidade dos britânicos utilizarem as bases aéreas, segundo Charles Tripp (2003). O Primeiro-Ministro tinha pouca simpatia pelo comunismo e desconfiava do Partido Comunista Iraquiano, devido aos acontecimentos no Irã em 1953. O General Qasim via na URSS apenas um fornecedor de material bélico e uma possível fonte de apoio diplomático e econômico, uma vez que os fortes laços existentes entre o Cairo e Moscou já sinalizavam com a impossibilidade de colocar o Iraque como o aliado regional da URSS (TRIPP, 2003).

A nova condição do Iraque fez com que o país reivindicasse a região de Shatt al-‘Arab ao Irã. Já estava evidente a deterioração das relações entre Bagdá e Teerã. Primeiramente, Qasim buscou “arabeizar” todos os segmentos de suas políticas, inclusive aproximando-se das comunidades de língua árabe no Irã. Isso fez com que o governo iraniano temesse não apenas a revindicação de Shatt al-‘Arab, mas a penetração iraquiana em outras áreas. O Iraque voltou-se, em um segundo momento, para os xequados árabes no Golfo, ainda sobre a proteção britânica, no que não obteve sucesso. A reivindicação iraquiana sobre o Kuwait, que seria parte da província otomana de Basra, dessa forma, parte do território iraquiano.

A presença militar britânica no Kuwait desencorajava a ação militar de Qasim, que mantinha suas tropas em alerta no norte, pois a repressão aos curdos já havia sido estabelecida. A URSS, que auxiliava o Iraque financeira e militarmente, passava também a transmitir programas de rádio nas repúblicas soviéticas próximas à fronteira de apoio ao movimento curdo. O líder iraquiano buscava colocar o país em uma posição de liderança no mundo árabe oriental, conforme Charles Tripp (2003), a fim de rivalizar com aquela estabelecida por Nasser no Levante.

A Grã-Bretanha e o Kuwait não ignoravam a reivindicação iraquiana, assim buscaram a mediação da ONU, que convocou uma reunião de emergência do Conselho de Segurança. A Grã-Bretanha decidiu retirar suas tropas, em 1961, enquanto a Liga Árabe procurava proteger o Kuwait, colocando-o como Estado-membro da organização. Decidiu-se pelo envio de tropas da RAU sob a bandeira da Liga para o Kuwait. Essa atitude fez com que o Iraque rompesse com a organização e com os países árabes que reconheceram o Kuwait como país independente. A tática de Qasim foi considerada equivocada pelo segmento pan-árabe iraquiano, representado pelo Partido Baa’th, que viu o país ser isolado no mundo árabe e sair enfraquecido no embate contra o imperialismo britânico. Outro agravante da atitude de Qasim dizia respeito à exploração do petróleo, pois mesmo recuperando 99% da área concessionada à IPC, ele não havia explorado as concessões e não havia prospecção, afastando o Iraque do desenvolvimento que ficaria a cargo da exploração de petróleo. A produção da IPC estava restrita apenas às áreas já perfuradas que não eram as melhores.

A depreciação do preço do petróleo fez com que o Iraque se tornasse um defensor da criação da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), no ano anterior, a IPC

suspendeu a produção, o que foi uma penalidade ao governo iraquiano que não conseguia colocar em operação as concessões que havia recuperado. Por outro lado, a ação de Qasim foi bem aceita pela população iraquiana, apesar do custo econômico, servindo também para apagar a bravata no tocante ao Kuwait. Por outro lado, há informações que, em 1961, os reforços britânicos evitaram que o Kuwait fosse anexado pelo Iraque (PERRET, 1984).

O ano de 1962 foi importante para a América do Sul e para o Oriente Médio em função das decisões tomadas nas salas de Washington e Moscou, que refletiriam nas duas regiões. A *détente* ou distensão marcou um novo período nas Relações Internacionais, quando as duas superpotências buscaram a diminuir as tensões entre elas. Essa nova estratégia visava a minimização dos conflitos provocados pelos interesses conflitantes, evitando assim o confronto aberto, que colocaria em operação os arsenais nucleares desenvolvidos por ambos desde o final da Segunda Guerra Mundial. A modificação no pensamento dos governantes em Washington e em Moscou iniciou-se a partir da crise dos mísseis em Cuba, por parte do governo estadunidense, e, desde a década de 50, pelos dirigentes soviéticos que planejavam uma possível “[. . .] coexistência pacífica [. . .].” (REID, 1984, p. 787-789).

Apesar dos desacertos na política externa, Qasim passou a direcionar os lucros do petróleo para as necessidades do setor mais carente da população, porém a guerra curda era um sorvedouro inesgotável de recursos, que passava a desmoralizar o oficialato em função de alguns revezes favoráveis aos curdos ocorridos no campo de batalha. A falta de apoio fez com que o KPD (Partido do Povo do Curdistão) procurasse o partido Baa’th, o NDP e o Partido Comunista Iraquiano para propor um cessar fogo em troca da deposição de Qasim. Em 1962, a cúpula militar, no seio do Partido Baa’th, mobilizou-se contra o isolamento iraquiano dentro do mundo árabe e contra o comunismo, segundo Charles Tripp (2003). Um número crescente de oficiais foi arregimentado pelo partido visando à derrubada do governo de Qasim. Nesse mesmo ano, o Iraque construiu com auxílio da URSS o seu primeiro reator de pesquisa, com 2 megawatts, o IRT-5000 (Iraq’s Nuclear Weapons Program from Aflaq to Tammuz, 2006, *online*).

A permanência do Baa’th no poder deveria se prorrogar após o golpe, sem que houvesse a divisão de cargos entre partidos aliados. Dessa forma, o comandante da Força

Aérea e membro do Partido Comunista, Brigadeiro Jala al Awqati, era assassinado em 1963. O Presidente Qasim seria fuzilado no mesmo ano.

O novo governo foi composto por membros do Partido Baa'th e pan-arabistas, mas logo após o golpe vários desacertos ficaram evidentes, até mesmo entre as facções do partido governista. O único ponto em comum que unia tais grupos era a eliminação de membros do Partido Comunista Iraquiano (PCI), uma vez que a influência desse partido havia crescido com a crescente ajuda soviética ao Iraque. Isso gerou o temor que houvesse a tentativa de tomada do poder por parte do PCI com o apoio soviético. A perseguição aos inimigos do Partido Baa'th ficou a cargo da Guarda Nacional Baa'thista (al-Hars al-Qawmi), composta por 30.000 homens, que se reportavam apenas à cúpula do Partido.

A deposição de Qasim não representou a paz com os curdos, pois a exigência curda de autonomia na região de Kirkuk desagradou o governo, pois a região era muito rica em petróleo. Novamente, o governo lança outra ofensiva militar contra os curdos rompendo o diálogo com o KDP. Mais uma vez, os oficiais iraquianos viam o moral do Exército ser abalado, pois a falta de acesso à área dominada pelos curdos, nas montanhas nas fronteiras com o Irã e a Turquia, deixava tais regiões sob domínio dos insurgentes.

A cúpula do novo governo iraquiano não apresentava uma lógica nas suas coligações. A tendência que permanecia clara era a aproximação a Nasser, porém a união do líder egípcio com a Síria, na RAU, não satisfazia os membros do Baa'th. No mesmo ano em que o governo iraquiano mudava de mãos, a Síria assistiu à ascensão do Partido Baa'th, porém o novo governo sírio não se integrou à unificação pretendida por alguns segmentos no Egito, na Síria e no Iraque. A luta interna pelo poder no território iraquiano, mais uma vez, opunha nasseristas e membros do Baa'th.

O Partido Baa'th buscou restabelecer os laços militares com a URSS, que suspendeu a ajuda militar em 1963 após a perseguição aos comunistas iraquianos, além de procurar a facção baathista socialista síria, que estava em ascensão em Damasco. Isso não foi suficiente para assegurar o poder, que trocava de mãos novamente. Em contra partida, a ascensão do partido fez com que os contatos comerciais, diplomáticos e culturais chineses com o Iraque

fossem enfraquecendo, o que foi chamado por Yitzhak Shichor, de “[. . .] *declínio do interesse chinês no Oriente Médio.*” (SHICHOR, 1979, p. 97).

O governo iraquiano nos cinco anos seguintes, após o golpe de 1963, ficou a cargo de ‘Abd al-Salam ‘Arif e ‘Abd al Rahman, criando a Guarda Republicana como uma guarda do regime, em permanente estado de alerta contra os seus inimigos. Sendo considerada a elite das Forças Armadas Iraquianas, contava com um arsenal excelente e estava estrategicamente aquartelada próxima à Bagdá.⁵⁸ A criação dessa unidade residia no fato de que a chave do poder no Iraque estava nas mãos de quem conseguisse o apoio efetivo das Forças Armadas, assim a unidade estaria pronta para repelir qualquer rebelião nos quartéis do país. ‘Arif também passou a consolidar o seu poder nas Forças Armadas através do patrocínio de laços de parentesco e tribais.

O novo governo alijava o Partido Baa’th do poder e restabelecia a tendência pró-nasserista como modelo a ser seguido. O governo nacionalizou os bancos, as companhias de seguro e as indústrias, porém estava claro que o Iraque não era o Egito e que sua maior fonte de renda era o petróleo. Por outro lado, se estabeleciam os acordos de união entre Egito e Iraque, em 1964, mas os iraquianos estavam conscientes dos problemas que levaram à dissolução da RAU. Outro problema que diferenciava os dois países era a unidade interna presenciada no Egito e abalada no Iraque em função do recrudescimento da luta com os curdos. O Partido havia passado por numerosas alterações, sendo que vários membros foram expulsos, levando Hassan al-Bakr a nomear um parente para reconstruir o Partido: Saddam Hussein. Em 1964, um golpe dentro do Partido levou esses dois líderes para a prisão.

Tanto nas Américas, com exceção de Cuba, quanto no Oriente Médio intensificava-se a luta contra o comunismo. Na América do Sul, no Brasil, o golpe de Estado, originado no seio das Forças Armadas e com apoio estadunidense, derruba o governo de João Goulart que se aproximava perigosamente do inimigo externo, além de ser originário do populismo que os

⁵⁸ A Guarda Republicana estava sob o comando do Coronel Sa’di Slaibi, que recrutava os membros da Guarda entre a tribo al-Jumaila, da qual ‘Arif era oriundo. Essa unidade após a morte de ‘Arif passou a ser a “guarda pretoriana” dos governantes baa’thistas, que passaram a dotá-la de vários dispositivos de repressão, com o seu próprio *Mukhabarat*. (Órgão de Inteligência, literalmente em árabe “organização de coleta de informações”) (HIRO, 1998; FAROUK-SLUGLETT; SLUGLETT, 1987).

EUA se empenharam de derrotar no próprio País e viam cair, com bons olhos, na Argentina, após a derrocada de Juan Domingos Perón.

O Iraque, apesar de se aproximar da URSS para obter ajuda econômica e armamentos, repeliu fortemente as tentativas de comunistas locais de serem maioria nos governos. As lideranças religiosas islâmicas, sunitas e xiitas, influenciavam a população e o governo sobre o “*perigo infiel*”, que buscava alcançar o poder no país. A China perdera o interesse no Oriente Médio, enquanto era cortejada pelo governo brasileiro. Por outro lado, o governo de Beijing se retirará momentaneamente dos cenários políticos do Oriente Médio e da América do Sul.

O Oriente Médio, em 1964, assistiu à criação da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), adotando a Constituição Palestina, na reunião em Jerusalém oriental, ainda sob a ocupação jordaniana. Antes da primeira metade da década de 60, Brasil e Iraque apresentaram alterações no quadro político. Tanto em Brasília quanto em Bagdá, os rumores sobre a participação da CIA em ambos os golpes aumentavam, o que demonstrava a preocupação estadunidense a respeito da aproximação dos dois governos depositos com o governo soviético.⁵⁹

Em 1964, quando o golpe de Estado muda o cenário político brasileiro e que mais uma rebelião no Partido Baa’th muda o comando da política iraquiana, Brasil e Iraque iniciam a sua relação comercial, que segundo o próprio relatório do Departamento de Promoção Comercial, do Ministério das Relações Exteriores, era deficitária para o País (BRASIL, 1976).

⁵⁹ De acordo com Said K. Aburish (2001), as relações da CIA (Central Intelligence Agency) começaram em 1961, através da ligação entre exilados iraquianos no Cairo e contatos na Embaixada dos EUA no Egito, culminado com o assessoramento estadunidense na deposição do governo Qassim.

4 A RELAÇÃO DE FACTO ENTRE BRASIL E IRAQUE (1964-1991)

A década de 1960 apresentou uma nova realidade não apenas para o Brasil, que passava a ser governado pelos militares, desde 31 de março de 1964, mas para vários outros países do Terceiro Mundo. A África de colonização britânica assistiu à retirada das autoridades coloniais, tendo que substituí-las por quadros locais sem a qualificação necessária para enfrentar os novos desafios que chegaram com a independência. Por outro lado, unidades militares britânicas ainda permaneceram nas ex-colônias com o motivo de ser o quadro de instrutores militares dos novos exércitos “nacionais”. Na realidade, o que se via era muito mais a sobreposição de interesses tribais e clânicos aos nacionais, visto que esse conceito fora importado pelos colonizadores europeus para regiões, onde imperava o delineamento feito de forma aleatória, sem levar em consideração as idiossincrasias dos grupos que foram obrigados a conviver dentro das fronteiras e da harmonia colonial, desestruturada apenas pela dominação europeia, que vislumbrava no “dividir para governar” a única forma de se manter no poder.

A ação dos colonizadores europeus abrigou, dentro dos territórios demarcados na Conferência de Berlim, povos que mantinham guerras nos períodos anteriores à presença de brancos no continente africano. Se tais povos foram forçados a conviver sob a mesma bandeira colonial até a independência, passavam, a partir da mesma, a reviverem as suas disputas locais, sendo que ainda havia um grupo favorecido pela ex-metrópole, porém com adversários que, a partir daquele momento, passavam a contar com auxílio externo de países que desfraldavam a bandeira da luta anticolonial e da libertação dos povos, a qual havia saído vitoriosa na Argélia e propagada por Cuba, URSS e China.

Países como Grã Bretanha, Itália e França perdiam seus antigos territórios coloniais, mas não abdicavam tão facilmente da influência militar e política nos territórios aos quais cediam a independência. Os EUA começavam a avançar sobre essas áreas que, apesar de manter ligações com as ex-metrópoles, passavam a ser potencial fonte de matéria-prima para

que se enfrentasse a Guerra Fria e, acima de tudo, para que se impedisse o avanço do inimigo externo sob áreas tradicionalmente de influência ocidental.

Conforme Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002, p. 372), a investida estadunidense nessas áreas contava com investimentos vultosos, que no período de 1946 a 1964, somaram o total de US\$ 84 milhões, sendo que US\$ 43 foram destinados à Europa, US\$ 18,9 para o Extremo Oriente, US\$ 13,4 para o Oriente Próximo, US\$ 4,4 para a América Latina e apenas US\$ 0, 882 destinou-se à África. Ainda, de acordo com os autores, desse total, US\$ 56,9 respondia pelo montante enviado como auxílio econômico, enquanto US\$ 27,2 foram destinados à ajuda militar.⁶⁰

Vários países, os quais foram contemplados com a independência, formaram, em 1964, o G-77, este buscava, através da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNTCAD), encontrar soluções para a criação de uma ordem mundial econômica, a qual fosse justa e nova na ótica dos países em desenvolvimento que assinaram a Declaração Conjunta dos 77 Países em Desenvolvimento, no encerramento da Conferência, em Genebra. Entre esses países figuravam o Brasil e o Iraque, os quais novamente buscavam desenvolver laços, em fóruns internacionais, que garantissem o desenvolvimento e o comércio ainda incipiente entre ambos. Dentre esses 77 Estados estavam aqueles que desfraldaram a bandeira do Movimento Não-Alinhado em Bandung (Indonésia) em 1955. Começava a se desenvolver o diálogo Norte-Sul, porém era inevitável que os países em desenvolvimento buscassem fortalecer a cooperação Sul-Sul como uma solução às respostas negativas vindas do Norte desenvolvido.

Em 1964, os militares ascendem ao poder, deixando claro que a política externa levará ao alinhamento com os EUA, buscando a condição de “aliado privilegiado”, assim como fora feito no início da Guerra Fria. Esse alinhamento visava à busca de benefícios para o desenvolvimento do País, à estabilização democrática do continente, assim como a paz

⁶⁰ A denominação de Oriente Próximo utilizada pelos autores corresponde àquela de Oriente Médio citada neste trabalho na página 17, nota de rodapé 3.

mundial. Por outro lado, a barganha era ditada por Washington, que forçara o rompimento das relações diplomáticas com Cuba (VIZENTINI, 1995).

O primeiro governante militar, Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), veterano da FEB (Força Expedicionária Brasileira) alinhou a sua política externa aos EUA, rompendo os padrões delineados por Vargas. De 1964 a 1967, o País buscava colocar-se ao lado do Ocidente para angariar investimentos, como fluxo de capitais e novas tecnologias, além de levar os produtos industrializados brasileiros a novos mercados. Nesse momento, o Brasil aceitava totalmente a orientação do governo de Washington e rompeu relações diplomáticas com Cuba, visto que Fidel Castro, desde 1961, havia se declarado aliado ao marxismo-leninismo. A atitude brasileira, segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), deveu-se a propaganda ideológica cubana na América do Sul, que produzira o rompimento das relações entre Brasil e Venezuela, e o envio de armas cubanas para esse país vizinho.

Ao mesmo tempo em que atuava decididamente contra os governos de Havana e Caracas, o novo governo buscava a posição de liderança, na América do Sul, através da participação no TIAR, na OEA, na ALALC e na Aliança para o Progresso, que, em 1965, rendeu ao Brasil o envio de 650 milhões de dólares vindos de Washington, além da chegada da Missão Fullbright, a qual assegurou ao País investimentos privados estadunidenses e cooperação na utilização da energia nuclear para fins pacíficos. Buscou-se, também, ajustar-se a FMI, uma vez que os gastos militares com os EUA cresciam à medida que vários grupos de assessores militares e econômicos chegavam à Brasília, com novos equipamentos e empréstimos.

Imediatamente ao golpe militar, o País foi “convidado” pelos EUA a enviar tropas à República Dominicana (1965) e ao Vietnã. O envio de unidades militares para o Sudeste Asiático foi recusado pelo Brasil, que já havia se negado a enviar tropas à Coreia durante a guerra entre 1950 e 1953. Isso seria uma forma de colaborar com a segurança coletiva, segundo Moniz Bandeira (1989, p. 147), desde que Brasília fosse “[. . .] previamente consultada.” Conforme o autor, o Brasil passa a ver que a “[. . .] afinidade dos sistemas não garante a coincidência dos interesses.”

A aceitação da estratégia estadunidense para as Américas leva o Brasil a interferir no processo político na República Dominicana, em 1965, com o envio de tropas para compor a FIP (Força Interamericana de Paz), sob o comando brasileiro e sob a égide da OEA⁶¹. Esse foi o episódio que fez com que o governo brasileiro pudesse galgar posições na América Latina. Por outro lado, o governo de Castelo Branco não investiu nas relações bilaterais com os países sul-americanos, sendo que a Venezuela decidiu reatar as relações com o Brasil em 1966. Houve uma tentativa frustrada do Paraguai em reivindicar a região das Sete Quedas, afetando as relações entre Brasília e Assunção, porém a Ata das Cataratas, em 1965, manteve a região em território brasileiro. Com a Argentina uma proposta de união aduaneira fracassava. O triênio 1964-1966 mostrava o aumento nas exportações de US\$ 1,4 para US\$ 1,7 bilhão, ao mesmo tempo em que o endividamento aumentava de US\$ 3,9 para US\$ 5,2 bilhões.

A política externa brasileira, a partir de Castelo Branco, mostrava sinais que buscava outros parceiros comerciais, visto que era necessário exportar a produção do maior parque industrial da América Latina, que ainda não havia se fortalecido como mercado internacional. O País buscava no realismo universalista atuar nos órgãos multilaterais fora do continente como GATT, UNCTAD, Conferência de Desarmamento e ONU, além de investir em países socialistas e países da África Sub-saariana. Por outro lado, conforme Henrique Altemani de Oliveira (2005), a política externa de Castelo Branco, que primava pela interdependência, cercearia os contatos comerciais de diferentes sistemas e buscava a complementaridade com os EUA.

No campo nuclear, o Brasil, desde 1964, buscava tornar-se independente, planejando desenvolver o ciclo completo do combustível nuclear. O País enviou José Ribeiro Costa, engenheiro nuclear, à França para estudar, visando à instalação de uma usina átomo-elétrica na região centro-sul do Brasil. Após a criação do GTRP (Grupo de Trabalho do Reator de Potência), esse mesmo engenheiro foi aos EUA ministrar cursos sobre o reator à gás grafita, assessorado por técnicos franceses. O Brasil, nesse período, buscava seguir os padrões europeus como aqueles adotados na Grã-Bretanha e França, segundo Tânia Malheiros (1996). Esse projeto contava com a participação do Exército e da Força Aérea. No mesmo ano em que os militares tomam o poder, o Brasil ratificou o Tratado sobre a Proibição Limitada de Testes

⁶¹ O contingente brasileiro da FIP foi de 1.100 homens, sendo o maior entre os latino-americanos, que contava com contingentes da Costa Rica, de Honduras, de El Salvador, da Nicarágua, do Paraguai e dos EUA. Embora, o Brasil estivesse no comando, o contingente estadunidense era composto por 13.000 (BORTS, 1998, p. 89).

Nucleares, que havia assinado no ano anterior. O Iraque acompanhou cronológica e politicamente a posição brasileira, porém a Argentina assinara o Tratado, sem ratificá-lo.⁶²

Em 1966, era desenvolvido o *Projeto Instinto*, que confirmava a determinação de 1964, na qual enfatizava a necessidade do Brasil deter a produção do ciclo completo do combustível, conforme a autora (1996, p. 52), o País contou com a “[. . .] *eficiente e valiosa colaboração da França.*” Esse projeto durou de 1965 a 1967, apresentando dois projetos: o “Toruna”, que propunha estudos para a construção de um reator de grande porte, e um outro menor para desenvolver o estudo da água pesada e urânio natural. Os projetos foram marcados por desperdícios em todos os sentidos, atrasavam os resultados, resumidos em uma declaração que o País não deveria abandonar a perspectiva de ter, futuramente, uma central nuclear que produzisse plutônio.

No Oriente Médio, a situação política também era tensa em função do permanente estado de beligerância entre Israel e seus vizinhos árabes. Em 1964, segundo Marion Farouk-Sluglett e Peter Sluglett (1987), a RAU havia fracassado, enquanto o Iraque buscava na URSS um fornecedor de armas, porém o governo de Moscou não aprovava a execução de membros do Partido Comunista Iraquiano e começava a se inclinar a favor do movimento curdo, apoiando-o abertamente através de transmissões de rádio. No mesmo ano em que os militares tomavam o poder no Brasil, a OLP (Organização para Libertação da Palestina) era fundada no Oriente Médio, a fim de combater o Estado de Israel, que esta organização passava a considerar *totalmente ilegal*, em 1965, segundo Yehoshuah Porath (1984).

Em 1966, apesar da trégua com os curdos, um novo golpe de estado parecia iminente no Iraque. O novo primeiro ministro, Naji Talib, prontamente forma um novo ministério no qual entrega a maioria das pastas a militares. Essas nomeações demonstravam a fraqueza do governo ‘Arif frente aos seus oficiais superiores e generais, mostrando que não era capaz de reagir, uma vez que não possuía laços familiares que lhe desse apoio suficiente para permanecer no cargo. O primeiro-ministro minava as tentativas de aliança feitas por ‘Arif, que, em 1967, passa a ocupar também o cargo de *premier* destituindo Naji Talib.

⁶² O Limited Test Ban Treaty (LTBT) proíbe que sejam realizados testes com armas nucleares ou qualquer explosão de artefatos nucleares na atmosfera, espaço exterior e sob a água. As tratativas, que resultaram na redação do documento final, duraram oito anos (MARZO; ALMEIDA, 2006).

O Iraque não conseguia aproximar-se do modelo egípcio, a fuga de capitais estrangeiros aumentava rapidamente, assim como o desemprego e o confisco de terras não encorajava o investimento na agricultura. Em 1967, o Iraque lutou em duas frentes: contra os curdos e contra Israel, na sua tentativa de colocar-se ao lado do mundo árabe contra o inimigo sionista. Por outro lado, surge o terceiro inimigo, o levante comunista de ‘Aziz al-Hajj, que lhe custou o rompimento com o Partido Comunista Iraquiano (PCI) e insatisfação soviética, que via no governo do Iraque um excelente comprador de armamentos.

O novo Primeiro-Ministro, Tahir Yahia, um dos oficiais da confiança de ‘Arif, rompeu as relações com os EUA e Grã-Bretanha, enquanto estreitava os laços diplomáticos com a URSS e França. Esses países foram de fundamental importância para o Iraque, a partir do momento em que auxiliam o país na modernização da exploração de petróleo. As facções religiosas xiitas e sunitas clamavam por uma resposta contra os comunistas, enquanto a opinião pública exigia vitórias no Curdistão. O Partido Baa’th via nessas manifestações a oportunidade de voltar ao ataque contra o governo, sendo que os líderes partidários foram libertados em 1966. As prisões não desarticularam a nova estruturação do Baa’th no Exército. A liderança de Saddam Hussein, mesmo preso, foi crescendo e, em 1967, ele guiava o Partido contra a “ameaça comunista”, contra Tahir Yahia e a corrupção no governo e contra a falta de ação na luta contra Israel.

Após o regime militar brasileiro empossar ao seu segundo mandatário, o Iraque passava, em 1967, por mais uma articulação de um golpe baathista. O partido visava, dessa vez, estabelecer um governo completamente formado por seus quadros. Dessa forma, foram orquestradas ligações entre oficiais superiores do Exército Iraquiano, a fim de neutralizar a Guarda Republicana para a ascensão do novo governo. Se no Iraque a URSS assistia à perseguição de seus simpatizantes e se sujeitava a vender armas para o governo iraquiano, no Brasil, o governo soviético passava a fornecer equipamentos e assessoria para a indústria petrolífera brasileira, segundo André Luiz Reis da Silva (2004). O valor desse acordo foi de US\$ 10 milhões, comprovando que no comércio não havia ideologia.

Em 1968, um novo golpe de estado muda o cenário político iraquiano, o Presidente ‘Arif é deposto, e Hassan al-Bark assume a Presidência, a Guarda Republicana também muda de comando, quatro curdos assumem pastas no novo governo, assim como não-baathistas e

membros da Irmandade Muçulmana. O governo iraquiano passou a ser completamente do Partido Baa'th, porém o partido buscava fortalecer os laços com clãs e tribos árabes sunitas no noroeste do país. Outra característica do novo governo foi o abandono do nacionalismo árabe, fazendo com que a política do “Iraque em Primeiro Lugar” fosse retomada. Para o novo governo, conforme Charles Tripp (2003), o Oriente Médio seria o palco para o Iraque desenvolver a sua primazia sob a direção de um político que se destacava na direção do Partido Baa'th: Saddam Hussein.

A ascensão de Costa e Silva à condição de Presidente da República une a consolidação do autoritarismo e a captação de capital estrangeiro, aliando-se às aspirações nacionalistas de desenvolvimento. A candidatura de Costa e Silva encontrava resistência no seu antecessor, porém tal recusa não foi suficiente para que o nome de Artur da Costa e Silva, ex-Ministro da Guerra, fosse eliminado da sucessão presidencial. O novo presidente deveria combater a recessão e retornar a expansão da indústria no Brasil, o que certamente não agradava Washington, aumenta o distanciamento na política externa do Brasil e EUA.

O segundo presidente militar, no Brasil, Artur da Costa e Silva (1967-1969) desenvolve uma política externa chamada “Diplomacia da Prosperidade”, que fazia desmoronar todo o trabalho de seu antecessor. Em 1967, já tendo sido escolhido para suceder Castelo Branco, o novo presidente foi a Washington e à Europa para sua primeira visita oficial, porém no EUA envolveu-se em atritos com Lincoln Gordon. As arestas nos relacionamento entre EUA e Brasil persistiam desde o governo anterior, prevendo um período de rivalidades, segundo Amado L. Cervo e Clodoaldo Bueno (2002).

A política externa do governo Costa e Silva estava descrita no *Relatório de 1967*, que estabelecia as seguintes metas para o Brasil:

- a) reformulação das bases do comércio internacional e a ampliação das pautas e mercados para a exportação brasileira;
- b) a aquisição, pela via da cooperação internacional, da ciência e da tecnologia necessárias à independência econômica;
- c) o aumento dos fluxos financeiros, para empréstimos e investimentos, de origem mais diversificada, em melhores condições de pagamento ou em igualdade de tratamento com o capital nacional. Essa determinação estava respaldada pela visão

do presidente, que eliminava alguns pressupostos que ligavam o Brasil aos EUA, como:

- bipolaridade: visto que as potências tinham promovido o entendimento e que ocorrera um enfraquecimento no sistema de alianças,
- segurança coletiva: que não servia para atenuar as diferenças entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, mostrando que a fronteira entre eles aumentava, enquanto países do Terceiro Mundo assumiam gastos impagáveis com defesa,
- interdependência militar, política e econômica mostrando que o País deveria seguir pelos interesses nacionais e não por motivação ideológica.

d) ocidentalização: que impedia a ação do universalismo e suas vantagens CERVO; BUENO, 2002).

Por outro lado, na prática, com o agravamento no conflito do Vietnã, os países sul-americanos temiam o estabelecimento de focos guerrilheiros de esquerda, como já era visto na Colômbia desde o final da década de 40. Dessa forma foi incrementado o intercâmbio de treinamento militar com os EUA, com o envio de um número crescente de militares latino-americanos para a Escola das Américas, na Zona do Canal do Panamá, sob ocupação estadunidense, na qual eram difundidas táticas de contra-insurreição e outras técnicas que visavam a manutenção da ordem então estabelecida. Enquanto alunos brasileiros das Forças Armadas rumavam à Zona do Canal, o governo brasileiro via no setor externo a resposta estratégica para o comércio, para o capital e para a tecnologia, porém o desenvolvimento deveria ser um produto nacional. De acordo com Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002, p. 383), a política externa do governo Castelo Branco mostrou um “[. . .] *sentido realista, isenção ideológica e não deixou espaço para ‘alinhamentos incondicionais ou oposições automáticas.’*”

Apesar de um discurso contra orientações e alinhamentos, o Brasil assinou com ressalvas o Tratado de Tlatelolco, em 1967, para garantir a não fabricação de artefatos bélicos na América Latina. Castelo Branco ouvia as Forças Armadas Brasileiras, que não queriam ficar de fora dos incrementos tecnológicos na área de defesa e segurança. Nota-se que a fase de Juracy Magalhães, Embaixador brasileiro em Washington, “[. . .] o quase bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil” não encontrava ressonância dentro dos círculos militares e na Presidência da República, que era oriunda da caserna. Isso demonstrava que

Castelo Branco, conforme Moniz Bandeira (1989, p. 146), “[. . .] nunca falou, certamente, em alinhamento automático com os Estados Unidos.”

O governo Costa e Silva procurou superar o subdesenvolvimento e implantou formas para extingui-lo, uma vez que recuperando o desenvolvimentismo, buscou uma política externa que explicasse a sua busca no âmbito interno. Essa posição adotada pelo Presidente agregou vários setores da sociedade brasileira em torno do projeto desenvolvimentista, o qual buscava superar desigualdades sociais e acelerar o crescimento econômico. A diplomacia foi o instrumento de expansionismo econômico, enquanto através da cooperação internacional obtinha tecnologia no Norte e a repassava ao Sul. O presidente não chegou ao final do mandato por motivos de saúde, em agosto de 1969, uma junta composta pelos ministros das três Forças Armadas assumiu a Presidência da República. Em outubro do mesmo ano, o novo presidente, Emílio Garrastazu Médici, assumiu o cargo.⁶³

No Iraque, o novo governo projetava no cenário político do país um novo regime, que usava como métodos para a implantação de sua política a violência. A obediência exigida por Saddam Hussein e a violência instaurada não são uma ruptura com o passado político iraquiano. Esses métodos visavam à manutenção da ordem estabelecida, em 1968, evitando que novas tentativas de golpe fossem implantadas. A desconfiança descomunal, o patrocínio e o uso da violência são para Charles Tripp (2003), os elementos principais, juntamente com a dependência e a conformidade, que regem a disciplina social e o destino nacional.

No Brasil, a *linha dura* da ditadura militar brasileira decidiu que era chegado o momento, em 1968, de se implantar medidas mais rigorosas contra os inimigos do regime que começavam a levantar a voz em discursos no Parlamento. O segmento dos militares mais comprometidos com o regime começava a estudar métodos de controle de trabalhadores e estudantes, assim era lançado o Ato Institucional Nº5 (AI-5), que revogava os anteriores, fazendo do Brasil, segundo Thomas E. Skidmore, “[. . .] uma ditadura autêntica.” (1998, p. 232). Fosse no Iraque ou no Brasil, as ditaduras lançavam mão de todos os recursos, à medida que os governantes passam a ter que enfrentar o questionamento das ruas ou de outros grupos

⁶³ A junta era composta pelo Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, pelo General de Exército Aurélio de Lira Tavares e pelo Tenente Brigadeiro Márcio de Souza e Melo (BRASIL, 1979).

que foram aliados do poder. A violência institucionalizada foi a forma encontrada para punir os inimigos do regime no Oriente Médio ou na América do Sul.

Os governos iraquiano e brasileiro, nesse período, utilizaram formações militares com poder de polícia, a fim de protegerem os regimes instaurados, em Bagdá era criada a segurança pública do Estado (Al-Amn al 'Am), enquanto a segurança das ruas estava a cargo da milícia do Partido Baa'th, que tinha amplos poderes para a segurança do regime.⁶⁴ No Brasil, as polícias militares estaduais passaram a ser utilizadas para reprimir as manifestações nas ruas, passando a adotar treinamento de guerra não convencional nos seus cursos de formação, além de reestruturar e redirecionar a ação de suas secções de inteligência.

Em ambos os países, os mais apreensivos eram os comunistas, os quais no Iraque foram caçados, presos, torturados e enviados para o exílio e para a ilegalidade. No Iraque, as feridas do golpe de 1963 não haviam cicatrizado, quando o governo ofereceu cargos no novo governo, os mesmos foram recusados, iniciando-se o período de repressão aos membros do PC iraquiano. É interessante notar que, apesar da não aceitação do marxismo, este estava presente nos anais do partido Baa'th; o governo iraquiano necessitava de membros do PCI no governo como uma forma de cortejar a URSS e continuar recebendo incentivos.

No Brasil, com a ascensão do governo militar, os laços diplomáticos com Cuba foram rompidos, enquanto China e URSS eram colocadas como inimigas do regime, o qual apresentava documentos sobre líderes da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), que iam a esses três países para receberem treinamento (VIZENTINI, 1998).

A rivalidade, no Oriente Médio, entre Síria e Iraque começava a surgir após a desintegração da RAU e também não correspondiam às previsões de Samir Amin (1982), o qual via um rápido desenvolvimento econômico e social oriundos do planejamento do Partido

⁶⁴ Há a discussão sobre qual modelo partidário influenciou o Partido Baath. Talvez, o mais conhecido exemplo de militarização partidária tenha sido aquela do Partido Nacional Socialista Alemão, com a SA (Sturm Abteilung-Tropas de Assalto), que era responsável pela guarda dos quadros do Partido Nacional-Socialista e usada como tropa de choque contra os opositores, até 1935, na Alemanha. Havia formações como a GESTAPO (Geheime Staats Polizei: Polícia Secreta do Estado), que influenciou vários órgãos de segurança, inclusive em países que combateram os alemães, como a Holanda, por exemplo, que utilizou os métodos de interrogatório da GESTAPO, na Indonésia, no pós - Segunda Guerra. Outra formação que foi criada pelo partido foi a Hitlerjugend (HJ-Juventude Hitlerista), que segundo George Kerevan, inspirou criação dos grupos *Fedayeen* de Saddam Hussein (WELSH, 1993, p. 75).

Baa'th, que governava nos dois países. A explicação oferecida pelo economista egípcio a não implementação dessas reformas era a derrota árabe para Israel na guerra de 1967, que mostrava a fragilidade desses programas de governo e das alianças árabes.

Apesar de um discurso nacionalista e receber ajuda soviética, a Síria recebeu dos EUA, no período de 1945 a 1964, US\$ 82 milhões, US\$ 47 milhões de países ocidentais entre 1964 e 1969 e US\$ 506 milhões da URSS entre 1954 e 1969. Dos mesmos fornecedores o Iraque recebeu, respectivamente, US\$ 46, US\$ 57 e US\$ 487 milhões no mesmo período. O Iraque parecia que se livraria da sua dívida externa em função dos excedentes de sua balança de pagamentos, conforme Samir Amin (1982, p. 10).

O outro rival iraquiano contava com grande ajuda militar e política dos EUA e da Grã-Bretanha, em função da exploração de petróleo. O Xá Mohamed Reza Pahlevi seguia à risca todos os preceitos de segurança estabelecidos por Washington para a região. Foi membro do Pacto de Bagdá e, assim como o Iraque e demais ditaduras treinadas e aparelhadas pelos EUA, montou um aparato policial extremamente repressor que era capitaneado pela SAVAK, que mantinha laços estreitos com o MOSSAD israelense e com o Serviço Nacional de Inteligência turco, além da CIA (HIRO, 1998). As pressões ocidentais levaram o Xá a estabelecer um programa de reforma agrária, porém, como um governo de cunho ditatorial fechou o Parlamento e passou a governar por decreto.

Em 1964, o monarca expulsou o *ayatollah* Khomeini do Irã, que representava o principal foco de resistência ao monarca e ao fortalecimento dos laços comerciais, culturais e militares com o Ocidente. Uma das formas de receber incentivos maiores dos países ocidentais era o oferecimento de benefícios maiores às empresas que exploravam petróleo no país.

O Oriente Médio, desde a derrota dos árabes para as Forças Armadas Israelenses, em 1967, assistiu à ascensão das organizações paramilitares palestinas, que começaram uma guerra irregular contra o território israelense por meio de ações de comandos, as quais vinham dos acampamentos do Líbano e Jordânia, porém os palestinos contavam com apoio financeiro e militar de vários países e tinham bases de treinamento em vários países árabes.

Uma mudança na Carta Palestina, em 1968, estabeleceu que somente a luta armada, libertaria a Palestina. Dessa forma, a união de vários grupos palestinos foi conclamada. As várias facções, que desde a década de 1950 foram criadas para reunir palestinos e realizar ataques contra Israel, entregavam o comando da OLP à Fatah, sob o comando de Yasser Arafat, em 1969, durante o V Congresso Nacional Palestino, no Cairo, segundo Yehoshuah Porath (1984).⁶⁵

A OLP buscava fornecedores de armamentos entre os países árabes que lhe fornecia abrigo e entre aqueles que viam na causa uma excelente fonte de lucro. Segundo Amílcar Alencastre (1969), a China passou a vender armas para a Organização mediante pagamentos feitos pela Família Real Saudita. A procura por simpatizantes à causa palestina levou Yasser Arafat ao Egito, que fez com que Nasser oferecesse subsídios aos palestinos, o presidente egípcio acompanhou o líder palestino a Moscou, em 1968, a fim de obter o apoio soviético para o movimento palestino.

Na América do Sul, a disputa pelo papel de líder regional era desempenhada entre Brasil e Argentina, que desde o século XIX, assumiam abertamente essa rivalidade. A Argentina assistiu à ascensão do governo militar brasileiro em meio a deposições de presidentes. Arturo Frondizzi, Arturo Illia e o General Juan Carlos Onganía foram empossados e retirados do poder em um interregno de sete anos (1963-1970). A posição dos militares argentinos era favorável ao envio de tropas para integrar a FIP, porém esta era rejeitada pela oposição, que venceu a disputa. Os militares percebiam que a participação do Brasil no comando da operação colocava-o em uma posição de destaque junto aos EUA, com a possibilidade real de receber mais recursos e equipamentos militares do governo estadunidense.

Essa posição assumida por Frondizi em não enviar tropas para a República Dominicana mostrava o descontentamento dos militares com a política externa argentina do período. Os militares argentinos queriam alinhar-se aos EUA e ao “[. . .] *ocidentalismo na Guerra Fria*”, segundo José Paradiso (2005, p. 212). A opção argentina, segundo o autor, não agradava o governo de Washington, mas não havia como negar a ajuda argentina na questão

⁶⁵ Fatah, em árabe, quer dizer vitória, porém é a abreviatura de Al Falastini Al-Tahrir Al-Harkat (Movimento de Libertação da Palestina).

cubana, desde a crise dos mísseis à expulsão do país da OEA. Se por sua vez, o Brasil rejeitava a ligação com China e URSS, na primeira metade da década de 60, a Argentina, de 1963 a 1966, aumentou o seu comércio com a URSS de 19 para 112 milhões de dólares, enquanto com a China o comércio aumentou de três para 84 milhões de dólares. As exportações argentinas aumentaram 80 %, por sua vez a China direcionou-se para o México e Cuba para abastecer-se do algodão e açúcar, que antes eram fornecidos pelo Brasil (PARADISO, 2005).

Enquanto o Brasil rejeitava o contato político com a URSS e a China, estes países envolviam-se, em 1969, em disputas de área de fronteira. Os conflitos foram vistos pelo governo estadunidense como uma forma de ampliar a *détente*, isto é, evitando o conflito global, porém deixava clara a incidência de conflitos regionais, inclusive dentro do bloco comunista, o que gerava o enfraquecimento e a disputa dentro desse segmento. A China acusava o governo de Moscou de revisionista, afastando-se da via socialista. A China, em 1967, havia realizado a Revolução Cultural, que visava à revitalização da revolução com um direcionamento à esquerda. O poder foi dado em sua total plenitude para Mão Zedong, o que para Moscou era um ato digno de reprovação. As críticas soviéticas encaminhavam as relações sino-soviéticas para a ruptura.

A URSS temia que a China investisse contra o seu território como ocorrera no conflito sino-indiano, em 1962, quando as fortes Forças Armadas Chinesas recuperaram as áreas próximas à fronteira reivindicadas pelo governo chinês. A Índia passou a procurar apoio militar nos EUA, porém foi a URSS que passou a fornecer material bélico para as Forças Armadas Indianas. A partir de então, com a Índia como sua aliada, o comando militar soviético posicionou quarenta divisões de seu Exército próximo à fronteira com a China, com isso reduziu as tensões nas áreas limítrofes à Europa Ocidental. Por outro lado, ambos ainda ofereciam ajuda militar aos movimentos de libertação no Sudeste Asiático (FLOYD, 1984).

Visando combater a influência comunista que vinha, de acordo com os militares de Cuba, China e da URSS, a estrutura de informações no Brasil era fortalecida, em 1969, quando militares do Exército criaram a OBAN (Operação Bandeirante), que segundo Carlos Fico (2001), mostrava fortes indícios de ter sido orquestrada com o planejamento e/ou ajuda estadunidense. No ano anterior, as suspeitas dessa ligação, levaram a guerrilha urbana de

esquerda, em São Paulo, a assassinar o Capitão Charles R. Chandler, que estudava na USP e era veterano do Vietnã. A esquerda brasileira acreditava que o Capitão era um dos conselheiros militares atuando junto aos órgãos de inteligência brasileiros, trazendo *know how* de luta antiguerrilha desenvolvida pelos EUA no Sudeste Asiático (MATOS, 1984a).

Em 1969, Costa e Silva já mostrava os sinais graves da enfermidade, enquanto a impopularidade do seu governo e da ditadura militar crescia. Os militares temiam que um relaxamento na sucessão fortalecesse os grupos armados de esquerda, os quais começavam a obter a atenção da população através de ações ousadas, que expunham as fraquezas da segurança interna, inclusive com o seqüestro do Embaixador dos EUA. Dessa forma, chega à Presidência o General do Exército Emílio Garrastazu Médici, o qual outorga uma nova Constituição e reabre o Congresso e para que este homologue o nome do novo Presidente.

4.1 A Década de 70 e o Estabelecimento da Embaixada Brasileira em Bagdá

O Presidente Médici assumiu o governo em meio do crescimento dos grupos armados de esquerda. A Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e o Comando de Libertação Nacional (COLIMA) abrigavam nas suas fileiras marxistas, que viam no modelo cubano de luta armada a opção a ser seguida, nacionalistas radicais e católicos influenciados pela Teologia da Libertação. Segundo Thomas E. Skidmore (1998), esses combatentes não totalizavam quinhentos. A estratégia da esquerda armada brasileira era baseada na expropriação, sendo os bancos mal guardados os alvos mais atraentes para guerrilheiros despreparados, assim como diplomatas estrangeiros, que mantinham um esquema de segurança sem o rigor que era exigido em regiões de risco como o Oriente Médio, por exemplo.

A guerrilha urbana não alcançou os objetivos esperados, obrigando os seus seguidores a se deslocarem para as áreas rurais, quando passaram a ser combatidos pelas Forças Armadas Brasileiras com a luta de contra-insurreição, que era importada através dos conselheiros estadunidenses, membros das Forças Especiais com *tours* no Vietnã e instrutores na Escola das Américas, e adaptada de acordo com as necessidades e condições requeridas pelo teatro de operações brasileiro.

O cenário internacional mostrava um agravamento na situação do Vietnã, onde os EUA passaram a contar com o auxílio de tropas australianas, neozelandesas, sul-coreanas, tailandesas e filipinas, evocando os acordos assinados anos antes visando ao combate de regimes comunistas regionais ou estrangeiros que ameaçassem o Sudeste Asiático. O Brasil foi sondado pelo governo estadunidense sobre a possibilidade de enviar soldados para aquele país do Extremo Oriente. A sondagem estadunidense foi rechaçada, enquanto o observador militar argentino, em Saigon, Coronel Carlos Torcuato De Alvear (1966), da Força Aérea Argentina, passava a receber o mesmo questionamento, em 1964, quando visitou aquele país asiático. No Oriente Médio, as facções palestinas continuavam a combater o Estado de Israel, sendo apoiadas por países árabes, que forneciam armamentos de fabricação soviética e chinesa a esses grupos.

Em 1970, a FPLP (Frente Popular para a Libertação da Palestina) organizou uma operação, que consistiu no seqüestro simultâneo de vários aviões de passageiros, sendo levados para o deserto jordaniano. A FPLP reivindicava a libertação de vários palestinos das prisões israelenses e européias, principalmente de países aliados dos EUA.

Os aviões das companhias aéreas estrangeiras foram levados para Camp Dawson, uma antiga base britânica, na Jordânia, cercada por guerrilheiros palestinos, que por sua vez foram cercados por pára-quedistas do Exército Real da Jordânia. Os combates começaram após quatro dias de cerco, iniciando o episódio conhecido como “Setembro Negro”. Alguns aviões foram destruídos, porém alguns reféns foram liberados pela ação de tropas jordanianas e outros foram liberados pelos palestinos, porque alguns países, como Alemanha Ocidental, Suíça, Israel e Grã-Bretanha libertaram as lideranças palestinas detidas, como Leila Khaled, solta pela Polícia Britânica, conforme James Lunt (1984b).

De acordo com o autor, a crise instaurada pelo “Setembro Negro” fez com que a região presenciasse o confronto entre tropas sírias armadas, treinadas pelos soviéticos e alemães orientais, e tropas jordanianas armadas, treinadas por britânicos e estadunidenses. No decorrer dos combates do Camp Dawson, as cidades jordanianas com grande número de refugiados palestinos passaram a ser retomadas pelo Exército da Jordânia, que foi atacado por colunas de blindados sírias, que cruzaram a fronteira em apoio aos palestinos. O Iraque permaneceu neutro nesse conflito.

A Jordânia selava, em 1971, a crise iniciada, em 1958, com a intervenção militar britânica. O Rei Hussein expulsou do país os palestinos após vários combates, porém as lideranças palestinas tinham conseguido aquilo que queriam desde o seqüestro dos aviões de passageiros, isto é, prisioneiros palestinos foram libertados de várias prisões, o movimento palestino ganhara as manchetes de jornais do mundo todo e havia rompido os laços com o governo conservador de Hussein. James Lunt (1984a) menciona que o Rei da Jordânia, além das baixas durante o “Setembro Negro”, assistiu à deserção de 5.000 homens de seu exército.

De acordo com o autor citado, esse número surpreendeu Yasser Arafat. Pode-se dizer que os palestinos previam a queda do governo de Hussein com a deserção em massa de seus soldados. Entretanto, a maioria dos soldados se manteve fiel ao monarca. A derrota de Hussein faria com que o ocidente perdesse um aliado importante no Oriente Médio. As tropas sírias abandonaram o território jordaniano, e as unidades palestinas transferiram-se para o Líbano.

As facções palestinas se estabeleceram no Líbano com o propósito de atacar Israel pela fronteira, sem serem atacados pelas forças de segurança libanesas. O país, desde 1958, estava sendo governado por um frágil governo, que apesar de ter membros muçulmanos, era dominado por maronitas.

A Fatah e a OLP tinham como princípio não se envolver em assuntos internos dos países que as abrigavam, mas, no final da década de 1960, essa deliberação não foi respeitada no Líbano. As facções palestinas recebiam grande apoio da população muçulmana e não eram bem vistas pelos maronitas, que se preocupavam com o grande arsenal nas mãos palestinas do país. O primeiro-ministro libanês muçulmano, Abdullah Yafi, foi destituído pelo presidente em represália aos ataques israelenses ao aeroporto de Beirute, isso levou os palestinos a enfrentarem o governo libanês. Em 1969, o Acordo do Cairo era assinado entre o Comandante do Exército Libanês e Yasser Arafat, no qual o governo de Beirute regulamentava a presença palestina no país e colocava os campos de refugiados sob a tutela palestina.

A derrota imposta pelo Exército Jordânico ao movimento palestino levou um grande contingente de refugiados para os acampamentos do Líbano. A Síria era governada pelo partido Baa'th, sob a liderança de Hafez Assad, mantendo os comandos palestinos sob forte

vigilância. Em 1970, a Organização para a Libertação da Palestina contava com os seguintes grupos principais:

Al-Fatah - Liderada por Yasser Arafat, fundada no Kuwait, entre 1957-1958;

ELP (Exército de Libertação da Palestina) - Fundado em 1964, comandado por Abdel Razzaq al-Yiha, estruturado como força militar regular da OLP;

Saiqa (Vanguardas de Guerra de Libertação Popular) - Dirigido por Abu Moussa, mantido pelo Partido Baa'th sírio, fundado em 1968;

FPLP (Frente Popular para a Libertação da Palestina) - Grupo marxista radical, comandado por George Habashe, fundado em 1967-1968.

FDPLP (Frente Democrática Popular para a Libertação da Palestina) - Segmento de extrema esquerda da Frente Popular da Libertação da Palestina, fundada em 1969, comandada por Nayef Hauatmeh;

FPLP-CG (Frente Popular para a Libertação da Palestina-Comando-Geral) - Subdivisão do Comando da FPLP, criada em 1969, sob o comando de Ahmad Jibril;

FLA (Frente de Libertação Árabe) - Grupo apoiado pelo Partido Baa'th iraquiano, criado em 1969, sob a liderança de Abd al-Wahhab al-Kayyalli (REED, 1984, p. 748-751).⁶⁶

O governo iraquiano buscava participar da guerra contra Israel enviando auxílio aos palestinos e, dessa forma, participando do equilíbrio de poder do Oriente Médio, além de procurar parceiros comerciais, pois detinha a segunda maior reserva de petróleo da região, sendo superado apenas pela Arábia Saudita. Por outro lado, segundo Said K. Aburish (2001), Saddam Hussein colocou-se como um oponente de Yasser Arafat, no Oriente Médio. Os escritórios da Fatah, em Bagdá, foram fechados. A posição de Saddam Hussein ia de encontro as resoluções da ONU, levando o governante iraquiano a apoiar o antigo membro da Fatah,

⁶⁶ Saiqa é também a palavra árabe para *raio*.

Abu Nidal, que se voltou contra Arafat e se opôs radicalmente ao líder palestino, que passou a aceitar implicitamente as resoluções da ONU (ABURISH, 2001).

A política externa do governo Médici, segundo Amado L. Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), foi marcada pela autoconfiança que fez com que o Presidente buscasse procurar diminuir a distância entre o Norte e o Sul. Dessa forma, tentava-se a diminuição da dependência tecnológica, a penetração nas áreas de influência e a continuação da imposição da vontade de um sobre os outros. O Ministro das Relações Exteriores levou à ONU essa proposta na abertura da XXV Assembléia Geral, em 1970, conclamando os países membros a buscar uma “[. . .] estratégia dinâmica de desenvolvimento.” (CERVO; BUENO, 2002, p. 401).

A partir de 1971, o Brasil advogava nos foros multilaterais a política da segurança econômica coletiva, que retirava do confronto bipolar e deslocava para o confronto material as possibilidades da paz internacional. Os ricos deveriam, segundo a proposta, não atrapalhar o desenvolvimento e os esforços daqueles que quisessem superar o “[. . .] injusto *status quo*.” (CERVO; BUENO, 2002, p. 402).

Se no âmbito internacional o País buscava estar ao lado dos menos favorecidos, a política interna apresentava um cenário de crescentes problemas na área de segurança. Entre abril e junho do ano anterior, tropas das três armas foram mobilizadas para destruir uma base de treinamento da guerrilha. Por outro lado, em 1971, as forças de segurança conseguiram encerrar as operações de Carlos Lamarca no sertão da Bahia. A guerrilha rural, por sua vez, não superava as forças do governo, sendo nesse mesmo ano, o último dos grupos de guerrilha fora das áreas urbanas era derrotado.

A região amazônica, em 1970, recebeu um grande contingente militar, que desenvolveu a Operação Carajás, visando à detecção de possíveis guerrilheiros na área. Os órgãos de inteligência detectaram a presença de três membros de grupos de esquerda entre os caboclos da região desde 1967. A tática dos três guerrilheiros era ganhar a confiança da população local, porém o desenvolvimento da região centro-oeste, através de investimentos estrangeiros e nacionais, levou à construção da Transamazônica, que tangenciava a área escolhida pelo grupo para deflagrar as operações contra o governo. A área foi abandonada,

sendo escolhida aquela entre os estados do Pará e Goiás, a região de Xambioá, que facilitou a atuação das unidades do Exército na busca e captura dos guerrilheiros (MATOS, 1984b).

Em 1971, o Iraque, que havia assinado o TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear) em 1968, e o ratificado em 1969, começava secretamente a rompê-lo, quando iniciou o seu programa nuclear, a cargo da Comissão de Energia Atômica do Iraque, sob a presidência de Khidir Hamza. As instalações ficavam em Al-Tuwaita. A entrada de Hamzi no projeto ocorreu através do contato com dois membros do Partido Baa'th Moyesser Al-Mallah e Husham Sharif, ambos solicitaram a Khidir Hamzi que desenvolvesse planos para o desenvolvimento de armas nucleares. Dessa forma, deveriam ser buscadas tecnologias, técnicas e infra-estrutura para que fosse criado um arsenal nuclear. O programa seria mantido por fundo criado pelo Vice-Presidente do Iraque e Vice-Presidente do Comando do Conselho da Revolução: Saddam Hussein (Iraq's Nuclear Weapons Program from Aflaq to Tammuz, 2006, *online*).

Durante o governo Médici, o AI-5 silenciou as críticas ao programa nuclear brasileiro, sendo que o presidente, ao assumir, declarou que o Brasil daria passos decisivos para a “[. . .] construção da primeira central núcleo-elétrica com finalidade comercial.” Na mensagem, estabeleceu-se que a construção da usina seria no município de Angra dos Reis (RJ) e a potência da central nuclear seria de 500 MW. A opinião dos cientistas sobre essa central era que o País deveria construir o seu próprio reator, ao invés de comprá-lo (MALHEIROS, 1996, p. 53).

A ascensão dos militares ao governo fortaleceu as estatais ligadas à área nuclear, os *nucleocratas*, funcionários civis e membros das Forças Armadas veiculavam na imprensa informações sobre problemas energéticos que seriam enfrentados pelo Brasil na década seguinte, com o intuito de iniciar a construção de Angra I. A empresa estadunidense Westinghouse, que se aliou à Empresa Brasileira de Engenharia (EBE) vendeu ao País o Pressurized Water Reactor (PWR), após ter vencido a concorrência estabelecida por Furnas. O Exibank concedeu à Furnas o crédito de US\$ 138 milhões. Em 1971, o governo Médici criou a CBTN (Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear), que era uma empresa de economia mista subsidiária da CNEN. A missão da CBTN era adquirir conhecimento total sobre o ciclo do combustível.

O Brasil assinou, em abril de 1972, o acordo com a Westinghouse para a compra de equipamento, além de autorizar a companhia estadunidense a fabricar o combustível nuclear para Angra I. A obra ficaria pronta, aproximadamente em outubro, sendo que deveria passar pelo controle da AIEA. O combustível de urânio, enriquecido de 2,5% a 3,5%, seria oriundo da África do Sul, com a Grã-Bretanha transformando-o em hexafluoreto, isto é, o urânio em forma de gás e, finalmente, receberia o enriquecimento com tecnologia estadunidense (MALHEIROS, 1996, p. 54).

Em 1972, o governo brasileiro passou a enfrentar os guerrilheiros na área de Xambioá, enquanto era planejada a inserção brasileira em países do Oriente Médio. Mário Gibson Barboza era enviado ao Egito e a Israel no ano seguinte. Por outro lado, o Itamaraty já havia criado, em 1969, o Loarabe (Grupo de Coordenação do Comércio com Países Árabes), que auxiliava órgãos interessados em adquirir petróleo, comercializar produtos e oferecer serviços.

O ano de 1972, no Oriente Médio, foi marcado pela assinatura do acordo militar entre Iraque, governado pelo Partido Baa'th e URSS e pela nacionalização da IPC (Iraqi Petroleum Company). O Tratado de Amizade e Cooperação, no seu Artigo 1º, deixava claro que a função desse acordo era desenvolver a extensa cooperação entre os dois países nas áreas econômica, comercial, científica, técnica e em outros campos, porém com base no respeito à soberania, à integridade territorial e não interferência nos assuntos internos de ambas partes (LIBRARY of Congress Country Studies, 2005, *online*).

Dessa forma, o Partido Baa'th deixava claro que não toleraria a atuação do PCI, pois estava vedada a influência soviética no partido, visto que a derrota imposta aos comunistas iraquianos com a ascensão do Baa'th, em 1968, deixava claro que não haveria condições de reorganização partidária. A definição de Fuad Matar sobre o não alinhamento do Iraque ao marxismo vinha com a frase “Maomé chegou antes de Marx.” (ABURISH, 2001, p. 119). Ficava claro que no país não haveria a síntese pretendida pelos soviéticos em países muçulmanos.

De acordo com Carl Schmitt (1992, p. 51) o tratado assinado pelo Iraque e pela URSS mostrou que dentro do Realismo é perfeitamente útil a cooperação com o inimigo político-

ideológico, visto que os líderes religiosos sunitas e xiitas iraquianos concordavam quando chamavam o comunismo de “[. . .] inimigo infiel [. . .]” e que o Partido Baa’th não poupou esforços para dismantelar a organização do Partido Comunista Iraquiano, de tendência soviética.⁶⁷ A partir de então vários conselheiros militares soviéticos foram enviados a Bagdá, visto que, pelo tratado, uma grande quantidade de material bélico soviético foi enviada para o Iraque. De acordo com a Central Intelligence Agency (CIA), o número de conselheiros militares soviéticos no Iraque não passava de 120 em 1967. No início da década de 1970, havia quase o mesmo número de assessores militares soviéticos no Peru, em função do acordo militar entre ambos os países.⁶⁸

Tanto para Saddam Hussein quanto para Ahmad Hassan Bakr o acordo com a URSS era de extrema importância para o Iraque, de acordo com o documento da Biblioteca do Congresso dos EUA, porém havia a preocupação de estar tão próximo à área de influência de Moscou devido à dependência do fornecimento de armas. Ideologicamente, o Iraque não se aproximaria de nenhuma grande potência, conforme estava assinalado na criação do Partido Baa’th, mantendo-se fiel a sua condição de não-alinhado (BENGIO, 1998). A crise de 1973 aproximou o Iraque da Europa Ocidental, do Japão e dos EUA, isso fez com que o país contrabalançasse a aproximação soviética nos laços comerciais com países capitalistas, fazendo alcançar as premissas para o não-alinhamento. A aproximação européia abriu a possibilidade para o Iraque encontrar na França um novo fornecedor de armamentos.

A aproximação do Iraque à URSS mostrou que tanto Moscou quanto Washington investiam no equilíbrio de poder na região. A URSS armava o Iraque, enquanto os EUA enviavam ao Xá todo o armamento necessário para enfrentar aos aliados dos soviéticos nas suas fronteiras. A Síria e o Egito também eram equipados pelos soviéticos, enquanto a Turquia e Israel contavam com material bélico dos arsenais estadunidenses.⁶⁹ Dessa forma,

⁶⁷ “O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio, não tem que surgir como concorrente econômico, podendo até mostrar-se proveitoso fazer negócios com ele.” (SCHMITT, 1992, p. 51-52).

⁶⁸ A CIA relata que 115 conselheiros soviéticos estavam no Peru, porém, o auge da cooperação soviético-peruana mostrou 150 assessores soviéticos no Peru em 1980, 125 em 1982, e 150 em 1983. Os dados sobre o Peru mostram números superiores de conselheiros militares em um período sem guerras internacionais na América do Sul, envolvendo as Forças Armadas Peruanas. São números bastante significativos se comparados ao de conselheiros no Iraque, durante a Guerra de 1967, que conflagrou o Oriente Médio (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1987, *online*).

⁶⁹ Para equilíbrio de poder, adota-se a definição de Silva e Gonçalves (2005, p. 69).

os países beligerantes da região evitaram que seus oponentes alcançassem a posição de domínio ou afetasse seriamente a soberania uns dos outros. Segundo João Pontes Nogueira e Nizar Messari (2005), o mecanismo de balança (equilíbrio) de poder estabelece alianças militares, que contemplam o interesse nacional das partes envolvidas.

No âmbito da teoria das Relações Internacionais, o tratado assinado entre a URSS e o Iraque pode ser visto como o *stag hunt* (*a caça ao veado*), isto é, cooperar tem um custo e pode ser difícil, mas o ganho para ambos pode ser muito maior. Se não houvesse a cooperação entre os dois países ocorreria a redução do custo, assim como reduziria o lucro alcançado, conforme Robert Jervis (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

O acordo militar entre o Iraque e a URSS, pode também ser analisado através da Teoria dos Jogos, que de acordo com Eduardo Saldanha (2005), os dois jogadores envolvidos têm um resultado positivo. O *status quo* foi alterado, uma vez que o Xá passou a ter no Iraque, equipado por Moscou, um oponente à altura de suas Forças Armadas, equipadas pelos EUA. Por sua vez, a URSS passou a tomar parte do equilíbrio de poder na região contenciosa de Shatt al-Arab (SALDANHA, 2005). No mesmo ano em que era assinado o acordo militar com a URSS, o Conselho da Revolução do Iraque aprovava o programa nuclear através de Saddam Hussein. Por outro lado, como signatário do TNP, o país não poderia comprar um reator nuclear e ficar sem ser inspecionado a cada dois anos pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Enquanto o acordo militar entre URSS e Iraque trazia dividendos para ambos, o Egito de Anwar Sadat expulsara os conselheiros soviéticos, visto que ficou comprovada a inferioridade do material bélico soviético operado pelos árabes em comparação aos equipamentos estadunidenses e franceses operados pelos soldados israelenses, segundo Kenneth R. Timmerman (1992). O desempenho dos armamentos soviéticos deixou os outros líderes árabes, que combatiam Israel, em alerta (TIMMERMAN, 1992).

O Brasil exportava cada vez mais para a América Latina e buscava abrir mercados na África e no Oriente Médio. Não eram apenas produtos manufaturados que entravam na pauta de exportação brasileira, mas capitais e serviços que pressionavam a inaugurar nessa área a concorrência com os EUA, Europa Ocidental e Japão. Deve-se notar que o Governo Médici

não apenas manteve e desdobrou as orientações da diplomacia e da prosperidade, como enviou o seu Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, à África. O Chanceler brasileiro deixa claro duas metas da política externa do governo Médici: abertura de uma fronteira em nossa política externa, e a intensificação de nossas relações ao mesmo tempo com Israel e os países árabes (BARBOZA, 1992).

É interessante notar que o Ministro das Relações Exteriores de Médici, na sua visita ao continente africano, busca os três países nos quais Jânio Quadros instalou as três embaixadas no seu governo. Senegal, Nigéria e Gana não apenas ocupavam um importante lugar na política africana, mas em movimentos internacionais. Gana era muito respeitada no Movimento Não Alinhado, sendo que Nkruma foi um dos seus defensores mais aguerridos, além de desempenhar, segundo o Chanceler brasileiro, uma ativa militância radical na Organização da União Africana (OUA) e na Organização das Nações Unidas (ONU) (BARBOZA, 1992).

No Senegal, o motivo principal da visita era o encontro com o respeitado intelectual e então presidente Leopold Senghor, e na Nigéria, as conversações estavam relacionadas aos laços culturais e ao petróleo. O Brasil cruzava comercialmente a fronteira africana, trazendo benefícios ao País, além de projetá-lo como modelo para a África. . Outro país visitado foi o Gabão, único país da África Subsaariana a comprar transporte da tropa EE-11 “Urutu”, fabricado pela ENGESA a partir de 1974, conforme o “*The Military Balance 1997-1998*” (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 1997). Por outro lado, o Oriente Médio ainda era um mundo a ser descoberto, desvelado à indústria brasileira.

A crise do petróleo ocasionada pela guerra de 1973 fez com que vários países se voltassem para o Oriente Médio, a fim de assegurar o fornecimento do produto. A Guerra do Yom Kippur foi uma surpresa para as Forças de Defesa de Israel, que viram o seu território ser atacado pelas forças armadas egípcias e sírias simultaneamente. Conforme Daniel Yergin (1992, p. 613), as superpotências tinham armado as forças beligerantes no Oriente Médio, porém o petróleo era, de fato, a arma que causaria os maiores problemas para a economia mundial, segundo Henry Kissinger “[. . .] alterava irrevogavelmente o mundo, conforme se desenvolveu no período pós-guerra.” A tática dos países árabes, em relação ao petróleo, foi tão surpreendente quanto aquela adotada pelos exércitos árabes contra Israel. O embargo do

produto foi visto no Ocidente como uma surpresa, deixando as economias em choque. Os países membros da OPEP vendiam seu produto sem controle de qualidade, por exemplo, a Líbia vendia petróleo com baixo teor de enxofre.

Não havia mais capacidade de reserva, o mercado, em 1973, segundo Daniel Yergin (1992) estava ativo e faminto. Os países mais radicais da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) - Iraque, Argélia e Líbia - pressionavam a Organização para que fossem revistos os Acordos de Teerã e de Trípoli (YERGIN, 1992).⁷⁰

Em 1973, o Brasil, como a maioria dos países, assistiu ao primeiro choque do petróleo provocado pela redução da oferta do produto pelos países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), fazendo com que os preços sofressem vertiginosos aumentos. A política, que estabelecia a troca de armas por petróleo, implantada pelo Brasil, passa a colher os seus frutos. A posição iraquiana em nacionalizar o seu petróleo, quebrando o boicote das *sete irmãs*, trouxe para o governo iraquiano o apoio brasileiro naquele mesmo ano (LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1979b).⁷¹

Moniz Bandeira (1989, p. 200) chama a visita do Chanceler brasileiro à África e ao Oriente Médio como a “[. . .] ofensiva sobre a África e o Oriente Médio, visando conquistar mercados para manufaturas e garantir fontes de suprimento de petróleo [. . .].” A investida obtém resultado com a abertura de embaixadas brasileiras em Riad e em Bagdá no final de 1973. Ainda nesse ano, era assinado um acordo de cooperação comercial com o Iraque. No ano seguinte, o Iraque já superava a Arábia Saudita como o maior fornecedor de petróleo cru ao Brasil (GARCIA, 2000a).

Apesar de abrir a embaixada em Bagdá somente em 1973, o Brasil já havia assinado o acordo comercial com o Iraque em 1971, que estabelecia a cooperação mútua entre as

⁷⁰ O Acordo de Teerã finalizava o princípio do meio a meio, que vigorou por duas décadas. Em 14 de fevereiro de 1971, o Acordo passou a estabelecer que os governos receberiam 55% do valor do barril de petróleo, que era reajustado em US\$ 0,35. Havia sido estabelecido que poderiam ocorrer outros aumentos anuais. O Acordo de Trípoli (2 de abril de 1971) visava ao aumento dos rendimentos dos membros mediterrâneos da OPEP - Líbia e Argélia -, por outro lado Arábia Saudita e Iraque aliaram-se aos pedidos dos dois primeiros, pois também abasteciam a Europa mediterrânea através de oleodutos. Nesse acordo, ficou estabelecido que a Líbia aumentaria em 50 % os seus investimentos com o petróleo, o que foi prontamente acatado pelos compradores internacionais.

⁷¹ São conhecidas como as sete irmãs: British Petroleum, Exxon, Texaco, Mobil, Chevron, Shell e Gulf.

empresas estatais de petróleo. O acordo também previa a associação para exploração e produção de petróleo. O diferencial nesse tratado era a condição que o Brasil oferecia ao Iraque, isto é, após o sexto ano de trabalho brasileiro nos campos de petróleo, a INOC (Iraqi National Oil Company) assumiria o controle do campo ou campos que estivessem operando. Estabeleceu-se que a exploração seria de sete anos, prorrogáveis para vinte a partir do início da produção comercial. Os investimentos e gastos eram de responsabilidade da Braspetro, que somavam US\$ 30 milhões, que eram considerados empréstimos a INOC, com direito de reembolso até a sua entrada no campo de produção (LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1979a).

O Iraque passava a experimentar um regime de cooperação na área petrolífera que até então não havia conhecido, visto que, desde a entrada dos britânicos na região para exploração desse produto, o país sempre esteve em desvantagem no recebimento dos dividendos que a venda do petróleo gerasse. Brasil e Iraque, na qualidade de potência média, iniciavam uma cooperação dentro do Realismo, que mostrava nitidamente um resultado positivo se fosse analisada pela Teoria dos Jogos.

Se econômica e diplomaticamente o Brasil passava a ser bem aceito no Oriente Médio, na América Latina o País passava exportar doutrina militar enviando conselheiros militares não apenas para o Paraguai, mas também instrutores para as escolas de formação de oficiais e de estado-maior de Honduras, da Guatemala e de El Salvador.⁷² O Brasil passava a se colocar como potência média na região, naturalmente que com o aval estadunidense, conforme Therezinha de Castro (1986).⁷³

Não havia como forçar a entrada na região do Oriente Médio no comércio do petróleo, assim como na sua exploração, pois desde o início dos anos 70, segundo Leonardo Attuch, “[. . .] os ventos da nacionalização varriam toda a região.” (2003, p. 20). A OPEP majorou os

⁷² A transferência destes instrutores passou a ser regulamentada primeiramente pela Lei Nº5.809 de 10/10/1972 e posteriormente pelo Decreto Nº 71. 733 de 18/01/1973 (BRASIL, 1973).

⁷³ “As nações de 2º nível abrangendo a Nigéria, a Índia e agrupando no Novo Continente o Canadá, o México, a Venezuela e o Brasil, já podem competir diretamente com as potências de 1º nível dentro de sua região ou reduto geopolítico [. . .] Assim, enquanto as potências de 1º nível têm alcance mundial, as do 2º nível combinam extensões regionais e interregionais. As nações de 2º nível, como o Brasil, se esforçam para conseguir não só a independência econômica como também a militar que as pretende aos Estados de 1º nível; procuram, assim, em suas diretrizes geopolíticas ter uma ação madura em relação ao eixo leste-oeste geoestrategicamente organizado.” (CASTRO, 1986, p. 31-32).

preços do petróleo em 300% em uma operação orquestrada pelo Irã. O Ocidente caía de joelhos diante dos países do Oriente Médio. No Iraque, Saddam Hussein acompanhava as campanhas de nacionalização do petróleo deflagrada na região, que conquistavam seu apoio ao expulsar as multinacionais. A resposta dos tradicionais fornecedores de armas não tardou, levando os EUA e a Grã-Bretanha a boicotar Bagdá, enquanto o Brasil fornecia armas às Forças Armadas Iraquianas. O regime de Bagdá, ciente do valioso e grande poder de barganha que tinha nas mãos, buscou furar o bloqueio fazendo acordos com outros países.

Saddam Hussein, em 1973, decidira que o Iraque não se submeteria às exigências da Agência Internacional de Energia Atômica. Os três encarregados pelo projeto nuclear iraquiano, Al-Mallah, Hamzi e Hisham Al-Shawi foram enviados a Viena para formarem um *lobby* a favor do Iraque na Agência. A missão deles era obter uma vaga na direção da AIEA, sendo realizada com sucesso. O próximo objetivo foi a instalação, na embaixada iraquiana, em Viena, de uma seção de inteligência, a que ficaria a cargo do “adido científico”, Suroor Mahmoud Mirza, o irmão do guarda-costas mais antigo de Saddam Hussein (IRAQ’S Nuclear Weapons Program from Aflaq to Tammuz, 2006, *online*). A Comissão de Energia Atômica do Iraque foi transferida para o Conselho da Revolução, ficando sob a presidência de Saddam Hussein, sendo que o subdiretor escolhido era oriundo do partido Baa’th, Khalid Ibrahim Saeed.

A escolha do Iraque não aleatória, segundo Ramiro Saraiva Guerreiro (1992, p. 179) confirmou: “O governo brasileiro não parou de repente para fazer uma opção política de estreitar relações com o Iraque. Acontece que, de todos os países enriquecidos pelo petróleo, o Iraque foi o único receptivo aos prestadores de serviços brasileiros, num momento em que nossas firmas, estando com o mercado interno paralisado, buscavam saídas no exterior.”

A entrada brasileira no Iraque ocorre principalmente pela busca de novos fornecedores de petróleo. O Iraque, em função dos constantes aumentos dos preços do petróleo, na década de 70, buscou se colocar na liderança dos países do Oriente Médio. O país era governado por Saddam Hussein, que ascende à liderança do Iraque e do Partido Baa’th através de uma sucessão de golpes. Naturalmente que a segurança do país e do seu regime eram pontos primordiais para atrair os investimentos do Governo Brasileiro. As duas ditaduras

desenvolvem uma relação dentro daquele paradigma estabelecido pelo Realismo, instaurando o poder do Estado na condução da política externa.

Tanto no Brasil quanto no Iraque os governantes enfrentavam resistência. Na área amazônica, a guerrilha de esquerda forçava as Forças Armadas Brasileiras a se envolverem em uma desgastante guerra de guerrilhas. No Iraque, os insurgentes curdos também obrigavam as forças do governo ao enfrentamento, nas montanhas ao norte, sendo muito mais eficazes que os guerrilheiros brasileiros. Segundo Charles Tripp (2003), a campanha deflagrada pelos curdos contra o governo iraquiano foi amparada pelo governo iraniano, que era o maior aliado que os EUA tinham próximo ao Iraque. O governo estadunidense, segundo o autor britânico, não estava aceitando o acordo entre URSS e Iraque, dessa forma pressionava Teerã a fornecer ajuda militar aos curdos.

Era imperativo para o governo iraquiano que a guerrilha curda fosse derrotada, pois os combates afetavam a região petrolífera de Kirkuk. Os curdos conseguiram um cessar-fogo, que impunha condições ao governo iraquiano como o reconhecimento da nacionalidade e autonomia curdas em um prazo de quatro anos, além da indicação de um curdo para a vice-presidência.

A campanha de 1973 contra Israel fez com que fosse assinado um acordo de forma precipitada entre o Iraque e o Irã, pois o governo de Bagdá temia pela fronteira oriental. O tratado fazia com que as Forças Armadas Iraquianas se preocupassem somente com a frente ocidental.

Charles Tripp (2003, p. 217) mostra que existia, no Iraque, “[. . .] o aparelho de segurança especial do partido [. . .]”, “[. . .] o serviço de segurança presidencial [. . .]”, além do “[. . .] serviço de segurança pública do Estado.” A segurança mantinha o líder e o Estado protegidos das populações curdas e xiitas, as quais eram constantemente vistas por Saddam Hussein como inimigas do regime. Os xiitas eram vistos como inimigos do secto semita, do qual provinha Saddam Hussein, e os curdos lutavam pelo estabelecimento de um Estado independente que tomaria regiões da Turquia, Síria e Iraque, ao norte, enquanto os xiitas organizavam sua resistência ao sul, que é descrita por Charles Tripp (2003, p. 25) “[. . .] como a maior frente da população iraquiana.”

A política externa do governo Médici e depois do governo Geisel mantinham acordos com países como Nigéria, Argélia, Angola e Iraque, sendo que estes últimos não eram favorecidos pelos EUA. Os governos militares buscavam trocar armas por petróleo, visando manter viva a “condição de Brasil potência”. Essa entrada de artefatos bélicos, nesses países, certamente abriria caminho para outros produtos. A ascensão do Governo Geisel traz o Pragmatismo Responsável a partir de 1974, isto é, a ênfase na promoção de interesses comerciais na abertura de novos mercados (GARCIA, 2000a, p. 155). A venda de armamentos para o Iraque transformou-se em uma excelente fonte de renda para a indústria bélica nacional, uma vez que o Iraque armava-se contra os curdos, que voltaram ao combate em 1974, e contra o Irã, visto que as questões relativas a Shatt al-Arab ainda não haviam chegado ao termo.

O governo Geisel ascende visando a manutenção da ordem interna, para isso, desenvolve uma grande operação militar, na região de Xambioá, para a eliminação do foco guerrilheiro, seguindo as operações do governo Médici. Em junho de 1974, os guerrilheiros são derrotados por tropas das Forças Armadas Brasileiras, encerrando o ciclo da guerrilha no Brasil.

Países como Brasil, Itália, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e depois, França, Espanha, Alemanha Oriental e Hungria importaram o petróleo do Iraque. O Brasil decidiu não acatar o embargo do eixo Washington-Londres por ordem do Presidente Médici e do presidente da Petrobrás, Ernesto Geisel, que, em 1974, chegaria à Presidência da República. A ação do Brasil recebe a gratidão iraquiana, a qual permite que produtos manufaturados de outros países possam chegar ao país ao serem trocados por petróleo, cuja reserva iraquiana tem comprovadamente duração de 130 anos, mesmo com seus custos de extração permanecendo baixos. Médici colocava em prática a diplomacia do interesse nacional.

A necessidade iraquiana de encontrar novos fornecedores de armamentos residia nos conflitos de fronteira que foram deflagrados em 1974, entre unidades iraquianas e iranianas. O acordo assinado, em 1973, deixou exposta a sua fragilidade, levando ambas partes a solicitarem mediadores da Organização das Nações Unidas. O Irã levou o governo de Bagdá a um envolvimento crescente na região curda. As baixas do Exército Iraquiano iam

aumentando, à medida que reservistas iam sendo convocados e os gastos militares passavam a consumir as reservas do governo iraquiano.

A Petrobrás, na década de 70, se preparou para enfrentar o choque do petróleo. Seria inevitável o embate entre os países produtores de petróleo e as companhias multinacionais. A Braspetro, a subsidiária internacional da Petrobrás, é criada para prospectar petróleo em regiões de risco. Os focos principais foram a Argélia, onde a Petrobrás descobriu a maior jazida no exterior, a Líbia e o Iraque, todos já compradores de armas brasileiras. Foi em 1974, no sul do Iraque, no delta dos rios Tigre e Eufrates, que foi descoberto um campo petrolífero com 10 bilhões de barris, segundo Leonardo Attuch (2003, p. 21) “[. . .] uma quantidade equivalente a toda a reserva anual do Brasil.” A região de Majoon valia algo em torno de 70 bilhões de dólares. A descoberta de petróleo também aproximava mais a Petrobrás da Iraq National Oil Company (INOC), a qual levou a novas prospecções nas regiões de Basra, Falluja, Bagdá, e Ali Gharbi, que totalizavam 7.600 quilômetros quadrados a serem explorados (SILVA, 1976).

De acordo com Luiz Augusto Souto Maior (1996, p. 356), Geisel busca o “[. . .] ecumenismo [. . .]”, isto é: “[. . .] traduzir-se, pois, num esforço deliberado para preencher vazios diplomáticos totais ou parciais, sem preconceitos ideológicos, à luz dos interesses do país.”

Foi exatamente a crise do petróleo que deixou claro esses vazios, dessa forma cabia ao Brasil, de forma imperativa, assegurar fontes de abastecimento estável e ampliar os mercados para os produtos brasileiros. O crescente relacionamento com os países árabes, não apenas com o Iraque, mostra que o Brasil busca fortalecer a sua posição diante dos EUA, apesar do treinamento militar ainda estar vinculado a Washington.

A crise do petróleo de 1973 também afeta o programa nuclear brasileiro. Primeiramente a energia nuclear seria a “[. . .] grande resposta americana [. . .]” ao embargo do petróleo dos árabes (MALHEIROS, 1996, p. 54). Entretanto, os primeiros sinais da crise fizeram com que Washington suspendesse o fornecimento de combustível para as usinas brasileiras. A alternativa foi a assinatura entre Brasil e Alemanha do Acordo de Cooperação do Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear em 1975. No mesmo ano, o

Presidente Geisel denuncia o acordo militar com os EUA, congelando as relações militares entre os dois países. A política interna de Geisel mostra:

O pragmatismo responsável incluía ‘o fatalismo dos alinhamentos automáticos ou apriorísticos’, o que significava a franca retomada das diretrizes de Quadros e Goulart, tendência esta já manifestada pela diplomacia da possibilidade, ao mesmo tempo de Costa e Silva, e atenuada, embora não suprimida pelo Governo Médici. (BANDEIRA, 1989, p. 22).

Como alternativa à posição estadunidense de suspensão de fornecimento de combustível nuclear ao Brasil, o governo Geisel passou a importar o urânio enriquecido da África do Sul para Angra I. Nos EUA, o governo Carter assinava o “Ato de Não Proliferação”, que proibia a venda de qualquer tipo de material para qualquer atividade na área nuclear aos países que não tinham assinado o TNP, assim a indústria nuclear estadunidense começava a apresentar quedas nas exportações dos reatores.

A propaganda voltava a ser usada pelo governo para justificar a compra de outras usinas nucleares. Como os EUA mantinham uma vigilância constante sobre as questões estratégicas brasileiras, o não fornecimento de combustível estadunidense permitiu que a Alemanha se aproximasse do Brasil para firmar acordos na área nuclear (BANDEIRA, 1989). Outros países haviam sido sondados para o fornecimento de combustível: a França, os EUA e a Alemanha. Por outro lado, na Alemanha, a opinião pública criticava fortemente o programa nuclear alemão.

A própria posição estadunidense aproximava o Brasil de um novo parceiro na área nuclear, a legislação dos EUA, além do Plano Baruch⁷⁴, não aceitava que tecnologia nuclear fosse repassada a países do Terceiro Mundo, especialmente se estes não fossem signatários do TNP. Se a legislação estadunidense não privilegiava o Brasil, o País também tinha restrições sobre as propostas das duas empresas dos EUA: a Westinghouse e a General Electric, que

⁷⁴O Plano Baruch propunha a criação da Autoridade Internacional de Desenvolvimento Atômico, com penalidades e sanções para os países que o infringisse, eliminando também o direito de veto para proteger o Estado que violasse o acordo. A primeira providência do Plano seria o controle internacional e, posteriormente, o desarmamento. O Plano previa a eliminação dos arsenais nucleares, porém não mencionava a destruição das mesmas, que seriam transferidas para o controle da Autoridade Internacional, na qual a influência dos EUA seria predominante (MARZO; ALMEIDA, 2006).

segundo Odete Maria de Oliveira (1999) não atendiam a todos os interesses brasileiros. A autora coloca que essas empresas não instalariam usinas de enriquecimento e de reprocessamento de combustível, dessa forma o Brasil continuaria dependente de fornecedores estadunidenses para a prestação de serviços essenciais.

Se os EUA já haviam se retirado das negociações, restavam ao Brasil os contatos com a França e com a Alemanha. A França já havia fornecido tecnologia nuclear a Israel nos anos 50. O governo francês, por sua vez, estava preso a questões contratuais com a própria Westinghouse e, dessa forma, não poderia comercializar os produtos dessa empresa no mercado internacional. Restou à Alemanha, que anteriormente já fornecera ao Almirante Álvaro Alberto Mota e Silva, três centrifugadoras (MARZO; ALMEIDA, 2006, p. 142).

A Alemanha apareceu como o único país disposto a transferir tecnologia nuclear para o Brasil. Por outro lado, o programa nuclear alemão, entre 1972 e 1973, sofreu vários acidentes e suas centrais nucleares mostraram defeitos. A posição estadunidense também afetava as usinas alemãs, isto é, o corte no fornecimento de urânio fez com que dez usinas alemãs ficassem paradas. Sendo um país pobre em recursos naturais na área nuclear, a Alemanha aproximou-se do Brasil para explorar as reservas de urânio nacionais, visto que foi enviado um grupo de cientistas alemães, a fim de estudar a condição dessas fontes. Segundo Odete Maria de Oliveira (1999), os resultados dessa exploração nunca foram publicados, porém, na opinião da autora, deve ter sido satisfatório.

Em 1974, a Nuclebrás (Empresas Nucleares Brasileiras) era criada com a função de suceder a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN). A nova empresa teria a tarefa de gerenciar o desenvolvimento de Angra II e Angra III, que já tinham sido compradas da Alemanha. As duas usinas seriam construídas no Rio de Janeiro, enquanto se planejava construir uma quarta usina em Peruíbe, São Paulo. Essa empresa possuía várias subsidiárias, sendo que a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. tinha 75% de capital nacional e 25% alemão. As pressões internacionais, que se abateram sobre o Acordo, não eram exclusivamente estadunidenses, a Holanda exigiu que a tecnologia de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação fosse retirada do Acordo Brasil-Alemanha (MALHEIROS, 1996).

Em 1975, o Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira chegava a Bonn para assinar o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, onde encontrou manifestações do movimento *Energia Nuclear? Não, obrigado*, iniciado em 1973. É interessante notar, que segundo Christian Lohbauer (2000), a Alemanha já havia enviado, em maio daquele ano, aos EUA e à Grã-Bretanha um documento que ratificava o Acordo de Não-Proliferação de Armas Atômicas. Por outro lado, a Alemanha alegava que as pesquisas para fins pacíficos não poderiam ser atingidas pelo Tratado, assim Brasil e Alemanha puderam assinar o Acordo. O artigo segundo desse Acordo, conforme o autor, garantia que os signatários reconheciam os princípios do TNP, apesar de o Brasil não ter assinado esse Tratado de Não-Proliferação. O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha era assinado e estava sob o controle da AIEA. Naquele mesmo ano, o Iraque repatriava o físico nuclear Jafar Dhia Jafar, o qual havia trabalhado em Londres e em Genebra, cuja família fazia parte do círculo de poder coordenado por Saddam Hussein (IRAQ'S Nuclear Weapons Program from Aflaq to Tammuz, 2006, *online*).

O Iraque não contava apenas com os armamentos soviéticos, a França, segundo Library of Congress Country Studies (2005, *online*), passava, após 1975, a ser o segundo maior fornecedor de material bélico para as Forças Armadas Iraquianas. A França buscava melhorar suas relações com os países árabes e garantir o abastecimento de petróleo. A intenção francesa era estabelecer uma ponte político-militar entre Paris e Bagdá.

O governo Geisel passava a receber pressões do governo dos EUA para romper o Acordo Nuclear com a Alemanha. O vice-presidente estadunidense, Walter Mondale, foi a Bonn pressionar o governo alemão, enquanto o secretário de Estado adjunto, Warren Christopher, desempenhava a mesma função junto ao governo brasileiro. Parcialmente, a investida estadunidense obtém sucesso devido à pressão holandesa na cláusula sobre a centrifugação.

No âmbito científico, enquanto Brasil e Iraque buscavam ampliar os seus programas nucleares, no Oriente Médio, o Canal de Suez era reaberto, em 1975, com a retirada de tropas israelenses da sua margem oriental. Por outro lado, a Guerra Civil Libanesa era deflagrada naquele mesmo ano. O Líbano mostrava uma fragilidade política, que já havia levado à intervenção dos EUA em 1958, porém com a expulsão dos palestinos da Jordânia, após os combates, no início da década de 1970, a fraqueza libanesa em lidar com vários grupos

armados no seu território, permitiu que os palestinos se aliassem aos muçulmanos, os quais eram relegados a segundo plano na política local. Os acordos firmados pela minoria cristã maronita e a maioria palestina mostravam uma existência efêmera, levando sempre o poder de volta às mãos das famílias cristãs, as quais foram privilegiadas pelos antigos colonizadores franceses. Por sua vez, os palestinos voltaram a romper o seu compromisso, como já tinham feito na Jordânia, e tomaram parte de lutas internas em países que os abrigavam.

O conflito foi iniciado a partir da disputa do monopólio do pescado, que estava com os maronitas, especificamente com a família do ex-presidente Camille Chamoun. Este era, segundo Robin Corbett (1984a), um típico conflito libanês envolvendo economia, religião, política e a questão social. A composição maronita do governo libanês reprimiu o confronto com a utilização do Exército e o posterior bombardeio de Sidon com o uso da artilharia. Um cessar-fogo foi estabelecido, não agradando Pierre Gemayel, líder da Falange maronita de orientação fascista. O crescimento da população muçulmana fez com o objetivo maronita fosse a eliminação dos grupos organizados muçulmanos, que passaram a receber o apoio palestino.

Os maronitas queriam forçar os palestinos a entrar no conflito, dessa forma massacraram 27 passageiros palestinos de um ônibus. A estratégia maronita era envolver os palestinos nos combates, uma vez que os palestinos passassem a lutar, isso justificaria a entrada do Exército Libanês nos combates para auxiliar os maronitas libaneses. O Autor britânico classificou de emaranhado libanês o número de facções e a quantidade de interesses que estavam em disputa no conflito. Além de milicianos maronitas e as várias facções palestinas, grupos de muçulmanos sunitas, xiitas, cristãos grego-ortodoxos, muçulmanos drusos, armênios e protestantes compunham esse emaranhado.

A Guerra Civil, no Líbano, proporcionou que os países da região viessem a desempenhar um papel na geopolítica do conflito, assim como vários países de fora do Oriente Médio o fizeram direta ou indiretamente. A Síria se envolveu no conflito, em 1976, a pedido do presidente maronita libanês. O primeiro combate dos sírios foi contra unidades da OLP, o que levou Yasser Arafat e Hafez Assad a estabelecerem um cessar fogo, o que foi proposto também pela Liga Árabe, em reuniões no Egito e na Arábia Saudita. A Liga decidiu enviar uma força de paz para o Líbano. O Iraque e a Líbia, além da própria Síria, equipavam e

enviavam recursos financeiros para grupos de orientação baathista no país, porém cada um com a sua própria visão do baathismo.

Conforme Dilip Hiro (1998), a Liga Árabe enviou, em outubro de 1976, a Arab Deterrent Force (ADF), composta por contingentes da Síria, Arábia Saudita, Sudão, Iêmen do Sul, Líbia e Emirados Árabes Unidos. A Força passou a se envolver em combates esporádicos com milícias maronitas, que passavam a receber apoio e armas israelenses. Israel planejava invadir o Líbano para conter a ação de grupos palestinos contra o seu território. Naquele mesmo ano, a Líbia se retirou da Força e a Síria passa a responder pelo maior contingente da unidade.

De acordo com Said K. Aburish (2001), Saddam Hussein pressionou a Síria quando o Exército Sírio passou a combater palestinos no Líbano. O líder iraquiano deslocou unidades de seu exército para a fronteira com a Síria, ameaçando a integridade desse país caso não cessasse as hostilidades contra os palestinos. Em 1976, o Iraque iniciava o primeiro projeto de enriquecimento de urânio, empregando a separação eletromagnética do isótopo, a mesma tecnologia utilizada para construir a bomba lançada em Hiroshima, nos dias que antecederam o fim da Segunda Guerra Mundial ((Iraq's Nuclear Weapons Program from Aflaq to Tammuz, 2006, *online*).

No Oriente Médio, Síria e Iraque, apesar de serem governados por um partido que teoricamente pregava os mesmos ideais, lançavam-se à disputa aberta pela hegemonia no teatro de operações libanês, buscando trazer para suas esferas de influência o maior número de facções palestinas que pudessem. Na América do Sul, a rivalidade entre Brasil e Argentina residia nesse período, na área nuclear, quando o governo argentino, a exemplo do governo brasileiro, resolveu estabelecer o seu projeto nuclear sem a influência estadunidense. Essa atitude argentina recebeu críticas do governo estadunidense, gerando atritos entre EUA e Argentina.

O presidente Carter buscava mediar o atrito comunicando ao governo argentino, que o país era signatário do TNP e do Tratado de Tlatelolco, porém os militares argentinos já tinham colocado o plano em andamento. A CNEA (Comisión Nacional de Energia Atômica), sob o comando do Almirante Carlos Madero, estudava outras maneiras de obter urânio

enriquecido, visto que o monopólio do processo estava com os EUA (HISTORIA General de las Relaciones Exteriores de la Republica Argentina..., 2006, *online*). A política argentina sobre direitos humanos, assim como a brasileira, passava a sofrer críticas do governo estadunidense, o que era revertido em punições, como a negativa na transferência em equipamentos militares mais modernos e assistência na área nuclear.

Naquele ano, o presidente dos EUA passou a estabelecer condições aos países para receberem ajuda militar estadunidense. O Congresso dos EUA condicionava o envio de equipamentos estadunidenses em função da política de direitos humanos desenvolvida pelos Estados que tivessem acordos militares com os EUA. Os congressistas receberam relatórios desfavoráveis ao Brasil, levando o governo Geisel a denunciar o Acordo Militar com os EUA, firmado por Getúlio Vargas em 1952. Conforme Sérgio Gil Marques dos Santos (2005), o rompimento pode ter ocorrido por causa das pressões estadunidenses na área nuclear ou porque o governo brasileiro sentiu-se agredido pela ingerência externa praticada pelo governo dos EUA.

Em 1977, os conflitos no Oriente Médio começam a se alastrar. A Guerra Civil no Líbano desempenhava um papel determinante na política externa dos países da região. No Chifre da África, a Somália e a Etiópia iniciavam o conflito pela disputa da região de Ogaden.

A Somália, membro da Liga Árabe, solicitava ajuda militar e financeira aos outros membros da organização. O Iraque buscando a liderança no mundo e na Liga árabe enviou, de acordo com Said K. Aburish (2001, p. 117-118), dinheiro para estabelecer fazendas na Somália e armas e munições para o Exército Somali, que também era equipado com armamentos soviéticos. A ajuda econômica ao governo de Mogadishu foi de US\$ 25.000, segundo o autor. O Iraque também passava a atuar como potência média, exportando sua doutrina para o Oriente Médio, seja no Líbano, através das forças palestinas baathistas ou por meio de ajuda financeira. As primeiras remessas de armas francesas chegaram ao Iraque em 1977, quando começaram a ser entregues caças Mirage.

A decisão do governo Geisel de romper o Acordo Militar Brasil-EUA fica clara com a contabilidade feita nos arsenais brasileiros, ou seja, em 1977 apenas 20% dos equipamentos brasileiros eram importados, sendo oriundos de diversos países, com mínima participação dos

EUA. A indústria militar brasileira com a ENGESA, EMBRAER, AVIBRÁS, IMBEL, além de abastecer o mercado interno, provou aos militares brasileiros que seus produtos eram reconhecidos com louvor nos campos de batalha do continente africano às areias do Oriente Médio. Dessa forma, as Forças Armadas Brasileiras passaram a incorporá-los a seus arsenais.

A denúncia do acordo militar Brasil-EUA fez com que o País passasse a confiar na qualidade de seu material bélico. No Oriente Médio, o Iraque enfrentava o embargo de armas da URSS, o que fez com que o Exército Iraquiano sofresse pesadas baixas na luta contra os curdos. O Brasil precisava vender a produção das indústrias de material bélico, assim o Iraque poderia ser um comprador em potencial. A grande venda da ENGESA para o Iraque ocorreu na segunda metade da década de 70, segundo David M. Schwam-Baird (1997, p. 117), que “[. . .] encomendou 400 veículos blindados do Brasil ao preço de 200 milhões de dólares.”⁷⁵ A condição de produtor de artefatos bélicos coloca o Brasil na posição de “[. . .] barter trader”, conforme Schwam-Baird:

Como o Brasil transformou-se no maior fornecedor de armas para os países produtores de petróleo, como Líbia e Iraque, foi útil negociar armas por suprimentos de petróleo, essenciais para manter o crescimento industrial. As importações de armas provaram ser instrumentos valiosos no estabelecimento de fortes laços com aliados em potencial. As armas brasileiras, muitas das quais eram ideais para as forças armadas de países em desenvolvimento e têm sido usadas para abrir países da África Subsaariana à influência brasileira. (SCHWAM – BAIRD, 1997, p. 1).⁷⁶

A ligação Brasil-Iraque ocorreu quando o líder iraquiano, conforme Kenneth R. Timmerman (1992), percebeu que países do Terceiro Mundo como Iugoslávia, Brasil e Egito poderiam fornecer armamentos com tecnologia avançada como aquela de fornecedores ocidentais ou de fornecedores da URSS. O mais importante para o Iraque era que os preços praticados pelos fabricantes de armas do Terceiro Mundo eram mais baixos.

⁷⁵ De acordo com Schwam-Baird (1997, p. 117): “Which ordered 400 armored vehicles from Brazil, at price of U.S. \$ 200 million. “ (Traduzido por José Luiz Silva Preiss).

⁷⁶ No original: “As Brazil moved to be a major arms supplier to oil producing states such as Libya and Iraq, it was able to ‘barter’ weapons for petroleum supplies, essential for maintaining its industrial growth. Arms export have proven to be valuable instruments in establishing strong relationships with potential allies. Brazilian arms, many of which are idea for armed forces in developing countries, have been used to open Sub-Saharan Africa to Brazil’s influence.” (Traduzido por José Luiz Silva Preiss).

Saddam Hussein tendo concretizado a primeira compra de blindados brasileiros, passou a influenciar na produção de armas no Brasil, que criou várias fábricas com mão-de-obra especializada, sendo que quase toda a produção visava a atender o mercado iraquiano.

A França assessorava o Iraque na construção do centro de pesquisas nucleares, enquanto vários países dirigiam seus protestos contra o governo iraquiano e francês, temendo a utilização militar do reator de Osirak. A França, segundo Rodger W. Claire (2004), insistia em se manifestar dizendo que seus engenheiros estavam no comando do projeto nuclear iraquiano.

Enquanto os cientistas franceses construíam o reator, o Iraque assinava com o Brasil um acordo nuclear de dez anos. O acordo, segundo Kenneth R. Timmerman (1992), obrigava o País a fornecer ao Iraque grandes quantidades de urânio levemente enriquecido, tecnologia de reatores, equipamentos e treinamento. Físicos brasileiros e iraquianos deveriam desenvolver o intercâmbio para atender as necessidades impostas pelo acordo.

O Brasil repassaria ao Iraque a tecnologia que havia sido desenvolvida pelos cientistas brasileiros com o auxílio alemão desde 1975. O Iraque também assinou acordos com a Índia e a China, porém a França e o Brasil, que prestavam os mais relevantes serviços na área nuclear para o Iraque não eram signatários do TNP.

As células quentes foram vendidas pelo governo italiano à Comissão Atômica Iraquiana, alegando que essa venda colocaria a Itália em condições de arrecadar fundos de modernizar a sua Marinha de Guerra, pois o Iraque pagaria US\$ 2,6 milhões. Os EUA tentaram demover a Itália de concretizar essa operação, mas não obteve sucesso.

Em 1978, tanto na Alemanha como no Brasil, o acordo nuclear Brasil-Alemanha foi duramente criticado, no Brasil diziam que a revista alemã *Der Spiegel* falava de uma “[. . .] curiosa transação de venda de equipamentos e a compra suspeita de matéria-prima.”⁷⁷(MIROW, 1979, apud OLIVEIRA, 1999, p. 163) Isso levou à criação de uma comissão parlamentar de inquérito, naquele ano, através da ação do senador Paulo Brossard,

⁷⁷ MIROW, Kurt Rudolf. **Loucura Nuclear**: os enganos do acordo nuclear Brasil-Alemanha. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. Apud OLIVEIRA, 1999, p. 163.

que nos primórdios do acordo elogiou a ação de Bonn e de Brasília. No seio da própria oposição, um senador do próprio MDB aplaudia a ruptura na área nuclear com os EUA. A Alemanha reuniu 40.000 manifestantes durante a visita do Presidente Geisel a Bonn, utilizando os seguintes dizeres contra o acordo: “Bomba atômica para a ditadura brasileira?” (OLIVEIRA, 1999, p. 147).

Enquanto os EUA procuravam conter o acesso dos principais países sul-americanos à tecnologia nuclear, os esforços para a pacificação da fronteira egípcio-israelense se concretizavam, em 1978, com os Acordos de Camp David. O Acordo visava firmar a paz entre Israel e seus inimigos árabes pró-ocidente: Egito e Jordânia, além de estabelecer uma solução para o conflito palestino. A Jordânia recusou o acordo. Os EUA, para garantir o Acordo de Camp Davi, enviaram como ajuda militar e econômica para o Egito e Israel o total de US\$ 10 bilhões, sendo que o governo israelense recebeu dois terços desse montante. O Estado de Israel retirou suas tropas do Sinai totalmente, em 1982, e os dois países trocaram embaixadores (HIRO, 1998, p. 61-62).

A paz assinada com Israel transformava o presidente egípcio Anuar Sadat em uma liderança a não ser seguida no mundo árabe. O presidente egípcio seria assassinado em 1981, sem que a sua morte causasse a mesma comoção na população árabe e egípcia, quando da morte de Nasser. Dessa forma, Saddam Hussein passava buscar a liderança na região, o que gerava preocupação dos demais países do Oriente Médio e fazia com que técnicos italianos e franceses declarassem que o Iraque não teria condições de construir a bomba. Por outro lado, Kenneth R. Timmerman (1992) mostra que o país, em dois anos, após a instalação do projeto italiano, poderia construir o artefato. O reator de Osirak entraria em operação em 1979, mas um atentado, ainda em território francês, destruiu os núcleos do reator que estavam no armazém da CNIM (Compagnie de Constructions navales et Industrielles de la Méditerranée). O Mossad havia conseguido retardar a entrada em operação do reator iraquiano.

Em março de 1979, o então presidente Ernesto Geisel é substituído por João Baptista de Oliveira Figueiredo. A dívida externa brasileira era o grande problema para a legitimação dos governos militares, a grande quantidade de empréstimos fazia com que a legitimação fosse algo cada vez mais distante. A procura de novas divisas era constante, buscaram-se novos mercados na América Latina, África e Oriente Médio, para isso a identificação mais

clara e maior com os problemas do Terceiro Mundo era condição *sine qua non* para o Brasil conquistar esses mercados. No âmbito interno, o governo Figueiredo buscava abertura política.

A situação dos aliados dos EUA na América e no Oriente Médio começava a se tornar insustentável. A Nicarágua, aliada do governo estadunidense na América Central, estava prestes a ser tomada por guerrilheiros sandinistas, que derrotavam a Guarda Nacional nicaragüense em todas as localidades do país. A campanha sandinista, que havia começado em 1974, encerraria a aliança daquele país centro-americano e os EUA, que datava da década de 1930. Anastácio Somoza buscou apoio militar em El Salvador e na Guatemala, mas não obteve sucesso, seu governo encerrou-se em 1979, quando o ex-ditador nicaragüense partia para Miami.

A Junta Sandinista de Reconstrução Nacional encontrava sérias dificuldades para recuperar o país, visto que os anos de luta haviam produzido prejuízos irreversíveis na economia do país, a qual dependia exclusivamente do setor primário. A falta de solução para os problemas econômicos e sociais criou a oportunidade para a ascensão do grupo anti-sandinista, composto por ex-componentes da Guarda Nacional e por ex-guerrilheiros da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional). Por outro lado, outros países da região como Guatemala e El Salvador já estavam enfrentando problemas semelhantes àqueles enfrentados pela Nicarágua. Armas e conselheiros militares israelenses e estadunidenses começavam a chegar em San Salvador e na Cidade da Guatemala para evitar que outros países aliados caíssem em poder dos rebeldes.

No Oriente Médio, o Irã era abalado pela Revolução Islâmica, que havia sido idealizada e controlada pelo *ayatolah* Khomeini, que desde a década de 1960, estava exilado na França. O movimento revolucionário começou em 1977, quando intelectuais iranianos clamavam pela abolição da censura imposta pelo Xá Mohamed Reza Pahlevi, culminando com o ressurgimento de partidos de oposição. As mesquitas se transformaram em locais de organização política com o clero xiita orientando a população a matar os soldados do Xá e os agentes da SAVAK. A greve dos trabalhadores do setor petrolífero, em 1978, prejudicou a produção iraniana, ao mesmo tempo em que era deflagrada uma greve geral.

As Forças Armadas eram compostas por conscritos, que passaram a desertar em massa, enquanto Khomeini retornava ao Irã. O ataque final dos seguidores da Revolução foi contra a Guarda Real. A monarquia iraniana era derrotada, sendo que o Xá e alguns membros da sua família foram para o exílio no Egito, porém as Forças Armadas Iranianas perderam seus generais, executados pelo Conselho Revolucionário (HIRO, 1998, p. 136-137).

Em 1979, ocorreu o episódio que marcaria posição dos EUA contra o novo regime iraniano. Estudantes xiitas invadiram a embaixada estadunidense em Teerã e capturaram 66 cidadãos daquele país. Exigiam a entrega do Xá, que estava em Nova Iorque, para tratamento de saúde, antes de partir para o exílio. O presidente Carter se negava a entregar o monarca e Khomeini apoiava os estudantes. No ano seguinte, as Forças Armadas estadunidenses tentaram uma ação para libertar os reféns, que fracassou antes dos elementos das Forças Especiais dos EUA entrarem em Teerã. A crise dos reféns e a mal-sucedida operação de resgate custaram a Carter nas eleições presidenciais. O novo presidente Ronald Reagan inauguraria uma nova fase da política externa dos EUA.

Se os EUA perdiam um importante aliado no Oriente Médio, o qual começaram a auxiliar, em 1974 na implantação do projeto nuclear, a URSS começava a campanha do Afeganistão. Babrak Karmal, aliado dos soviéticos, foi deposto por um governo, o qual era visto como reformista pelos afegãos, que freqüentemente impunha suas diretrizes reformistas com a utilização da força. Um levante na cidade de Herat causou a morte de militares afegãos e conselheiros militares soviéticos, fazendo com que a tensão se alastrasse até Cabul, onde a população muçulmana não gostava da presença do ateísmo comunista, conforme Robin Corbett (1984b).

As Forças Armadas Afegãs fiéis ao novo governo retomaram Herat com o auxílio de unidades soviéticas. Por outro lado, o Kremlin já estudava uma possível intervenção militar com Hafizzulah Amin, pois a vitória da Revolução Islâmica no Irã poderia se alastrar pelo Afeganistão e contagiar as repúblicas soviéticas com população muçulmana. O Afeganistão já recebia, desde 1961, uma grande quantidade de armamentos e conselheiros militares da Tchecoslováquia e da URSS. A divisão do poder nesse país passava pelo conflito étnico, pois lideranças tajiques e patãs usavam suas respectivas facções políticas para vencer a luta pelo poder. O Khalq (povo) era dominado pela etnia pata, enquanto o PDPA (Partido Democrata

do Povo do Afeganistão) era liderado por Nur Mohammed Taraki. Mais tarde, o próprio Taraki passou a ser o editor do jornal da facção Khalq. Taraki seria assassinado, levando os soviéticos a enviar conselheiros militares em apoio a Amin, pois a facção Jamiat-i-Islami, composta por muçulmanos xiitas anticomunistas começava propagar pelo Afeganistão os ideais do projeto recém-vitorioso no Irã.

A América do Sul e o Oriente Médio apresentaram mudanças no seu cenário político, as quais foram acompanhadas cuidadosamente pelos EUA. No Brasil, o presidente João Baptista Figueiredo assumiu a Presidência da República, enquanto, no Iraque, Saddam Hussein deixava a vice-presidência do país assumindo por completo a liderança do governo, colocando-se à frente dos seus projetos. O governo iraquiano passava por uma eliminação dos quadros que não eram completamente leais ao novo governante. Hassan al-Bakr não conseguiu se fortalecer no poder, sendo facilmente subjugado pelo seu parente proveniente de uma região pobre, o qual buscou nas suas relações com aqueles membros do partido Baa'th em quem podia confiar, construir as suas relações de poder, segundo Charles Tripp (2003), sem preocupações ideológicas.

TABELA 1 - INTERCÂMBIO BRASIL/IRAQUE (US\$ 1,000)

ANO	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES
1970	29.612,8	72,0
1971	36.870,0	3.971,5
1972	63.509,0	3.907,3
1973	143.389,0	38.129,2
1974	596.701,1	157.521,8
1975	780.803,2	178.654,8

Continua

Continuação

TABELA 1 - INTERCÂMBIO BRASIL/IRAQUE (US\$ 1,000)

ANO	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES
1976	1.040.145,2	49.751,0

Fonte: Liga dos Estados Árabes (1978, p. 7)

Ao Brasil, a política interna iraquiana estando nas mãos de Saddam Hussein poderia trazer mais vantagens ao País, pois os dividendos do comércio bilateral eram então bastante favoráveis (LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1978, p. 6-10).

No final de 1979, as tropas soviéticas cruzavam a fronteira com o Afeganistão, enquanto o Ocidente comemorava o Natal, na noite de 24 de dezembro durante o inverno, os aviões de transporte de tropas soviéticos aterravam no aeroporto de Cabul. Os conselheiros militares soviéticos, na capital afegã, insistiam em comunicar aos seus aliados que não passava de um exercício de larga escala. Amin foi assassinado, e no final daquele mês de dezembro, os soviéticos dominavam Cabul, colocando Barmak Kamal no governo do país. A resistência à operação soviética foi insignificante.

No início da década de 1980, os soviéticos computavam que 40.000 homens do Exército Afegão haviam desertado, sendo que um número significativo se aliou à guerrilha nas montanhas e nos vales, que buscava estabelecer santuários no Paquistão. A guerrilha afegã demonstrava cisões que impediam a coordenação de operações contra o invasor soviético, uma vez que ficava clara a diferença entre sunitas, xiitas e monarquistas.

4.2 A Primeira Guerra do Golfo e a Intensificação da Cooperação Militar Brasileira com o Iraque (1980-1988)

O Tratado de Argel, assinado em 1975, havia instaurado uma frágil trégua nas pretensões de Irã e Iraque em deter a região fronteira de Shatt al-Arab. A disputa por essa

região levou o Iraque a invadir o Irã, em setembro de 1980. Segundo Robin Corbett (1984b), a guerra que se iniciara poderia acarretar, por fatores geopolíticos e econômicos, vários riscos para a região e para o próprio equilíbrio mundial. A fonte de divisas do Oriente Médio, o petróleo, em função do conflito ameaçava parar as economias dos países ocidentais e o Japão. Esse novo conflito, em termos de abastecimento de petróleo, poderia ser comparado com aquele de 1973.

As duas partes do conflito desempenharam um papel fundamental no equilíbrio de forças da região. O Irã, antes da Revolução Islâmica, era um dos fiéis aliados dos EUA, juntamente com Israel e Arábia Saudita. O Iraque, apesar de não ser membro de nenhuma aliança com a URSS, recebia armamentos do governo soviético, porém sem nenhum comprometimento ideológico, visto que Saddam Hussein buscou no Brasil e na França tecnologia e aconselhamento no campo nuclear.

A guerra marcou o acirramento das tensões na região da fronteira. Shatt al-Arab era o único escoadouro iraquiano para o Golfo Pérsico e o Irã buscava controlar esse canal para manter a hegemonia na região, visto também que detinha uma grande área costeira. A posse de área em disputa garantiria ao Iraque escoar a sua produção petrolífera. Conforme Robin Corbett (1984b), antes da Revolução Islâmica, ambos os países eram governados por uma minoria sunita ou leiga. Esses governantes detinham os cargos de poder, além de caracterizar os seus governos pelo internacionalismo, enquanto os xiitas eram extremamente nacionalistas.

A ação de partidários xiitas dentro do Iraque agravou o cenário político da região. Após a vitória dos xiitas na revolução iraniana, vários grupos paramilitares xiitas, no Iraque, começaram a desenvolver ações de sabotagem e atentados. A primeira providência do governo de Bagdá foi a expulsão dos líderes xiitas do país, porém as ações dessa facção foram causando mais morte entre civis e militares iraquianos. Em 1980, Saddam Hussein ordenou a execução de Mohammed Baquir al-Sadr, um dos líderes da revolta xiita no Iraque. O *ayatollah* Khomeini fazia pronunciamentos pedindo que os militares iraquianos desertassem.

De acordo com Kenneth R. Timmerman (1992), os soviéticos sofriam o segundo revés no Oriente Médio. Como já ocorrera em 1973, no Egito, um outro país árabe solicitava à URSS para retirar seus conselheiros militares de suas instalações. Saddam Hussein passava a contar com armamentos chineses e soviéticos na guerra contra o Irã. Ainda conforme

Timmerman (1992, p. 91), os soviéticos perderam muito mais que um cliente, a URSS havia perdido também o acesso do porto iraquiano de Om Qasr para o Golfo Pérsico. O outro motivo que o líder iraquiano alegou para a saída dos soviéticos era o apoio crescente que esses davam aos curdos. Os chineses lucraram US\$ 1 milhão na primeira venda de armas ao Iraque.

Os EUA dedicavam muita atenção ao Oriente Médio, onde procuravam conter a guerra iminente entre Irã e Iraque, conter o ímpeto israelense no Líbano e oferecer todo o apoio a países como Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Jordânia e Egito para que evitassem ser os próximos a enfrentar uma revolução xiita dos moldes daquela vista no Irã.

A reivindicação sobre Shatt al-Arab voltou a ser exigida pelo governo iraquiano, divulgando ultimatos para que o governo iraniano evacuasse as suas bases na região. Por sua vez, o governo de Teerã alegava que a área era vital para a segurança do país e para sua economia, visto que abrigava os campos petrolíferos mais importantes do Irã. A recém-vitoriosa revolução recebeu amplo apoio da população no conflito que se iniciara, sendo que o *ayatollah* Khomeini saiu fortalecido já no início do conflito.

No mesmo ano o Brasil viu um de seus investimentos no exterior em perigo. A Guerra Irã – Iraque já era uma certeza no Oriente Médio, dessa forma a região de Majnoon foi reclamada pelo governo iraniano, comunicando à representação brasileira, em Teerã, como “área conflagrada”. O Brasil já havia investido 2,5 milhões de dólares para começar a extrair petróleo. De fato, com a eclosão do conflito, a região de Majnoon foi alvo de ataques de armas químicas, fornecidas por britânicos e estadunidenses a Bagdá, segundo Leonardo Attuch (2003).

As primeiras ações militares ocorreram a partir do ataque iraquiano às cidades e bases militares iranianas próximas à fronteira com o Iraque. Os ataques aéreos foram usados por ambos os oponentes, com o Irã declarando suas áreas costeiras como zona de guerra e proibindo a circulação de navios com carga iraquiana. Os ataques eram dirigidos contra as áreas petrolíferas dos dois países, essa era a estratégia para enfraquecer o oponente, uma vez que as economias iraquiana e iraniana dependiam enormemente da exportação de petróleo. A

atuação iraniana foi mais eficaz, pois destruiu o terminal iraquiano, impedindo que o país exportasse o seu produto pelo Golfo Pérsico. É interessante notar que, segundo Dilip Hiro (1998), Líbia e Síria foram contrários à invasão iraquiana ao Irã.

A guerra foi favorável ao Iraque nos primeiros momentos, porém a resistência dos iranianos passava a atrapalhar o avanço iraquiano nas cidades. Em outubro, o conflito já mostrava que seria uma guerra de desgaste, pois os iraquianos evitavam o confronto direto, fazendo apenas ataques rápidos, porém constantes para fustigar as posições iranianas. Por outro lado, o reabastecimento das unidades e cidades iranianas era muito rápido e eficiente, o que impedia que os iraquianos conquistassem as cidades iranianas.

A Força Aérea do Irã bombardeava incessantemente os terminais petrolíferos do Iraque, impedindo que fossem reparados. Isso fez com que a produção do produto iraquiano caísse para um quinto dos níveis alcançados antes da guerra. As operações passaram a ser conhecidas como “guerra de trincheiras”, visto que o Iraque não poderia alcançar os seus objetivos sem sofrer pesadas baixas, enquanto o Irã também não conseguia obter uma vantagem expressiva em nenhuma das frentes de combate. O Iraque mostrava não ter um objetivo estratégico específico, porém o Irã, que ainda não havia reestruturado suas Forças Armadas depois da Revolução Islâmica, não conseguia repor as peças de seus arsenais durante os primeiros meses do conflito. Após a queda do Xá Reza Pahlevi, o governo dos *ayatolabs* foi colocado em isolamento pela comunidade internacional. A Força Aérea operava com aviões estadunidenses, que não contavam com peças de reposição.

Em 1980, o Brasil e o Iraque chegaram a um acordo sobre as indenizações que seriam pagas ao governo brasileiro. Era paga a quantia de 300 milhões de dólares ao Brasil, que receberia um fornecimento de 150 mil barris/dia por 15 anos. Em condições muito favoráveis, porém Majnoon estava perdida.

A tecnologia nuclear brasileira, que já havia sido transferida para o Iraque, era levada a Bagdá pelo Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva. A condição de assessor na área nuclear para o Iraque foi galgada através da busca brasileira de lançar-se à condição de potência nuclear, o que é provado pela recusa brasileira de assinar o Tratado de Não Proliferação de armas Nucleares, conforme Odete Maria de Oliveira (1999). O Iraque começava a se tornar perigoso

para a região, sendo que o seu mais importante parceiro era um outro país terceiro-mundista que estava apto para lhe fornecer armamento convencional e tecnologia nuclear. Para a Teoria dos Jogos esse era um jogo de resultado positivo, uma vez que as duas partes do acordo sairiam ganhando.

A busca de um parceiro que pudesse colocar o Brasil na tecnologia nuclear, substituindo os intransigentes EUA, aponta para a Alemanha e para a França. Os alemães eram os únicos que estavam livres de restrições, enquanto os franceses estavam atrelados às exigências de Washington e, dessa forma, presos aos preceitos dele.

Já havia precedentes de aproximação com a Alemanha nessa área, como aquele que ocorre em 1961, criado durante o período da PEI. Outros contatos foram feitos em 1967 e 1969. A Alemanha foi o único país que não restringiu a transferência de tecnologia para o Brasil. Por outro lado, não haveria como negar que a atenção dos alemães estava voltada para o fornecimento de recursos minerais e energéticos, conforme Odete Maria de Oliveira (1999, p. 144):

Para a Alemanha, um país pobre em recursos energéticos e minerais, certamente atuou como fator de atração o fato de o Brasil ser um país potencialmente rico em matérias primas e recursos energéticos. Um grupo de técnicos alemães chegou a vir ao Brasil para pesquisar as reservas de urânio; o resultado não foi divulgado, mas deve ter sido satisfatório.

Como se pode ver, um país em desenvolvimento passa a receber os benefícios integrais de um acordo bilateral com um país desenvolvido, tal projeto abrangeu todas as áreas da atividade nuclear.

O Programa Nuclear Brasileiro foi oficialmente definido no Governo de Ernesto Geisel, que quis “[. . .] implantar em 10 anos, no Brasil, uma indústria nuclear.” (GOLDBERG⁷⁸, 1980, apud OLIVEIRA, 1999, p. 197). A afirmação do presidente foi

⁷⁸ GOLDBERG, José. **Economia e Política da Energia**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980. Apud OLIVEIRA, 1999, p. 197.

possível apenas por causa do amplo acordo firmado com a Alemanha. O gigantesco projeto teve início com dois focos:

a) um complexo de nove geradores de energia elétrica; b) um complexo destinado ao ciclo de combustível nuclear; incluindo a prospecção e mineração de urânio natural; o complexo de Poços de Caldas; as usinas de conversão; enriquecimento de urânio por jato centrífugo; reprocessamento de combustíveis irradiados e a fábrica de elementos combustíveis. (OLIVEIRA, 1999, p. 198).

O Brasil estava apto a começar a desenvolver o seu próprio processo de assessoria nuclear a outros países. Por outro lado, os sucessos do General Geisel, o General João Baptista Figueiredo não via necessidade de geração de energia.

O General Figueiredo, segundo Paulo Vizentini (1998, p. 275), através do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro mostra uma política externa denominada Universalismo, que ambicionava a autonomia do Brasil “[. . .] em um cenário deplorável.”

Conservavam-se traços marcantes do Pragmatismo Responsável de Geisel. Têm-se como exemplo, as iniciativas brasileiras do governo Geisel mantidas pelo seu sucessor em relação ao Iraque.

Em 1981, o Irã lançava-se à contra-ofensiva, enquanto as cisões internas no governo iraniano começavam a se acentuar. O clero fundamentalista passou a receber críticas dos grupos liberais, compostos majoritariamente por sunitas que pregavam a separação das lideranças religiosas do Estado. A esquerda iraniana também começou a lutar pelo poder no cenário político iraniano, porém o controle da política iraniana estava nas mãos do *ayatolah* Khomeini. A ofensiva contra o Iraque seria para o presidente Bani Sadr uma forma de tentar reverter a sua posição perante o *ayatolah*, visto que já não contava mais com o apoio total do líder religioso iraniano.

A ofensiva iraniana foi um fracasso em termos estratégicos e de perdas, pois o Irã perdeu peças importantes de seu arsenal, que não eram repostas. A elite militar iraniana da época do Xá foi detida, sendo que os especialistas internacionais mencionavam que 250

gerais haviam sido executados. O presidente Bani Sadr perdeu o prestígio definitivamente, enquanto a luta pelo poder em Teerã passou ao combate aberto nas ruas. A esquerda, que auxiliou os fundamentalistas durante a revolução, passou a sofrer a mesma perseguição que os comunistas iraquianos sofreram, assim como sunitas e membros de outras etnias, que eram vistas como inimigos da Revolução Islâmica. Os fundamentalistas venceram a luta interna declarando que iniciara a cruzada contra o “ Iraque ateu”.

A maioria pobre e muçulmana da população iraniana passou a ser recrutada pelas Forças Armadas Iranianas em troca de alimentação, enquanto lhe davam ideais de dignidade que lhe foram negados durante o período monárquico. A propaganda religiosa nas fileiras do Exército Iraniano era intensa, pois a vitória seria contra os inimigos do Islã. Os soldados iranianos recebiam chaves de plástico dos líderes religiosos para abrir as portas do paraíso, ao qual ascenderiam quando morressem em combate pelo Islã, segundo Robin Corbett (1984c).

A cruzada moral iraniana fez com que o moral da tropa fosse elevado, o Irã conseguia fabricar armamentos e, o mais importante, recebia importações de armas de alguns países. No final de 1981, rivalidades internas entre a Guarda Revolucionária, as Milícias e o Exército Iraniano foram superadas, fazendo com que as tropas iraquianas fossem expulsas de algumas áreas no Irã. Nesse mesmo ano, após 444 dias de cativo, os reféns estadunidenses eram libertados, sendo levados a Argel, rumando, posteriormente, para os EUA.

A libertação dos reféns foi a primeira vitória da era Reagan. O novo presidente aumentou significativamente as verbas do Pentágono e decidiu que ampliaria a presença militar estadunidense em vários pontos do planeta. O projeto mais ousado, desse período, ficou conhecido como Guerra nas Estrelas, que era a proposta de enviar ao espaço uma grande quantidade de satélites, que detectaria e abateriam qualquer míssil lançado da Terra. Dessa forma, os EUA inauguravam a nova guerra fria.

As atividades do programa nuclear brasileiro não ocorreriam apenas nos domínios oficiais. Em 1981, aparecem as primeiras suspeitas de que as Forças Armadas estivessem desenvolvendo atividades clandestinas na área nuclear. O local utilizado pelos militares para abrigar essas pesquisas foi o CTA (Centro Tecnológico Aeroespacial). A Aeronáutica tinha instalado na região do Cachimbo, na fronteira entre o Pará e Mato Grosso, um campo de

provas militares. A Força Aérea Brasileira passa, durante o governo Figueiredo, a ter o encargo de dinamizar o projeto nuclear, porém a Marinha desenvolvia o seu projeto.

Foi do CTA que começaram a decolar os aviões iraquianos, de fabricação soviética, que vinham buscar urânio metálico purificado. A explicação para essa transferência de tecnologia para Bagdá estava na venda de armamento convencional que o Brasil fazia, porém com a aproximação do conflito com o Irã, o Iraque passa a buscar matéria-prima para enfrentar um possível ataque nuclear de Teerã.

Naquele mesmo ano, o reator iraquiano de Osirak deveria entrar em operação em 1º de julho, sendo que Jafar Dhia Jafar já havia providenciado tudo o que fosse necessário para a produção de urânio, e agentes iraquianos negociavam a compra de bastões de urânio na Alemanha Ocidental. Segundo Timmerman (1992), técnicos brasileiros trabalhavam com afinco em projetos para enriquecer urânio comum, com o objetivo de transformá-lo em plutônio para bombas nucleares, movimentando o gás hexafluoreto em centrífugas especialmente construídas. A AIEA não via nenhuma ameaça no projeto nuclear iraquiano, dessa forma o país não ia de encontro ao TNP assinado anos atrás.

Antes de entrar em operação, Osirak foi bombardeado pela Força Aérea de Israel, que destruiu completamente o complexo. Técnicos franceses atestaram que os danos foram totais e que não havia recuperação. O ataque foi denunciado internacionalmente, o Brasil e a Argentina reagiram contra a ação israelense.

No Brasil, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para avaliar o que foi feito com as 24 toneladas de trióxido de urânio, que foram enviadas a Bagdá, entre 1981 e 1982. O governo brasileiro passou a manter uma cooperação com o Iraque, signatário de Tratado de Não-Proliferação Nuclear, assim como a URSS, a França, e Itália e a Bélgica. Por outro lado, segundo Odete Maria de Oliveira (1999), o País possuía instalações em território iraquiano para processar urânio. O objetivo era a construção de bomba atômica iraquiana, o que era a intenção de Saddam Hussein. As relações entre Brasília e Bagdá, no campo nuclear, provocavam uma instabilidade no Oriente Médio, pois levava Israel a questionar o governo brasileiro, que orientava seu embaixador e adido militar a dizer que o Brasil enviava ao Iraque apenas o “*yellow-cake*”. O conflito entre o Irã e o Iraque, em 1982, voltava ao estágio de

guerra de trincheiras e duelos de artilharia. Posições eram tomadas e retomadas, ora por iraquianos, ora por iranianos.

É interessante notar que a preocupação de Saddam Hussein com a Somália e outros países pobres, membros da Liga Árabe, não era imbuída apenas de sentimentos humanitários. A Mauritânia e a própria Somália eram fornecedores em potencial de urânio, que estava sendo procurado por geólogos brasileiros, principalmente na região do deserto de Ogaden, alvo da disputa entre esse país e a Etiópia, na segunda metade da década de 70. Outros países já tinham vendido urânio ao Iraque, como Portugal e Niger (OLIVEIRA, 1999, p. 263).

Em 1982, os EUA, sob a administração Reagan, cumpriam o prometido e enviavam a El Salvador um número crescente de conselheiros militares para defender o regime, que ameaçava cair. Uma única remessa de equipamentos militares àquele país da América Central totalizou US\$ 55 milhões, por outro lado essa ajuda militar apenas equilibrava o conflito, uma vez que a guerrilha dominava um terço do território salvadorenho. Estava estabelecido um impasse, que seria sustentado pela ajuda militar estadunidense, isto é, nem a guerrilha, nem as forças do governo tinham condições de vencer o conflito. Naquele mesmo ano, a Nicarágua buscou a aproximação de Cuba e da URSS, o que levou os EUA a buscar uma maior cooperação dos países da América Latina para impedir que outros países caíssem em mãos inimigas.

Desde o início da década de 1980, o Brasil começou a enviar armas para os países da América Central que combatiam as guerrilhas. Os instrutores militares brasileiros, que chegaram às escolas militares da América Central, na década de 1970, foram os responsáveis pela posterior penetração das armas brasileiras na região. O governo hondurenho comprou oito aviões Tucano-brasileiros para ataque ao solo, a fim de apoiar ações conduzidas pelos Contra em território nicaraguense.

Conforme o informativo do Council on Hemispheric Affairs (1984, *online*), os aviões foram vendidos a US\$ 9,6 milhões. De acordo com essa fonte, o governo militar brasileiro se propunha a armar grupos ou Estados que lutassem contra os comunistas e aqueles que lutassem ou oferecessem alguma resistência à África do Sul. Esse país africano era visto pelo governo brasileiro como um rival na tentativa brasileira de conquistar a hegemonia na região

do Atlântico Sul, assim como a Argentina. O governo argentino, no início da década de 1980, decidiu enviar assessores militares argentinos para colaborar com o esforço de guerra estadunidense contra o comunismo na América Central. O Exército Argentino enviou seus militares para Honduras, El Salvador e outros países da região, inclusive assessorando operações de inteligência e contra-insurgência na Nicarágua, na Costa Rica e no território hondurenho, inclusive em apoio ao Grupo Alpha 66, composto por cubanos anticastristas. Dessa forma, acredita-se que essa tenha sido uma *relación mucho más carnal* com o governo estadunidense e suas Forças Armadas, que aquela que seria propalada pelo presidente Menen, em 1990-91 (Historia General de las Relaciones Exteriores de la Republica Argentina, 2006, *online*).

Enquanto os EUA lutavam para apoiar países que se opunham aos movimentos guerrilheiros, Israel lançava a *Operação Paz para a Galiléia*, isto é, a invasão do Líbano em 1982. As forças sírias estacionadas no Líbano passam a combater os israelenses juntamente com as várias facções palestinas. Nesse momento três desses grupos se reportam exclusivamente à cúpula do Partido Baa'th em Bagdá. A década de 1980 marcou o aumento da influência política do Iraque em outros países da região, de acordo com Fred Halliday (2005, p. 218), Saddam Hussein ordenou o assassinato de uma delegação palestina que buscava, no final da década anterior, autoridades israelenses para estabelecer um processo de paz em separado, em reuniões na Europa.

A Síria, assim como o Iraque, contava com uma grande quantidade de armamentos soviéticos nos seus arsenais. Por outro lado, desde a invasão soviética no Afeganistão, a presença da URSS na região foi perdendo prestígio. O governo sírio, entretanto, precisou da ajuda militar de conselheiros soviéticos e alemães orientais, em 1982, quando enfrentou a rebelião em Hama, cidade localizada próxima à fronteira com o Líbano. Esse levante ocorreu quando a Irmandade Muçulmana combateu o Partido Baa'th do presidente Hafaz Assad por questões políticas e religiosas. De acordo com Samuel Katz (1988, p. 16), assessores militares do *Spetnaz* soviéticos e dos pára-quedistas da Alemanha Oriental foram mortos pelos rebeldes, que enfrentavam também o “[. . .] inimigo infiel [. . .]”, aliado de Assad e dos muçulmanos, que tinham invadido o Afeganistão.

Em 1982, o problema de reposição passava a afetar o Exército Iraquiano, o qual tinha 95% de seu armamento soviético. Dessa forma os soviéticos passavam a fornecer novamente armas ao governo iraquiano, que não abandonara seus outros fornecedores como Brasil, França e China. Por outro lado, Timmerman (1992) declara que os EUA passavam a pensar em vender armas para o Iraque, pois deveriam ajudar as Forças Armadas de Saddam Hussein a derrotar a ameaça islâmica, que do Irã poderia se alastrar sobre os aliados do Ocidente na região (p. 138). As armas estadunidenses capturadas ao Irã davam aos EUA uma ótima oportunidade de entrar no mercado iraquiano para fornecer as peças de reposição. Os militares estadunidenses também queriam armamentos soviéticos de última geração que estavam em arsenais iraquianos, como o carro de combate T-72.

Além da importação clandestina de urânio para o Iraque, o Brasil empenhou-se para o Iraque ter acesso ao enriquecimento de urânio e a bomba atômica, para isso enviou ao Iraque especialistas da área nuclear. O Iraque adquiriu o reator central da usina Osirak na França, que visava a produção de bombas como aquela lançada sobre Hiroshima. O reator foi instalado com auxílio brasileiro. Foram quatro viagens secretas de técnicos brasileiros ao Iraque. O fim do projeto ocorreu quando a Força Aérea Israelense bombardeou a usina. Segundo Odete Maria de Oliveira (1999, p. 476), a parceria Brasil-Iraque concretiza objetivos de ambas as partes:

a) O governo brasileiro colaborava com o ditador Saddam Hussein na concretização do sonho militarista; b) Os dois governos aumentavam, concomitantemente, o poder de jogo das forças armadas ‘pois o acordo Brasil-Iraque foi montado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), sob a visão iminentemente estratégica, cujo objetivo final era viabilizar a construção da bomba atômica nos dois países; c) A meta final era formar uma associação militar com o Iraque, que viabilizasse a fabricação de bomba atômica também no Brasil, pois a premissa do SNI era de que o Iraque tivesse o controle de uma tecnologia avançada em algumas fases do processo.’

De acordo com Tânia Malheiros (1996) o Brasil, entre 1981 e 1982, enviou para o Iraque 24 toneladas de urânio enriquecido pelo IPEN (Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares), a tecnologia desenvolvida pelo Brasil e, posteriormente, exportada para o Iraque

foi adquirida de Portugal, Espanha, Bélgica e África do Sul, que forneceram para o País o *yellow cake*.⁷⁹

Todo o acordo com o Iraque foi crescendo de forma gradativa através dos governos militares. O general Médici instalou a embaixada brasileira em Bagdá. O general Ernesto Geisel, como Presidente da Petrobrás, não aceita o boicote internacional das companhias de petróleo contra Bagdá. Depois de assumir a Presidência da República, o general Geisel tem o mandato marcado pelos grandes contratos de exploração com o Iraque. Finalmente o governo do presidente Figueiredo prima por uma ligação estritamente na área militar.

Nos primeiros meses de 1983, os iranianos contra-atacam posições iraquianas em represália ao auxílio iraquiano aos nacionalistas curdos do Irã, segundo David Pool (1984). Por outro lado, a resposta iraquiana foi o uso constante da força aérea. Naquele mesmo ano, o Irã iniciou uma campanha internacional para denunciar o uso de armas químicas pelas Forças Armadas Iraquianas, sendo que segundo esse autor, a ONU detectou a utilização de gás mostarda e gás dos nervos, que estavam proibidos desde 1925.

A guerra passava a afetar a economia internacional, pois o Irã ameaçava fechar o Estreito de Ormuz caso o seu petróleo não pudesse deixar a região. A tática iraniana era bloquear a saída do petróleo iraquiano. A perspectiva do fechamento do Golfo Pérsico levou os EUA a deslocar navios da Frota do Índico para a região. Os iranianos passaram a atacar alvos de aliados iraquianos, como as embaixadas da França e dos EUA no Kuwait, país do Golfo, aliado do governo do Iraque contra o Irã pós-Revolução islâmica, de acordo com David Poll (1984, p. 1086). A afirmação de David Pool é corroborada por Kenneth R. Timmerman (1992, p. 138) que declara que, em 1983, os emissários do governo Reagan chegavam a Bagdá para fomentar o comércio de armas com o governo de Saddam Hussein.

O governo Reagan estava disposto a usar todos os meios para ajudar Saddam Hussein a derrotar o Irã, pois, em 1984, os EUA tinham colocado aquele país na lista de colaboradores com o terrorismo internacional. Conforme Timmerman (1992), os EUA transportavam para o

⁷⁹ Chama-se *yellow cake* o concentrado de urânio obtido através do primeiro processo de beneficiamento desse mineral, a partir da forma em que é encontrado na natureza. Foi com o material importado, preparado a partir de matéria-prima estratégica brasileira, que o Brasil produziu e exportou as pastilhas de dióxido para o Iraque (MALHEIROS, 1996, p. 13).

Iraque, em aviões da USAF (United States Air Force), estojos de munição, que receberiam uma carga de agentes químicos nas unidades iraquianas de Samarra e Salman Pak. O esforço de guerra pró-Iraque unia governo e empresas espanhóis, alemães ocidentais, franceses, estadunidenses, brasileiros e italianos, que viam no Iraque uma forma de equilibrar as finanças (TIMMERMAN, 1992, p. 143). Na Holanda, uma só empresa firmara um acordo de US\$ 10 milhões para vender produtos químicos para o governo de Saddam Hussein.

O Iraque passou, em 1984, a atacar as cidades iranianas com mísseis Scud-B de fabricação soviética. Inaugurava-se a fase da “Guerra das Cidades” no conflito Irã-Iraque. O temor israelense, que fez com que Osirak fosse destruído, ressurgia, pois Saddam Hussein dispunha de uma míssil que alcançava Teerã e os serviços de inteligência detectavam a aproximação do Iraque à Argentina para a obtenção do míssil Condor II, que poderia chegar a Tel-Aviv com uma carga química ou nuclear.

Em 1984, uma nova rivalidade surgia no Oriente Médio: Brasil x Argentina. A indústria aeronáutica argentina já havia desenvolvido o Condor I, um míssil de oito metros, que começou a ser desenvolvido na década de 1970. Entretanto, a CIA estava preocupada com o desenvolvimento do Condor II, que era um míssil de longo alcance com capacidade para transportar armas de destruição em massa. Esse míssil já havia chamado a atenção dos técnicos iraquianos. O governo brasileiro não gostou da entrada argentina no mercado iraquiano, principalmente porque estava oferecendo um material que o País ainda não poderia oferecer a Saddam Hussein.

A rivalidade desencadeada no Oriente Médio foi vista nitidamente na primeira parte do conflito, pois o Brasil apoiava abertamente o Iraque, enquanto a Argentina vendia armas ao Irã, provocando atritos nas relações entre os EUA e a Argentina, que já mostravam um desgaste em função do apoio estadunidense oferecido à Grã-Bretanha, durante o conflito que, em 1982, levaram tropas e forças aeronavais a se enfrentarem nas Falklands. A Argentina alegou que era signatária do TIAR, por outro lado, partiu do governo argentino a agressão às Falklands, uma parcela do território britânico. As exportações de armas argentinas para o Irã foram suspensas no momento da redemocratização na Argentina.

O Egito passou a se interessar pelo projeto argentino, que poderia ser desenvolvido na

região por um consórcio egípcio-iraquiano-argentino, sendo produzido no Cairo, sob o nome de Badr 2000. Por outro lado, vários países viam nos petrodólares iraquianos uma salvação para suas economias, como Brasil, Chile, China, África do Sul e o próprio Egito. Esses países, que estavam de alguma forma alinhados aos EUA, receberam a permissão do governo estadunidense para fornecer ao Iraque tecnologia militar sofisticada.

De acordo com Kenneth R. Timmerman (1992), em 1984, o Brasil estava bastante endividado, o que representava um risco para a permanência do regime militar. Os juros da dívida externa eram pagos com bilhões de dólares, o Iraque era a saída escolhida, como o melhor comprador de armas brasileiras e o melhor parceiro da Petrobrás. Várias empresas brasileiras lucravam com o comércio com o Iraque. A construtora Mendes Júnior era a responsável pela construção secreta de linhas férreas entre as minas de urânio, que lhe valeu um contrato de US\$ 1,2 bilhões (TIMMERMAN, 1992, p. 175).

O Iraque era um excelente cliente, não apenas por comprar o que o Brasil oferecia em termos de armamentos, mas por transferir aos técnicos e assessores militares brasileiros tecnologia militar. Conforme Leonardo Attuch (2003, p. 58): “O Iraque transferiu para o Brasil parte da tecnologia dos mísseis Scud B, que eram comprados da antiga União Soviética.” De acordo com o autor, essa tecnologia seria trazida para o Brasil alimentando as rixas entre Brasília e Buenos Aires. A tecnologia militar argentina também tinha evoluído, os técnicos argentinos já haviam desenvolvido o míssil Condor II e pretendiam também colocá-lo no mercado do Oriente Médio.

A Mendes Júnior de Minas Gerais estava concorrendo com outras empreiteiras. O presidente Geisel escreveu diretamente a Saddam Hussein para que ele não esquecesse “[. . .] que o Brasil havia sido um dos primeiros a se solidarizar ao Iraque após a nacionalização do petróleo.” (ATTUCH, 2003, p. 31). Foi essa intervenção que fez com que a Mendes Júnior trabalhasse no Iraque entre 1979 e 1982. Juntamente estavam no país do Oriente Médio a Volkswagen, a Sadia, a Massey Ferguson e, depois, a Vale do Rio Doce. A aproximação dos governos de Saddam Hussein proporcionou a criação do Banco Brasileiro Iraquiano.

A empresa mineira tornou-se referência para o governo iraquiano em termos de construção. Após a conclusão da ferrovia Bagdá-Akashat, a construtora de Minas Gerais foi

chamada para construir a Expressway com um contrato de 30 milhões de dólares. A estrada ligava Basra à fronteira da Jordânia, ligando Iraque longitudinalmente. O grande projeto Sifão para irrigar o território iraquiano com a água do Tigre e do Eufrates não pôde ser iniciado, pois os recursos foram usados na guerra contra o Irã.

É interessante notar que as relações Brasil-Bagdá provocam nos EUA uma reação que é explicada por Odete Maria de Oliveira (1999), pois Washington temia que com o pleno sucesso de tal parceria, o Brasil, já detentor de bomba atômica, passasse a exportar tecnologia nuclear aos adversários dos EUA, na África e no Oriente Médio. Em 1984, quando o General Figueiredo, que estava quase se despedindo do governo, assinou o Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Industrial-Militar entre o Brasil e os EUA. O acordo reabre a cooperação denunciada pelo Presidente Geisel desde 1977. Era uma forma de voltar “às boas” com o governo de Washington.

O governo do presidente João Baptista Figueiredo começava a enfrentar manifestações claras contra a ditadura militar, que mostrava sinais de enfraquecimento. As mobilizações populares e os atentados praticados pela linha-dura entre os militares começavam a abalar o País no final da década de 1970 e início da década de 80. Em 1979 o pluripartidarismo era permitido no Brasil. A crise econômica acompanhava a crise política e, em 1984, foi criado o movimento *Diretas Já*, que pedia a eleição direta para Presidente da República. A emenda foi derrotada no Congresso Nacional em abril.

Em 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves como o novo presidente, encerrando vinte e um anos de ditadura militar. Por outro lado, devido a sérios problemas de saúde, o presidente eleito vem a falecer no mesmo ano, sendo substituído pelo Vice-Presidente José Sarney, que deu a sua administração o nome de *Nova República*. No final daquele ano, eleições diretas para vários cargos são desenvolvidas no Brasil, assim como para governadores estaduais no ano seguinte. O novo Congresso Nacional recebia a incumbência de escrever a nova Constituição.

No ano seguinte, as reformas na economia são instauradas através do Plano Cruzado, mudando a moeda de Cruzeiro para Cruzado, congelando preços e salários por um ano, além de acabar com a correção monetária. Por outro lado, alguns ajustes se faziam necessários, porém não foram postos em prática para não prejudicar os candidatos governistas nas

próximas eleições. A manobra alcançou o resultado esperado, mas a inflação não podia ser controlada.

A Argentina já iniciara, no ano anterior, a redemocratização, porém o presidente Raul Alfonsín, que havia suspenso o envio de armas argentinas para o Irã, era convencido a retomar as exportações, segundo o Decreto 1723, de 7 de junho de 1984, que permitia o envio de vários equipamentos militares à República Islâmica do Irã. Segundo as informações a Argentina receberia US\$ 3.000.000 pelo material entregue (SEPRIN, 2001, *online*). As críticas da opinião pública residiam na questão da República Argentina ser um membro do Grupo dos Países Não-Alinhados e vender armas apenas a um dos beligerantes, uma vez que os mísseis Condor II foram enviados a Bagdá apenas para demonstração.

No ano seguinte, as vendas argentinas de material bélico ao Irã continuaram, sendo que o valor das exportações aumentou significativamente. A República Islâmica do Irã pagaria, em 1985, apenas por uma venda, US\$ 16.500.000, além do pagamento de peças de reposição referentes às compras iranianas de 1984. Os equipamentos exportados são descritos no Decreto 987, de 05 de junho de 1985.⁸⁰

A rivalidade argentino-brasileira atravessava as fronteiras da América do Sul. Entretanto, ambos mantiveram no continente o matiz da cooperação, uma vez que as negociações sobre um acordo nuclear orquestradas entre os dois presidentes civis já haviam iniciado. O novo presidente tinha conhecimento de projetos militares da Força Aérea Brasileira na área nuclear, na região da Serra do Cachimbo, assim como os mantidos pela Marinha Brasileira, na Usina de Aramar. Os dois presidentes procuraram comunicar as Nações Unidas sobre a cooperação nuclear que estavam inaugurando na América do Sul naquele ano. As tensões relativas a um conflito que envolvesse Brasil e Argentina estavam sendo dissipadas naquele momento, apesar do presidente José Sarney identificar que a pesquisa argentina estivesse mais adiantada que a nacional, em uma razão de dez anos. (MORAES NETO, 2005).

⁸⁰ A Argentina exportou, primeiramente, para o Irã, em 1984, 18 canhões 155 mm, além de 20.000 projéteis, além de equipamento de comunicação. Em 1985, as exportações incluíam um avião Púcara, dez blindados, além de bombas de vários tipos e munição de diversos calibres (SEPRIN, 2006, *online*).

A Argentina também suspeitava das intenções dos círculos militares na área nuclear, dessa forma o presidente Raul Alfonsín buscou informações com o próprio encarregado pelo projeto argentino, Almirante Castro Madero, o qual declarou que o país desenvolvia a tecnologia somente para fins pacíficos. De acordo com o Jornal *El Clarín* o governo estadunidense também começou a pressionar o presidente argentino para que não fosse feito o enriquecimento de urânio. O governo argentino, por sua vez, negava informações aos representantes do Congresso dos EUA que foram à Argentina. O país buscava alcançar, através da negação de possuir um projeto nuclear avançado, a confiança do governo democrático brasileiro para que as relações entre ambos apagassem a rivalidade que esteve constantemente ligada à história dos dois Estados (SANTORO, 2005, *online*).

As relações com a Argentina levaram a assinatura da Declaração de Iguazu, na qual os dois países afirmam a cooperação na área nuclear, dando início, segundo Eugênio Vargas Garcia (2000a), a um vigoroso processo de integração entre Brasil e Argentina. No mesmo ano da assinatura dessa Declaração, os dois governos assinam a Ata de Integração Brasileiro-Argentina, o Protocolo de Cooperação Nuclear, além de convidarem formalmente o Uruguai a tomar parte do processo de integração do Cone Sul.

Em relação aos EUA, os atritos e mal-entendidos durante o Governo Geisel já haviam sido desfeitos. O alinhamento da política externa brasileira com o Norte pôde ser visto ainda no Governo Figueiredo, com o desenvolvimento da Cooperação Industrial-Militar Brasil-EUA. Enquanto a parceria militar com os EUA era revitalizada, ocorria um retrocesso nos acordos comerciais com o Terceiro Mundo, pois dívidas, como aquelas contraídas por Saddam Hussein, junto às empresas de armamentos brasileiras, não foram pagas. Se a indústria militar brasileira não tinha um bom rendimento com os seus contatos em Bagdá, as indústrias e prestadoras de serviços “civis” não podiam se queixar, pois de 1978 a 1988 se exportava de serviços a automóveis para o Iraque. O pagamento era muito mais que conveniente em época de crise energética, como aquelas enfrentadas na década de 70: petróleo.

Os avanços brasileiros na área nuclear foram confirmados pelo Tenente-Brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro. A Força Aérea Brasileira (FAB) desenvolvia estudos para enriquecimento à laser do urânio, enquanto a Marinha Brasileira buscava com o Almirante

Othon desenvolver o enriquecimento através do modelo clássico, isto é, a ultracentrifugação. A pesquisa naval era desenvolvida em Iperó (SP), enquanto a da FAB era feita no CTA (Centro Tecnológico da Aeronáutica), em São José dos Campos (SP). A FAB já havia obtido um percentual de 52% de enriquecimento de urânio, utilizando o novo processo que estava a cargo do Brigadeiro Hugo Piva. A escolha da região da Serra do Cachimbo já havia sido feita (CASTRO; D'ARAÚJO, 2001, p. 165-166).

A Primeira Guerra do Golfo, como também foi chamado o conflito Irã-Iraque, desenrolava-se em uma frente de batalha longe da área dos países beligerantes. O Líbano, com seu território dividido entre várias milícias e grupos islâmicos passou a servir de cativeiro para reféns estadunidenses e estrangeiros capturados por guerrilheiros da Jihad Islâmica, apoiados e armados pelo Irã. A orientação do governo estadunidense aos seus funcionários era não vender armas ao país, desde a crise da embaixada dos EUA em Teerã, porém, durante a administração Reagan, a República Islâmica do Irã, em função do desgaste do seu arsenal e problemas de reposição de armamentos, ordenou o seqüestro de cidadãos estadunidenses no Líbano. As exigências para a libertação dos reféns foram acompanhadas por atentados a quartéis franceses e estadunidenses, da Força Multinacional em Beirute. Os EUA passaram a fornecer armas ao Irã, causando a reprovação desse ato entre os aliados árabes dos EUA na região.

A transferência de armas e munições estadunidenses para o Irã dependia de uma escala em Israel, que através de navios de outras nacionalidades transportavam a carga para aquela república islâmica. O episódio ficou conhecido como *Irãgate* ou Irã-Contras, uma vez que as armas saíam dos EUA como se fossem para a América Central, onde seriam repassadas aos grupos somozistas que combatiam o regime sandinista nicaraguense.

Por outro lado, a China também se esforçava em lucrar com o conflito armando os dois Estados beligerantes. O governo chinês havia vendido armas para o Iraque, mas também passara a vender material bélico para o regime de Teerã, usando a Coreia do Norte, conforme Dilip Hiro (1991), como corredor para esse comércio. A estratégia chinesa visava não abalar as relações que o regime de Pequim mantinha com os países árabes, que apoiavam o Iraque, como o Egito, que repassava uma grande quantidade de material bélico às Forças Armadas Iraquianas. A China não tinha interesse no fortalecimento de uma liderança islâmica no

O Oriente Médio, visto que isso poderia pôr em risco a sua estabilidade interna. O governo chinês mantinha sob vigilância a região de Xinjiang⁸¹, na Ásia Central, localizada próxima às repúblicas islâmicas da URSS. A invasão do Afeganistão havia fomentado um descontentamento dos muçulmanos contra os governos comunistas de Pequim e Moscou. A decisão do governo chinês para fortalecer sua posição em Xinjiang aumentou ainda mais a revolta dos muçulmanos chineses, quando foram enviados para a região cinco milhões de chineses étnicos (Han) com o intuito de apoiar as determinações de Pequim.

Apesar dos governos militares terem saído de cena, as relações com o Iraque ainda continuavam atraentes. Segundo o Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva afirmou, em entrevista a Leonardo Attuch (2003), que, entre 1987 a 1990, empresas como Embraer, Esca, Engesa e Imbel se uniram para criar uma empresa de sistemas bélicos avançados e foram ao Iraque oferecer o protótipo de um míssil a Saddam Hussein, durante o governo civil do presidente José Sarney. A indústria militar brasileira passa a ter os primeiros prejuízos nos acordos comerciais com o Iraque em 1987. Nesse mesmo ano, o presidente José Sarney viajou à Argentina para visitar as instalações nucleares argentinas em Pilcanyeu. Essa estada na Argentina tinha como objetivo a retribuição da visita do presidente Raul Alfonsín às instalações nucleares brasileiras, além de apurar a verificação brasileira que o governo argentino não tinha a intenção e condições de construir a bomba. Encerrava-se, dessa forma, segundo o Jornal *El Clarín*, a “[. . .] *carrera nuclear secreta entre ambos países y se inició una etapa de cooperación tecnológica y controles mútuos.*” (SANTORO, 2005, *online*).

O Brigadeiro Hugo Piva era o encarregado de projetar um míssil balístico brasileiro, dessa forma foi apresentado o Sonda 4, que seriam mísseis que poderiam transportar uma ogiva de 500 quilos a 280 quilômetros de distância, porém, posteriormente, uma remodelação poderia percorrer mil quilômetros. A tecnologia do combustível era a mesma do Condor II, isto é, utilizava combustível sólido. Acirrava-se a rivalidade Brasil x Argentina no Oriente Médio.

⁸¹Em 1996, a atuação de rebeldes confirmou as suspeitas do governo chinês que enviou tropas para sufocar uma rebelião separatista que culminou com a morte de 1000 pessoas e a prisão de 50.000 muçulmanos pertencentes a 7 organizações islâmicas, que planejavam a secessão de Xinjiang (XINJIANG UYGHUR AUTONOMOUS REGION, 2006, *online*).

A tecnologia brasileira na área de mísseis atraiu investimentos iraquianos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema Astros II. Vários técnicos iraquianos foram enviados à Avibrás para aprenderem a desenhar e projetar armas, além de estudos avançados em balística e tecnologia de ogivas, para Kenneth R. Timmerman (1992, p. 179), tratava-se do desenvolvimento de armas Sul-Sul. A indústria bélica iraquiana produziu, segundo o Autor, outros mísseis desenvolvidos a partir dos armamentos soviéticos, como o *Al Hussein*. Por outro lado, os governos brasileiro e iraquiano não afastavam a hipótese da construção conjunta do sistema Astros III (DEFESAGLOBAL, 2006, *online*).

Durante a “Guerra das Cidades”, em 1987, os dois países computavam, segundo Dilip Hiro (1991), 277 mísseis lançados nas principais cidades iraquianas e iranianas. Os mísseis *Al-Hussein* iraquianos começavam, gradativamente, a substituir os Scuds B soviéticos. O Iraque dispunha de mísseis soviéticos, também disporia de mísseis brasileiros, pois técnicos iraquianos vieram a São José dos Campos para acompanhar o teste do SS-300, segundo Timmerman (1992) cumpria a mesma tarefa do artefato soviético. Estruturava-se, naquela cidade paulista, uma operação com auxílio de técnicos franceses e alemães ocidentais para modificar os Scud-B e abastecê-los com combustível sólido.

Em 1987, o Brasil ainda mantinha um acordo com o Iraque para o fornecimento de diversos produtos, que rendeu ao país um lucro de 1,2 bilhões de dólares em dois anos. Nesse mesmo ano, começava a ficar clara a inviabilidade do projeto Osório, em função da falência da Engesa, por motivos que segundo Roberto Lopes (1994, p. 305), estavam nas mãos das “[. . .] grandes instituições financeiras.”

No ano seguinte a “Guerra das Cidades” entrava no seu segundo estágio, uma vez que o Iraque rompia as tentativas de paz estabelecidas pelos países beligerantes e a Síria, em Damasco. A volta dos ataques iraquianos às cidades iranianas, conforme Dilip Hiro (1991), ocorreu em função da declaração do Ministro sírio das Relações Exteriores, na Reunião da Liga Árabe, afirmando que seu país não diminuiria a ajuda militar que estava sendo enviada ao Irã. Por outro lado, a URSS pressionava a Líbia para não enviar mais mísseis aos seus aliados em Teerã, que encontrou na Coreia do Norte um novo fornecedor de mísseis. Segundo Steven J. Zaloga (2006, p. 35), a rápida reposição de mísseis oferecida pela indústria bélica iraquiana foi crucial para que o Iraque desenvolvesse uma ofensiva, fazendo que o governo

iraniano aceitasse as negociações de paz. O Irã aceitou, em 1988, incondicional e unilateralmente a Resolução 598 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que, em 20 de agosto, passou a supervisionar a trégua entre os Estados beligerantes.

O final do conflito com o Irã não impediu que o Iraque continuasse a se armar. De acordo com Steve J. Zaloga (2006), o governo iraquiano implementou na sua indústria bélica um aumento na produção de mísseis, que tivessem autonomia de vôo para atingir Teerã e Tel-Aviv. Além do já fabricado *Al-Hussein*, a indústria bélica de Saddam Hussein lançou o *Al-Abbas*, com alcance de 860 quilômetros, o *Al-Hijara*, construído especialmente para destruir instalações nucleares, especificamente no Irã e em Israel. O autor (2006, p. 35-36) chama atenção para o foguete *Al-Abid*, que era considerado um veículo de lançamento espacial. Outros dois modelos de lançadores foram desenvolvidos no final da década de 1980: *Al-Walfed* e o *Al-Nida*.

É interessante notar que todas essas melhorias feitas na indústria bélica iraquiana, especialmente na fabricação e programação de mísseis e foguetes aconteceram após a massiva transferência de tecnologia brasileira e *know how* levado a Bagdá pelo Brigadeiro Hugo Piva, que retornou do Iraque em 1989. A ajuda militar brasileira ao Iraque, na área de mísseis, foi ampliada depois que o Brasil assinou com a China um acordo nuclear bastante abrangente, que permitia a troca de assistência brasileira na área de combustível sólido, pela assistência chinesa nos sistemas de navegação e mistura de combustível líquido. A ajuda chinesa fez com que cientistas alemães, brasileiros e iraquianos conseguissem finalizar com sucesso o projeto do *Al-Abbas* (TIMMERMAN, 1992).

Enquanto a indústria bélica iraquiana continuava a sua nova produção, Saddam Hussein buscava fortalecer a sua posição no Oriente Médio. O líder iraquiano promoveu a criação do Conselho de Cooperação Árabe para aproximar o seu país da Jordânia, do Iêmen e do Egito. Esse país estava isolado dentro do mundo árabe após os Acordos de Camp David, passando a receber ajuda militar e econômica dos EUA e participando de exercícios militares conjuntos com as Forças Armadas Estadunidenses. A tentativa de Saddam Hussein de reabilitar o Egito no mundo árabe colocaria o presidente iraquiano na condição de líder regional, além de trazer para o seu lado o então mais bem equipado e preparado exército do Oriente Médio: o egípcio. Apesar de ter Forças Armadas experientes, em decorrência dos oito

anos de guerra contra o Irã, o Iraque tinha dívidas que deveriam ser pagas. A URSS pleiteava o pagamento de um montante de US\$ 40 bilhões, assim como todos os países árabes, enquanto o Ocidente cobrava do governo iraquiano o equivalente a US\$ 60 bilhões (FIELD, 1994, p. 84-85).

O governo iraquiano buscava auxiliar vários países árabes, como o Sudão, o qual fornecia material bélico capturado do Irã, para que o governo sudanês combatesse os rebeldes cristãos e animistas no sul do país. A Jordânia também se beneficiou das armas iranianas capturadas, visto que Saddam Hussein também ofertou vários lotes às Reais Forças Armadas da Jordânia. A ajuda iraquiana era também oferecida na área da educação, sendo que livros escolares foram enviados, como “Um Presente do Governo Iraquiano” (*Gift of the Iraqi Government*) para a Argélia, Marrocos e Tunísia, onde os estudantes recebiam convites para estudar no Iraque. Essa oferta era muito bem-vinda nesses países, uma vez que, a população era carente e a educação muito fraca. A assistência dada aos grupos palestinos continuava, visto que os grupos que ainda lutavam no Líbano tinham no líder iraquiano um aliado contra a hegemonia síria no território libanês (FIELD, 1994, p. 85-86).

A Guerra Irã-Iraque, que durou de 1980 a 1988, mostrava, em 1987, que os oponentes já estavam com suas economias cambaleantes em função do período pelo qual a guerra se desenvolveu. A Primeira Guerra do Golfo fez com que o Iraque, de acordo com Roberto Lopes (1994, p. 289), começasse “[. . .] a esquecer [. . .]” o pagamento de suas obrigações com a indústria bélica brasileira, algumas empresas no setor “[. . .] foram tentar ‘aliviar’ o prejuízo junto ao Exército Brasileiro.” A Embraer procurou um novo comprador para os aviões EMB-312 Tucano porque o governo iraquiano havia reduzido o número de unidades que seriam compradas. O Irã se interessou pelos aviões fabricados no Brasil e estabeleceu contatos para comprá-los. Dessa forma, o governo civil brasileiro continuou aplicando o Realismo visto durante Primeira Guerra do Golfo, isto é, passou a vender aviões para o Irã, enquanto honrava os contratos comerciais vigentes com o Iraque.

O governo brasileiro começou a treinar, concomitantemente, pilotos iraquianos e iranianos, porém, uma vez que os ressentimentos causados pelo conflito entre seus países, ainda eram recentes, a alternativa foi enviar os pilotos iraquianos para as instalações da EMBRAER, em São José dos Campos (SP), enquanto os pilotos iranianos foram enviados

para Lagoa Santa (MG). É interessante notar que os EUA proibiam a venda de qualquer armamento ao Irã, que tivessem componentes fabricados por empresas estadunidenses (COOPER; BISHOP; LUCCHESI, 2006). Por outro lado, deve-se lembrar que, apesar da denúncia do *Irãgate*, o mercado de armas ainda era o melhor negócio em que todos países lucravam, mesmo vendendo armas para ditos *inimigos*. O Brasil aplicava a Teoria dos Jogos, com um resultado positivo para todas as partes, como Israel havia feito há alguns anos.⁸²

Não foi apenas o primeiro calote iraquiano que desestruturou a indústria armamentista brasileira, a desarticulação do movimento terceiro mundista e o fim da lógica na política Norte-Sul, de acordo com Ricardo Sennes (2003, p. 80), “[. . .] atingiu em cheio alguns postulados centrais da sua política externa.” A diplomacia brasileira para ao Terceiro Mundo, que havia sido tão atuante nos anos 70 e 80 e com as bases firmadas ainda na década de 60, foi inoperante quando as relações brasileiras com o Oriente Médio passaram a sofrer uma forte reversão, conforme Ricardo Sennes (2003). Nitidamente, a intenção do Brasil era, através da ação da indústria bélica e do assessoramento nuclear brasileiro a Bagdá, estabelecer uma “[. . .] área de influência própria.”(SENNESES, 2003, p. 80), que se legitimaria fortemente pela união dos países do bloco Sul-Sul.

Outro fator que levou a indústria bélica nacional a enfrentar dificuldades foi a política externa estadunidense da Nova Guerra Fria, que mostrava uma contra-ofensiva do Governo Reagan, armando seus aliados em todos os continentes, evitando que a URSS conquistasse ou assessorasse outras vitórias como aquelas década de 70. A venda de material bélico americano em grande quantidade e a presença constante de assessores militares estadunidenses fazia com que o Brasil fosse aos poucos alijado da concorrência no segmento militar. A investida estadunidense enfocava, principalmente, países do Terceiro Mundo, exatamente aqueles que compravam armas brasileiras, como El Salvador, Honduras, Guatemala, Colômbia, Paraguai e Jordânia (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 1997). A política estadunidense visava, inclusive, recuperar o mercado latino-americano de armamentos que havia investido em material bélico israelense durante o governo Carter, que limitava o fornecimento de armas estadunidenses aos regimes latino-americanos e não mantinham políticas de direitos humanos conforme a visão pretendida pelo presidente dos EUA.

⁸²De acordo com Victor Ostrovsky e Claire Hoy (1992), o governo israelense ofereceu treinamento militar para a SWAT indiana, para guerrilheiros tamlis e para tropas cingalesas, ao mesmo tempo, inclusive em instalações militares israelenses próximas umas das outras e, às vezes, nos mesmos quartéis em horários alternados.

A Guerra Irã-Iraque fazia da região um mercado rentável para a indústria bélica, o Brasil vendia seus equipamentos para a Líbia, para o Irã e para o Iraque, que era considerado o “cliente preferencial”, sendo a prova disto, a remessa de urânio que recebeu em 1982, oriunda do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) em São José dos Campos (SP), centenas de quilos de urânio metálico purificado, segundo Moniz Bandeira (1989). O destino dessa carga era Osirak I, a usina nuclear iraquiana bombardeada por Israel. A questão dos armamentos com o Oriente Médio sempre esteve ligada ao petróleo. No final da década de 1980, logo após o fim da Primeira Guerra do Golfo, não foi diferente. A Arábia Saudita e o Iraque, que até então saldaram suas obrigações em petróleo, passaram a ditar o preço do barril do produto. O preço praticado era absurdamente alto, fazendo que as empresas brasileiras, principalmente a Engesa, tivessem que enviar mais equipamentos para equiparar o preço dos produtos com aquele firmado pelos sauditas e iraquianos, relativos aos barris de petróleo.

A crise não afetava apenas o setor petrolífero, a Engesa estava vivendo os tempos de promessas e de caridade do Governo Sarney. As promessas vinham dos 70 milhões de dólares prometidos pelos kuwaitinos, enquanto a caridade ficava por conta dos 120 milhões de dólares liberados pelo governo através do Banco do Brasil. A Embraer também queria a salvação através dos dólares iraquianos. A solução foi a venda de um satélite de observação militar a Bagdá, o que representava 80 milhões de dólares. Enquanto os brasileiros pediam sigilo, Saddam Hussein declarava aos seus vizinhos a sua capacidade de monitorá-los. Os protestos dos EUA não tardaram a chegar às portas do Itamaraty.

Conforme Marcelo Luis Montenegro (1992, p. 84-85), o Brasil privilegiou o Iraque como seu fornecedor de petróleo, em 1978 o País comprou 795 milhões de dólares do produto iraquiano. Em 1980, as compras brasileiras somavam US\$ 3.089.000,00. No final da década de 1970, o Iraque era apenas o quarto fornecedor de petróleo para o Brasil, respondendo por 9,32% do produto comprado pelo País. Na década seguinte, o país do oriente Médio já era o primeiro fornecedor de petróleo para o Brasil, alcançando o percentual de 20,51%, ultrapassando a quantidade comprada dos EUA (17,3%).

A alta do preço do petróleo, o aumento da taxa de juros do dólar no mundo, além do protecionismo crescente propagado pelos países do Primeiro Mundo, levou o País a rever a sua política externa e estratégias em 1979. A crise energética fez com que o Brasil importasse

80% do petróleo que necessitava, porém a excelente relação com o Iraque proporcionava a segurança no abastecimento, uma vez que aquele país do Oriente Médio, esteve, com exceção de 1981, por dez anos entre os cinco fornecedores mais importantes para o Brasil.

A inflação, a recessão mundial e os prejuízos causados pela crise energética fizeram com que o Brasil reorientasse a sua diplomacia, inclusive retirando da redação oficial a denominação “potência emergente”. Desde o final da década de 1970, o País havia firmado a condição de *couter trade* ou *barter trade* ou, em português, comércio compensado. Segundo Marcelo Luis Montenegro (1992, p. 91), esse tipo de atividade comercial utilizaria a conta petrolífera da Petrobrás para financiar as exportações.

Em 1985, o acordo que liberava a exportação de veículos Passat para o Iraque era assinado. Essa importação era compensada por uma remessa de 50.000 barris/dia, que foram importados pela Petrobrás por um período de três anos. No final desse prazo, assinou-se um protocolo para que bens duráveis brasileiros fossem exportados para o Iraque, utilizando essa prática comercial. Essa modalidade de comércio previa a reserva de um percentual de petróleo comprado pelo País, que seria o pagamento para os produtos comprados pelo Iraque. Nesse caso, a Volkswagen, fabricante desse automóvel, recebia o pagamento pelo Banco do Brasil em moeda nacional, após ser calculado o preço do veículo em relação ao preço do barril de petróleo (MONTENEGRO, 1992, p. 93-94).

De acordo com Marcelo Luis Montenegro (1992), existiam duas relações de produtos que poderiam ter a exportação para o Iraque compensada na conta da Petrobrás. A primeira lista poderia ser paga 50% em petróleo, enquanto os outros 50% eram financiados pelo Banco do Brasil. A composição dessa lista era feita com automóveis, bens de capital, maquinário e peças de reposição. O armamento brasileiro vendido ao Iraque estava incluído no item veículos pesados e/ou maquinário.

A outra lista era composta de produtos que seriam pagos integralmente com petróleo. Seria como se houvesse pagamento em moeda brasileira, uma vez que o exportador recebia o valor do produto diretamente do Banco do Brasil, que descontava da conta petrolífera o valor determinado relativo ao produto correspondente em número de barris. Os produtos dessa relação eram laminados, tubos de aço, pneumáticos, ladrilhos refratários, além de ferramentas

manuais e vários outros itens (MONTENEGRO, 1992, p. 94). Em dezembro de 1987, o protocolo entre a Petrobras e a INOC iraquiana era de US\$ 1,2 bilhões, que não chegou a ser efetivado.

As empresas brasileiras do setor estratégico-militar, assim como aquelas do segmento de alimentação, de serviços e fabricantes de automóveis, que mantinham contratos bastante lucrativos com o Iraque, tentavam firmá-los com outros países da região. A Líbia, por exemplo, chegou a comprar equipamento militar brasileiro, assim como o Egito e a Jordânia. Por outro lado, o governo de José Sarney assiste a derrocada das empresas brasileiras do setor estratégico que abasteciam os países do Oriente Médio. Vários contatos foram mantidos através da entrada brasileira no Iraque, conforme Leonardo Attuch (2002, p. 35), repórter da Revista *Isto É Dinheiro*: “A Sadia, que hoje exporta US\$ 150 milhões anuais para o Oriente Médio, também começou a desenvolver esse mercado atuando no Iraque.”

Outras alternativas foram procuradas para recolocar a indústria bélica nacional em condições de competir com empresas de outros países. A tentativa de fabricar um carro de combate para concorrer com os similares da França, Grã-Bretanha e EUA fracassou. O EE-T1 (Osório) foi oferecido no Oriente Médio, principalmente para a Arábia Saudita, que era cliente há muito tempo dos blindados britânicos.

Segundo Analúcia Danilevicz Pereira (2003), a Engesa ainda tentou fazer uma grande venda de equipamento militar ao Príncipe Mohamed F. Faiçal da Arábia Saudita, que visitou a fábrica. Conforme a autora (2003, p. 72), o acordo seria “[. . .] o maior contrato de defesa com o Terceiro Mundo (1 bilhão de dólares).” Não seria apenas a venda de armas que traria um alento à Engesa, mas a continuação na venda de aviões Tucano da Embraer e os sistemas de lançadores de foguetes Astros II da Avibras, além de ceder os direitos de fabricação de blindados da empresa para Riad, mediante o pagamento de “royalties” . Nenhum dos contratos foi celebrado, a Embraer declarava uma dívida de 20 milhões de dólares, enquanto a Engesa encerrava, até mesmo com o Exército Brasileiro, vinte anos de sucessos em fornecimento de material bélico. De acordo com Roberto Lopes (1994, p. 300): “Assim como a Engesa amargava o Natal de 87, e a Avibrás amargava o de 88, à fabricante do Bandeirante estava reservado, caso não acontecesse algo com uma extraordinária lucratividade, um triste final de 89.”

Em 1989, caía o Muro de Berlim, marcando o fim da divisão da Europa “do Oeste” e “do Leste”. A queda do muro marca também o início de um novo período, no qual a antiga inimiga dos tempos de Guerra Fria, a URSS, que depois voltaria, após a separação das outras repúblicas, a adotar o nome de Rússia. A Rússia, na década de 90, tomaria parte, inclusive, em ações sob a égide da ONU ao lado dos EUA, como fez nos Balcãs, na Guatemala e na Geórgia, segundo Lawrence H. Borts (1998).

No mesmo ano, o Iraque contabilizava os prejuízos de uma Guerra de oito anos contra o Irã, que devastou a economia dos dois países, ambos exportadores de petróleo. Bagdá invade o Irã, alegando crises na fronteira em função de problemas territoriais. O presidente Saddam Hussein passa a receber apoio dos EUA, Israel, União Soviética e de regimes árabes conservadores, como a Arábia Saudita e o Egito, que terminam uma vitória iraniana levando aos seus países árabes da região a Revolução Islâmica Iraniana (xiita), que depôs a monarquia, alijando Washington de uma importante posição estratégica na região. Os custos da Guerra, em perdas humanas, são de 300 mil iraquianos e 400 mil iranianos mortos, sem que haja um vencedor.

Ainda em 1989, o Brasil reclamava ao governo iraquiano sobre o déficit de aproximadamente US\$ 1,3 bilhões, que foi sendo somado entre débitos públicos e privados, segundo Marcelo Luis Montenegro (1992, p. 101). A situação foi gerada em função de atrasos de empréstimos, inversões e financiamentos dos setores públicos e privados, porém até o início da década de 1990 não foi apresentada nenhuma solução.

Um ano após a falência dos contratos da Embraer, em 1990, o Iraque invade o Kuwait provocando como resposta à formação de uma Coalizão internacional para libertar o país invadido. Os EUA capitaneiam essa força contra Bagdá, o que gerou a Segunda Guerra do Golfo, o que afetou ainda mais as posições do Brasil e do Iraque no mundo pós Guerra Fria.

Apesar de sair de uma guerra sem vencedor ou sem vencidos, apenas com uma grande quantidade de mortos, feridos e mutilados, o Iraque passa a ter o exército mais bem preparado da região. Essa condição passava a preocupar os demais países, que viram o Irã se enfraquecer militarmente e não sabiam o que esperar de Saddam Hussein, que tinha nas mãos uma máquina de guerra treinada em batalha por oito anos, com comandantes de unidades fiéis a

ele, aptos e acostumados a tomar decisões em combate. Isso era uma vantagem sobre os outros militares da região, que com exceção dos iranianos, não participaram de combates de longa duração em seus territórios. Alguns deles lutaram contra os israelenses, nas décadas de 60 e 70, sendo derrotados pelas Forças Armadas de Israel.

O Iraque não conseguia competir com os outros exportadores de petróleo, o preço do produto estava baixo. O petróleo representava 95% das divisas de exportações iraquianas. Segundo Christian G. Caubet (1991, p. 11), após o final da Guerra Irã-Iraque, “[. . .] nos dois anos subseqüentes, o restabelecimento dos fluxos comerciais normais com o resto do mundo, não permitiu que o Iraque recebesse os recursos necessários à reconstrução da parte do país que havia sido destruída durante a guerra.”

A invasão do Kuwait permitiu que se adonasse de 20% das exportações mundiais de petróleo, o que valorizava o preço, ajudando a amenizar a dívida externa iraquiana. Por outro lado, o Iraque via o Kuwait como parte de seu território, apesar de reconhecer a sua independência, entretanto, sem aceitá-la. A dívida externa iraquiana era de 75 bilhões de dólares, conforme Christian G. Caubet (1991, p. 11) “[. . .] a dívida para com o Kuwait é de cerca de 14 bilhões de dólares.” Há outra acusação contra o Kuwait segundo Bagdá, esse país retirava das jazidas iraquianas, através de exploração petrolífera, o produto que pertencia ao subsolo do Iraque, por isso exigia uma indenização de 2,5 bilhões de dólares.

A questão geográfica também servia como propósito, pois o Iraque havia entrado em guerra com o Irã por maior facilidade ao acesso às águas do Golfo Pérsico. O Iraque queria, por parte do Kuwait, a cessão das ilhas Warlah e Bubijan, através de arrendamento, que fosse. O Kuwait negou, pois um país como o Iraque, com as forças armadas treinadas em combate não seria bem-vindo ao território kuwaitiano, que na época contava com um efetivo de 16.000 militares contra 955.000 soldados regulares e 480.000 reservistas das três armas, mais a Guarda Republicana, a elite iraquiana.

Em agosto de 1990, o Iraque iniciava a invasão ao Kuwait, levando no seu arsenal equipamentos brasileiros. A resposta dos EUA foi imediata. Foi formada uma Coalizão internacional de vários países, sendo que alguns tiveram uma participação mais efetiva que outros. Enquanto os EUA apenas em reservistas convocavam 22.000 soldados, a França

enviava para a região 12.000 homens, a Argentina enviava 80 pára-quadistas e duas fragatas com suas respectivas tripulações. Antigos inimigos do período de Guerra-Fria também enviaram tropas, como a antiga Tchecoslováquia com 206 homens, e a Síria com 20.000 homens, mais 50.000 deslocados para a fronteira sírio-iraquiana. A Coalizão contou com 680.000 homens, que segundo Gordon Rottman e Ron Volstad (1993, p. 3) foi: “O maior esforço de deslocamento e logístico desde a Segunda Guerra Mundial.”⁸³

No Brasil, a guerra não atraía a atenção dos militares e do novo presidente em enviar tropas para fazer parte da Coalizão. Como ocorreu nas décadas de 50 e 60, o Brasil não aceitou os pedidos dos EUA para mandar tropas à Coréia e ao Vietnã. Em 1990, o governo brasileiro repete a mesma estratégia em relação à Segunda Guerra do Golfo.

Contudo, o Brasil acatou um pedido das Nações Unidas para que fosse estabelecido o embargo de armas para Bagdá, porém segundo Leonardo Attuch (2002), todas as relações comerciais entre os dois países começaram a ser congeladas a partir de 1990. Foi quando o Brasil, atendendo a uma resolução das Nações Unidas, aderiu ao embargo econômico contra o Iraque.

As diretrizes dos organismos internacionais passaram a ser aceitas pelo País, principalmente aquelas oriundas de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. De acordo com Cláudio Preza Júnior (2002), isso fica claro na XLVI Assembléia das Nações Unidas, quando no tradicional discurso de abertura feito pelo presidente brasileiro no cargo, foi dito pelo presidente Fernando Collor que o Brasil faria as reformas internas necessárias para atrair capitais externos.

Tanto para o Brasil quanto para o Iraque, a situação do pós-Guerra Fria não apresentava as condições do período em que ambos mantinham excelentes contatos nas áreas estratégica e comercial. O Iraque durante a Guerra Fria, principalmente após 1979, isto é, após a vitória da Revolução Islâmica no Irã, passa a ser armado por vários países ocidentais e financiado pelos seus vizinhos conservadores árabes para conter o perigo do fundamentalismo

⁸³ No original: “The greatest military deployment and logistical effort since World War II.” (Traduzido por José Luiz Silva Preiss).

islâmico. O próprio Brasil lucra com essa posição dos ocidentais, segundo Leonardo Attuch (2002, p. 35):

Na década de 80, as relações diplomáticas do Brasil com Saddam Hussein, embora não fossem incentivadas, eram toleradas pelo governo americano. Vinte anos atrás, o grande inimigo dos Estados Unidos no Oriente Médio era o Aiatolá Khomeini, do Irã, e não Saddam Hussein, que chegou até a comprar arma e artefatos biológicos dos americanos.

Por outro lado, não foi o final da Guerra Fria que eliminara esta indústria no Brasil, mas a investida dos EUA em ocupar o terreno perdido no Terceiro Mundo, juntamente com a Grã-Bretanha e França.

Em fevereiro de 1991, o Iraque era derrotado militarmente pela Coalizão, devendo se retirar do Kuwait. As experientes forças militares iraquianas, que combatiam quase que ininterruptamente por onze anos caem frente a 680.000 homens. As melhores forças armadas e as mais bem equipadas do Golfo Pérsico são derrotadas por forças estrangeiras com inigualável poder militar, baseado em uma tecnologia sem similar entre os iraquianos.

A ação da aliança internacional foi pautada em um primeiro momento, “[. . .] em nome do direito internacional, de seus princípios e da própria necessidade de garantir o abastecimento em petróleo.”(CAUBET, 1991, p. 45). A desocupação do Kuwait não foi a única exigência da ONU, que teoricamente estava coordenando as operações da Coalizão. O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas instaurava várias resoluções, segundo Christian G. Caubet (1991), que fazem parte das sanções contra o Iraque.

A resolução 661 da ONU (06/08/1990) se aplicaria em forma de embargo ou boicote ao comércio iraquiano, abrangendo os aspectos financeiros e militares. O Brasil se apressa em obedecer a essa resolução fazendo com que uma remessa de sistemas de foguetes Astros II, que foram originalmente encomendados pelo Iraque, fosse transferida para a Arábia Saudita, que os utilizou no conflito, segundo Gordon Rottman e Ron Volstad (1993, p. 30).

“A resolução 670 da ONU (25/11/1990) permite que se recorra ao uso da força e estabelece o prazo de 15/1/1991 para que o Iraque aceitasse as Resoluções da ONU.” (CAUBET, 1991, p. 46). Para o autor, a ação liderada pelos EUA visava impedir a fabricação de uma bomba atômica iraquiana a médio ou em longo prazo. Dessa forma, entende-se o porquê do ataque israelense anos antes. Por outro lado, o autor não coloca se o Iraque detinha o *know how* da fabricação do artefato, concedido pelo Brasil.

Após a derrota iraquiana, Brasília passou a computar os prejuízos do rompimento dos acordos de comércio com Bagdá, principalmente na área comercial, uma vez que as indústrias militares já haviam decretado falência.

Segundo Leonardo Attuch (2002, p. 31), o Projeto Sifão, que deveria bombardear as águas dos rios Tigre e Eufrates para irrigação, na época do estabelecimento do mesmo (1984) daria para o Brasil US\$ 3 milhões, o que atualmente seriam US\$ 10 bilhões, de acordo com matéria assinada por ele em 2002.

A Massey Ferguson exportou para o Iraque, no mesmo ano, 350 tratores e 100 colheitadeiras, de acordo com as regras da ONU, isto é, o programa Petróleo por Comida. As receitas iraquianas só podiam ser usadas para adquirir artefatos ligados à produção de alimentos ao povo iraquiano. De certa forma, há o envio de petróleo para o Brasil, uma vez que a Petrobrás não pode atuar no território iraquiano. A Volkswagen detinha um contrato de exportação de 1,7 bilhões de dólares, do qual faziam parte 175 mil carros Passat e 25% em autopeças.

A questão dos reféns brasileiros, em 1990, deixou a Saddam Hussein uma brecha para uma negociação com o Brasil para manutenção de serviços brasileiros. Quatrocentos e cinquenta trabalhadores brasileiros ficaram retidos no Iraque, uma vez que o governo de Bagdá suspendeu a concessão de vistos de saída do país. Na chefia da delegação brasileira estava o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que era bem-aceito pelos países árabes, pois segundo Leonardo Attuch (2002, p. 88): “[. . .] era identificado como diplomata empenhado em romper o bloqueio no acesso a tecnologias de ponta, especialmente nuclear, espacial e de mísseis, imposto pelos países industrializados aos mais pobres.” É bastante conhecida a boa relação que o Embaixador tinha com os governos militares que forneceram

essas tecnologias ao Iraque. Os trabalhadores, na maioria da Mendes Júnior foram libertados em 15/01/1991, porém 230 milhões de dólares foram deixados no Iraque em equipamentos.

Tais equipamentos passaram a ser responsabilidade do Governo iraquiano, como comunicado ao Banco do Brasil, e foi feito um seguro contra os danos prováveis provocados pela guerra. O governo brasileiro anunciava, assim, os créditos de empreiteira, passando a ser credor do governo iraquiano. A Câmara Internacional do Comércio, em Paris, foi comunicada pelo diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, Narciso da Fonseca Carvalho, que o banco assumira os créditos da empresa em relação ao Iraque. Leonardo Attuch (2003, p. 90) resume bem os prejuízos da relação Brasil e Iraque surgidos em decorrência da Segunda Guerra do Golfo: “Terminaram as obras, mas a herança do relacionamento Brasil-Iraque iria pesar nos anos seguintes.”

Se as relações entre Brasília e Bagdá trouxeram tantos proveitos para o Brasil durante o período das crises do petróleo, passavam, no início da década de 90, a trazer prejuízos incalculáveis. Começava um contencioso jurídico no Brasil, opondo Mendes Júnior e o governo brasileiro, que disputaram alguns bilhões de reais. Como já foi observado, com o final da guerra o governo assume os créditos da Mendes Júnior, desobrigando a empresa mineira das suas obrigações em relação ao Banco do Brasil. Nesse momento, o governo brasileiro deveria se habilitar junto às Nações Unidas, a fim de receber os pagamentos do governo iraquiano. Esse foi o procedimento adotado por diversos países participantes dos momentos de glória junto ao governo do Iraque, e que agora buscavam as reparações devido à guerra.

Após várias verificações, o Tesouro Nacional cobriria as perdas do Banco do Brasil, devendo à Mendes Júnior várias dezenas de milhões de dólares. O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) ressarciria o banco, uma vez que o instituto cobria todos os contratos. Apesar do risco de guerra fazer parte dos contratos, o IRB negou o ocorrido e o valor da pendência somava 303,2 milhões de dólares, segundo Leonardo Attuch (2003, p. 95). O banco não recebeu o que lhe era devido.

A alternativa encontrada pelo governo brasileiro foi pagar e liquidar as dívidas da construtora na totalidade e, assim, poder buscar junto ao governo de Bagdá ou em foros

internacionais de arbitragem, como a Câmara Internacional do Comércio em Paris, o ressarcimento que lhe era devido. Outra pendência residia na retirada do equipamento da Mendes Júnior do Iraque e sua posterior venda.

Todo esse procedimento já descrito seria o caminho a ser formado, porém na última instância o governo brasileiro deveria esperar os seus créditos que seriam recebidos somente se fossem habilitados junto às Nações Unidas. Finalmente, em 1994, o Brasil vê suas pendências em relação ao Iraque chegarem ao termo. Brasília não habilitou seus créditos e abdicou de seus direitos, pois parte da dívida do Iraque foi paga, uma vez que o governo de Bagdá foi autorizado pela ONU a exportar quantidades limitadas de petróleo, sendo trocados por remédios e alimentos ou, como já foi mencionado, por maquinário agrícola voltado à produção de alimentos. O dinheiro vinha das Nações Unidas que, de acordo com Leonardo Attuch (2003, p. 100), “[. . .] descontavam um percentual para o pagamento das dívidas de guerra.”

A negligência do governo brasileiro em não habilitar os créditos fez com que a Mendes Júnior e o Governo Brasileiro não recebessem o dinheiro devido pelo governo iraquiano, que seria pago pela Comissão de Guerra do Golfo, criada pelas Nações Unidas. Provavelmente, os créditos já prescreveram.

O comércio entre os dois países chegou à soma de 30 bilhões de dólares, porém a guerra de 1990-91 fez com que o Iraque fosse condenado a um embargo que, segundo Leonardo Attuch (2002), o colocou na fase pré-industrial. O petróleo gerou riqueza, fazendo o Iraque alcançar a condição de potência regional e um arsenal invejável, comprando milhões de dólares em armas brasileiras e em tecnologia nuclear do Brasil, passou a servir de moeda de troca por comida e remédio, além de servir como produto a ser contrabandeado pelo território iraquiano. De uma forma ou de outra, ou seja, lícita ou não, o petróleo passou apenas a garantir uma subsistência mínima ao Iraque e a sua população.

O início da década de 90 mostrou o final de uma união que vinha sendo desenhada entre Brasil e Iraque desde o início dos anos 70, quando os dois países de Terceiro Mundo buscavam a grandeza fora dos ditames das duas potências da Guerra Fria. Apesar do Governo Brasileiro ter feito, algumas vezes, de acordo com seu poder de barganha gestos de

aproximação aos EUA e ao Iraque, por sua vez, este agiu da mesma forma em relação à Moscou, até mesmo, em relação a Washington.

A década de 90 também marcou o fim da Guerra Fria, além de inaugurar um outro tipo de conflito, isto é, sob a égide da ONU, tropas de vários países poderiam desembarcar em expedições punitivas em outros territórios, e puni-los por ações que fossem condenadas, não pela Organização das Nações Unidas, mas por Washington. Dessa forma, as lembranças com as relações comerciais na área estratégico-militar com o Iraque passaram a ser incômodas, principalmente porque o Brasil impulsionou o projeto nuclear iraquiano. A solução para o presidente Fernando Collor de Melo para apagar essa mácula do passado brasileiro, aos olhos dos EUA, seria o retorno ao alinhamento automático brasileiro a Washington e aos organismos financeiros internacionais.

Após a posse, Fernando Collor de Melo tinha que responder ao mundo com uma política externa que explicasse o envolvimento brasileiro no Iraque e os novos rumos do alinhamento com os EUA, principalmente depois do embargo instaurado pela ONU contra o Iraque, na verdade foi uma exigência dos EUA, que capitanearam as ações militares da Tempestade no Deserto (*Desert Storm*).

Segundo Richard Connaughton (1992, p. 104), “[. . .] o Presidente Fernando Collor de Mello admitiu que no passado o Brasil forneceu ao Iraque tecnologia nuclear.” Por outro lado, ainda de acordo com o mesmo autor, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil apelou para que os vinte cidadãos brasileiros trabalhadores no programa nuclear iraquiano, que foram chamados de “*high technology mercenaries*” (mercenários de alta tecnologia), voltassem ao Brasil por “razões patrióticas”, ou seja, para não atrapalharem a política de Collor de alinhamento a Washington. Toda e qualquer ligação brasileira com o “novo inimigo do mundo livre” deveria ser esquecida, e se houvesse alguma ligação recente deveria ser abortada, principalmente se dissesse respeito à área estratégico-militar. O presidente, em setembro de 1990, participou da cerimônia na Serra do Cachimbo, que cessa as atividades do Campo de Provas Nucleares, sendo inclusive, compartilhadas com Bagdá. Enquanto Collor fazia o *mea-culpa* diante de Washington, conforme Cláudio Lopes Preza Júnior (2002, p. 122), haveria “[. . .] um embate com o Brasil do passado” e o “Brasil Novo”, isso poria fim

ao paradigma autonomista, que durante os últimos sessenta anos vinha marcando a política externa brasileira.

Acompanhando a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos, como foi colocado por Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), o Brasil teve que se adaptar a esse novo cenário internacional. Segundo os autores “[. . .] o Itamaraty teve dificuldades de reagir.” (p. 455)

A década de 90 mostrou uma política externa de orientação confusa, principalmente com o Governo Collor. Paulo Nogueira Batista (1993, p. 108), entretanto, coloca que “[. . .] a diplomacia de ex-presidente não teria sido produto de convicções exclusivas, mas teria resultado de pressões externas sempre presentes e de percepções razoavelmente difundidas no país [. . .].” Collor buscava, como um reflexo do seu temperamento, a concretização imediata do Brasil competitivo na economia mundial. Por outro lado, não se pode negar que o programa de Collor era nada mais nada menos que a busca e simples aplicação do Consenso de Washington, o mais puro exemplo da filosofia ultraliberal. Esse programa idealizado pelos EUA era, de acordo com os representantes das agências do governo estadunidense e das instituições de crédito sediadas em Washington, o meio mais adequado para a América Latina. A participação dos Estados latino-americanos seria mínima.

O Governo Collor quis liquidar a inflação com um golpe certo e eficaz e criou o “Plano Collor”, o qual foi recebido friamente pela comunidade financeira internacional. A imagem do “Brasil Collorido” piora quando o governo passa a pleitear os mesmos descontos concedidos aos mexicanos no pagamento da dívida externa. Na área da política macroeconômica, o governo Collor passa a colecionar fracassos, o que leva o FMI a exigir um alinhamento imediato, não apenas aos objetivos do Consenso de Washington, mas aos meios. Estava claro que os credores externos passariam a ditar as metas da política macroeconômica, principalmente, a renegociação da dívida externa.

A questão da renegociação da dívida era uma forma de barganha que Washington detinha para privilegiar aqueles e tão somente aqueles que adotassem na totalidade as medidas impostas pelo Consenso de Washington. Essa renegociação faria com que os países da América Latina se tornassem eternos dependentes do BIRD e BID, além do que, ao término

das obrigações com o FMI, passariam a ocorrer uma série de condições que passariam a ditar a política e os gastos com a defesa dos países latino-americanos.

A personalidade de Collor marcada pela impaciência fez com que todos os obstáculos ao Consenso de Washington fossem derrubados rapidamente, principalmente se comparados ao México, que o fez em dois mandatos presidenciais distintos. Se Collor quis se inspirar nos países desenvolvidos, a sua visão estava equivocada, pois tais países primeiramente procuraram se proteger através de mecanismos de salvaguardas comerciais.

No âmbito regional, Collor busca um projeto ambicioso nos moldes do mercado comum da Europa ocidental. O Mercosul é outro ponto atingido pela impaciência presidencial, que não respeita os prazos e os objetivos, nem mesmo as necessidades de ajuste dos setores das economias nacionais, assim como o próprio impacto gerado pela integração e suas conseqüências para o Cone Sul.

A independência conquistada pelos governos militares ao ditar as bases para suas indústrias militares, programa nuclear e busca de novos parceiros militares (Iraque) vão de encontro ao que foi estabelecido por Collor. O presidente, segundo Paulo Nogueira Batista (1993, p. 111), “[. . .] com seu deslumbramento provinciano pelo Primeiro Mundo”, acaba assumindo uma postura típica de país subdesenvolvido e colonizado. De acordo com o autor, Collor confundiu o poderio militar de Washington com o poderio econômico. Dessa forma, estava instaurada a subserviência na área estratégica e na área econômica. Esse pensamento se deve a uma leitura *collorida* rápida e deficiente do que ocorria no mundo, desde a vitória estadunidense na Guerra Fria aos acontecimentos que levavam soldados de várias nacionalidades para os campos de batalha da Segunda Guerra do Golfo.

A política externa de Collor foi restrita às relações com Washington, porém não chegou ao mesmo comportamento do presidente da Argentina, Carlos Saul Menem, que enviou uma “representação” argentina ao Golfo Pérsico para fazer uma “participação especial” frente ao Iraque. Os oitenta pára-quedistas argentinos e as duas fragatas não se aproximaram da área de operações navais ou dos campos de batalha. No campo nuclear, Fernando Collor de Mello e Carlos Saul Menem se comprometeram a manter os acordos estabelecidos pelos seus antecessores.

Em 1990, os dois presidentes assinaram a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, que estabelecia o Sistema Comum de Contagem e Controle, que posteriormente daria lugar à ABACC (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares), por outro lado Julio Carasales (1995, *online*), declarou que apesar da atuação conjunta na área nuclear, tanto Brasil quanto Argentina eram extremamente contrários ao TNP. Ambos os países, em 1988, demonstraram o desejo de desenvolver um submarino nuclear, sendo que o Brasil adotaria um modelo baseado em um projeto totalmente nacional, como a França havia feito há anos (CARASALES; MADERO; COHEN, 1992). A Argentina já admitia as dificuldades para a construção do submarino. Na verdade, nenhum dos dois Estados levou adiante a construção dos submarinos.

A percepção de Collor quanto à capacidade estadunidense de potência econômica foi equivocada, pois não percebeu que outros pólos passaram a emergir, tais como o Japão e outros países da Ásia, como a própria China, e os líderes europeus com Grã-Bretanha e Alemanha, que se mostravam em melhores condições do ponto de vista econômico, financeiro e tecnológico. Outra demonstração da visão distorcida de política externa e econômica de Collor, em relação aos EUA, é que Washington é segundo parceiro comercial do Brasil, sendo a Comunidade Econômica Européia o primeiro. Essa falta de percepção apontaria para em bilateralismo Washington-Brasília que não traria nenhum benefício para o Brasil, que estava atrelado ao Consenso de Washington.

O alinhamento automático a Washington da política externa de Collor pode ser percebido em dois exemplos. Primeiramente, o Brasil acompanha os EUA nas suas controvérsias com a Comunidade Econômica Européia (CEE), no que diz respeito aos produtos agrícolas temperados, que não afetava diretamente o Brasil, de acordo com Paulo Nogueira Batista (1993). O Brasil demonstrava *um grau adicional de marginalização* nos negócios internacionais, quando aceita toda e qualquer decisão entre os EUA e a CEE antes mesmo que ela venha a ser tomada. O mesmo autor coloca que em 1991, o Brasil age como “mero coadjuvante” da delegação estadunidense.

Outro exemplo de alinhamento a Washington feria inclusive a soberania nacional, tocando um ponto bastante delicado na visão estratégica brasileira: a Amazônia. A CEE, em uma reunião do G-7, no Texas, decidiu sobre o monitoramento internacional da Amazônia

brasileira, em 1990, sem a presença do Brasil. A aceitação do presidente Collor em colaborar com esse procedimento demonstrou a sua total subserviência aos ditames do Primeiro Mundo.

Não se pode negar, segundo Paulo Nogueira Batista (1993), que o Itamaraty ficou fora do planejamento ativo da formulação da política externa do presidente Collor. Por outro lado, a ação dos diplomatas brasileiros veio proteger o Mercosul, apesar de alguns membros do Ministério quererem negociar nas bases do bilateralismo. A logística da ECO 92 também fez com que o Itamaraty fosse preservado, assim como a atuação dos seus membros no evento, o que não foi retratado no comportamento da “política externa do presidente”, que divergia da linha de atuação do Ministério.

A longa lista de sucessos do Itamaraty pode estabelecer uma relação com o período da crise do petróleo em 1973, quando a ação dos diplomatas brasileiros na Arábia Saudita e no Iraque trouxe para o Brasil o produto com preços abaixo daqueles praticados no mercado internacional, além de projetar a indústria militar brasileira naquela região.

A atuação do Itamaraty foi de suma importância na libertação de 450 brasileiros detidos, no Iraque, durante a Segunda Guerra do Golfo, principalmente pela atuação do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Por outro lado, as negociações da Mendes Júnior para sua retirada do território iraquiano não foi facilitada pela política externa do governo Collor. Segundo J. Murilo Valle Mendes, Presidente da Mendes Júnior, em entrevista a Leonardo Attuch (2003, p. 126), “[. . .] o governo do presidente Collor gostava de transformar tudo em espetáculo. Por isso, o que era fácil ficou complicado”. O presidente Collor chamara o presidente Saddam Hussein de insano em uma conversa com o presidente Bush, conforme Bernard Anson. Essa notícia veio a atrapalhar consideravelmente a retirada dos brasileiros do Iraque, mesmo após a delegação brasileira ter conseguido 65% dos vistos para a liberação dos brasileiros, de acordo com Cláudio Lopes Preza Júnior (2002, p.121). Dessa forma a Mendes Júnior negociou diretamente a sua saída do Iraque com a perda de equipamentos. De acordo com o presidente da empreiteira, “[. . .] se tentou tirar proveito de uma situação delicada.”

A atuação do presidente Collor no cargo aumentou a inflação e o desemprego, além dos insucessos no plano macro-econômico, em nome de sua submissão obstinada ao primeiro

Mundo, fazendo com que esse fosse o único destino de vários brasileiros através da imigração. A postura da população brasileira face aos desmandos do presidente fez com que a opinião pública internacional visse o Brasil como um país digno de credibilidade. Por outro lado, apesar do processo de impeachment e a renúncia de Fernando Collor de Melo, deve-se ter claro que a sua disposição se fez pela ação de grupos que o colocaram no poder e que foram visivelmente prejudicados pelas suas políticas interna e externa.

A área estratégica também foi afetada pelo governo Collor, que de acordo com Cosme Degenor Drumond:

A antiga visão estratégica, voltada a capacitar o Brasil um projeto e produção de avançados Sistemas de Defesa, não teve continuidade. Se tivesse sido preservada com igual intensidade de convicção política a partir dos anos 90, o País possivelmente teria mantido pelo menos sua posição de liderança tecnológica e industrial nesse campo entre os países ditos emergentes. (DRUMOND, 2003, p. 32).

Como Fernando Collor de Melo optou pelo alinhamento automático a Washington, a área de defesa não ficaria fora da sua política externa, uma vez que já estava previsto esse alinhamento pelo Consenso de Washington. Por outro lado, a precipitação do presidente e a sua subserviência não deixaram que os dados da balança comercial brasileira, no período da indústria militar atuante, fossem corretamente analisados, conforme o autor já citado:

A indústria de defesa do Brasil tem, hoje, pouca participação na balança comercial, ao contrário do que ocorria no passado, notadamente em 1987, ano de maior expressão. Atualmente, cerca de US\$ 500 milhões são exportados, incluindo-as a venda dos produtos militares da Embraer. (DRUMOND, 2003, p. 33).

Deve se notar que o autor menciona o ano de 1987, quando começa a derrocada nas indústrias de defesa, porém apesar do final que se aproximava, as empresas brasileiras ainda obtiveram um excelente lucro, cumprindo os contratos em vigência no período. Todos os países sabem que os custos militares objetivam estimular a atividade de Pesquisa e Desenvolvimento (P & D). Dessa forma, os EUA, aproveitando esse alinhamento, se

esforçam para que o governo de Washington ganhe a concorrência do Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), no valor de US\$ 1 bilhão. Nota-se que nessa conjuntura de colocar a Amazônia como área de vigilância internacional, seria grande utilidade um sistema de vigilância oriundo dos EUA. O Brasil recebeu propostas para a venda de mísseis à Força Aérea Brasileira (FAB), oriunda da África do Sul de US\$ 70 milhões pelo desenvolvimento do artefato. É interessante notar que as indústrias militares brasileiras não foram ouvidas.

O País produziu vários programas de pesquisa para mísseis, inclusive desenvolvendo o Sistema Astros II, utilizado pelo Iraque e pela Arábia Saudita na Segunda Guerra do Golfo. A simples volta ao alinhamento a Washington era responsável pela compra de materiais no exterior, especialmente na África do Sul, que desenvolveu sua indústria militar depois que a indústria militar brasileira já estava sendo reconhecida internacionalmente. Esse foi o preço pago pela área de defesa à aceitação no Consenso de Washington. A década de 90 intensifica o processo de sucateamento das Forças Armadas Brasileiras, “implementado”, ou melhor, “continuado” por Fernando Collor de Melo, que não quis resgatar, por questões já mencionadas, a produtividade das indústrias bélicas brasileiras. A sua subserviência ao Consenso de Washington foi tão expressiva, que não o deixou lembrar do Brasil exportador e pesquisador de tecnologia militar que rivalizava com países europeus e EUA. O então presidente deixou esse legado, pois seus sucessores continuaram a rezar pela cartilha do Consenso de Washington e todos esquecem o que Raymond Aron preconizou:

Quando se trata de exercícios regulares, o potencial humano e industrial fixa limites estreitos à ação do chefe militar. Não há um grande exército moderno sem uma grande indústria. Todo o país dotado de uma grande indústria pode levantar um grande exército. (ARON, 1976, p. 426).

O ônus do governo Fernando Collor de Melo para a indústria brasileira não foi apenas na área da defesa, na qual foram esquecidos contratos e contatos importantes no oriente Médio, mas também na indústria da informática, segundo Cláudio Lopes Preza Júnior (2002, p. 123): “[. . .] os militares conseguiram vislumbrar o futuro estratégico dos bens da informática.” O mercado brasileiro, entretanto, recebeu o “*golpe de misericórdia*” collorido, quando o presidente desconsiderou as formas protecionistas adotadas pelo Brasil e estabelece

a liberalização. Assim, o projeto do deputado Luiz Henrique, que visava manter os privilégios das empresas nacionais é derrubado.

A posição do presidente Fernando Collor de Melo em várias ocasiões e sobre vários temas mostrou uma posição coerente com o seu alinhamento a Washington, que teve como mandamento os ditames do Consenso de Washington. A aceitação de temas como a questão da defesa e da economia, além de aceitar passivamente as decisões internacionais sobre a Amazônia, mostram que a idolatria aos EUA levou o Brasil a esquecer todos os caminhos trilhados na sua política externa desde a década de 60. Além de mostrar uma completa aceitação do Consenso de Washington, o governo Collor mostrou que lhe faltava um projeto para levar a Nação a manter a posição conquistada nas três décadas anteriores, em termos comerciais com o Terceiro Mundo, não se podia esperar que houvesse uma política externa coerente. A subserviência do Governo Collor apresentou a sua faceta mais emblemática no início da Segunda Guerra do Golfo, quando conforme Marcílio Marques Moreira (2001, p. 246), os EUA requisitaram à Embaixada Brasileira em Washington, os códigos dos *softwares* dos sistemas Astros II vendidos ao Iraque, em operação durante o conflito.

Se a América Latina foi de certa forma sufocada pelo *diktat* do Consenso de Washington, a rebeldia iraquiana foi punida com a invasão internacional capitaneada pelos EUA, naquele momento a potência hegemônica mundial, e por uma coalizão sob a égide da ONU. A tentativa do Brasil de participar da “conquista” de mercados e aliados no Oriente Médio e na América Latina foi, na verdade, uma estratégia que vinha ao encontro da política estadunidense durante o período da Guerra Fria. Apesar da ruptura do período do Governo Geisel, denunciando o Acordo Militar Brasil-EUA e procurando a parceria alemã na área nuclear, o País nunca operou contra os interesses estadunidenses de combater o inimigo externo, assim como o Iraque, que apesar de comprar armas da China e da URSS, sempre combateu o “inimigo infiel” servindo, inclusive, aos propósitos estadunidenses em conter os possíveis avanços da revolução islâmica iraniana. A importância do Brasil como fabricante de armamentos não pode ser diminuída, seja através de dados ou palavras.

Luciano Ozório Rosa (2000, p. 431-455) alegou que a participação das indústrias bélicas brasileiras nos arsenais iraquianos não somava mais de 0,4%, o que não condiz com a informação do SIPRI, em março de 2003, que mapeou as entregas de armas para o Iraque de

1973 a 2001, mostrando que os armamentos brasileiros nos arsenais iraquianos chegaram a 2%, tratando-se apenas de armamento convencional. De acordo com os dados suecos, o percentual oferecido pelo autor não foi visto nem mesmo nos anos em que o País exportou menos armas para aquele país do Oriente Médio. Se comparado aos percentuais exportados por países desenvolvidos e a China, URSS e países do Pacto de Varsóvia, o total exportado pelo Brasil é pequeno, mas para uma indústria bélica de um país de Terceiro Mundo, que desenvolveu, inclusive, uma indústria e projeto nuclear, houve um grande progresso, que foi abortado em função de estratégias que visavam à aproximação aos EUA (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2006, *online*).

A retirada do material bélico brasileiro do Iraque promoveu a falência da cidade de São José dos Campos (SP), a qual abrigava 80% das operações da indústria bélica nacional, além da remodelação de várias indústrias em unidades de produção civil. Na Argentina, o quadro era semelhante, visto que várias indústrias foram fechadas em função da retirada dos produtos militares argentinos do mercado mundial, sendo esse um dos ditames do Consenso de Washington.

Apesar do quadro desfavorável para a presença de empresas brasileiras no Iraque, após a queda de Saddam Hussein, os negócios brasileiros com aquele país, em 2003, somaram US\$ 36.479.122, sendo que no ano anterior contabilizaram o dobro deste valor, segundo Jalal Jamel D. Chay, da Câmara de Comércio Árabe- Brasileira, com dados da SECEX.⁸⁴

⁸⁴ SECEX-Secretaria de Comércio Exterior, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.)

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho pretendeu demonstrar que o processo de criação do Oriente Médio, como é conhecida e delimitada a região atualmente, atendeu as necessidades das potências européias no século XIX, que nos primeiros anos do século XX passaram a explorar incessantemente o petróleo recém-descoberto. O estabelecimento do Oriente Médio, assim como o estabelecimento da Conferência de Berlim, visava atender os interesses europeus e estadunidenses, além de manter a região como uma importante fonte de petróleo a ser explorada por companhias ocidentais. A partir disso, toda e qualquer resolução para e no Oriente Médio deveria satisfazer os interesses ocidentais. A América Latina, especificamente, a América do Sul não estava fora dessa lógica, visto que as duas regiões ofereciam matérias-primas essenciais e estratégicas ao progresso do Ocidente.

As duas guerras mundiais fizeram com que as potências ocidentais mantivessem seus esforços para salvaguardar as duas regiões, posteriormente devia-se proteger o Oriente Médio e a América do Sul dos avanços dos países comunistas. As duas regiões desempenharam funções essenciais na contenção desse avanço, mostrando formas avançadas de cooperação, porém tais alianças ajudavam a manter os interesses estadunidenses tanto no Oriente Médio quanto na América do Sul.

A aproximação de soviéticos e chineses, no pós-Segunda Guerra Mundial, era um risco para os interesses ocidentais, assim como o nascimento de lideranças locais que se levantavam contra a França, a Grã-Bretanha e os EUA, as quais retiravam da região o petróleo vital para suas economias. A manutenção de aliados e fornecimento de armamentos era a moeda de troca pela matéria-prima do Oriente Médio. Por outro lado, era impossível sufocar o nacionalismo árabe que buscava outros fornecedores e modelos. Países como o Brasil souberam responder, ainda que tardiamente, o apelo árabe e se colocar como fornecedor de tecnologias para o Iraque. Outrossim, essa atitude brasileira era parte da cooperação com os

EUA já vista na América Latina, a qual era transplantada para o Oriente Médio para assegurar a permanência de países chave da região próxima a uma área de influência ocidental.

O estabelecimento da Política Externa Independente (PEI) começou a levar o Brasil a uma posição de destaque, fazendo com que se abrissem os caminhos para o comércio e intercâmbio em várias áreas que fossem de interesse brasileiro. Na década de 1970, os governos militares passaram a seguir preceitos da PEI, pois almejavam alcançar a independência na política externa em relação a Washington. Por vezes essa “rebeldia” serviu como poder de barganha, como Vargas havia feito em relação à Alemanha, na década de 1940, porém fez com que o Brasil conquistasse excelentes mercados no Terceiro Mundo, principalmente no Iraque. Dentro da estratégia estabelecida, o País estabeleceu o comércio de compensação com aquele país do Oriente Médio, como já havia feito com a Alemanha há trinta anos.

O Brasil manteve com o Iraque uma relação estratégica e comercial, que de certa forma agradou os EUA. Apesar do Iraque ter recebido armamento soviético, esse país nunca esteve na área de influência de Moscou. Durante os conflitos no Oriente Médio, a qualidade do armamento soviético mostrou-se inferior àquela das armas ocidentais. Era necessário buscar nos EUA armas iguais àquelas que o inimigo iraniano possuía. Dessa forma, estabeleceu-se a influência estadunidense nas políticas do Oriente Médio, da mesma forma que já se estabelecia na América Latina.

O conflito Irã-Iraque, que desestabilizou a região, ampliou as possibilidades dos Brasil no Oriente Médio, ao mesmo tempo em que o País cooperava abertamente com os EUA na luta anticomunista na América Central. Ao Brasil era permitido obter os dividendos dessas relações, porém o objetivo estratégico de evitar a propagação de inimigos dos EUA em ambas as regiões deveria ser alcançado a qualquer custo. As relações privilegiadas com Bagdá faziam com que várias empresas enviassem grandes parcelas de suas produções para aquele país do Oriente Médio. Dessa forma, o Brasil lucrava com carregamentos de petróleo, enquanto o mundo era assolado pelos choques do produto.

A restauração da democracia no Brasil trouxe, junto às eleições diretas, a eliminação desses contratos milionários e a falência das indústrias bélicas brasileiras, além de um

alinhamento automático e Washington. A Argentina também buscava fortalecer os seus laços com os EUA, dessa forma encerrava a rivalidade com o Brasil, transformado-a, inclusive, em cooperação na área nuclear. A política estadunidense para fiscalizar os projetos nucleares brasileiros e argentinos era alcançada com êxito, no momento que ambos os países sul-americanos abdicavam da construção de qualquer artefato nuclear.

Os prejuízos comerciais brasileiros não ocorreram apenas em função da Segunda Guerra do Golfo, mas, principalmente, pela falta de aptidão do Presidente Collor de Mello em organizar um plano de desenvolvimento para o Brasil e pela sua incapacidade de observar a política externa brasileira nas três décadas passadas. Na ânsia de dirigir-se ao Primeiro Mundo, o governante brasileiro colocou-se ao lado dos EUA, esquecendo das conquistas brasileiras de mercados no Oriente Médio. A sua total falta de aptidão em questões internacionais quase leva à falência a empreiteira Mendes Júnior ao não cobrar os créditos de guerra junto à ONU.

Os prejuízos à política externa brasileira foram muito grandes, pois foi o Itamaraty por sua respeitabilidade e sua confiabilidade que conquistou mercados e resgatou trabalhadores brasileiros no Iraque, enquanto o Presidente do Brasil procurava apenas se autopromover junto ao Presidente dos EUA. Esse alinhamento e a aceitação do Consenso de Washington fizeram com que a política externa brasileira quase fosse norteadas pelos EUA. Esperava-se que as feridas das guerras possam ser fechadas com o auxílio brasileiro nas reconstruções, porém o governo estadunidense ficou tão acostumado à subserviência *collorida*, que hoje não aceita a participação brasileira em reconstruir o Iraque, o qual aceitaria o Brasil novamente como seu parceiro comercial privilegiado.

Dessa forma, analisou-se a aproximação e cooperação do Brasil com o Iraque como benéficas para ambos até o momento em que o governo iraquiano não conseguia honrar seus compromissos, uma vez que a economia iraquiana já estava exaurida em função da guerra de oito anos que sustentou contra o Irã. Esse conflito transformou o Iraque *na primeira linha de defesa* do Ocidente contra a Revolução Islâmica. Isso auxiliou os EUA no combate aos seus inimigos no Oriente Médio, além do Brasil e Argentina combaterem quase que diretamente os inimigos estadunidenses na América Latina.

Após o final da Guerra-Fria, não era mais necessário que exércitos de países que alcançaram a condição de potência média ainda dispusessem de condições de combate. Dessa forma, o Consenso de Washington enfraqueceu as estruturas de defesa da América Latina, enquanto a *Operação Tempestade no Deserto* derrotava militarmente e exauria o Iraque da sua condição de melhor exército árabe do Oriente Médio. As condições para a modernização da indústria bélica nacional, assim como avanços no projeto nuclear brasileiro, e de outros países, como a Argentina, não estavam mais na agenda estadunidense para a região. Não era mais interessante ter, no continente, concorrentes, embora que aliados, que, de alguma forma, preocupassem a potência hegemônica.

Os interesses estadunidenses estão garantidos em todas as regiões em que os EUA assim manifestassem a sua vontade ou onde assim julgassem que o destino havia se manifestado.

REFERÊNCIAS

AB'SABER. Azziz Nacib. Desenvolvimento das Relações Árabe-Brasileiras. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas**. Brasília, DF, 2000. P. 27-54.

ABBOTT, Peter. **Unknown Armies: organization, uniforms and insignia: Iraque**. Powys: Imperial Press, 1992.

ABURISH, Said K. **Saddam Hussein: the political revenge**. Londres: Bloomsburry, 2001.

ALENCASTRE, Amilcar. **El Fatah: os comandos árabes da Palestina**. Rio de Janeiro: Taracatu, 1969.

AMIN, Samir. **Irak et Syrie. 1960-1980**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1976.

ATTUCH, Leonardo. Os Negócios Secretos (e os nem tanto) do Brasil com o Iraque. **Isto é Dinheiro**, São Paulo, n. 265, p. 32-35, 25 setembro de 2002.

ATTUCH, Leonardo. **Saddam: o amigo do Brasil**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil — Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950 — 1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BARBOZA, Mário Gibbon. **Na diplomacia o Traço todo da Vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARRETO, Fernando de Mello. **Os Sucessores do Barão (1912-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BATISTA, Paulo Nogueira. A Política Externa no Governo Collor: modernização ou retrocesso? **Política Externa**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 106-135, março-abril-maio 1993.

BENGIO, Ofra. **Saddam's Word**: political discourse in Iraq. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998.

BONIFACE, Pascal. **Atlas des Relations Internationales**. Paris: Hatier, 1997.

BORTS, Laurence H. **United Nations Medals and Missions**: the medals and ribbons of the United Nations. Greenville: Medals of America Press, 1998.

BRASIL. Ministério da Defesa. Decreto Nº 71. 733, de 18 de janeiro de 1973. Brasília, DF: Exército Brasileiro, Secretaria-Geral do Exército Boletim do Exército Nº37/2004.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasil**: situação, recursos e possibilidades. Brasília: IBGE-Centro de Serviços Gráficos, 1979.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial. Divisão de Informação Comercial. **Como Exportar**. Brasília, DF, 1976.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985.

CARASALES, Julio. The Argentine-Brazilian Nuclear Rapprochement. **Nonproliferation Review**, Monterey, Spring-Summer 1995. Disponível em: <<http://www.cns.miis.edu/pubs/npr/vol.02/23/carasa23.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2005.

CARASALES, Julio C.; MADERO, Carlos Castro; COHEN, José M. **Argentina y el submarino de propulsión nuclear**: posibilidades y dificultades. Buenos Aires: Servicio de Hidrografia Naval, Artes Gráficas, 1992.

CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François. **Breve Historia de Europa**. Madri: Alianza, 1994.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CASTRO, Therezinha. **Retrato do Brasil**: atlas-texto de geopolítica. Rio de Janeiro:

Biblioteca do Exército, 1986.

CASTRO, Therezinha. **África**: geohistória, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1981.

CAUBET, Christian G. **As Verdades da Guerra contra o Iraque**. São Paulo: Acadêmica, 1991.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Standardization of Arms Program in the Western Hemisphere** (ORE-60-49). Nova Iorque, 1945. Disponível em: <<http://www.foia.cia.gov>>. Acesso em: 09 nov. 2005.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Military Budgets of Select Countries** (ORE 59-49). Nova Iorque, 02 August 1949.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Prospects for an Inclusive Middle East Defense Organization** (EO-1981-00048). Nova Iorque, 17 March 1952. Disponível em: <<http://www.foia.cia.gov>>. Acesso em: 10 abr. 2005.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Probable Development in the Arab States** (NIE 36-54). Nova Iorque, 07 September 1954. Disponível em: <<http://www.foia.cia.gov>>. Acesso em: 10 abr. 2005.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Prospects and Consequences of Arab Unity Moves** (F-1991-00984). Nova Iorque, 20 February 1958.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Soviet Foreign Military Assistance** (CSI-2001-00015). Nova Iorque, 01 May 1987. Disponível em: <<http://www.cia.gov>>. Acesso em: 24 set. 2005.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Bloc Economic and Military Assistance Programs** (N10-63). Disponível em: <<http://www.foia.cia.gov>>. Acesso em: 24 set. 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

CLAIRE, Rodger W. **Raid on the Sun**. Nova Iorque: Broadway Books, 2004.

COUNCIL ON HEMISPHERIC AFFAIRS. Arms Merchant to the World. Washington, 01 August 1984. Disponível em: <<http://www.coha.org>>. Acesso em: 09 maio 2004.

CONNAUGHTON, Richard. **Military Intervention in the 1990s**: a new logic of war. Nova Iorque: Routledge, 1992.

COOPER, Tom; BISHOP, Farzad; LUCCHESI, Cláudio. O Tucano no Irã. **Revista Asas: revista de cultura e história da aviação**, Brasília, DF, v. 5, n. 30, p. 62-65, abril-maio 2006.

CORBETT, Robin. Impasse no Oriente Médio: guerra civil libanesa e os acordos de Camp David. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 61, p. 985-989, 1984a.

CORBETT, Robin. Na Toca do Urso. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 64, p. 1027-1029, 1984b.

CORBETT, Robin. Tiro pela Culatra: a primeira fase da Guerra do Golfo 1980-82. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 64, p. 1042-1048, 1984c.

DEFESAGLOBAL. Disponível em: <<http://www.defesaglobal.com.br>>. Acesso em: 09 ago. 2004.

DRUMOND, Cosme Degenor. A Caminho da Extinção. **Tecnologia e Defesa**, São Paulo, n. 97, p. 30-34, dezembro de 2003.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **A Europa de 1815 aos nossos Dias**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

FAROUK-SLUGLETT, Marion; SLUGLETT, Peter. **Iraq since 1958**: from revolution to dictatorship. Nova Iorque: I. B.Tauris, 1987.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIELD, Michael. **Inside the Arab World**. Londres: John Murray, 1994.

FLOYD, David. As Bombas Nucleares e Tigres de Papel: a cisão sino-soviética. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 49, p. 793-797, 1984.

GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira**. Rio de

Janeiro: Mauad, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Brasília, DF: Alfa - Omega, 2000a.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, FUNAG, 2000b.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Lembranças de um Empregado do Itamaraty**. São Paulo: Siciliano, 1992.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: power, politics and ideology**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005.

HENIG, Ruth. **O Tratado de Versalhes**. São Paulo: Ática, 1991.

HIRO, Dilip. **The Longest War: the Iran-Iraq military conflict**. Nova Iorque: Routledge, 1991

HIRO, Dilip. **Dictionary of the Middle East**. Nova Iorque: St.Martin's Press, 1998.

HISTORIA General de las Relaciones Exteriores de la Republica Argentina: las relaciones con Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.cema.edu.ar/ceieg-rree/14/14-046.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2006.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antonio. **KOOGAN /HOUAISS Enciclopédia e Dicionário Ilustrado**. 3. ed. Rio de Janeiro: DELTA, 1998.

HOURANI, Albert. **History of the Arab Peoples**. Nova Iorque: Warner Books, 1992.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance. 1997/98**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

IRAQ'S Nuclear Weapons Program from Aflaq to Tammuz. Disponível em: <<http://www.nuclear-weaponarchive.org/Iraq/IraqAtoZ.html>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

KAMINSKY, Catherine; KRUK, Simon. **La stratégie Soviétique au Moyen-Orient**. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

KATZ, Samuel. **Arab Armies of the Middle East War** (2). Londres: Osprey, 1988.

KHOURI, Malatios. **Palestina: corazon de los árabes**. Mendonza: Hasan Hadid, 1948

KIRK, George E. **História do Oriente Médio: desde a ascensão do Islã até a época contemporânea**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1967.

KITSIS, Dimitri. **O Império Otomano**. Porto. Rés, [1990?].

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LIBRARY of Congress Country Studies. Disponível em: <<http://www.lcweb2.loc.gov>>. Acesso em: 14 jul. 2005.

LIGA DOS ESTADOS ÁRABES. Iraque um Mercado das “Arábias” à espera de Produtos Brasileiros. **Revista da Liga dos Estados Árabes**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 6-10, jul./set.1978.

LIGA DOS ESTADOS ÁRABES. A Atuação da Braspetro nos Países Árabes. **Revista da Liga dos Estados Árabes**, Brasília, DF, v. 21, n. 4, p. 5-12, out./dez. 1979.

LIGA DOS ESTADOS ÁRABES. Iraque garante petróleo ao Brasil mesmo em Situação Crítica. **Revista da Liga dos estados Árabes**, Brasília, DF, v. 21, n. 1, p. 7-10, jan./mar. 1979b.

LOHBAUER, Christian. **Brasil-Alemanha 1964-1999: fases de uma parceria**. São Paulo: Edusp, Fundação Konrad Adenauer, 2000.

LOPES, Roberto. **Rede de Intrigas**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

LUNT, James. Setembro Negro. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 46, p. 754-755, 1984a.

LUNT, James. Fogo no Deserto. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 46, p. 752-755, 1984b.

MACMILLAN, Margaret. **Paz em Paris**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

MADERO, Carlos Castro; TAKACS, Esteban. **A Política Nuclear Argentina**: avance o retroceso. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1991.

MAJAZOUB, Ismail. Os Fatores Geo-históricos. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe**: construção e perspectivas. Brasília, DF, 2000. P. 55-79.

MALHEIROS, Tânia. **Histórias Secretas do Brasil Nuclear**. Rio de Janeiro: WVA, 1996.

MARZO, Marco Antonio Saraiva; ALMEIDA, Silvio Gonçalves de. **A Evolução do Controle de Armas Nucleares**: desarmamento e não-proliferação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

MATOS, Carlos Eduardo Silveira. 1964: a reviravolta. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 74, p. 1193-1195, 1984a.

MATOS, Carlos Eduardo Silveira. Os Anos que abalaram o Brasil. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 74, p. 1196-1201, 1984b.

MIDDLE EAST INFO.ORG. **Advancing Democracy, Pluralism and Mutual Respect in the Middle East**. 2003. Disponível em: <<http://www.middle-east-info.org/>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

MINUTES of the Meeting with Hitler and Hussein. Documents on German Foreign Policy 1918-1945. Londres: [s.n.], 1964. (Series D, 13). Disponível em: <[http:// www.Middle-East-org](http://www.Middle-East-org)>. Acesso em: 12 mar. 2006.

MONTENEGRO, Marcelo Luís. **Indústria Bélica e Diplomacia na Relação Brasil-Irak (1979-1989)**: a crise de uma estratégia de política externa brasileira para os anos 80. 1992. 171 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações

Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MORAES NETO, Geneton. **Os Segredos dos Presidentes**. São Paulo: Globo, 2005.

MOREIRA, Marcilio Marques. **Diplomacia, Política e Finanças: de JK a Collor, 40 anos de história por um de seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

MOURA, Gérson. **Sucessos e Ilusões**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

NARLOCH, Leandro. Eles estão entre nós. In: _____. **Aventuras na História**. 31. ed. São Paulo: Abril, 2006. P. 29-35.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Os Descaminhos do Brasil Nuclear**. Ijuí: UNIJUI, 1999

OSTROVSKY, Vitor; HOY, Claire. **As Marcas da Decepção**. São Paulo: Scritta, 1992.

PARADISO, José. **Um Lugar no Mundo: a Argentina em busca de identidade internacioanal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PEREIRA, Analúcia Damilevicz. **A Política Externa do Governo Sarney diante do reordenamento internacional (1985 - 1990)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PERRET, Bryan. O Controle do Estreito: a importância estratégica do Golfo Pérsico. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 23, p. 384-386, 1984.

POLL, David. Luta continua. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 67, p. 1084-1088, 1984.

PORATH, Yehoshuah. Os despossuídos: como os palestinos perderam o seu país e criaram a OLP. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 470-472, 1984.

PREZA JÚNIOR, Cláudio Lopes. **Uma Política Externa Órfã**: a crise do desenvolvimento e os reflexos na política externa brasileira no Governo Collor (1990-1992). 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RABIL, Robert G. **Embattled Neighbours**: Syria, Israel & Lebanon. Londres: Lynne Rienner, 2003.

REED, Jonathan. Os Novos Palestinos: expande-se a base política da OLP. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 46, p. 748-752, 1984.

REID, Brian Holden. Détente. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 48, p. 787-789, 1984.

RELATÓRIO King-Crane. Disponível em: <<http://www.hri.org/docs/king-crane/syria.html>>. Acesso em: 13 fev. 2006.

ROCHE, Alexandre. O Oriente Médio e as Relações Internacionais. In: VIZENTINI, Paulo G. F. (Org.). **A Grande Crise**: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis: Vozes, 1992. P. 172-210.

ROSA, Luciano Ozorio. O Brasil e o Oriente Médio (1930-1990). In: ALBUQUERQUE, José Guilhon (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa 1930-1990**. São Paulo: Cultura, 2000. P. 431-455.

ROTTMAN, Gordon; VOLSTAD, Ron. **Armies of the Gulf War**. Londres: Osprey, 1993.

SALDANHA, Eduardo. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2005.

SANTORO, Daniel. Perón quería obtener plutonio para una estrategia de disuasión. **Clarín.com**, Buenos Aires, 01 agosto 2005. Disponível em: <<http://www.clarin.com/suplementos/zona/2006/01/08/z-03602.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2005.

SANTOS, Sérgio Gil Marques dos. Momentos Marcantes do “Pragmatismo Responsável” de Geisel: O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha e o Rompimento do Acordo Militar Brasil-EUA. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **A Política Externa Brasileira na Visão de seus Protagonistas**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005. P. 101-113.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCHWAN-BAIRD, David M. **Ideas and Armaments**: military ideologies in the making of Brazil's arms industry. Lanham: University Press of America, 1997.

SENNES, Ricardo. **As Mudanças da Política Externa Brasileira nos 80**: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SEPRIN. **Informe completo**: los decretos secretos de la infâmia. Disponível em: <http://www.seprin.com/armas_gob_radical/decretos.htm>. Acesso em: 14 out. 2005.

SHICHOR, Yitzhak. **The Middle East in China's Foreign Policy (1947-1977)**. Londres: Cambridge University Press, 1979.

SILVA, André Luiz Reis da. **A Diplomacia Brasileira entre a Segurança e o Desenvolvimento**: a política externa do Governo Castelo Branco (1964-1967). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SILVA, Edilson Adão C. **Oriente Médio**: a gênese das fronteiras. São Paulo: Zouk, 2003.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, William. **Dicionário de Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2005.

SILVA, Manoel Thomaz Gama da. Um Mundo de Ótimas Opções para o Brasil. **Revista da Liga Árabe**, Brasília, DF, v. 19, n. 3, 4, 5, p. 5-6, maio/out. 1976.

SILVA, Raul Mendes; BRIGAGÃO, Clóvis (Org.). **História das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: CEBRI, 2002.

SKIDMORE, Thomas. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SMITH, Digby; CHAPPEL, Michael. **Army Uniforms since 1945**. Dorset: Blandford Press, 1979.

SOUTO MAIOR, Luiz Augusto P. O Pragmatismo Responsável. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa 1930-1990**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996. P. 381-447.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. Disponível em: <<http://www.sipri.org>>. Acesso em: 12 jun. 2006.

THESE were Mainly Parts of the Old Otoman Empire. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 13 fev. 2006.

THOMAS, Nigel; ABBOTT, Peter; CHAPPELL, Mike. **The Korean War: 1950-53**. Londres: Osprey, 1991.

THOMPSON, Leroy; MacSWAN, Ken. **Uniforms of the Soldiers of Fortune**. Poole-Dorset: Blandford Press, 1985.

TIMMERMAN, Kenneth R. **O Lobby da Morte**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1992.

TOASE, Francis. O Líbano e a Jordânia: operações combinadas no Oriente Médio. **Guerra na Paz**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 350-354, 1984.

TORCUATO DE ALVEAR, Carlos. **Vietname**: trincheira e caminho para o mundo livre. Rio de Janeiro: Record, 1966.

TRIPP, Charles. **História do Iraque ou do Nascimento e Estado de uma Nação**. 2. ed. Lisboa: Mem Martins, 2003.

UN/ALLIES in Korea War. Disponível em: <<http://www.korea50.army/mil>>. Acesso em: 02 abr. 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais e Desenvolvimento**: o nacionalismo e a Política Externa Independente (1951 — 1964). Petrópolis: Vozes, 1995.

XINJIANG UYGHUR AUTONOMOUS REGION. **China**. Disponível em: <<http://www.verber.com/mark/travel/xinjiang/>>. Acesso em: 07 jun. 2006.

WELSH, David. **The Third Reich**: politics and propaganda. Londres: Routledge, 1993.

YERGIN, Daniel. **O Petróleo**: uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo: Scritta, 1992.

ZALOGA, Steven. **Scud Ballistic Missile and Launch System 1955-2005**. Oxford: Osprey, 2006

ZORGBIBE, Charles. **Geopolitique et Histoire du Gollfe**. Paris. Presses Universitaires de France, 1991.

ZORGBIBE, Charles. **Historia de las Relaciones Internacionales**: 1. De la Europa Bismarckiana al final de la Segunda Guerra Mundial. Madri: Alianza, 1997a.

ZORGBIBE, Charles. **Historia de las Relaciones Internacioanales**: 2 Del Sistema de Yalta hasta nuestros dias. Madri: Alianza, 1997b.